

JUNIA FIOR SANTOS

**MULHERES GUARANI E KAIOWA DE MATO GROSSO DO SUL: ATUAÇÕES
POLÍTICAS QUE COMPÕEM A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO TERRITÓRIO
(1970-2022)**

**Dourados – MS
2024**

JUNIA FIOR SANTOS

**MULHERES GUARANI E KAIOWA DE MATO GROSSO DO SUL: ATUAÇÕES
POLÍTICAS QUE COMPÕEM A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO TERRITÓRIO
(1970-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.
Linha de Pesquisa – História Indígena e do Indigenismo.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante.

**Dourados – MS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237m Santos, Junia Fior

MULHERES GUARANI E KAIOWA DE MATO GROSSO DO SUL: ATUAÇÕES
POLÍTICAS QUE COMPÕEM A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO TERRITÓRIO (1970-2022)

[recurso eletrônico] / Junia Fior Santos. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Guarani e Kaiowa. 2. Mulheres. 3. Tekoha. I. Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Junia Fior Santos

**MULHERES GUARANI E KAIOWA DE MATO GROSSO DO SUL: ATUAÇÕES
POLÍTICAS QUE COMPÕEM A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO TERRITÓRIO
(1970-2022)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador: Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante (PPGH/UFGD)

Examinador interno: Dr. Éder da Silva Novak (PPGH/UFGD)

Examinador interno: Dra. Claudia Regina Nichnig (PPGH/UFGD)

Examinador externo: Dra. Beatriz dos Santos Landa (PROFHISTÓRIA/UEMS)

Examinador externo: Dra. Mariana Albuquerque Dantas (DEHIST/UFRPE)

Às Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi desenvolvida com a colaboração de diversas pessoas. Agradeço a todas que, de forma direta ou indireta, tornaram esse sonho possível. Em meio a tantas dificuldades, apresentadas durante o processo de pesquisa, recebi apoio e incentivos que aliviaram a caminhada. Assim, entendendo que uma tese de doutorado não pode ser realizada sozinha, deixo registrado os meus agradecimentos àqueles que foram fundamentais nesse processo. Dito isso, agradeço primeiramente a Deus por me fazer chegar até aqui.

Aos meus pais, Divanir Terezinha Fior Santos e Juarez Farias dos Santos, aos meus irmãos Adriana e Everton, por serem o meu alicerce ao longo de toda a vida e apoio incondicional.

Ao meu esposo Luiz, pela companhia, compreensão e incentivo, todos os dias, desde o nascimento do projeto.

Às minhas amigas, em especial, as que o mestrado e o doutoramento me apresentaram, Paula e Kátia, agradeço a escuta e mediação de conhecimento. Guardo no coração cada palavra de incentivo e carinho.

Aos meus amigos de longa data, que em algum momento se interessaram pela pesquisa desenvolvida e estiveram comigo ao longo de minha trajetória acadêmica e pessoal.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, especialmente ao meu orientador, professor Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante, por compartilhar seus conhecimentos e pela oportunidade de realizar este trabalho sob sua orientação.

Aos servidores técnicos do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, por toda assistência e pelos momentos de aprendizagem.

À profa. Dra. Claudia Regina Nichnig e ao prof. Dr. Éder da Silva Novak, que estiveram presentes na qualificação, contribuindo com importantes apontamentos que deram formato ao texto final.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo concedida.

Por fim, agradeço imensamente às mulheres Guarani e Kaiowa pela oportunidade de pesquisar suas lutas pelo *tekoha* e por ensinarem tanto. A cada uma, muito obrigada!

RESUMO

Esta tese analisou as ações empreendidas pelas Guarani e Kaiowa no processo de luta por seus territórios em Mato Grosso do Sul. O estudo reflete sobre a constituição de movimentos de mulheres em defesa do *tekoha*, bem como as contribuições das suas atuações no cotidiano das comunidades nas quais estão inseridas e com as que necessitam de seus trabalhos, atentando, principalmente, para as dinâmicas empregadas na reivindicação pelo respeito aos seus direitos territoriais. Frente ao desrespeito e violação de seus direitos, as Guarani e Kaiowa desenvolveram estratégias de enfrentamento e resistência, que ao mesmo tempo em que serviram como respostas alternativas à imposição de interesses dos setores ruralistas da sociedade envolvente, também ressignificaram suas atuações políticas dentro e fora de seus espaços de convívio. Diante dos desafios enfrentados pela expropriação territorial e investidas contra os territórios demarcados, muitas Guarani e Kaiowa se aproximaram para viabilizar ações em defesa de suas comunidades, a atuação em rede promoveu o compartilhamento de desafios e de possibilidades nessa luta. Os movimentos em defesa do *tekoha* foram constituídos por sujeitas que vivenciaram diferentes experiências, o que proporcionou uma dinamicidade nas organizações coletivas. Diante disso, procuramos investigar e compreender a dinâmica de atuações das Guarani e Kaiowa e destacar o protagonismo destas mulheres na reivindicação do território de ocupação tradicional, espaço geográfico que combina dimensões sócio-históricas fundamentais para essas comunidades. Por meio da pesquisa etno-histórica, apresentamos fatos que evidenciam o trabalho de lideranças, rezadoras, professoras, dentre outras sujeitas na busca pela garantia, permanência e efetivação de seus direitos territoriais, o que corrobora com a tese de que as Guarani e Kaiowa sempre estiveram atuando nos movimentos de defesa dos seus territórios, desenvolvendo importantes estratégias de luta. Para tanto, a pesquisa se apoiou em diferentes fontes, como documentos oficiais de diversas instituições e documentos produzidos por meios de comunicação impresso e *on-line*, além de fontes orais e etnográficas que possibilitaram a análise de fatos concernentes a luta pelo *tekoha*.

Palavras-chave: Guarani e Kaiowa. Mulheres. *Tekoha*.

ABSTRACT

This thesis has analyzed the actions undertaken by Guarani and Kaiowa people in the process of fighting for their territories in Mato Grosso do Sul. The study reflects on the constitution of women's movements in defense of tekoha, as well as the contributions of their actions in the daily lives of the communities in which they are inserted and the ones that need their work, paying particular attention to the dynamics used in the demand for respect for their territorial rights. Faced with disrespect and violation of their rights, the Guarani and Kaiowa developed confrontation and resistance strategies, which, at the same time as they served as alternative responses to the imposition of interests of the rural sectors of the surrounding society, also gave new meaning to their political actions inside and outside of their living spaces. In light of the challenges faced by territorial expropriation and attacks against demarcated territories, many Guarani and Kaiowa women approximated to facilitate actions in defense of their communities. Actions in the networks have promoted sharing of challenges and possibilities in this struggle. The movements in defense of tekoka were made up of people who had different experiences, which provided dynamism in collective organizations. Considering this, we seek to investigate and understand the dynamics of Guarani and Kaiowa activities and highlight the leading role of these women in claiming the territory of traditional occupation, a geographic space that combines fundamental socio-historical dimensions for these communities. Through ethno-historical research, we present facts that highlight the work of leaders, prayers, teachers, among others in the search for the guarantee, permanence and enforcement of their territorial rights, which corroborates the thesis that the Guarani and Kaiowa have always been active in movements to defend their territories, developing important fighting strategies. For this purpose, the research was based on different sources, such as official documents from various institutions and documents produced by printed and online media, as well as oral and ethnographic sources that enabled the analysis of facts concerning the struggle for tekoha.

Keywords: Guarani and Kaiowa. Women. *Tekoha*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevista feita por Veronice Rossato com a Guarani Tereza Aquino	56
Figura 2 – Lista com os nomes dos Índios retirados da Fazenda Modelo	80
Figura 3 – Anciã Marcelina Almeida Marques – Te’yi Jusu	85
Figura 4 – Índios iniciam uma luta pelo ñande reko	92
Figura 5 – Curso para representantes Kaiová e Ñandeva	96
Figura 6 – Curso para representantes Kaiová e Ñandeva – Vitória	97
Figura 7 – Curso de formação política para representantes indígenas	100
Figura 8 – FUNAI afirma que a situação dos índios é deprimente	101
Figura 9 – Participantes do III Encontro de Estudo sobre o funcionamento da sociedade	103
Figura 10 – Kaguatoca	108
Figura 11 – Édina Silva de Souza com o Papa – 1980	111
Figura 12 – Aty Guasu – 1988	136
Figura 13 – Aty Guasu – 1995	137
Figura 14 – Mulheres indígenas criam associação	139
Figura 15 – Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas.....	140
Figura 16 – I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó – 1996.....	144
Figura 17 – I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó	145
Figura 18 – Associação de Mulheres	146
Figura 19 – Comunidade chama a unidade a lutar pelo Tekoha Guasu	148
Figura 20 – Kuñangue Aty Guasu – 2006	151
Figura 21 – VIII Kuñangue Aty Guasu	155
Figura 22 – VIII Kuñangue Aty Guasu – Manifesto	155
Figura 23 – IX Kuñangue Aty Guasu	162
Figura 24 – IX Kuñangue Aty Guasu: Mulheres Kaiowá e Guarani contra o Marco Temporal.....	163
Figura 25 – Nhandesys e convidados na plenária	166
Figura 26 – Ogusu Nhemongueta – Casa de Reza – <i>tekoha</i> Ñanderu Marangatu	168
Figura 27 – Registros de Gisele, Giselda e Reinalda	172
Figura 28 – Galpão de Alvenaria destruído em Kurussu Ambá	182
Figura 29 – Xurite Lopes	183
Figura 30 – Verônica Martins Veron	193

Figura 31 – Nota de alerta Aty Guasu	197
Figura 32 – Leila Rocha	200
Figura 33 – Leila no evento da ONU	205
Figura 34 – Luciane Gallo	211
Figura 35 – Projeto de Assistência Indígena Guarani Kaiowa Naviraí	211
Figura 36 – Carta da Comunidade <i>Tekoha</i> Boreviry	214
Figura 37 – Reunião – Prefeitura de Eldorado	219
Figura 38 – Relato sobre reunião de lideranças, 1989. Aty Guasu	220
Figura 39 – Vanoiria – Encontro com o secretário nacional da SESAI	224
Figura 40 – Declaração – Aldeia Ñande Ru Marangatu	230
Figura 41 – Conferência: Os Guarani-Kaiowá e o Ataque aos Direitos Indígenas no Brasil.....	232
Figura 42 – Mapa – Territórios defendidos	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escola Francisco Hibiapina e Ara Porã – Dourados – Séries: 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a . Letras: C, D, E, M, R	88-89
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COVID 19	Corona Vírus Disease 2019
CRI	Certificado de Recebimentos Imobiliários
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEPPI	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIN	Projeto de Assistência Indígena Naviraí – MS
PT	Partido dos Trabalhadores
SPI	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	24
ASPECTOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES DOS POVOS GUARANI E KAIOWA COM SEUS TERRITÓRIOS	24
1.1 As mulheres Guarani e Kaiowa e suas relações com o território antes da chegada das frentes colonizadoras	24
1.1.1 Noções preliminares	26
1.1.2 A vida no território	32
1.2 As mudanças ocasionadas pela chegada das frentes exploratórias	37
1.3 A expropriação territorial e as diferentes formas de resistência dos povos Guarani e Kaiowa	47
1.4 O direito à demarcação de terras indígenas e as mobilizações pela sua efetivação.....	58
CAPÍTULO 2	70
FATORES HISTÓRICOS QUE FOMENTARAM A LUTA PELO TERRITÓRIO: DESADESAFIOS E ESTRATÉGIAS	70
2.1 As identidades das sujeitas de luta	71
2.2 A retomada como um método de reivindicação	75
2.3 A educação escolar e a articulação pelos direitos territoriais.....	87
2.4 Novas redes de conhecimento e articulação	95
2.5 Os laços de ativismo no processo de defesa do território	104
2.6 Quando as ações individuais são orientadas pelos interesses coletivos	118
CAPÍTULO 3	122
REDES DE MOBILIZAÇÃO PELO TEKOKHA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	122
3.1 Pressupostos teóricos para observar o protagonismo das Guarani e Kaiowa	123
3.2 Práticas sociopolíticas.....	129
3.3 Mulheres Guarani e Kaiowa construindo movimentos políticos	134
3.4 KUÑANGUE ATY GUASU	150
3.4.1 VIII Assembleia	153
3.4.2 IX Assembleia	159
3.4.3 X Assembleia	165
3.5 As articulações promovem o cuidado com o <i>tekoha</i>	172
CAPÍTULO 4	174
Histórias de resistência: Trajetórias diversas - objetivos comuns.....	174

4.1 Xurite Lopes	178
4.2 Verônica Martins Veron	187
4.3 Leila Rocha.....	198
4.4 Luciane Gallo	206
4.5 Vanoiria Martins Fernandes	216
4.6 Inaye Gomes Lopes	226
4.7 Histórias individuais – lutas coletivas	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
ANEXOS	268
Anexo I.....	269
Anexo II.	270
Anexo III.....	271
Anexo IV.....	272
Anexo V	273

INTRODUÇÃO

Tomando como pressuposto inicial do desenvolvimento desta tese os ensinamentos da filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 39-40) sobre a noção de *lugar de fala*, podemos considerar: “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. O lugar de pertencimento das histórias registradas nesse trabalho parte da observação de alguém que também se situa no mundo. Por isso, apresento-me. Quem ocupa esse lugar de reflexão é uma mulher sul-mato-grossense, de 33 anos de idade, de cor parda, classe social baixa, professora da educação básica, que se interessa pelo estudo da história indígena.

Comecei meus estudos acadêmicos no ano de 2009 no curso de Ciências Sociais ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Naviraí – MS, momento em que comecei a ter os primeiros contatos com os estudos relacionados à diversidade cultural no solo brasileiro. Posteriormente à graduação, iniciei um curso de especialização em Antropologia e me aproximei de pesquisas referentes à história e cultura dos povos indígenas do Brasil. De forma concomitante, ingressei no curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados – MS, no qual tive a oportunidade de conhecer pesquisadores que me inspiraram a prosseguir nos estudos acadêmicos, e, nesse sentido, escolhi a história indígena como norteadora de minhas pesquisas.

À vista disso, iniciei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – MS, na linha de pesquisa História Indígena e do Indigenismo, orientada pelo professor Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante. A pesquisa teve como cerne o acampamento Kurupi de Santiago Kue, situado no município de Naviraí – MS. Durante as pesquisas de campo, tive a oportunidade de me aproximar da liderança Kaiowa Verônica Martins Veron. A atuação dessa senhora me chamou a atenção, pois sua trajetória de vida é entrelaçada com a mobilização para ocupar/reocupar seu território de ocupação tradicional.

Após a finalização do mestrado, passei a refletir sobre a necessidade de estudar sobre a trajetória de mulheres Guarani e Kaiowa que empreenderam esforços em prol de seus territórios em Mato Grosso do Sul. A partir daí, realizei uma breve busca por trabalhos científicos que abordassem esse tema. A constatação prévia foi que, apesar dos avanços nos estudos sobre os

povos indígenas do Brasil, ainda existem poucos¹ registros no campo histórico que versam sobre as atuações das Guarani e Kaiowa no movimento de luta por território.

O desenvolvimento do campo e da percepção de história indígena nas pesquisas historiográficas favoreceu diferentes grupos em diferentes contextos a terem sua trajetória histórica revisitada. Monteiro (1998, p. 221), explorando a diversidade de temas para o estudo da história das sociedades indígenas, enfatiza a insuficiência de estudos historiográficos relacionados aos novos movimentos indígenas no Brasil. No estado de Mato Grosso do Sul essa carência se dá com maior destaque para a história das mulheres Guarani e Kaiowa.

Assim, em 2020 ingressei no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – MS com o anteprojeto intitulado “Mulheres Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul: atuações políticas que compõem a trajetória de luta pelo território (1970-2020)”. A pesquisa contou com o apoio da bolsa de estudo oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para situar o objeto de estudo da presente tese defendida, o protagonismo das mulheres Guarani e Kaiowa na luta territorial, faz-se necessário considerar seu itinerário histórico, o que, no caso dessas mulheres, implica em considerar as relações internas e externas às suas comunidades que desencadearam a luta pelo *tekoha*. No decorrer do contato com a sociedade envolvente, desde o período colonial, os povos indígenas brasileiros tiveram de lidar com os diferentes artifícios de injustiça e violências institucionalizadas, iniciados pela negação da humanidade, passando pela negação da cultura e pela negação dos direitos territoriais. Forçados a afastar-se de seus territórios de ocupação tradicional para que outros viessem a ocupá-los, não sem resistência, os povos indígenas tiveram sérios transtornos na organização de seu modo tradicional de vida.

Nesse ínterim, as Guarani e Kaiowa se mobilizaram de diferentes formas para defender seus territórios de sujeitos que investiam na exploração das terras reivindicadas e das áreas demarcadas. Em pequenos e grandes grupos, elas empreenderam estratégias de luta, as quais proporcionaram conquistas que beneficiaram suas comunidades.

Mesmo que a mobilização pelo *tekoha* ocorra com um grupo reduzido de pessoas, nenhuma sujeita Guarani e Kaiowa luta sozinha, ela atua em rede, de modo que ao compartilhar sua luta com outras pessoas ela alcança estágios coletivos que tornam a luta possível. A luta pela demarcação territorial, apesar de acontecer em espaços geográficos próprios e com grupos

¹ A historiadora Paula Faustino Sampaio (2021) mostra que a invisibilidade das mulheres indígenas nas produções historiográficas não é uma realidade apenas do passado, mas também, da contemporaneidade, pois esta prática ainda é recorrente.

indígenas específicos, acaba provocando questões e debates muito importantes que tange os interesses da organização social brasileira.

Diante dos crescentes desafios ocasionados pela expropriação territorial, muitas mulheres Guarani e Kaiowa se aproximaram para lutar pelos direitos centrais de suas comunidades, resultando essa articulação no conjunto feminino em fóruns de discussão. Como observado por Honneth (2003, p. 224), “[a] experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política”. De forma semelhante, ao compartilharem as experiências de desrespeito sofridas na esfera dos direitos indígenas, as Guarani e Kaiowa articularam uma rede mobilizacional para fortalecer o movimento social dos Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul².

Para entender a reivindicação territorial em seu processo histórico de estratégias empreendidas pelas Guarani e Kaiowa, procuramos analisar como lideranças, rezadoras, professoras, dentre outras sujeitas trabalharam para alcançar seus objetivos em uma luta desigual com setores ruralistas da sociedade.

De acordo com Oliveira (2012, p. 201), “[o]s índios são atores sociais e sujeitos ou agentes de sua própria história, e portadores de sistemas socioculturais específicos e complexos”, portanto, ao pesquisar os vestígios do passado e do presente que compõem a trajetória política das mulheres Guarani e Kaiowa é preciso compreender sua cultura, organizações sociopolíticas, estruturas organizacionais. Enfim, é inegável a necessidade de uma pesquisa etno-histórica demandar uma sustentação teórica e metodológica interdisciplinar.

Sabendo que a performance das mulheres Guarani e Kaiowa varia de acordo com o contexto sócio-histórico, esta pesquisa se propõe a uma investigação etno-histórica, sendo essa “[u]ma metodologia potencialmente favorável para a construção de uma história indígena mais holística” (Cavalcante, 2011, p. 363). A etno-história se faz imprescindível, sendo estabelecida tal premissa porque esse estudo metodológico colabora para uma análise hermenêutica no decorrer das leituras, bem como a compreensão das fontes a serem pesquisadas, em que o objeto de estudo e os sujeitos envolvidos passam a ser relativizados com individualidades expressamente conhecidas.

A etno-história, enquanto método de pesquisa que congrega a interdisciplinaridade, é de suma importância para o acesso à compreensão dos fenômenos históricos e sociais, bem como às mudanças ocasionadas na vida das Guarani e Kaiowa com a expropriação territorial.

² É preciso lembrar que “[u]m movimento social caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade, que se esgota em si mesma quando concluída” (Montaño; Durigetto, 2011, p. 265).

Considerando que a etno-história apresenta limites no procedimento de análise, especialmente, nas lacunas concernentes às atividades políticas das mulheres Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul, no que corresponde às fontes, as análises que se propõem a trazer visibilidade às informações acerca do protagonismo dessas mulheres foram realizadas de forma cuidadosa.

Cabe destacar que a proposta de pesquisa, em consonância com o entendimento de que uma tese deve contribuir com originalidade para o desenvolvimento de temas que venham a auxiliar na discussão-reflexão, busca dialogar com o conhecimento já desenvolvido pelas ciências humanas e sociais, para, a partir da colaboração pessoal, construir uma análise da história da luta das Guarani e Kaiowa pelos seus territórios de ocupação tradicional em Mato Grosso do Sul.

Para tanto, a opção de um recorte temporal longo (1970-2022) deu-se pela necessidade de compreender os fenômenos históricos que promoveram o desenvolvimento de um campo de mobilizações que se desdobrou no movimento social das mulheres Guarani e Kaiowa, movimento esse que vem constituindo seu próprio campo de construção histórica. A partir de uma dimensão densa e complexa, a longa duração é “[e]strada essencial da história, não a única, mas que coloca por si todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas. É a única linguagem que liga a história ao presente, convertendo-a em um todo indissolúvel” (Braudel, 1978, p. 8).

Para tanto, com o objetivo de contribuir com a historiografia acerca das mulheres Guarani e Kaiowa, realizamos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o levantamento de obras de diferentes áreas do conhecimento que dialogam com a temática proposta. Alguns pesquisadores de Mato Grosso do Sul nos têm fornecido importantes referenciais teóricos e metodológicos sobre os aspectos históricos, antropológicos, sociológicos e geográficos dos povos Guarani e Kaiowa, o que nos ajuda a refletir sobre o tema pesquisado. Para além do referencial bibliográfico utilizado, também recorreremos a diferentes tipos de fontes históricas que apresentam informações pertinentes à história de mobilizações das Guarani e Kaiowa.

Sobre as fontes a serem exploradas na pesquisa, é preciso considerar que: “[n]as ciências históricas, ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação” (Malinowski, 1978, p. 18). Dessa forma, a seguir elencamos as fontes que foram utilizadas.

No que tange às fontes documentais, destacamos os registros escritos e fotográficos que integram o arquivo da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de

Ponta Porã/MS, que foi digitalizado e catalogado pelo Centro de Documentação Regional da UFGD. Esses documentos foram de grande importância, tendo-se em vista a riqueza das informações que apresentam. Contamos também com alguns processos judiciais concernentes aos contextos territoriais analisados, que foram disponibilizados após solicitação via e-mail à Justiça Federal de Mato Grosso do Sul. Somado a isso, foi utilizada a documentação do arquivo físico do Centro de Documentação Teko Arandu – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB). A fim de observar materiais que tratam do movimento Guarani e Kaiowa em defesa do território, foi feito levantamento de dados na hemeroteca indígena (*site* Armazém Memória) de periódicos e recortes de jornais. O jornal impresso do CIMI, o Porantim, também foi de suma importância.

As buscas de informações nas fontes documentais oficiais de diversas instituições e produzidos por meios de comunicação impresso e *on-line*, foram fundamentais para investigar os fenômenos históricos que envolvem as mulheres Guarani e Kaiowa. Tendo como premissa básica o respeito aos documentos e ao que eles agregam, é preciso lembrar que cabe ao historiador “[t]irar dos documentos tudo o que lhes contém e não lhes acrescentar nada do que não tem” (Le Goff, 1996, p. 536).

Como mencionado por Pinsk e Luca (2011, p. 21), “[p]ara o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”. De tal forma, o historiador deve explorar os múltiplos vestígios do passado, a fim de responder às suas indagações, tendo claro que o documento não é algo dado, não se impõe de forma espontânea, pelo contrário, o historiador deve procurá-lo considerando as suas diferentes naturezas, sejam elas imagéticas, escritas, orais, visuais, entre outras. Assim, procuramos analisar as fontes históricas cuidadosamente, partindo das perspectivas contemporâneas e respeitando as subjetividades do passado, que por sua vez refletem as especificidades de uma determinada época, espaço e cultura.

As fontes orais foram imprescindíveis para conhecermos as histórias e territórios em que algumas sujeitas atuam. Assim, foram empreendidas entrevistas com algumas Guarani e Kaiowa que residem em acampamentos de retomada, em terras já demarcadas e na área urbana, as entrevistas presenciais e de modo *on-line* tiveram como objetivo compreender como elas se formaram enquanto protagonistas na luta pelo território de ocupação tradicional. Em virtude de tal metodologia (narrativas orais), estão presentes questões de subjetividade que merecem maior atenção, visto que em determinados casos podem vir a surgir dificuldades ao se utilizar tal procedimento. Entretanto, não só o trabalho empírico, mas o trabalho de caráter bibliográfico também possui sua subjetividade, já que o próprio pesquisador está incumbido de estruturar

toda a pesquisa, vindo a se inserir nesta sua subjetividade, ora na elaboração de questionários, ora na leitura e compreensão das informações fornecidas pelo objeto investigado. À vista disso, é impossível relegar a subjetividade já que “[o]s documentos históricos são lócus de uma dupla subjetividade: a dos seus autores somada à de seus intérpretes, os historiadores” (Fontes, 1997, p. 513).

O trabalho com fontes orais não se restringe à realização de entrevistas formais, transcrição e autorização documentada. Assim como as demais fontes, as narrativas são analisadas, problematizadas e confrontadas com documentos oficiais, a fim de se compreender os fatos analisados. As novas questões suscitadas nesse procedimento possibilitaram a construção de uma historiografia que evocou histórias de vida e suas singularidades, sem a pretensão de busca de leis universais.

A fonte etnográfica também agregou importantes informações para o desenvolvimento desta pesquisa. Determinadas conjunturas exigiram a observação participante para realizar a análise etnográfica acerca das dinâmicas norteadoras do movimento em defesa do território Guarani e Kaiowa. Para tanto, foram feitos acompanhamentos e registros da X Kuñangue Aty Guasu, sendo empreendido caderno de campo e registros fotográficos. De acordo com Moreira (2002, p. 51), “[a]s pessoas precisam ser estudadas em seus próprios termos, devendo o pesquisador tentar apreender os sentidos simbólicos que as pessoas definem como importantes e reais”. Assim, a observação participante compreende a interação com o mundo das sujeitas observadas, possibilitando a compreensão da real situação vivenciada pelas Guarani e Kaiowa e como elas constroem a realidade em que atuam. Entendemos que a pesquisa de campo favorece a compreensão da historicidade dos elementos socioculturais e políticos, em suas transformações e permanências. Tais observações foram fundamentais para uma descrição densa, elaborada e formulada de acordo com os contextos socioculturais observados.

Cabe destacar que, em virtude da pandemia de Corona Vírus Disease 2019 (Covid-19), foram necessárias algumas mudanças metodológicas na efetivação da pesquisa. As limitações se deram, principalmente, no levantamento de dados etnográficos e realização de entrevistas. Durante as observações *in loco* e entrevistas que foram possíveis realizar, foi respeitado o protocolo de biossegurança para prevenção da Covid-19.

Cabe lembrar que nós, enquanto pesquisadores, de modo geral, temos uma participação ativa no processo de investigação, visto que somos nós que identificamos os conteúdos mais significativos, levamos os documentos a falarem, a responderem às nossas questões, para então construirmos uma narrativa histórica. Nessa perspectiva para a efetivação deste trabalho, foi

imprescindível o constante processo reflexivo sobre a metodologia e fontes utilizadas no estudo da realidade local das mulheres Guarani e Kaiowa.

Isto posto, é preciso esclarecer que historicizar a participação das mulheres Guarani e Kaiowa no campo político significa, também, analisar além de suas estruturas organizacionais, suas premissas políticas e estratégias utilizadas nos movimentos sociais de âmbito nacional e internacional, de modo que se possa entender as práticas político-culturais através do estudo da questão indígena partindo-se da perspectiva cultural. Estudar fatos concernentes à vida das mulheres Guarani e Kaiowa implica considerar os aspectos culturais das diferentes comunidades a serem analisadas e as relações que estas estabelecem com mulheres indígenas de outras etnias e com mulheres não indígenas, que em determinados momentos compartilham de práticas político-culturais. Destarte, não podemos olhar para a cultura do “outro” tendo em vista apenas os nossos valores, considerando como “certo” e “errado” o que a sociedade envolvente sugere ser. O olhar diferenciado para a categoria mulher Guarani e Kaiowa serve para pensar que a diversidade e as especificidades na atuação dessas sujeitas são premissas para a proposição de novas discussões sobre suas tradições e metamorfoses.

Deste modo, no que se refere à organização da tese, esta é composta por quatro capítulos com características deliberadamente díspares, de modo a observar e compreender a atuação política das mulheres Guarani e Kaiowa na luta pelos seus territórios de ocupações tradicionais no estado de Mato Grosso do Sul a partir da década de 1970.

O primeiro capítulo, intitulado “Aspectos históricos das relações dos povos Guarani e Kaiowa com seus territórios”, apresenta determinados fatos que possibilitam a observação das vivências das comunidades Guarani e Kaiowa antes, durante e após as expropriações territoriais empreendidas por setores ruralistas da sociedade envolvente no decorrer do século XX. Para tanto, foi necessário recorrer às discussões bibliográficas disponíveis de modo impresso e digital, que tratam sobre o tema, para então regressar à história e refletir sobre as relações que as Guarani e Kaiowa estabeleceram com o *tekoha* antes das interferências dos não indígenas. Ademais, o registro de entrevistas feitas por pesquisadores com mulheres Guarani e Kaiowa outrora, também contribuíram na compreensão acerca das mudanças ocasionadas pela perda de territórios, bem como, as primeiras medidas de enfrentamento à violação dos seus direitos territoriais garantidos na Constituição Federal de 1988.

O segundo capítulo, intitulado “Fatores Históricos que fomentaram a luta pelo território: desafios e estratégias”, foi direcionado a analisar os desafios enfrentados pelas investidas dos setores ruralistas da sociedade envolvente contra os territórios demarcados e os que aguardavam

a concretização do procedimento demarcatório. Recorrendo à documentação selecionada: jornais, periódicos, processos judiciais, relatórios circunstanciados de identificação e delimitação territorial, fichas escolares, registros de cursos e entrevista, foi possível analisar ações empreendidas pelas Guarani e Kaiowa para defenderem seus territórios. A fonte oral também foi utilizada para explorar essa conjuntura histórica. Dentre as estratégias adotadas por elas, destacam-se as retomadas que evidenciavam a urgência da demarcação territorial, a preparação educacional e profissional que viabilizaram suas participações nos espaços de poder e projetos desenvolvidos com órgãos governamentais e não governamentais, em busca de apoio em prol dos direitos indígenas. As atuações políticas das Guarani e Kaiowa contribuíram para a construção de diversas alianças, que reuniram mulheres e homens indígenas e não indígenas que juntos fortaleceram a luta em defesa do *tekoha*.

O terceiro capítulo, intitulado “Redes de mobilização pelo *tekoha*: desafios e possibilidades”, foi dedicado à análise das novas arenas e redes socioterritoriais constituídas pelas mulheres Guarani e Kaiowa, se atentando para as estratégias utilizadas na luta contra a injustiça e intolerância na resolução dos conflitos territoriais entre suas comunidades e latifundiários no final do século XIX e início do XX. De antemão, informamos que as Guarani e Kaiowa se organizaram enquanto movimento social para lutar por seus territórios e por tudo e todos que dele dependem, defendendo seus direitos enquanto indígenas e mulheres. Para analisar a constituição e metamorfoses desse movimento, foram analisados registros produzidos pela Aty Guasu, matérias produzidas pela Kuñangue Aty Guasu, bem como pela observação participante da X assembleia, também foram utilizados documentos escritos e imagens produzidas por instituições como: FUNAI, ISA, CIMI. As articulações das Guarani e Kaiowa estabeleceram mobilizações que ultrapassaram as delimitações geográficas ocupadas por elas. Em virtude da magnitude desse movimento, ressaltamos que as considerações feitas nesse trabalho tratam de vestígios históricos que compõem, parcialmente, a dinâmica organizacional dos movimentos em prol da efetivação dos direitos indígenas.

E, por fim, o quarto capítulo, intitulado “Histórias de resistência: trajetórias diversas – objetivos comuns”, aborda trajetórias de vida que estiveram entrelaçadas com a atuação política em prol dos territórios Guarani e Kaiowa na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul. Para compreender o processo de formação de suas lutas, utilizamos entrevistas presenciais e *on-line*, processos judiciais, atas de reuniões de lideranças e matérias publicadas por organizações governamentais e não governamentais. Ao observar o protagonismo de seis mulheres Guarani e Kaiowa que exerciam e/ou ainda exercem atuações políticas em suas comunidades como

lideranças ou em outras funções sociais, passamos a entender a dinamicidade das estratégias que cada uma delas adotou para defender os interesses não só de suas comunidades, mas também de outros grupos étnicos, que necessitaram de suas articulações políticas para obterem ganhos em suas demandas sociais. Nesse ínterim, destacamos o fato de que, embora cada uma tenha motivações, ferramentas, possibilidades e desafios específicos, suas ações foram direcionadas pelo mesmo objetivo, que é a defesa do *tekoha*.

Isto posto, cabe dizer que não pretendemos, nesta tese, abordar todos os fatos históricos concernentes à luta das Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul para defender seus territórios, tampouco universalizar as atuações políticas dessas mulheres. O que pretendemos é refletir sobre as ações empreendidas frente ao desrespeito aos seus direitos territoriais a partir de uma perspectiva etno-histórica que possibilite analisar as dinâmicas constituintes desse processo. De antemão, afirmamos que esta tese defende a premissa de que as Guarani e Kaiowa sempre empreenderam importantes ações para defender seus territórios, constituindo dinâmicas de enfrentamento ao desrespeito e violação de seus direitos.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES DOS POVOS GUARANI E KAIOWA COM SEUS TERRITÓRIOS

Apesar das particularidades das histórias dos territórios Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, suas conexões permitem analisá-las como uma história coletiva que compreende trajetórias diversas e complementares. Para falarmos desse território, é preciso realizarmos uma contextualização histórica que contemple ambos os principais acontecimentos que formaram esse espaço e tempo e as vivências das sujeitas e dos sujeitos que deram significação a esse local.

Cumprir referir que, neste primeiro capítulo, não será feita uma análise pormenorizada de todos os fatos que compõem a trajetória de relações de mulheres e homens Guarani e Kaiowa com seus territórios de ocupação tradicional, visto não ser este o objetivo central deste trabalho. Por isso, a ênfase prioritária centra-se nas principais discussões bibliográficas que abordam os elementos sócio-históricos da vida das mulheres e dos homens Guarani e Kaiowa, que juntos dão significado ao território de ocupação tradicional, nos seguintes contextos: antes da invasão dos não indígenas, durante as lutas contra a expropriação e após as mudanças ocasionadas pelas perdas, ameaças e reconfigurações dos territórios.

Dessa maneira, por uma questão metodológica, os aspectos históricos dos territórios Guarani e Kaiowa serão apresentados em quatro tópicos, iniciando-se pela observação das informações acerca das relações estabelecidas entre os povos Guarani e Kaiowa com seus territórios antes da chegada de não indígenas, o que, por sua vez, exige reflexão sobre o passado remoto. Por conseguinte, analisaremos algumas discussões teóricas que nos ajudam a entender os fatores externos que influenciaram nas mudanças do relacionamento com o *tekoha*. Já no terceiro tópico, são analisados os empreendimentos dos setores ruralistas da sociedade envolvente para efetivar a expropriação territorial. Por fim, serão discutidas as ações de mulheres e homens para defenderem juntos o direito de serem Guarani e Kaiowa em seus territórios tradicionais.

1.1 AS MULHERES GUARANI E KAIOWA E SUAS RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO ANTES DA CHEGADA DAS FRENTES COLONIZADORAS

Existem estudos arqueológicos, como o de André Prous (1992), autor da importante obra “Arqueologia brasileira”, que nos ajudam a saber informações sobre os povos indígenas que habitavam o território nacional antes da chegada dos invasores europeus. Contudo, há

muitas lacunas sobre as histórias desses povos, o que nos mostra que o campo científico ainda tem muitas perguntas a respeito desse contexto, e, por limitações do próprio campo, muitas dúvidas ainda permanecem. De acordo com a pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha³ (1992, p. 11), o reconhecimento da dimensão daquilo que desconhecemos sobre a história indígena nos ajuda a pensar em novos questionamentos acerca das lacunas e dos fragmentos existentes até o momento.

De tal forma, na segunda metade do século XX, passamos a contar com um maior número de produções científicas que se dedicaram a analisar a história indígena e que apresentaram elementos que auxiliam na compreensão de fatos históricos que compõem sua história em tempos mais remotos. Ao observar esses estudos, é preciso considerar os contextos históricos em que foram produzidos, bem como as ferramentas disponíveis naquele momento para tal feito. Tal atenção é necessária, pois trata-se de uma história complexa.

Até o momento, há conhecimento da existência de 305 etnias indígenas presentes no território brasileiro⁴, esse número era bem maior antes do contato com os europeus, responsáveis por ações genocidas que exterminaram muitas sociedades indígenas. Carneiro da Cunha (1992, p. 17), amparada por estudos de Rosenblat (1954), aponta a estimativa de que existia cerca de 1 milhão de habitantes vivendo no território brasileiro em 1492, isto é, antes da invasão europeia essas terras eram ocupadas por um grande contingente populacional.

Esses povos produziram um legado cultural que sinaliza a grandeza de suas experiências e conhecimentos acerca da esfera terrestre que ocupavam, as fronteiras não eram predefinidas por interesses econômicos, a organização social seguia uma lógica própria. As relações com o território se constituíam de acordo com a subjetividade de cada grupo étnico. A conjuntura histórica desses povos foi marcada pelas relações que passaram a estabelecer, a partir do século XVI, com os exploradores que buscavam expandir seus domínios.

Dentro desse contexto estão os povos Guarani, que habitam diferentes países da América do Sul. De acordo com Schaden (1974, p. 2), estes podem ser classificados em três grandes grupos, “os Nandéva, os Mbüa e os Kayová”. Esses grupos comungam elementos culturais e linguísticos, mas não se reconhecem como membros do mesmo povo. Ainda nesse

³ Cabe ressaltar que muito do que sabemos atualmente sobre os povos indígenas do Brasil é graças às pesquisas desenvolvidas pela Antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que de maneira estupenda contribuiu não só com as ciências humanas e sociais, como também com a área jurídica e, por sua vez, para com os avanços no reconhecimento dos direitos indígenas.

⁴ De acordo com o Censo produzido em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil 305 diferentes etnias indígenas, também foram identificadas 274 línguas indígenas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2024.

plano de diferenciações, como bem explica Chamorro (2018, p. 293), “O termo Kaiowa deriva de Ka’agua, que para os povos falantes de línguas guarani designava grupos que viviam na água, mata, ka’a”.

Neste trabalho, tratamos os povos Guarani Ñandéva⁵ e Kaiowa como grupos distintos, respeitando suas particularidades e autodenominações, e seguimos também as orientações de Chamorro:

Contudo, apesar de os dados indicarem uma clara diferenciação entre Kaiowa e Guarani desde o século XIX, essas categorias étnicas devem ser pensadas com certa relatividade, pois também está claro que sempre houve uma interpenetração entre Kaiowa e Guarani, como ocorre ainda hoje (Chamorro, 2018, p. 302).

Por isso, nossas abordagens consideram as proximidades, as semelhanças históricas e sociopolíticas dos povos Guarani e dos Kaiowa com relação aos seus territórios para a construção de uma análise mais próxima possível dos fatos que se referem à luta pelo território a partir das ações das mulheres.

Mas, afinal, como era a relação das mulheres Guarani e Kaiowa com o território de ocupação tradicional antes da chegada dos não indígenas no estado de Mato Grosso do Sul? Nesta tese, propomo-nos responder a essa questão a partir de uma perspectiva histórica, antropológica, sociológica e geográfica, recorrendo à bibliografia produzida em escala remota e recente, que aborda os principais aspectos das relações constituídas por mulheres e homens. A propósito, o território é o elemento unificador substancial na vida dos povos Guarani e Kaiowa que sustenta a vida cultural, social, religiosa, econômica, dentre outros componentes, ou seja, entender a relação com o território é entender a vivacidade que permeia as ações humanas.

1.1.1 NOÇÕES PRELIMINARES

Os trabalhos científicos produzidos na segunda metade do século XX por historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos e estudiosos de outras áreas contribuíram grandemente para o desenvolvimento dos estudos contemporâneos sobre os povos indígenas da América⁶. É inegável que existam inquietações e críticas formuladas em relação à forte parcialidade e

⁵ Cumpre destacar que ao longo deste trabalho utilizaremos a denominação Guarani, pois é como, na maioria das vezes, eles se identificam.

⁶ A exemplo, Schaden (1974), Monteiro (1994), Carneiro da Cunha (1992), Brand (1997), dentre outros.

metodologias empreendidas para se chegar a um determinado resultado, nesse período da história, que por sinal foi marcado por grandes mudanças e avanços no campo científico, mas isso não diminui a importância e as contribuições teóricas dessas pesquisas, principalmente as que trabalharam com fontes documentais dos séculos anteriores. “[D]e qualquer forma, as referências relativas aos guarani dos séculos XVI e XVII, embora dispersas e, portanto, difíceis de serem inventariadas e detalhadas, ainda não deixam de ser numerosas e ricas em conteúdo” (Melià, 1981, p. 96, tradução nossa).

Dentre os trabalhos que nos orientam na discussão inicial sobre as relações das Guarani e Kaiowa com seus territórios de ocupação tradicional em séculos anteriores a este, destacamos a produção de Arnaldo Bruxel, intitulada “Os Trinta Povos Guarani”, que apresenta alguns aspectos da vida desses povos no século XVII, em escala mais abrangente. Bruxel (1987) utilizou fontes documentais originárias das reduções jesuíticas para pesquisar o cotidiano dos povos Guarani que viviam no Brasil e no Paraguai no século XVII.

Os Guaranis, além de caçadores e pescadores, frutíferos e meladores, eram agrícolas, com alguma plantação de milho, mandioca, batata-doce, abóbora, amendoim e algodão. Caça e pesca, bem como colheita de mel e frutas silvestres, pediam frequentes mudanças de residência, em busca de novos centros de abastecimento. A agricultura, no entanto, exigia permanência mais prolongada num mesmo lugar. Geralmente, após uns seis ou sete anos abandonavam os índios a terra cansada, para continuar sua migração periódica, com a derrubada de mais um eito de mato contíguo. A abundância de caça e pesca e a boa terra para a agricultura fez deles uma nação forte, capaz de expulsar outras tribos de seus territórios ou de absorvê-los, sujeitando-os ao seu domínio (Bruxel, 1987, p. 9).

Assim como os territórios Guarani tinham uma dimensão geográfica própria, a vida cotidiana também contava com uma dinâmica própria. As restrições terrestres se davam por disputas entre os diferentes grupos indígenas, pelas condições climáticas, fertilidade do solo, abundância de áreas com matas e rios, fatores substanciais para se viver. O ritmo de vida era bem diferente dos recém-chegados europeus, a economia era de subsistência, trabalhavam para garantir suas moradias, alimentação e bem-estar, o que inclui a religião, a cultura, a medicina tradicional, dentre outros elementos necessários para a vida, e não apenas para a sobrevivência.

Sobre as características da organização sociopolítica dos povos Guarani que habitavam o Paraguai e o Brasil antes da chegada dos espanhóis, é importante considerar que “[r]esidiam em aldeias (*tekoha*) de importância regular e, embora de magnitudes extremamente variáveis, que podiam abrigar grupos de até mil pessoas. Cada *tekoha* era composto por vários *teii*

(linhagens ou famílias extensas, descendentes de um ancestral comum)” (Roulet, 1992, p. 166, tradução nossa).

Roulet (1992) também afirma que nos territórios Guarani era possível caçar, plantar, pescar, empreender outras atividades sem se preocupar com limites, os homens eram responsáveis pelas funções relacionadas à construção de moradias, pela caça, dentre outras atividades que necessitassem deslocar-se para a mata em busca de recursos para a subsistência; já as mulheres ficavam responsáveis por “[a]s restantes atividades agrícolas (desmatamento, plantação, cultivo) eram realizadas por mulheres, em parcelas atribuídas a cada família nuclear” (Roulet, 1992, p. 166, tradução nossa). As mulheres trabalhavam diretamente com a terra, tinham conhecimento da qualidade do solo, das condições de plantio e colheita⁷.

Francisco Silva Noelli (1993, p. 291-293), amparado pelos estudos de Chernela (1978), explica que as mulheres indígenas que viviam na região amazônica, ao saírem de seus territórios para visitar outras aldeias, além de obterem novos conhecimentos sobre a prática da agricultura, retornavam para os seus territórios com mudas e sementes para serem introduzidas em suas plantações. Para o autor, tal situação também ocorria com as Guarani que viviam em outras regiões do País.

Quanto à separação de atividades entre mulheres e homens Guarani, é preciso levar em consideração o que Noelli (1993, p. 155) exprime: “[e]m atividades de subsistência também seria falso afirmar, em nível geral, que haveria divisão rígida de tarefas”. Apesar de haver atividades exclusivamente associadas ao sexo feminino (roça/coleta) e masculino (pesca/caça), existia também possibilidade de flexibilização, isso conforme as necessidades de cada conjuntura.

Os territórios eram extensos, o que possibilitava deslocar-se quando preciso. A saída de um determinado local só ocorria quando necessário, situações essas que se davam pelas limitações impostas pelo ambiente. Em outras palavras:

Tradicionalmente as populações indígenas quando percebem que os recursos de fauna de determinada região poderão entrar em escassez, antes que isso aconteça, a comunidade muda a aldeia de lugar, visando que o abastecimento do grupo não cesse, como também que fauna e flora livres, possam se

⁷ De acordo com as observações de Schaden (1974, p. 76): “Na maioria das aldeias atuais, a divisão de trabalho entre os cônjuges não é muito rigorosa. Em todo caso, tudo o que se refere à caça é assunto do marido, ao passo que a lavoura se divide em atividades masculinas e femininas. A derrubada, a roçada, a preparação do terreno em geral cabem ao homem; o plantio, à mulher. Quanto a este último ponto, notei, porém, que entre os Nandéva de Dourados não é a mulher que planta; já adotaram, como dizem, o “sistema dos civilizados”. A colheita é parte feita conjuntamente, parte tarefa da mulher; às vezes o marido quebra o milho, enquanto a esposa o carrega para casa”.

recompor naturalmente, ainda deixando para trás plantios interessantes à população animal e humana (Carvalho, 2013, p. 159).

Tais situações, brevemente abordadas por Bruxel, Roulet, Noelli e Carvalho, se assemelham com a realidade regional que iremos discutir a partir de agora. Chamorro (2015, p. 49) esclarece que “[a] presença indígena na região onde está inserido o atual estado de Mato Grosso do Sul é sem dúvida muito anterior à passagem dos primeiros conquistadores europeus pelo lugar”. Isto nos faz pensar sobre as condições de vida no território hoje sul-mato-grossense antes das interferências daqueles que se consideraram colonizadores de terras habitadas.

Dentre os estudos que ajudam a compreender a história indígena de Mato Grosso do Sul, contamos com o trabalho de Eremites e Viana (1999-2000. 149), que ao apresentar uma síntese sobre a pré-história do Centro-Oeste brasileiro, expõem dados arqueológicos que mostram que, “[a]o que tudo indica, as primeiras ocupações humanas do Centro-Oeste estão vinculadas à presença de grupos caçadores-coletores que se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP (3)”. Além de caçadores-coletores, sabe-se também que eram ceramistas. Os autores explicam ainda que dentre os povos indígenas que habitavam essa região estão os falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani, de origem amazônica, que, seguindo o curso dos grandes rios e seus afluentes, transitaram por boa parte do território nacional, formando diferentes contingentes demográficos. Os locais escolhidos para fazer morada eram estratégicos, os critérios eram norteados pela abundância de recursos naturais disponíveis na matriz ambiental da região⁸.

A obra “Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais”, organizada por Graciela Chamorro e Isabelle Combès, no ano de 2018, apresenta importantes contribuições que nos auxiliam a compreender algumas características do modo de vida das primeiras civilizações que habitaram essa região. Dentre essas contribuições, temos o capítulo “Arqueologia em Mato Grosso do Sul”, escrito por Pedro Ignácio Schmitz, no qual ele mostra que os registros arqueológicos apontam que as ocupações mais antigas ocorreram na região nordeste do estado, ocupado por diferentes populações, mas é na região sul que foi encontrado um maior número de vestígios de ocupação Guarani, que, prontamente, trouxeram consigo os elementos culturais provenientes de outros locais do País (Schmitz, 2018, p. 38).

⁸ O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região sul do Centro-Oeste, possuía e ainda possui características geográficas importantes para a subsistência humana, abrangendo três importantes biomas: Cerrado, Floresta Tropical e Pantanal. Esse espaço geográfico recebe influência de outras vegetações do País, resultando em uma rica biodiversidade. Além de terras férteis e do clima tropical, a região conta com os rios Paraná e Paraguai que formam uma rica bacia hidrográfica.

Ainda de acordo com Schmitz (2018, p. 33), as pesquisas realizadas por “Gilson R. Martins (2000, 2003), Gilson R. Martins e Emília M. Kashimoto (1999), Jorge Eremites de Oliveira e José Luis Peixoto (1993)” na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, resultaram no acesso a diversos sítios arqueológicos, onde foi descoberta a existência de uma grande quantidade de cerâmicas produzidas por povos Guarani que viviam e/ou passavam por essa região formando acampamentos para caçar, pescar e coletar alimentos. A existência dessas cerâmicas mostra uma relação com povos indígenas de outros territórios: “[a] cerâmica guarani é muito abundante nas aldeias da planície do Rio Paraná, nas terras elevadas que cercam o Pantanal, no sul do Brasil, no nordeste da Argentina e no Paraguai” (Schmitz, 2018, p. 33).

Kashimoto e Martins (2018, p. 95), em seus estudos sobre a arqueologia da bacia do alto curso do Rio Paraná, revelam que “nas florestas da porção meridional do Alto Paraná, ao sul do Pardo, habitavam, até o século XVIII, povos agricultores ceramistas integrantes da família linguística tupi-guarani [...]”. Os autores também elucidam como esses povos chegaram a essa região:

Quando chegaram os primeiros indígenas horticultores/agricultores ceramistas ao Alto Paraná? As datações até agora obtidas permitem estimar que essa realidade remonta há, pelo menos, cerca de 1.500 anos, quando, com o final do período de semiaridez, iniciava-se uma fase climática quente e úmida que se estende até o presente. A elevação da temperatura e da umidade proporcionou a expansão da floresta aluvial, formação vegetal atraente à presença dos indígenas agricultores ceramistas tupi-guarani na região, tradicionalmente habitantes de florestas tropicais úmidas (Kashimoto; Martins, 2018, p. 98).

Tal contexto, sintetizado pelos autores, permite observar quão antiga é a ocupação das mulheres Guarani na região do atual estado de Mato Grosso do Sul, reforçando mais uma vez a ideia de que não se pode pensar a ocupação pretérita dessas sujeitas de maneira simplista e homogênea. Como bem lembram Kashimoto e Martins (2018, p. 98), os vestígios da cultura material encontrados nessa região revelam a diversidade e ao mesmo tempo a singularidade morfológica das cerâmicas, assim como a boa utilização das peças e a habilidade tecnológica das ferramentas utilizadas nas roças, armazenamento e preparo dos alimentos. Com o solo bom e o clima favorável, a agricultura foi uma das atividades implementadas pelos povos Guarani, notáveis conhecedores das práticas agrícolas.

As evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira. São terras especialmente aptas para o cultivo do milho, da mandioca, de vários tipos de feijão, abóboras, batata e amendoim. São terras

nas quais a técnica agrícola de roçado permite uma produção altamente satisfatória (Melià, 1990, p. 33-34).

As ocupações das melhores terras não se deram por acaso, os povos Guarani e Kaiowa sabiam reconhecer o melhor solo para se viver, e, com isso, estabeleceram relações únicas onde o espaço e o tempo aconteciam de acordo com os princípios culturais de identificação de cada coletivo.

Alguns registros históricos nos permitem pensar que mesmo antes do contato interétnico com os não indígenas, que, em um primeiro momento, se deu, maioritariamente, com homens, as Guarani e Kaiowa estabeleciam contatos frequentes com mulheres de outras etnias indígenas. Chamorro, Combès e Freitas (2018, p. 558), ao observarem os relatos do missionário francês Diego Ferrer, que atuou na implantação de reduções na região do Itatim⁹ no início da década de 1630 e registrou algumas informações sobre as relações dos Guarani com os povos da etnia Xaray que viviam no Pantanal, ressaltam que em seus registros Ferrer mencionou as tatuagens feitas pelas mulheres Guarani, que, segundo ele, eram diferentes das que já tinha visto em outros grupos da mesma etnia.

Em 1633, o padre Diego Ferrer observa que, da mesma maneira que os “Orejones” (indígenas do Porto dos Reis, ao sul do Pantanal), os Xaray “são muito amigos” dos Guarani “porque se casam e vivem a seu modo com mulheres Guarani e os Guarani se casam e vivem com suas mulheres” (1952 [1633], p. 47). É muito provável, portanto, que as tatuagens das mulheres Itatim sejam empréstimos da cultura Xaray (Chamorro; Combès; Freitas, 2018, p. 559).

Muitas das fontes históricas dos séculos XVI e XVII, predominantemente escritas por homens que faziam parte de expedições missionárias, não expõem claramente informações acerca das relações políticas e econômicas estabelecidas entre as Guarani e Kaiowa e as mulheres de etnias indígenas diferentes. Isso se explica pela pouca ou nenhuma preocupação com as atividades praticadas pelas mulheres, além do preparo dos alimentos, cuidado com os filhos e produção de artesanatos e cerâmicas. Mesmo assim, sobre tal fato, cabe ressaltar que “[a]s mulheres indígenas estão presentes na documentação histórica deixada pelos próprios jesuítas” (Baptista; Wichers; Boita, 2019, p. 2).

⁹ “Itatim (português) ou Itatín (espanhol) era o nome de um porto sobre o Rio Paraguai, ao norte da confluência com o Rio Apa. O nome aparece pela primeira vez em documentos da cidade de Assunção, no Paraguai, por volta de 1543. Nos documentos posteriores, a província do Itatim está localizada na margem oriental do Rio Paraguai, entre os rios Taquari, ao norte, e Apa, ao sul (Cortesão, 1952, p. 3), ou seja, situada em uma parte do território que hoje corresponde ao estado brasileiro de Mato Grosso do Sul” (Chamorro; Combès; Freitas, 2018, p. 555).

Os poucos registros históricos sobre os povos Guarani do século XVI explorados na contemporaneidade, permitem a alguns historiadores fazerem afirmações sobre a participação das mulheres na vida econômica de suas comunidades. Silva (2018, p. 91-92), ao fazer suas ponderações sobre as cartas do cronista Luís Ramirez, que mostram suas percepções sobre os acontecimentos no contexto em que navegava pelo Rio da Prata e seus afluentes, explica que as mulheres Guarani agenciavam a comercialização de produtos com outros grupos étnicos.

É plausível serem as mulheres a realizarem tal comércio pelo fato de serem elas que estabeleciam as alianças com grupos de um mesmo povo ou de povos estranhos, ao se casarem com indivíduos masculinos procedentes de outros segmentos sociais, políticos e culturais. Portanto, em um contexto sociocultural belicioso, mas fora de um período de conflito, elas seriam o gênero correto para realizar comércio, pois, em teoria, não ofereciam risco aos seus interlocutores e na ética nativa, poderiam se deslocar livremente para comerciar (Silva, 2018, p. 92).

É importante dizer que essa articulação realizada por mulheres que saíam de suas comunidades para negociar não se estende a todas as comunidades Guarani e Kaiowa, trata-se de um fato singular, mas que representa algo muito significativo na historiografia sobre mulheres Guarani e Kaiowa. Desse modo, podemos pensar que as atividades que representavam, aos olhos não indígenas, importantes ações que manifestavam poder eram diversas e dinâmicas entre as muitas comunidades Guarani e Kaiowa.

As relações que exprimem a imposição de força no âmbito coletivo estão distribuídas difusamente na arena social, mulheres e homens em posições e lugares diferentes contribuíram para a formação do interesse geral da população. As alianças formadas pelas Guarani e Kaiowa com mulheres e homens de outras etnias fortaleceram suas comunidades e proporcionaram um diálogo, que ao longo do tempo passou a ser cada vez mais comum, por motivos de aproximação que se deram não só com a gradual diminuição de seus espaços tradicionais, mas também por motivações próprias inerentes às suas dinâmicas internas.

As mediações com outros grupos étnicos, bem como a mobilidade dos povos Guarani e Kaiowa foram baseadas a partir do interesse das mulheres e dos homens, que se mudavam para outras extremidades do seu local de habitação, de acordo com as eventuais necessidades ou aspirações coletivas, e isso não interferia na importância concedida a cada fração de seus grandes territórios.

1.1.2 A VIDA NO TERRITÓRIO

Assim como contamos com produções científicas que descrevem as características do solo brasileiro antes da invasão na região Centro-Oeste, também contamos com importantes trabalhos que abordam as percepções indígenas sobre território. Haesbaert (2016, p. 82), amparado pelas discussões de Sack e Raffestin, afirma que o território não é uma categoria isolada, e, sim, relacional, que em sua complexidade inclui significações sociais e materiais e “[j]ustamente por ser relacional, o território é, também, movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”. À vista disso, as pressuposições engessadas que tentam a todo custo impor limitações e fronteiras aos territórios indígenas não se esforçam para observar o sentido da vida para esses grupos étnicos em seu tempo e espaço. Por isso, gostaríamos de propor um caminho para acessar uma das noções de território para as mulheres indígenas, fazendo isso através da análise de alguns aspectos históricos e sociais dos povos Guarani e Kaiowa da região de Mato Grosso do Sul.

O território era e ainda é considerado um componente primordial para a constituição do modo de ser Guarani e Kaiowa. Sobre sua definição, Pereira (2004, p. 116) explica:

Etimologicamente, a palavra é composta pela fusão de *teko* – sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá –, e há, que, como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha*, numa acepção mais dura, pode ser entendido como o lugar (território) onde uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (cultura) (grifos do autor).

O *tekoha*¹⁰ como elemento social é imprescindível para a história dos povos Guarani e Kaiowa, é nesse solo que a vida é possível. Seguindo o mesmo entendimento, Chamorro (2015, p. 226), apoiada nos estudos de Ruiz de Montoya (1876), elucida:

Tekoha é o termo pelo qual, desde os primeiros registros escritos de sua língua, os diversos grupos Guarani se referiram ao seu espaço e às suas relações vitais. *Teko* é o sistema étnico-moral, o conjunto de princípios, normas e leis que orienta as comunidades indígenas e que hoje em dia costuma ser traduzido por cultura e religião. *Ha*, por sua vez, é o lugar onde a vida acontece e o conjunto de meios e cuidados que possibilitam a vida [...]. Assim, *tekoha* ou *tekoháva* é o lugar onde se vive e o conjunto de meios que possibilitam a vida.

¹⁰ Na mesma perspectiva: “*Tekoha* é o termo pelo qual, desde os primeiros registros escritos de sua língua, os diversos grupos Guarani se referiram ao seu espaço e às suas relações vitais. *Teko* é o sistema étnico-moral, o conjunto de princípios, normas e leis que orienta as comunidades indígenas e que hoje em dia costuma ser traduzido por cultura e religião. *Ha*, por sua vez, é o lugar onde a vida acontece e o conjunto de meios e cuidados que possibilitam a vida” (Chamorro, 2015, p. 226).

Anteriormente, Melià (1990, p. 36) também apresentou sua compreensão acerca desse complexo fenômeno chamado *tekoha*, que “é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani. A terra, concebida como *tekoha* é, antes de tudo, um espaço sociopolítico”. É nesse espaço geográfico que as relações sociais, políticas, religiosas e econômicas são constituídas. O território tradicional apresenta elementos próprios, que contam a história do povo que nele habitou; ainda sobre esse solo, “[h]á uma terra ideal e um ideal de terra que é assim porque foi feita pelo Primeiro Pai e posta ao cuidado, eventualmente, de outros seres divinos, que a protegem e defendem” (Melià, 1990, p. 38). Se modificada a relação de respeito com essa terra, os seres divinos ficam descontentes e isso reflete no estado físico desse espaço, fenômenos cataclísmicos de diferentes ordens podem acontecer. À vista disso, a natureza e todos seus elementos devem ser preservados.

Para as Guarani e Kaiowa, os humanos estão ligados aos demais elementos da natureza por laços de interdependência, não existindo superioridade de um sob o outro, e sim complementação. Há nessa relação uma vivência sagrada, como bem lembra Chamorro (2008, p. 167): “Essa natureza sagrada inclui uma grande quantidade de animais e plantas de origem divina, que são objeto de especial consideração”. Por isso, a forma de se relacionar com o meio ambiente e seus variados ecossistemas é de afetuosidade e respeito.

Na entrevista realizada por Antônio Brand [1995?] com dona Cristina Gonçalves, de 69 anos de idade, residente em Te’yikue, município de Caarapó – MS, foi registrada a memória de quem nasceu em um território livre das interferências do sistema capitalista e presenciou as rápidas mudanças ocasionadas pela demarcação:

Etnia Kaiowa aqui mesmo nasceu no 23-09-30 e viu tudo do começo até hoje. A aldeia de Caarapó foi fundada em 1916 antes de ser demarcada esta aldeia já tinha cinco famílias morando nesse tempo na aldeia. Nesta época na aldeia não tinha nenhuma ruptura tudo era livre disse dona Cristina, disse também que o pai dela fazia *mondels* sem preocupações de tudo nós fazíamos sem ninguém achar nossa cultura feia, mas sempre havia união, ela disse que nasceu aqui e os pais dela também naquele tempo já morava aqui. Antes dos não índios medir a terra para ser aldeia só era mato e tinha muitas ervas; nem a cultura do não índio não entrava ainda na aldeia. Só vivia na cultura mesmo, [...] ninguém precisava comprar carne de vaca porque quando não tinha carne só saía caçar e matava o que encontrava no mato, tinha muitos peixes onde agora é o ponto da FUNAI, só mato mesmo [...] (Cristina Gonçalves).

Destarte, a vida das mulheres Guarani e Kaiowa no *tekoha* era de abundância, não faltava água e nem comida, as florestas eram preservadas, a cultura era celebrada sem receios,

contexto esse que passou por profundas e difíceis modificações com a chegada dos não indígenas.

De acordo com Chamorro (2008, p. 51), os povos Guaraní antes da colonização tinham como base de sua organização social a família extensa, que consistia num núcleo familiar que agregava muitas pessoas em um mesmo espaço físico, denominado casa grande, que tinha o “pai de família” como autoridade máxima da casa, este indivíduo comumente detinha conhecimentos religiosos e políticos. Sobre a organização de grupos macrofamiliares, Chamorro (2008, p. 51) destaca que “[a] união de várias famílias extensas, vivendo num mesmo lugar, forma a consciência de identidade *oréva* (“nós” exclusivo, sem “o outro” exterior)”. A autora explica que os outros seriam aquelas pessoas que não eram parentes e os que não eram do mesmo território.

Antes das interferências dos não indígenas, a vida no *tekoha* era abundante não só em recursos naturais, mas também repleta de ocasiões aprazíveis, que se davam nas atividades realizadas em conjunto, tais como as cerimônias religiosas e as festas, momentos em que havia uma preparação prévia que envolvia a maioria das pessoas. A organização das festas de *chicha*, bebida feita a partir da fermentação do milho, mobilizava muitas pessoas¹¹.

Ao final dos puxirões, trabalho coletivo que envolvia quase toda a comunidade, os donos das roças ofereciam festas de *chicha*, momentos de confraternização e comemoração. Essas festas seguiam uma certa organização, no seu decorrer a tradição era manifestada nas músicas e danças. Eduardo Galvão, em seu trabalho de campo realizado em 1943, em meio aos Kaiowa da aldeia Taquapirí localizada no município de Coronel Sapucaia – MS, relatou um pouco do que presenciou em uma festa na casa grande, identificada pelo autor como *tapui*: “[c]hegamos no *tapui* às 20 horas, encontrando a maioria do pessoal dançando e cantando. [...] As mulheres formavam um grupo bem grande (entre 15 e 20, inclusive meninas), cantando sempre a mesma canção. *Ñe erenduha...* (você viu falar, na tradução de Venâncio) [...]” (Galvão, 1996, p. 198).

Durante as festas, que duravam horas, muitos sentavam-se ao redor de uma fogueira para descansar e se aquecer do frio e do sereno da madrugada, alguns acabavam pegando no sono e dormindo dentro da casa grande, aos poucos o número de pessoas ia diminuindo, ao final, “Apenas as mulheres permaneciam cantando, e o grupo de *kotihu*” (Galvão, 1996, p. 199).

O milho branco, uma das variedades mais produzidas, era muito utilizado na preparação da *chicha* pelas mulheres. O milho era um dos mais importantes cereais cultivados pelos

¹¹ “Ela era sempre acompanhada da dança do *guahu* que cessava apenas quando não havia mais *chicha* para beber. Assim, muitas vezes, quando se terminava um *guahu*, um grupo decidia ir para outra *chicha*, pois na época do mutirão havia muitas *chichas*” (Chamorro, 2015, p. 174).

Guarani e Kaiowa, sua produção envolvia mulheres e homens, que juntos benziam a semente e cuidavam da preparação da roça e do plantio. Já a colheita e o transporte e a destinação desse cereal eram tarefas que ficavam sob a responsabilidade das mulheres (Chamorro, 2015, p. 166). Em todas as etapas que envolviam a prática ritual do milho, lá estavam as Guarani e Kaiowa, que além de serem conhecedoras dessa atividade também repassavam seus conhecimentos aos mais novos. O mesmo também ocorria em outras atividades, enquanto trabalhavam também ensinavam suas crianças os saberes que lhe tinham sido transmitidos pelas suas matriarcas. As notas de campo deixadas por Eduardo Galvão mostram a continuidade desse processo em 1943:

Na roça de Justiniano, foi apresentado um espetáculo bastante animador. Todos ocupados em roçar uma capoeira de ano, onde foi plantado o milho no ano passado, enquanto na outra extremidade, já queimada e limpa, as mulheres plantavam o milho. Grande número de crianças acompanhava as mulheres. [...] O milho era plantado pelas mulheres que, geralmente, duas a duas, uma com um saraquá, iam cruzando pela roça. As mulheres mais velhas usavam o saraquá, cavando um buraco com ele, não mais profundo que um palmo. Cada ajudante pegava quatro ou cinco grãos de milho, jogava-os no buraco e, com o pé, tapava-o. Jesuíta e Florentina trabalharam juntas. Jesuíta ia adiante, empurrando o saraquá com as duas mãos, batia-o três ou quatro vezes contra o chão, formando um buraco. A sua ajudante, Florencia, tirava quatro ou cinco grãos de uma bolsa e jogava-os no buraco, com o pé, cobria-os de terra. Jesuíta não seguia uma linha reta, mas dava voltas, procurava lugares encostados a um pau derrubado, cruzava por outras mulheres. Não se preocupava muito com sua ajudante, que ficava um ou dois buracos atrás. As outras mulheres procediam de maneira idêntica (Galvão, 1996, p. 191).

Ainda de acordo com Galvão (1996, p. 191), o plantio ficava circunscrito às mulheres, que trabalhavam por muitas horas do dia no plantio do milho debaixo do sol escaldante, do sereno ou da chuva, e ao final da jornada, que se dava com o pôr do sol, elas se reuniam com as crianças em volta do fogo, para, juntas, se alimentarem, era também um momento de reflexão sobre a atividade realizada no dia.

As florestas eram alguns dos lugares preferidos dos povos Guarani e Kaiowa, elas eram fonte de energia e riquezas naturais e sobrenaturais, até mesmo o plantio que se fazia no interior dela era considerado melhor. Para Galvão (1996, p. 204), “[a] roça na mata é melhor, porque não exige tanta limpeza. Em uma capoeira, a cada 10 ou 15 dias há a necessidade de carpir, porque o mato rasteiro se desenvolve com muita facilidade. Na mata, apenas de mês em mês há a necessidade de carpir”. Isto é, a roça feita na vegetação de capoeira exigia mais trabalho do que a feita na floresta. O que, ao longo da segunda metade do século XX, foi se tornando cada vez menos usual em decorrência da diminuição de áreas de mata.

Em diversas situações, mencionadas por Galvão (1996, p. 202), é possível perceber que as mulheres trabalhavam em diferentes atividades dentro da comunidade, desde arrancar batatas, plantar milho, plantar feijão, carpir roça, produzir cerâmica, dentre tantas outras, e, em meio a essas, o trabalho remunerado já havia se tornado uma prática usual. Exemplo disso é uma senhora Kaiowa chamada Jesuíta, que, além de trabalhar pesado nos puxirões, também exercia outras atividades. Conforme Galvão (1996, p. 202), Jesuíta, que era casada com Castilho, cuidava dos filhos de Justino, ele era um homem de prestígio na comunidade, que, quando conseguia negociar sua safra de milho em dinheiro, também pagava pelos serviços de Jesuíta em dinheiro.

Nessa perspectiva, as mulheres não eram coadjuvantes nos puxirões, também não eram submissas nas relações econômicas do grupo, mesmo com as limitações impostas pela influência do patriarcado e por setores da sociedade envolvente, elas atuavam conforme seus interesses e os interesses da rede social que elas faziam parte. Os trabalhos realizados pelas mulheres variavam conforme as necessidades e possibilidades existentes em cada comunidade, contudo, algumas características do modo organizacional permaneceram semelhantes às praticadas nos séculos anteriores, como o preparo da *chicha*.

De acordo com Galvão (1996, p. 215-216), as mulheres produziam vestimentas para todas as pessoas que desejassem usá-las, também produziam as redes, que comumente eram usadas para dormir. Para isso, utilizavam a fibra extraída de uma planta que cresce no mato chamada *caraguatá* e que possui poucas folhas e muitos espinhos. Havia outras plantas que também forneciam fibras que serviam para a produção de tecidos, redes e cestos, porém não com a mesma resistência que a da *caraguatá*. Muitas plantas nativas eram utilizadas pelas comunidades Guarani e Kaiowa para a produção de materiais úteis no dia a dia. O cuidado com o solo e tudo que ele produzia também representava o cuidado com a vida dos seres humanos que nesses espaços habitavam.

Destarte, a utilização consciente dos recursos naturais mostra a importância concedida à preservação do meio ambiente e respeito ao território que é sustentáculo da vida. A organização social nesse espaço seguia dinâmicas próprias, que passaram a se alterar com a chegada de pessoas que não compreenderam e se negaram a reconhecer as outras formas de se relacionar com o território que não eram orientadas pelos interesses exploratórios.

1.2 AS MUDANÇAS OCACIONADAS PELA CHEGADA DAS FRENTES EXPLORATÓRIAS

As Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul ocupam hoje pequenas porções de terras que fazem parte de uma grande extensão territorial, que foi fragmentada em meio à efetivação de projetos de colonização do sul do antigo Mato Grosso¹². Uma sucessão de acontecimentos influenciou as políticas de ocupação a avançarem sobre as terras indígenas, fazendo com que esses povos perdessem o controle físico sobre o espaço geográfico que ocupavam, mas não os elementos simbólicos que os uniam ao seu território de ocupação tradicional.

A discussão a respeito do processo de expropriação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, seja no passado, ou no presente, requer atenção com as permanências e modificações que se deram em contextos históricos e sociais específicos.

A estrutura de uma situação histórica não “sobrevive” em contextos cronológicos e espaciais distintos; ela se nutre justamente da diversidade desses contextos, tomando posse da singularidade de cada um, incorporando as diferenças na construção de seus significados. A duração cronológica em si mesma é apenas um aspecto de sua ainda inesgotada capacidade de ressignificação (Oliveira, 2016, p. 11).

Retomando os aspectos históricos que marcaram as primeiras ações de expropriação territorial, é possível perceber que as ações colonizadoras ocorridas no atual estado de Mato Grosso do Sul fazem parte de uma política nacional de aversão aos povos indígenas, e que, por vezes, estimulou o confronto e o distanciamento com aqueles considerados “arredios”.

O surgimento do movimento de roubo de terras se deu no século XVI, em um contexto histórico marcado pela invasão de europeus ao território brasileiro, também conhecido como colonização. O aperfeiçoamento e avanço das ações que fizeram parte do projeto de expropriação territorial não se realizaram de modo unívoco, elas foram determinadas por uma cadeia de situações econômicas, políticas, sociais e jurídicas com fundamentos colonialistas.

De acordo com João Pacheco de Oliveira (2016, p. 20), a ideia de colonização já esteve associada ao gênero masculino, já a terra, elemento mantenedor da vida, foi associada ao feminino. De fato, assim como a mulher, a terra foi por muito tempo vista aos olhos dos exploradores¹³ como um atrativo que poderia ter sua matéria física apropriada para exploração.

Avançando as políticas de exploração, logo depois dos projetos de povoamento inaugurados pela Coroa portuguesa, que promoveu a formação das capitânicas hereditárias, e

¹² Cabe lembrar que Mato Grosso do Sul é um estado relativamente novo, sua origem se deu a partir da separação entre a região sul e norte de Mato Grosso. O desmembramento efetivado em 1977 resultou na criação de Mato Grosso do Sul. Portanto, antes desse período, a ocupação indígena não se deu em conformidade com a organização política atual.

¹³ Utilizo, neste trabalho, o substantivo explorador para me referir às pessoas não indígenas que desrespeitam de alguma forma a vida e os direitos dos povos indígenas brasileiros.

com a expansão dos aldeamentos que se deu na segunda metade do século XVI, foi que a ocupação geográfica dos Guarani e Kaiowa passou a mudar em alguns lugares do território sul-mato-grossense. Exemplo disso é o ocorrido no alto curso do Rio Paraná. Kashimoto e Martins (2018, p. 100) explicam os motivos dessa mudança:

Os sítios arqueológicos de índios agricultores ceramistas, com idades mais recentes que cerca de 400 anos A.P. (século XVI), são encontrados em número reduzido no Alto Paraná. Nesse período, as ocupações guarani passaram a se dar nos ambientes mais distanciados do leito do Rio Paraná, tais como na borda do terraço colúvio-aluvial e nos afluentes do Ivinhema, ou nos córregos Quiteroizinho, Caraguatá, Pardo, Azul, Taquari e Moeda, provavelmente evitando o assédio bandeirante que, durante os séculos XVII e, sobretudo, XVIII passaram a percorrer sistematicamente a calha do Alto Paraná. A baixa incidência de vestígios cerâmicos nesses sítios, evidenciando o caso dessa tecnologia arqueológica, significa a desterritorialização guarani no Alto Paraná.

Nota-se que após a chegada dos não indígenas as mudanças habitacionais logo começaram a ocorrer¹⁴, o que pode expressar uma forma de negação e resistência ao contato com indivíduos que pareceram, num primeiro momento, enigmáticos. Mas, antes disso, uma outra localidade recebeu a visita do primeiro europeu, conhecido como Aleixo Garcia, que em 1524 saiu do litoral de Santa Catarina com destino ao Itatim, e com isso passou por regiões que hoje são municípios de Mato Grosso do Sul, como Paranhos (Campestrini, 2009, p. 20). Daí em diante, outras expedições de jesuítas e bandeirantes começaram a acontecer, e, conseqüentemente, os contatos interétnicos foram sendo cada vez mais recorrentes.

Uma série de conflitos e algumas poucas alianças marcaram os primeiros contatos entre povos indígenas e estrangeiros, as investidas dos não indígenas em estabelecer contato foi incessante, mas a resistência se mostrou ainda maior. Como mostra Chamorro (2015, p. 62):

Se no início os povos indígenas do Itatim aceitaram receber a catequese dos jesuítas, essa disposição foi mudando à medida que caciques e xamãs perceberam que o crescente prestígio dos padres, além de prejudicar a liderança tradicional indígena, não impedia a invasão dos bandeirantes.

¹⁴ O geógrafo, Haesbaert (2016), em sua obra “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade”, explica que o conceito de desterritorialização, quando utilizado, deve ser empregado em conjunto com a territorialização, pois todo movimento de desterritorialização, isto é, saída de um espaço geográfico, implica, imediatamente em uma reterritorialização, mesmo que precária, ainda assim, estes indivíduos estarão em um outro espaço, estabelecendo novas relações histórico-sociais. Seguindo esse ponto de vista, preferimos nos referir a tal movimento como mudanças habitacionais suscitadas pelo processo de exploração e expropriação.

Além disso, o expressivo desprezo demonstrado pelos exploradores aos indígenas, que não aceitavam o principal meio de adestramento que os assustava. Os crescentes extermínios faziam surgir dúvidas a respeito dos verdadeiros interesses desses sujeitos possuidores de armas de fogo e crucifixos. Em consequência, uma das estratégias adotadas pelos povos Guarani e Kaiowa foram as migrações, empreendidas no objetivo de recusar as ações de imposição cultural adotadas pelos não indígenas, que, *a priori*, subestimaram a perspicácia desses povos, achando que não perceberiam os verdadeiros interesses dos pseudocolonizadores.

Como os povos Guarani e Kaiowa tinham grandes territórios, em virtude de suas práticas expansionistas, a mobilidade para outras extremidades do *tekoha* foi um dos caminhos encontrados para se afastar da ganância e ferocidade daqueles que se consideravam civilizados, mas isso não quer dizer que eles abriram mão de seus territórios, e, sim, que, naquele momento, o distanciamento era a forma mais segura de manter o domínio sobre parte dos seus territórios.¹⁵

A defesa dos territórios era também a defesa da vida, a importância dada aos aspectos materiais e imateriais influenciaram na constituição de estratégias que possibilitaram a permanência no *tekoha*. Essa estratégia de mobilidade foi se alterando na medida em que os exploradores não indígenas avançavam para o interior desses territórios.

Nos anos e décadas seguintes, o interesse pelo domínio do território indígena fez surgir a criação de aldeamentos, que serviriam como uma espécie de campo para recrutamento de possíveis aliados no projeto colonizador, o que facilitaria a viabilização da exploração econômica na região centro-oeste do estado. “O fato é que, no final do século 16, a maior parte do território hoje sul-mato-grossense [...], era toda conhecida, notadamente, pelos espanhóis; no século seguinte, foi percorrida por numerosas bandeiras [...]” (Campestrini, 2009, p. 27).

Os bandeirantes eram sujeitos que partiam de São Paulo, região que estava sob o domínio de Portugal, em direção ao interior do País com o objetivo de promover expedições desbravadoras. Em suas frenéticas caçadas aos povos indígenas, população por eles comercializada e utilizada no trabalho forçado, os bandeirantes acabavam adentrando às terras que estavam sob domínio da Espanha, por determinação do Tratado de Tordesilhas¹⁶ (1494),

¹⁵ “Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc.” (Haesbaert, 2016, p. 340).

¹⁶ “O tratado estabelecia que a divisa das terras hoje sul-mato-grossenses com as espanholas começava no Rio Iguaré, de localização discutida: os espanhóis entendiam que era o Rio Iguatemi, chegando, mais tarde, a confundir-lo com o Rio Ivinhema; os portugueses defendiam a existência do Iguaré abaixo da serra de Amambai,

com isso acabavam sendo alvos da vigilância dos espanhóis. Conforme Queiroz (2018, p. 107), “[i]sso, contudo, não impediu que, ao longo de toda a segunda metade do século XVII, paulistas continuassem a perseguir e escravizar os indígenas dessa região [...]”. A circulação dos bandeirantes por essas terras resultou na descoberta de jazidas de ouro, daí, então, que se teve início a corrida pelo ouro nas terras do antigo Mato Grosso, despertando o imediato interesse da Coroa portuguesa pela posse desta específica porção do território centro-oeste¹⁷.

Em meio ao contexto de grandes debates no continente europeu acerca dos direitos territoriais no Novo Mundo, foi implementada a legislação indigenista brasileira, a Carta Régia de 1611, de Dom Felipe III. O texto reforçava o Alvará de 1596 e a Lei de 1609, que asseguravam aos povos indígenas o direito sobre suas terras, porém, como era de se esperar, essas garantias não se efetivaram como teoricamente previsto. Tempos depois, o Alvará Régio de 1º de abril de 1680 declarou o direito de autoridade sobre as terras, isto é, os povos indígenas seriam os únicos senhores de suas terras.

Porém, como indicou Perrone-Moisés (2000), tais regulamentações não foram constituídas por reconhecimento e respeito aos direitos históricos e legais dos primeiros habitantes da América, e, sim, por interesses, pois para implementar e dar continuidade aos projetos de exploração era preciso liberar terras, isto é, determinar espaços fixos e reduzidos para os povos indígenas. Assim: “Quando se analisa mais detalhadamente o corpo de princípios legais que norteavam a política indigenista, e se acompanha a prática dessa política, verifica-se que, na verdade, os povos indígenas brasileiros acabaram sendo despossuídos de suas terras” (Perrone-Moisés, 2000, p. 109).

Muitas comunidades indígenas insistiram no distanciamento, mesmo assim, as relações interétnicas ocorreram em ritmos e escalas diferentes, tornando cada vez mais difícil evitar a proximidade geográfica. A chegada dos exploradores de metal precioso em Cuiabá suscitou novas dinâmicas organizacionais, as breves passagens motivaram o interesse por outras riquezas naturais, aos poucos a permanência passou a ser uma constante, e, com isso, as relações com os povos indígenas foram se estreitando.

Acerca das relações interétnicas estabelecidas entre os diversos povos indígenas e não indígenas no estado de Mato Grosso, no decorrer do século XVIII, a pesquisadora Glória Kok (2018) mostra que, apesar de causarem muitos danos à população indígena, essas mesmas

portanto, em território paraguaio. Havia outros pontos de discórdia, como o Rio Correntes: para os espanhóis era o Apa; para os portugueses, o Ipané” (Campestrini, 2009, p. 58).

¹⁷ “Convém, enfim, assinalar que, ao longo do século XVII, a ação despovoadora dos paulistas no SMT, associada à atividade dos jesuítas inicialmente estabelecidos no Itatim, foi responsável por uma notável alteração demográfica nessa região” (Queiroz, 2018, p. 107).

relações também propiciaram outras experiências e posicionamentos por parte daqueles que já possuíam no interior de suas culturas a dinamicidade como forma de adaptação ao contexto sócio-histórico vivido. Nesse ínterim, “[d]urante o século XVIII, o processo de conquista das fronteiras fomentou agências indígenas no sentido de recriações culturais, categorias sociais inéditas, novas configurações étnicas e estratégias sociopolíticas e comerciais” (Kok, 2018, p. 692).

No decorrer do século XVIII, as Guarani e Kaiowa começaram a conviver com demarcações estabelecidas pela Coroa Portuguesa, a fim de fazer valer seus direitos obtidos com o Tratado de Madri¹⁸ (1750), que substituiu o Tratado de Tordesilhas, que na prática já não era mais respeitado. Com isso, Portugal passou a ter a posse sobre as terras do antigo Mato Grosso. Nas palavras de Chamorro (2015, p. 66): “[c]om a descoberta de ouro em Cuiabá, a ocupação portuguesa do Itatim parecia irreversível. Assim, em 1748, criou-se mais uma unidade político-administrativa do Brasil colônia: a Capitania Geral de Mato Grosso”.

Devido ao seu fracasso em manter a paz entre os pretensos colonizadores, o tratado de Madri foi anulado no ano de 1761, e, com isso, os hispano-americanos e luso-brasileiros acirraram suas disputas por terras. Com o esgotamento do embate, por intermédio da Inglaterra e da França, interessadas na trégua do conflito, em 1777 foi instaurado um novo acordo, conhecido como Tratado de Santo Ildefonso. Os povos da mata, também chamados de selvagens pelos não indígenas, eram detentores de territórios com abundantes matas, cenário que foi mudando com as interferências exploratórias dos não indígenas.

Campestrini (2009), ao discorrer sobre o povoamento do antigo Mato Grosso e as aspirações sobre as terras ocupadas por indígenas e sua força de trabalho, cita um trecho do relatório¹⁹ produzido pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, que, ao realizar suas viagens exploratórias no sul da província de Mato Grosso, descreveu sua percepção colonizadora sobre os diferentes grupos étnicos com os quais se deparou e os lugares que esses habitavam. Sobre os Kaiowa, Joaquim Francisco Lopes informou aos seus superiores, um deles o Barão de Antonina, e outros a quem prestava serviço: “[p]ouco conhecimento temos desta nação que habita as imediações do Rio Iguatemi; consta, contudo, que é bastante numerosa, de índole pacífica, dada à vida sedentária e agrícola, dotada de constância, qualidade raríssima entre os

¹⁸ “O tratado estabelecia que a divisa das terras hoje sul-mato-grossenses com as espanholas começava no Rio Iguaré, de localização discutida: os espanhóis entendiam que era o Rio Iguatemi, chegando, mais tarde, a confundir-lo com o Rio Ivinhema; os portugueses defendiam a existência do Iguaré abaixo da serra de Amambaí, portanto, em território paraguaio” (Campestrini, 2009, p. 58).

¹⁹ Os relatórios produzidos por Joaquim Francisco Lopes também eram conhecidos como bandeiras ou derrotas (Campestrini, 2009, p. 207).

indígenas [...]” (Campestrini, 2009, p. 117). Provavelmente, o desconhecimento tenha levado, a princípio, a esta visão reducionista que caracterizava os Kaiowa como povos pacíficos propensos à aculturação. Contudo, esses relatos são importantes registros históricos, pois reafirmam o que as fontes de outras naturezas revelam sobre a habitação de povos Kaiowa nas margens de grandes rios, como o Ivinhema e o Iguatemi; reforçam, ainda, a assertiva de que os núcleos habitacionais eram bastante populosos.

Sobre outras informações registradas pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes em seus relatórios, Chamorro (2015, p. 84) chama a atenção para a descrição dos utensílios disponíveis nas aldeias dos povos Kaiowa: “[o] sertanista observa que as mulheres tinham ‘panelas de ferro, machados ingleses, machetões, facas e facões ingleses obtidos dos paraguaios, e teciam panos de algodão’”. Tais instrumentos utilizados não só pelas mulheres como também pelos homens, mostram que alguns grupos estabeleciam contatos com os não indígenas que se achegavam a esta região. As trocas de instrumentos, a adoção de práticas como cobrir as partes íntimas na presença dos missionários cristãos que insistiam na catequização, mostram o início dessa relação interétnica.

Destarte, como lembra Mota (2018, p. 748), “[a] relação da sociedade nacional com os povos indígenas no século XIX foi marcada por práticas como a ocupação dos seus territórios, sua inserção na sociedade do trabalho de forma disciplinada e sua transformação em população ‘brasileira’”. Para efetivação de tais projetos, que em seu conjunto objetivavam transformar os povos indígenas em não indígenas, o governo e os simpatizantes da ideia de “aculturação”, contaram com a ajuda das instituições religiosas cristãs.

Como bem explica Chamorro (2015, p. 75), a partir de 1844 houve uma acentuada imigração de não indígenas para a região de Mato Grosso, incentivada por João da Silva Machado, o Barão de Antonina, que tinha conhecimento do projeto de uma nova lei que estava para entrar em vigor, sendo ela a Lei de Terras nº 601/1850. O dispositivo legal tinha por objetivo regular a questão fundiária.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.²⁰

²⁰BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l06011850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20pr

As únicas formas legais de acessar as terras devolutas eram através da compra ou por concessão do Governo. A Lei de Terras não contestou os direitos territoriais dos povos indígenas; contudo, essa população foi prejudicada com tal regulamentação do governo imperial, que, naquele contexto, priorizava os interesses dos grandes proprietários. As terras reservadas aos indígenas se destinavam aos aldeamentos, que, por sua vez, tinham por intenção original liberar outros solos para os colonos.

Na segunda metade do século XIX, o resultado das ações de esbulho territorial fomentadas em momentos anteriores foi notado com a redução e dispersão da população indígena. Nesse contexto²¹, os projetos de aldeamento continuavam com o intuito de integrar a população indígena a uma sociedade que se considerava, a seus moldes, desenvolvida. A conversão ao cristianismo e a imposição do modelo de trabalho do sistema capitalista passaram a ser somadas a um outro propósito do Estado.

No clima de incertezas sobre o limite entre Brasil e Paraguai, parte desses indígenas foi aldeada com o fim de ser utilizada em um eventual conflito e para impedir que fosse utilizada pelos adversários. Os aldeamentos deviam catequizar religiosa e politicamente. “Cristianizados”, os indígenas tinham também que ser brasileiros e defender o Brasil (Chamorro, 2015, p. 77).

Embora os povos Guarani e Kaiowa do Brasil não tenham sido o principal alvo de aliciamento para atuarem no conflito armado, defendendo a Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), eles se viram diante de um cenário de guerra nunca visto antes na região. As fronteiras, criadas pelos não indígenas, tinham sido ocupadas por soldados, e pela obscuridade dos projetos econômicos e políticos, o antigo sul de Mato Grosso já não era mais o mesmo. “A primeira e a última fase dessa guerra entre Brasil, Argentina e Uruguai, de um lado, e Paraguai, de outro, se deu em pleno território paĩ-tavyterã e Kaiowa” (Chamorro, 2015, p. 105). Os impactos desse triste acontecimento foram sentidos por diversos grupos indígenas, que já vinham sofrendo com as investidas dos não indígenas sobre seus territórios de ocupação tradicional.

eeenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20prohíbidas%20as%20acqui%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20seja%20o%20de%20compra. Acesso em: 16 abr. 2021.

²¹ Com a Proclamação da República, em 1889, ocorreram algumas mudanças no tratamento da questão indígena. Ao invés de eliminar esses indivíduos indesejados no cenário nacional, o Estado passou a aceitar a presença destes, e perpetuar a ideia de que o reduzido número de indígenas presentes no solo brasileiro seria assimilado pela civilização.

Ao findar-se a guerra, o governo brasileiro, o mais depressa possível, estabeleceu a demarcação definitiva das fronteiras com o país vizinho e logo tratou de promover o povoamento nas proximidades da fronteira. E, com isso, trouxe novos planos para as terras “desabitadas”, que aos olhos dos não indígenas careciam de desenvolvimento, isto é, exploração e modificação da paisagem natural.

A região do antigo sul de Mato Grosso passou a ganhar visibilidade e despertar o interesse do sistema capitalista²², que viu na região um espaço geográfico favorável para exploração de recursos naturais. Tempos depois, houve a implantação da Companhia Matte Larangeira (1882-1943), que, como explica Brand (1997, p. 5):

A partir da década de 1890, quando instalou-se no território ocupado pelos Kaiowá/Guarani, a Cia Matte Larangeira, iniciou-se o processo de ocupação do mesmo, por diversas e sucessivas frentes de expansão e ocupação não indígena. O impacto destas frentes sobre os Kaiowá/Guarani foi diversificado. O trabalho na colheita da erva foi responsável pelo deslocamento de inúmeras aldeias em função da exploração de novos ervais.

O governo federal abriu as portas para o capital privado, permitindo que a Companhia Matte Larangeira explorasse uma grande extensão territorial do sul de Mato Grosso, terras abundantes em erva-mate, porém esses locais não estavam vazios, neles habitavam muitos povos indígenas, dentre eles os Guarani e Kaiowa.²³

De acordo com Brand (1997, p. 62), muitos Guarani e Kaiowa serviram de mão de obra na extração da erva-mate, trabalhando para a Companhia Matte laranjeira, que tinha a concessão para explorar uma grande extensão territorial, que, de modo conseqüente, atingiu boa parte das terras Guarani e Kaiowa. A exploração dos ervais ocorreu, porém, não sem resistência. “Era necessário um amplo e por vezes demorado trabalho de convencimento, para que a Cia Matte Larangeira pudesse retirar a erva-mate” (Brand, 1997, p. 65).

As estratégias de persuasão variavam de acordo com a reação das comunidades. Além de usurpar as terras indígenas, a Companhia também ambicionava a utilização da mão de obra indígena. Assim, quando um coletivo recusava as doações de produtos, como alimentos e roupas, que vinham acompanhados de pedidos cordiais de autorização para explorar os ervais, partia-se para a violência verbal, simbólica e física.

²² Tal sistema econômico interferiu no modo de vida dos Guarani e Kaiowa. A valorização da propriedade privada e a obtenção de lucro contribuiu para o modelo de colonização implementado na região, que se consolidou por meio da expropriação territorial e a exploração da mão de obra.

²³ “As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá/Guarani” (Brand, 1997, p. 62).

Ferreira e Carmo (2018, p. 362), em seus estudos sobre a participação dos povos Guarani e Kaiowa no trabalho da Companhia Mate Larangeira, apresentam alguns trechos de entrevistas realizadas com indígenas que prestaram serviços ou tiveram familiares que trabalharam na extração de erva-mate. Dentre esses depoimentos, está o do Kaiowa João Aquino, que ao falar sobre o trabalho nos ervais, afirma que todas as pessoas adultas trabalhavam. Nas palavras dele²⁴, “Criança não [trabalhava], agora mulher, também trabalha, mulher que não tem família [filhos] tem que acompanhar o marido de madrugada, vai quebrar, também, vai sapecar erva primeiro, depois quebrar”. Tal declaração, nos leva a afirmar que as mulheres Guarani e Kaiowa tiveram não só os seus territórios, como também a mão de obra explorada pela Companhia Mate Larangeira.

Sobre o tratamento e as relações desiguais entre trabalhadores indígenas e não indígenas nos ervais explorados pela Companhia Mate Larangeira, Ferreira e Carmo (2018, p. 364) explicam que a remuneração dos povos indígenas não era em dinheiro, o que existia era uma espécie de troca. Os Guarani e Kaiowa tiveram suas terras e recursos naturais explorados, trabalhavam exaustivamente, sua mobilidade foi reduzida, além disso, trocavam seus serviços por produtos de gênero alimentício, por tecidos e ferramentas de trabalho fornecidos a preços exorbitantes²⁵.

No ano de 1916, a Companhia Mate Larangeira, por meio da Lei 725 de 24 de setembro de 1915, renovou o arrendamento de 1.440.000 hectares de terra, porém teve prejuízos “[p]ois essa mesma lei em seu artigo terceiro liberava a venda pelo Estado de até dois lotes de 3.600 hectares a terceiros, inclusive aos posseiros [...]” (Chamorro, 2015, p. 112). Mesmo com a perda do monopólio, a Companhia continuou com suas práticas exploratórias até 1943, quando perdeu a concessão de terras em virtude de crise econômica, de críticas pelas péssimas condições de trabalho e pelos novos projetos do governo de Getúlio Vargas para a região. Sobre as sequelas causadas aos povos indígenas pelo conjunto de ações da Companhia Mate Larangeira, Chamorro (2015, p. 122), explica:

Uma das consequências do período da Mate para a população Kaiowa foi o fim definitivo do isolamento. Os exploradores já não eram viajantes, forasteiros. A exploração da erva-mate acarretou o surgimento de novos núcleos populacionais e novas cidades [...], de modo que a população não

²⁴ Ferreira e Carmo, (2018, p. 364) informam que a entrevista realizada com João Aquino se encontra arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB-K7 2092. Versão transcrita p. 7.

²⁵ Corroborando essa informação, Chamorro (2015, p. 168), se referindo às observações feitas por Watson (1952), elucida que “os indígenas raramente eram pagos em dinheiro pelo seu trabalho, mas recebiam geralmente facões (machetes), panos, sal, sabão e aguardente.

indígena começou a ocupar e explorar efetivamente a terra e a mão de obra indígena.

Neste contexto, o estado começou a receber imigrantes de outras regiões. Ferreira (2007, p. 32), por exemplo, chama a atenção para o grande número de pessoas não indígenas que saíram do Rio Grande do Sul com destino a Mato Grosso, fugindo dos conflitos da Revolução Federalista (1893-1895). Esses indivíduos chegavam dispostos a ocupar supostas terras devolutas e a formar fazendas de pecuária e agricultura.

As mudanças ocasionadas pelas frentes de exploração na organização social do espaço geográfico e na paisagem natural, não foram uma realidade exclusiva do antigo estado de Mato Grosso, essas também foram corriqueiras em outros estados do País. As Guarani e Kaiowa já não tinham mais a mesma quantidade de espaço físico para se movimentar, e, com isso, se aproximavam constantemente das terras apropriadas indevidamente pelos não indígenas. Desse modo, os conflitos foram ficando cada vez mais violentos, elas não aceitavam perder mais territórios e os exploradores não indígenas, por sua vez, não desistiam de expropriar novas terras para concretizar seus projetos econômicos.

1.3 A EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E AS DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS GUARANI E KAIOWA

Em meio ao acirramento de ataques contra os povos indígenas, os questionamentos acerca dos direitos territoriais desses povos passaram a ganhar maior visibilidade, sendo considerado um problema nacional que o Estado deveria solucionar. Nos debates que se seguiram, um dos caminhos encontrados para avançar com os projetos de pacificação, aculturação e exploração de terras indígenas foi a criação de um órgão que manteria os povos indígenas “sob controle”, daí então foi criado através do Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910 o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). O órgão era responsável por prestar assistência aos povos indígenas, bem como fundar colônias agrícolas e integrá-los ao modelo de civilização considerado ideal por alguns segmentos da sociedade envolvente.

Entre os anos de 1915 e 1928, o órgão, que em 1918 passou a ser unicamente destinado ao trato da questão indígena, chamado de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criou no sul do estado de Mato Grosso do Sul oito reservas indígenas, que serviriam como uma espécie de depósitos de pessoas. Essas reservas, além de terem uma extensão territorial muito pequena, também não correspondiam integralmente aos territórios de ocupação tradicional. “Com a

desculpa de libertá-los da exploração, demarcaram pequenas reservas de terra, liberando o restante do seu território tradicional, riquíssimo em erva-mate, para a exploração de terceiros” (Ferreira, 2007, p. 89).

Conforme Brand (1997, p. 115), o SPI contribuiu com o deslocamento de indígenas para as reservas, liberando terras para a criação de espaços “vazios”, espaços de grande importância para o sistema capitalista, pois em suas localidades não tinham apenas grandes ervais, havia também uma grande extensão de matas, córregos e terras boas para a agricultura.

Muitos Guarani e Kaiowa resistiram para adentrar no que Brand (1997, p. 91) denominou de espaços de “confinamento”, isto é, espaços restritos e com fronteiras bem delimitadas, espaços que rapidamente foram compondo novos cenários muito próximos de fazendas e de perímetros urbanos.

A política de reservamento inaugurada pelo órgão indigenista em Mato Grosso do Sul, ocorreu de modo semelhante a outros estados. João Pacheco de Oliveira (2016, p. 208-209), ao falar sobre a segunda fase do movimento de territorialização²⁶, que teria ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1920, lembra que as ações do SPI em demarcar espaços físicos para os povos indígenas, também introduziu elementos de caráter organizacional que constituíram um modo específico de habitar esses espaços. Em outras palavras: “[e]sse processo de territorialização trouxe consigo a imposição de instituições e crenças características de um modo de vida próprio aos índios que habitavam as reservas indígenas e são objeto, com maior grau de compulsão, do exercício paternalista da tutela [...]” (Oliveira, 2016, p. 208-209). O mesmo ocorreu em MS, quando as reservas indígenas receberam, em seus núcleos, preceitos para uma organização pautada em ideais que reforçariam o que o Estado e a sociedade envolvente defendiam como funções e práticas necessárias para a organização política indígena.

Esta circunstância nos faz pensar na continuidade do movimento de exploração e expropriação dentro das reservas, já que:

Muitos grupos sociais podem estar “desterritorializados” sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural (Haesbaert, 2016, p. 251).

De acordo com Pereira (2018, p. 782), as intervenções na organização do espaço e relações estabelecidas no interior da Reserva Indígena de Dourados foram se intensificando na

²⁶ De acordo com Oliveira (2016, p. 205-206), o primeiro processo de territorialização ocorreu nos séculos XVII e XVIII, com as missões religiosas e suas tentativas de aldeamento. De modo semelhante, o segundo também teve como objetivo reunir populações indígenas em solos delimitados pelo Estado nacional.

mesma medida em que a população indígena aumentava, e, com isso, o espaço aos poucos foi se tornando insuficiente para as novas necessidades e problemas de naturezas diversas. Diante desse cenário, “[a] publicidade desses problemas passou a atrair ainda mais a atenção de agências indigenistas da sociedade nacional, que se veem compelidas a intensificar suas ações no local”.

Ainda no caso da Reserva Indígena de Dourados, que recebeu um grande fluxo de indígenas oriundos de diferentes comunidades Kaiowa, Guarani e Terena, Pereira (2018) aponta que muitos dos problemas ocorridos nesse espaço estão relacionados às diferenças étnicas entre tais grupos e a representação política. A pouca extensão territorial da reserva fez surgir conflitos por ocasião da disputa de espaço e poder interno.

Nesse contexto, os agentes do SPI, que, em sua maioria, eram homens, direcionaram suas ações, seguindo os parâmetros sociais vigentes na sociedade envolvente, desrespeitando a autonomia organizacional dos povos indígenas que habitavam as reservas. Além das funções burocráticas que adentravam as reservas indígenas, como a separação de lotes, que se assemelhava muito ao loteamento não indígena e as novas instituições de ensino e saúde pública, também havia funções exercidas pelos próprios indígenas que interessavam ao SPI.

A figura do capitão e do chefe de posto indígena era vantajosa para o órgão indigenista, mesmo que a comunidade desconhecesse tal função ou não a considerasse pertinente, ela existiu para compor o projeto protecionista direcionado aos “verdadeiros” povos indígenas. O sistema de organização, baseado na soberania do chefe de posto e na autoridade do capitão, continuou sendo praticado nas reservas indígenas de MS, mesmo após a Constituição de 1988 (Pereira, 2018, p. 791)²⁷.

No decurso desse processo, ainda eram presentes no imaginário não indígena os resquícios de uma percepção de aculturação, como também havia a desconfiança com relação à noção de falsos indígenas, aqueles que, segundo os julgamentos de setores ruralistas da sociedade envolvente, não tinham características físicas e costumes que comprovassem sua procedência étnica. Além disso, a mistura étnica entre os próprios povos indígenas era vista como um fator enfraquecedor da “pureza étnica”. Sobre essa concepção estereotipada, Pereira (2018, p. 788), ao abordar as três etnias indígenas responsáveis por ocupar a reserva indígena de Dourados, explica que apesar de viverem em uma mesma reserva, cada um desses grupos

²⁷ Ainda de acordo com Pereira (2018, p. 791), a função de capitão só foi banida no ano de 2008, momento em que a FUNAI extinguiu o sistema de capitânias indígenas, “A partir daí, não foram mais emitidas as portarias que reconheciam o cargo de “capitão”.

étnicos manifesta suas identidades de diferentes maneiras, que são expostas através da língua, da religião, da culinária, dentre outros componentes culturais que as diferencia.

Isto não significa que cada uma dessas tradições culturais manteve-se inalterada no tempo. Pelo contrário, as identidades terena, guarani e kaiowa passaram por significativas transformações, como resultado das mudanças no ambiente de vida e de sua participação no cenário multiétnico indígena, assim como nas relações que cada uma dessas etnias mantém com a sociedade nacional. A manutenção da identidade étnica implica o sentimento de pertencimento a um segmento humano exclusivo, o que é muito forte entre as três etnias que vivem na terra indígena de Dourados. Cada uma dessas etnias percebe-se e é percebida pelas outras como diferente, já que o convívio próximo e contínuo não dilui as diferenças (Pereira, 2018, p. 788).

A autoafirmação da identidade étnica não significava que os grupos se colocassem em posições opostas nesse espaço; pelo contrário, apesar de reconhecerem suas diferenças, eles também reconheciam as condições históricas e sociais que os uniam. Assim, uma das formas de manter a existência de suas identidades era estabelecer os diálogos e negociações no sentido de fortalecer suas lutas contra o desrespeito aos seus direitos territoriais.

Com o projeto de formação de colônias agrícolas idealizado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, o atual Mato Grosso do Sul sofreu na década de 1950 uma exponencial mudança demográfica, migrantes de diversas regiões do País vinham em busca de oportunidades. O governo ditatorial, preocupado com as terras “ociosas” que ainda não estavam integradas ao processo de expansão capitalista, engendrou o projeto “Marcha para Oeste”, que, de acordo com Coelho (2010, p. 107), tratava-se de um plano idealizador de integração em que “o sentimento de pertencimento à Nação foi idealizado como a definitiva ocupação das ‘fronteiras’ internas ao desenvolver o imperialismo interno”.

A proposta de desenvolvimento econômico e populacional se sustentava na falsa noção de “espaços vazios”, que inculcia a ideia da ausência de grupos humanos habitando essas terras. A ocultação da presença indígena fazia parte do projeto do governo federal, que dizia levar o progresso para o interior. E, como resultado desse pernicioso projeto, os povos indígenas tiveram suas terras invadidas, sendo expulsos e direcionados para as reservas indígenas, que naquele momento eram utilizadas como depósitos de pessoas que ali estariam seguras, isto é, que não seriam empecilho para os projetos econômicos do governo federal. Além disso, Cavalcante (2019, p. 30-31) lembra que “[a]s reservas cumpriram o importante papel de abrigo para territorialização precária daquelas centenas de *tekoha* que foram expulsos de suas terras para dar espaço às atividades da economia capitalista que se desenvolveram ao longo do século XX”.

Com os investimentos feitos para conectar os estados e facilitar a mobilidade entre esses, o governo, além de se autopromover, também passou a monitorar com mais frequência as ações políticas, econômicas e sociais das regiões interioranas. A política intervencionista e nacionalista de Getúlio Vargas defendia a harmonia entre as diferentes etnias existentes no solo brasileiro, a qual dependeria dos grupos minoritários que, por sua vez, deveriam acatar as decisões tomadas em nome da pátria, da família e do cristianismo, isto é, dos interesses ideológicos do governo. Juntamente com tal política unilateral, também se almejava o progresso econômico a partir da expansão agrícola. O respectivo projeto desconsiderou a presença indígena nas terras cobiçadas, situação que provocou uma série de problemas envolvendo disputas territoriais.

Com o advento do projeto político do Estado Novo, foram empreendidos esforços para que a “Marcha para Oeste” tivesse sucesso. Dentre as medidas adotadas, houve a criação de colônias agrícolas, por exemplo, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criada pelo Decreto-lei nº 5.941 em 1943. A formação da CAND fez crescer os projetos de exploração na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, e para consolidar as mudanças almejadas dentro da colônia, foi realizado um trabalho de busca por mão de obra indígena. De acordo com Lenharo (1986, p. 50), “Para o Estado Novo, as colônias agrícolas nacionais funcionariam como viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos”.

Diante da implantação da Colônia, os representantes das comunidades Guarani e Kaiowa, enquanto agentes que exerciam figuras específicas dentro de uma dinâmica coletiva, tentaram debater com servidores do SPI sobre a restrição de liberdade imposta por estranhos sobre os territórios indígenas, como se pode observar nos registros de Brand (1997, p. 79): “Em ofício do agente do Posto (Francisco Horta), de Dourados, datado de 20-11-1946, este disse que o índio queria ir pessoalmente tratar do assunto da terra”. Isto mostra que os indígenas tentaram debater sobre o assunto, a fim de obter uma solução pacífica para este problema.

Os povos Guarani e Kaiowa não obtiveram êxito nas tentativas de diálogo, então manifestaram seu descontentamento com a situação de outras formas. Sobre esse contexto de resistência, Vietta (2018, p. 355) elucida que “[a]o se negarem a prestar serviços aos empreiteiros, eles foram ameaçados e obrigados a trabalhar sem receber nada em troca”.

Do mesmo modo, a violência foi empregada também pelos ditos fazendeiros. De acordo com Chamorro (2018, p. 306), nas décadas de 1940 e 1950 a relação entre não indígenas e indígenas na região do atual Mato Grosso do Sul foi de observação e descobrimento das reais

intenções do outro, as curiosidades existiam de ambas as partes, logo depois, a observação deu lugar aos conflitos. Inicialmente, os pretensos colonizadores, sabendo que precisavam dos conhecimentos e serviços dos indígenas, estenderam uma falsa bandeira de paz, utilizando-se da violência simbólica²⁸ para obter vantagens, porém seus planos desonestos logo foram descobertos pelos Guarani e Kaiowa, que percebendo os perigos dessa relação e a impossibilidade de manter uma relação dialógica pacífica e honesta, procuraram se distanciar, permanecendo nos seus territórios, mais especificamente, nos fundos das fazendas.

Os não indígenas, por oposição à existência dos Guarani e Kaiowa na região que era de interesse econômico, criaram diferentes instrumentos e obstáculos para impor e reforçar a lógica colonial de dominação de um grupo sobre outros e tudo que lhes pertence, principalmente o direito substancial de permanecer nos territórios de ocupação tradicional. Assim, “[a] partir da década de 1970, a presença de famílias e até de aldeias indígenas, nos “fundos das fazendas”, passa a representar um “incômodo” para os proprietários” (Chamorro, 2018, p. 307).

Não obstante, a relação de força estabelecida por uma das partes reproduzia os seus padrões culturais de dominação patriarcal. Ao mesmo tempo que essa lógica de dominação interferiu na vida das mulheres e homens Guarani e Kaiowa, ela também atingiu negativamente o meio ambiente.

As consequências da mudança demográfica não demoraram a aparecer na paisagem natural da região, o desmatamento foi acelerando na medida em que as fazendas foram sendo formadas. De acordo com Chamorro (2018, p. 321), “[o]s Kaiowa mantiveram-se como ‘gente da mata’ até a derrubada de seus últimos esconderijos, nos anos 1970, por exemplo, na região de Juti e Naviraí”. A autora explica ainda que os avanços das frentes colonizadoras e a retirada forçada dos povos Guarani e Kaiowa de seus territórios não se deu de forma linear e nem idêntica em todo o Estado.

As novas dinâmicas econômicas que emergiram na segunda metade do século XX exploravam não só as terras indígenas, como também incluíam os povos indígenas como mão de obra apta aos trabalhos mais pesados, como abertura de estradas e derrubada de matas para a liberação de espaços para a atividade agropecuária que passava a ser cada vez mais valorizada na região.

²⁸ Pierre Bourdieu (1989), em sua obra “O poder simbólico”, explica que apesar de invisível a violência que não é percebida aos olhos, pois vai além das marcas físicas, é um tipo de violência bastante nociva para aqueles que estão na pior posição da hierarquia social. Este tipo de violência pode ser empregado tanto por instituições como também por indivíduos que se apoiam no exercício de uma certa condição de autoridade.

Durante e após o trabalho de derrubada da mata, muitos Guarani e Kaiowa se acomodavam nos fundos das fazendas, porém para permanecer nesses locais era necessário aceitar a relação de troca proposta pelos pretensos proprietários rurais, que permitiam a permanência nos fundos das propriedades apenas para os trabalhadores. Sobre as características das moradias construídas nos fundos das fazendas, Vietta (2018, p. 351-352) expõe que eram, “[e]m geral, casas com telhados de duas águas construídas de sapé, folhas de pindó, taquara e madeiras inferiores do ponto de vista material e cosmológico[...]”. Essa estrutura física de casa já não era igual às tradicionais, a redução de tamanho e também os materiais e métodos de construção não eram os mesmos, além disso, nesses espaços, não podia existir a *oygusu* – casa grande, que tradicionalmente era construída pelo xamã.

Os Guarani e Kaiowa que não concordassem com as condições impostas pelos não indígenas eram forçados a se retirar do local. O desejo de permanecer no *tehoka* ou próximo a este levou muitas sujeitas e sujeitos a aceitarem essa situação prejudicial. Para Silva (2007, p. 121), nesse contexto passaram a ser exercidas duas formas de trabalho, a primeira foi o trabalho assalariado caracterizado por práticas mais duradouras, e a segunda foi o trabalho temporário, este último “[c]om vistas à obtenção de dinheiro em espécie ou bens não produzidos (a ‘changa’)”. Para compreendermos melhor o termo *changa*, recorreremos às explicações de Rubem Ferreira Tomaz de Almeida.

Compreendida pelos índios como “trabalho” para os de fora, para os estrangeiros [yvyporipeguarã], a *changa* é uma atividade antiga, já que a força de trabalho Guarani tem sido utilizada no decorrer dos últimos 500 anos na implantação de variadas iniciativas econômicas. O colonizador procurou aproveitar a força de trabalho indígena, e esse procedimento constitui uma forma de relação interétnica, inerente ao contrato, caracterizada pela exploração da força de trabalho como fonte de riqueza apropriada pelos brancos (Almeida, 2001, p. 159).

De acordo com Schaden (1974, p. 182-184), os homens estariam mais propensos aos contatos interétnicos por serem eles os responsáveis por garantir o sustento que, em muitos casos, começava a ser buscado fora de suas comunidades, como a *changa*. Isso não quer dizer que as mulheres não estabeleciam contatos com não indígenas, esses contatos se davam por outros ensejos.

Os lotes distribuídos nas reservas às famílias Guarani e Kaiowa eram pequenos e insuficientes para o plantio, além disso, era desconsiderado o fato de que as famílias cresciam. Conforme Brand (1997, p. 209), antes da chegada dos colonos e consequente interferência no

modo de vida tradicional, “[c]abia aos homens a tarefa de derrubada da mata, a queima e limpeza do terreno e, às mulheres, o plantio e a colheita dos produtos”.

Os homens eram os responsáveis por garantir alimentos às suas famílias, por isso era muito comum que eles se deslocassem para outros lugares para obter trabalho assalariado nas usinas de álcool e fazendas, assim ficavam um longo período longe de suas esposas e filhos, que permaneciam na reserva. Sobre a condição das mulheres que vivenciaram o deslocamento de seus pais, parceiros e filhos mais velhos, Brand (1997, p. 217) explica: “É efetivamente sobre as mulheres que pesam mais as dificuldades provocadas pelo assalariamento dos homens e pela redução das lavouras internas. São elas que respondem, no dia a dia, pela comida dos filhos que permanecem junto a elas nas reservas”. Enquanto alguns homens saíam para trabalhar, quem cuidava do *tekoha* eram as mulheres.

Cabe lembrar que muitas mulheres tiveram que recorrer aos trabalhos oferecidos fora de seus territórios para garantir o sustento dos seus filhos. Assim, mulheres e homens Guarani e Kaiowa, por razões diversas, estabeleceram relações trabalhistas com os não indígenas, relações essas marcadas pela desigualdade. Utilizando as análises²⁹ de Karl Marx (2013) sobre a divisão social do trabalho, podemos depreender que a população Guarani e Kaiowa ocupava a pior posição no processo produtivo, seja na Companhia Mate Larangeira ou no trabalho prestado para os proprietários rurais, pois esses possuíam apenas a sua força de trabalho (mercadoria), que era trocada por outras mercadorias que não correspondiam ao real valor da produtividade desses trabalhadores. Essas pessoas tinham consciência de que estavam em desvantagem nessas relações, porém, diante das novas condições impostas pela expropriação territorial, pelas novas necessidades de dependência³⁰ e pela pressão dos órgãos governamentais, que muito insistiram na difusão do trabalho capitalista, a *changa* se tornou inevitável.

O trabalho assalariado também adentrou as reservas indígenas. O “Relatório nominal do pessoal assalariado da IR5 no primeiro semestre de 1946”, produzido pela Inspeção Regional número 5, responsável pelo posto indígena Benjamin Constant, situado no município de Amambai – MS, registrou a realização do pagamento em dinheiro feito a 13 mulheres que

²⁹ Utilizamos esse entendimento, que parte da cultura ocidental, pois estamos nos referindo a relações trabalhistas que funcionaram aos moldes dessa.

³⁰ Algumas dessas dependências eram causadas pelas novas doenças trazidas pelos não indígenas que exigiam o uso de remédios que não eram produzidos pelas comunidades indígenas (Ferreira; Carmo, 2018, p. 364).

trabalhavam na área de educação e saúde. Essas mulheres receberam por 150 dias de trabalho a média de 2.400,00 Cruzeiros, isto é, a diária saía no valor de 16,00 Cruzeiros³¹.

Seja dentro ou fora dos territórios indígenas demarcados, a exploração da mão de obra retratava as interferências do estado e da sociedade envolvente, que, em sua maioria, defendia os interesses do sistema capitalista³². As ações sociais e econômicas empreendidas nesses espaços não se restringiram apenas ao fomento do trabalho assalariado, mas também à mudança de hábitos culturais, o que gerou novas formas de se relacionar com o território. “Sobre as práticas culturais, cabe frisar que elas trazem as marcas das conjunturas históricas vividas” (Chamorro, 2018, p. 321).

Muitas mulheres e homens Guarani e Kaiowa não aceitaram conviver com essa diferente e gananciosa lógica de trabalho dos não indígenas, e com isso se afastavam de seus territórios em busca de liberdade para viverem de acordo com seu modo de vida tradicional. Tal situação foi exposta no jornal *Porantim*³³:

[...] O capitalismo avança, expropriando as terras indígenas e criando o trabalho assalariado ao separar o trabalhador das suas terras. Como qualquer peão, os Kaiowá-Guarani, com algum tempo de trabalho, “perambulam por aí, esfarrapados e bêbados de fazenda em fazenda, desesperados e sem futuro”. Triturados até o limite máximo pelas fazendas e finalmente vomitados por elas. Arrancado de suas terras, o capitalismo reserva esse futuro sombrio aos povos indígenas “emancipados” [...].

De forma rápida, o trabalho assalariado nas fazendas provocou muitas interferências na vida das comunidades Guarani e Kaiowa, muitas pessoas que, por diferentes motivos, adentraram ao mundo do trabalho assalariado, apresentaram dificuldades em lidar com a lógica capitalista. Na entrevista feita pela indigenista Veronice Lovato Rossato (1995), com a senhora

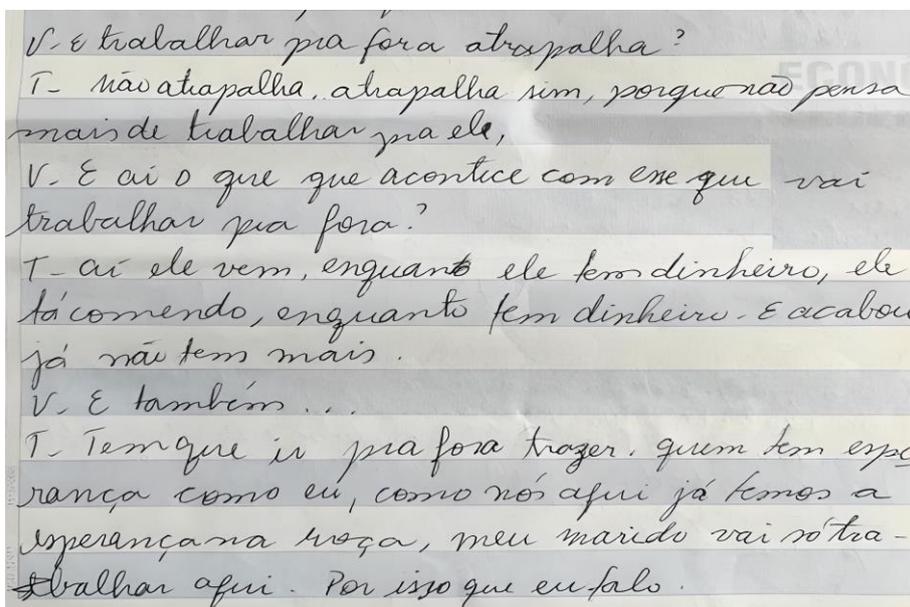
³¹ Relatório nominal do pessoal assalariado da IR5 no primeiro semestre de 1946 – Acervo SPI/INSPETORI-Regional-5 IR-/999_Vários Postos/caixa33/planilha 324. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&hf=www.museudoindio.gov.br&pagfis=136755. Acesso em: 12 maio 2021.

³² A exploração da mão de obra Guarani e Kaiowa intensificou o afastamento dessas pessoas dos seus *tekoha* e, nesse contexto, o SPI, órgão responsável pela defesa e proteção dos direitos indígenas, nada fez para intervir nas ações dos agentes externos que tentaram modificar as práticas laborais no interior dos territórios indígenas. Ao contrário, o órgão priorizou os interesses dos setores econômicos hegemônicos.

³³ Periódicos *Porantim*. Reportagem – Fazendeiros ameaçam de morte três líderes da nação Kaiowa. Periódicos/*Porantim*/1980/lii nº 17 – abril – 80. Fazendeiros ameaçam de morte três líderes da nação Kaiowá Hemeroteca Indígena. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=34301>. Acesso em: 12 maio 2021.

Tereza Aquino, da etnia Guarani, residente em Te'yikue, Caarapó – MS, foi abordado o tema trabalho assalariado nas fazendas. Abaixo podemos visualizar um trecho³⁴:

Figura 1 – Entrevista feita por Veronice Rossato com a Guarani Tereza Aquino



Fonte: Centro de Documentação Teko Arandu – NEPPI.

Em vários momentos da entrevista, Tereza Aquino reforçou sua reprovação à saída de indígenas de seus territórios para prestação de serviços em terras que, em muitos casos, tinham sido roubadas por pessoas que diziam ter o direito de propriedade. Para ela, interessava mais trabalhar nas terras da família.

É de conhecimento coletivo que os códigos inerentes às relações de convívio interétnico se constroem em processos descontínuos e não lineares, e que em seu curso os valores tradicionais e as inovações ocorrem em toda e qualquer cultura. Resistir à mudança para preservar as permanências é uma escolha, do mesmo modo que permitir as mudanças necessárias ou desejáveis também é uma escolha. Seja por sutis processos históricos ou por grandes acontecimentos a cultura se modifica, pois não é estática e inerte às transformações do espaço e tempo.

Em muitos momentos, a cultura Guarani e Kaiowa foi ignorada, a relação de troca foi desigual, os não indígenas esqueceram de pedir licença para adentrar os territórios/vidas indígenas e impor suas lógicas de trabalho capitalista, que, todavia, divergiam dos princípios

³⁴ Tereza Aquino: depoimento [1995]. Entrevistador: Veronice Lovato Rossato. Aldeia Te'yikue, Caarapó – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu. (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

básicos de trabalho voltados para a subsistência e a reciprocidade. Todavia, as mulheres e os homens Guarani e Kaiowa também souberam utilizar da lógica de trabalho capitalista para percorrer outros caminhos em busca de recursos para suas comunidades.

Schaden (1974) observou, na sua pesquisa realizada em meados do século XX, que a valorização do trabalho entre os povos Guarani segue critérios próprios:

A eficiência econômica do indivíduo não representa fonte de prestígio especial. Duas são as razões principais deste fato: primeiro, a feição predominantemente comunitária de produção e consumo e, em segundo lugar, a orientação da cultura e o relevo dado à comunhão com o sobrenatural. O primeiro destes fatores faz com que o estímulo para o trabalho se relacione estreitamente com a intensidade do sentimento de solidariedade social. Somente com a progressiva individualização dos trabalhos econômicos e a aceitação dos valores correspondentes como elementos de diferenciação social, a noção do indivíduo vadio ou trabalhador e a do homem pobre ou rico vão adquirindo sentido para o espírito Guarani (Schaden, 1974, p. 37-38).

As questões econômicas não eram prioridade para esses povos, isso não quer dizer que não tivessem importância, mas, sim, que existiam outros aspectos da vida humana que tinham a mesma ou mais primazia, a religião era uma delas. A importância dada à vida religiosa era notada em várias esferas do âmbito social, “[i]nclusive na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como simples pretexto para a realização de cerimônias de contacto com o sobrenatural e controle dos poderes pessoais que se julgam ter influência no destino dos homens” (Schaden, 1974, p. 39). Os rituais, danças e rezas eram motivos para celebrações, para isso, mulheres e homens se empenhavam na preparação das práticas religiosas. A religiosidade fazia e faz parte da vida cotidiana, sendo uma das mais importantes bases para a orientação do agir humano. Como podemos observar nas palavras de Dominga Rodrigues (1995)³⁵:

[...] E nós quando chegamos em nossas aldeias vamos continuar rezando mesmo que seja de nossas camas, para nos fortalecermos, mesmo cansados para que façamos ouvir por Deus (ñandejara). [...] Através da nossa reza conseguimos muitas coisas, inclusive nas retomadas, não acontece tanto conflito sangrento, porque nós seguramos mesmo cansados, doentes, velhos, nós ajudamos.

³⁵ Dominga Rodrigues: depoimento [1995]. Entrevistador: Antônio J. Brand. Aty Guasu, reserva indígena de Dourados – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu. (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

As rezas serviam como importantes componentes de luta, sendo acionadas em todos os acontecimentos, especialmente nos momentos de busca por fortalecimento espiritual. Dominga Rodrigues, que era rezadora, sabia da importância da prática religiosa para manter o grupo unido e assim permanecer nas retomadas defendendo o *tekoha* de Ñande Ru Marangatu. Destarte, apesar das investidas contra os territórios, culturas e vida das mulheres e homens Guarani e Kaiowa, a resistência se manifestou de diferentes formas.

Retomar o território é voltar a viver no solo de ocupação tradicional, é mostrar a urgência em concluir a demarcação, é reivindicar, é ter e dar esperanças aos que acreditam na força das comunidades Guarani e Kaiowa. Sobre a dinamicidade desse fenômeno, concordamos com a análise feita pela antropóloga Lauriene Seraguza Olegário e Souza:

[...] retomada pode ser configurada como uma categoria polissêmica e multidimensional capaz de ser compreendida, atualizada e percebida em distintos povos e coletivos, tornando-se uma filosofia da retomada de um modo e modelo de existência, de reconstituição histórica, interrompidos numa situação extrema e desigual (Souza, 2023, p. 79).

Diante das ofensivas dos pretensos latifundiários e do Estado nacional, cada vez mais comunidades passaram a investir nas retomadas como medida de urgência para reocupar pequenas porções do *tekoha*. Nos próximos capítulos desta tese, tal medida será observada a partir de dados factuais.

1.4 O DIREITO À DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E AS MOBILIZAÇÕES PELA SUA EFETIVAÇÃO

Discutir a territorialidade das mulheres Guarani e Kaiowa é falar acerca do poder que tem o laço territorial, poder este que é o de exprimir os valores éticos, afetivos, materiais, espirituais e simbólicos de um povo ou comunidade edificados ao longo da sua história e do fato de que esta noção deve pautar as discussões sobre os direitos territoriais, desde seu processo de reconhecimento até o momento da aplicação dos instrumentos normativos.

Como mencionado anteriormente, os séculos XVIII e XIX foram marcados pelo estreitamento de relações interétnicas, e nesse processo as mulheres e homens Guarani e Kaiowa não foram agentes passivos, pelo contrário, a todo momento protagonizaram as complexas situações que chegavam até suas comunidades e remodelavam suas próprias políticas para responderem aos embates promovidos a partir dessas relações. Nesse processo, “[o]s distintos grupos indígenas também refletiam sobre como lidar com os ‘Branco’ que

invadiam seus territórios e os pressionavam a tornarem-se ‘Brasileiros’” (Mota, 2018, p. 747). Cabe enfatizar que houve uma relação, isto é, houve uma ação das partes envolvidas nesses contextos, e, neste caso, os povos Guarani e Kaiowa agiram para que as fronteiras interétnicas fossem fluídas.

Que o diálogo e as trocas foram desiguais, isto é inegável, todavia, também não podemos negar que novas estratégias foram adotadas. Os Guarani e Kaiowa trataram de se apropriar dos mecanismos da sociedade envolvente para reivindicar seus direitos que, teoricamente, já eram parcialmente reconhecidos nos preceitos legais nos distintos momentos históricos dos períodos colonial e, depois, imperial (Almeida, 2010).

A não aceitação da “política integracionista” foi uma das respostas dadas ao governo e a toda sociedade que acreditava ser possível exterminar as culturas indígenas de forma mais sutil. Assim, os projetos de catequização e de “aculturação” por meio da expropriação territorial, da introdução de um sistema escolar desrespeitoso e de tantas outras iniciativas que objetivavam destruir as características étnicas dos povos indígenas, não obtiveram sucesso.

As diversas culturas indígenas existentes em solo brasileiro acompanham, mesmo sem querer, as mudanças organizacionais das culturas não indígenas, que, a partir de suas singularidades, interferem nas culturas indígenas. Essas interferências, em muitos casos, se dão de forma impositiva na tentativa de modificar os elementos superorgânicos³⁶. Contudo, ressaltamos a necessidade de lembrar das ressignificações empreendidas pelas mulheres e homens Guarani e Kaiowa como estratégia de luta, uma delas foi a busca pelo conhecimento das leis que orientavam a sociedade envolvente.

Com muita propriedade, Perrone-Moisés (1992, p. 115) se refere à política indigenista portuguesa no Brasil, refletindo sobre suas idiossincrasias e profundas contradições: “[c]ontraditória, oscilante, hipócrita: são esses os adjetivos empregados, de forma unânime, para qualificar a legislação e a política da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial”. Tais adjetivos adotados pela autora se justificam pela divergência entre o projeto colonial expresso nas leis e sua real aplicação. O reconhecimento do direito à liberdade absoluta não condizia com a política de aldeamento, a mesma divergência ocorria entre o reconhecimento expresso nos textos jurídicos quanto à existência dos direitos territoriais da população indígena e as práticas coloniais que manifestavam a negação desses direitos.

³⁶ Laraia (2015, p. 36), explica que Alfred Kroeber (1917) desenvolveu o conceito de superorgânico para explorar a natureza da cultura, se referindo àquilo que transcende o plano orgânico.

O reconhecimento dos direitos indígenas aos seus territórios de ocupação tradicional não é algo recente, pelo contrário, ele emergiu na legislação implantada pela metrópole portuguesa. Sobre os alvarás, cartas régias e determinações expedidas no decorrer do período colonial, José Afonso da Silva explica:

Foi ainda no período colonial que se criou o primeiro texto legal que fundamentou o direito dos índios especialmente sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas, qual seja, a Carta Régia de 30 de julho de 1611, depois o Alvará de 1º de abril de 1680, que reconheceu o direito de posse permanente das terras ocupadas pelos índios, o *indigenato*. A Lei de 6 de junho de 1775 também o reconheceu ao determinar que, na concessão de sesmarias, se respeitassem o direito dos índios, primários e naturais senhores das terras por eles ocupadas (Silva, 2018, p. 20).

As disposições outorgadas no período colonial foram resultados das decisões tomadas pela monarquia portuguesa, que preocupada com sua imagem perante os demais países europeus e a pressão da igreja católica, adotou medidas que evocaram, teoricamente, o reconhecimento da humanidade dos povos indígenas convertidos ao cristianismo.

As terras garantidas para os povos indígenas, em parte, eram aquelas que os colonos e os jesuítas destinaram para a formação de aldeamento, isto é, espaços utilizados para aprisionar os indígenas considerados aliados, e também as sesmarias, pouco acessadas pelos povos indígenas. Os indígenas que não concordaram em viver nesses locais, por diversos motivos, por exemplo, por não aceitarem a conversão à religião cristã, foram considerados inimigos e, por isso, tiveram de enfrentar a “Guerra Justa”. Para Perrone-Moisés (2000, p. 116), a guerra chamada de justa se justificava diante dos preceitos legais por dois problemas que os colonos tinham, um seria a agressividade dos indígenas contra os exploradores portugueses e seus descendentes, e o outro pelo impedimento do trabalho da missão evangelizadora. “Se a guerra justa era o principal caso legalmente reconhecido de escravização [...], ela tinha uma consequência legal importante: as terras dos povos vencidos revertiam para os vencedores” (Perrone-Moisés, 2000, p. 116). E, assim, a escravização, o roubo de terras, o genocídio e o etnocídio³⁷ foram justificados.

A pouca preocupação com as normas jurídicas que tratavam dos direitos indígenas, manifestadas nos posicionamentos de boa parte da população não indígena, foi uma ação

³⁷ Para Souza Filho (2018, p. 89), o genocídio e o etnocídio estão intrinsecamente relacionados e de forma projetada fizeram parte das ações da sociedade envolvente para exterminar os povos indígenas, ora vistos como semelhantes, ora como diferentes.

constante que atravessou os séculos subsequentes, e que, em muitos casos, somente aperfeiçoou o tratamento colonizador.

Com a expulsão dos jesuítas e o fim dos aldeamentos verificados em meados do século XVIII, novos projetos de exploração ganharam espaços e deram continuidade à política do desrespeito e da violação dos direitos dos povos indígenas. A expropriação de terras indígenas para formação de colônias, de fazendas e de cidades foi uma das ações que marcaram o conjunto daquelas que reafirmavam uma política de negação às diferenças étnicas. Foram negados não só o direito de viver nos territórios de ocupação tradicional, mas também o direito de ser indígena nos espaços que lhes era possível habitar. Sobre a modalidade de territorialização imposta aos povos indígenas brasileiros no século XIX, Pacheco de Oliveira expõe que as condições de vida eram desfavoráveis para o viver das culturas, das tradições e das etnicidades:

Afastados de um destino coletivo, trilhando trajetórias individuais para escapar aos estigmas e para se fazer passar por brancos, os descendentes de indígenas tenderam a escamotear suas tradições culturais e a abandonar sua língua, seja traduzindo o étnico à dimensão familiar e vivenciando um forte conflito entre esfera doméstica e esferas públicas, seja fragmentando-o ainda mais e, por meio de casamentos interétnicos, limitando-o à memória de alguns ascendentes. O resultado desse processo foi sempre a invisibilização da presença indígena dentro dos espaços da sociedade nacional (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 271).

À medida que os conflitos se acirravam no campo de batalha idealizado pelos setores econômicos do País e a população indígena lutava pelo reconhecimento de seus direitos, muitas comunidades foram invadidas, o que provocava a dispersão de alguns indivíduos. A desestruturação do coletivo era uma estratégia empreendida com o objetivo de enfraquecer determinados grupos étnicos de uma região, para assim se beneficiar da vulnerabilidade dos desacompanhados. Contudo, muitas comunidades, percebendo a estratégia dos adversários, se articularam para não permitir que tal fragmentação acontecesse. A luta dos povos indígenas não se dava apenas pela sobrevivência, mas também pelo direito de viver com dignidade em seus territórios. No início do século XX, a luta indígena ganhou mais visibilidade no cenário nacional e internacional, o que favoreceu novas discussões sobre os direitos indígenas.

Com a terceira Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1934, foi incluído no Direito Constitucional um posicionamento sobre os direitos territoriais dos povos indígenas³⁸,

³⁸ Cabe lembrar que a introdução sobre o tema se deu em momentos anteriores, como explica Cavalcante (2016, p. 3): “No Brasil, a proteção aos direitos territoriais indígenas é anterior até mesmo à independência. Já no século XVII, por meio do Alvará Régio de 1º de abril de 1680, a coroa portuguesa garantia aos indígenas alguns direitos com relação às terras que ocupavam”.

de acordo com o art. 129, “[s]erá respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. Mesmo com tal reconhecimento constitucional, os direitos territoriais dos povos indígenas foram desrespeitados.

As Constituições posteriores seguiram tratando sobre o reconhecimento do direito dos povos indígenas brasileiros às suas terras de ocupações tradicionais, uma delas foi a Constituição de 1967, outorgada durante o regime ditatorial, que representou um marco significativo no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, afirmando em seu art. 186 que “[é] assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

Nesse contexto histórico, em substituição ao SPI, foi criado um órgão indigenista, por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, denominado Fundação Nacional do Índio (FUNAI)³⁹ sendo este o responsável por executar a política indigenista em solo brasileiro. Ainda em um contexto político conturbado, o órgão indigenista pouco fez para melhorar a relação do Estado e da sociedade envolvente com as populações indígenas, sua política protetora foi reforçada por outras diretrizes.

A Constituição de 1967, junto à Emenda número 1 de 1969, reconheceu as terras indígenas como propriedades da União, que seriam destinadas ao uso exclusivo dos povos indígenas e ressaltaram que os recursos naturais existentes nessas terras seriam de usufruto exclusivo dos seus habitantes. Nas palavras de Cavalcante (2016, p. 3-4):

Já a Constituição de 1967, somada à Emenda número 1 de 1969, além da posse, garantiu o usufruto exclusivo das riquezas e a inalienabilidade das terras, dando algumas bases para a construção do conceito jurídico de “terra indígena”. De fato, essa noção entrou no ordenamento jurídico nacional por meio da Lei 6.001 de 1973, o Estatuto do Índio, que regulamentou a matéria territorial indígena, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Foi no Estatuto do Índio que o conceito “terra indígena” apareceu pela primeira vez nas leis nacionais.

As terras indígenas foram reconhecidas pelas leis da sociedade envolvente enquanto espaços de ocupação tradicional que deveriam ser demarcadas para consolidação de tal direito.

³⁹ A FUNAI até 1991 era vinculada ao extinto Ministério do Interior, em seguida passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça, e a partir da medida provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, a Fundação passou a ser vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas. Para verificar as áreas de competência do Ministério dos Povos Indígenas, consultar: BRASIL. Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.

A mesma sociedade que em seus contratos de convivência social registrou o reconhecimento dos direitos indígenas, foi a que desrespeitou suas próprias diretrizes e continuou a negar atenção aos assuntos que envolviam as necessidades territoriais. Mesmo diante do reconhecimento do direito territorial dos povos indígenas, o Estado manteve uma perspectiva assimilacionista e continuou favorecendo os interesses da classe latifundiária que detinha grande influência sobre as decisões governamentais.

Em meio a um contexto histórico no qual diversos grupos da sociedade envolvente e das sociedades indígenas não suportavam mais as diversas formas de violências fomentadas pelos governos autoritários, foi o momento em que as articulações e alianças em prol da democracia e dos direitos humanos começaram a ganhar força e se estabelecerem enquanto movimentos sociais que atuavam pelo retorno e ampliação dos direitos de cidadania. Nessa mesma conjuntura, os diferentes grupos étnicos indígenas estabeleceram articulações que ganharam visibilidade nacional.

De acordo com Pacheco de Oliveira (2016, p. 276), as primeiras reuniões protagonizadas pelo movimento, chamadas de assembleias, iniciaram em 1974 no antigo estado de Mato Grosso, e graças à sua eficácia, elas não tardaram a acontecer em outros estados, ademais, “[t]ais assembleias, que até o final da década chegaram a 15, tiveram grande importância para revelar um conjunto de indígenas que funcionavam como porta-vozes das reivindicações de seus povos, com especial destaque para a demarcação de terras”.

Cabe ressaltar que o reconhecimento da sociedade envolvente a respeito da existência das mobilizações indígenas ocorreu na década de 1970, mas isso não quer dizer que as ações coletivas tenham iniciado apenas na segunda metade do século XX. Os próprios estudos históricos mostram que há fortes indícios que outras formas de mobilizações existiram desde as primeiras relações de contato com os não indígenas, podendo ser verificadas através dos conflitos verbais, das lutas físicas, das fugas dos aldeamentos, dos suicídios, dentre outras formas de resistência (Bicalho, 2010, p. 35).

As assembleias indígenas foram responsáveis por dar início a um movimento de caráter oficializado, embora as alianças com outros movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) tenham contribuído para dar visibilidade à causa indígena, o protagonismo e a orientação de um repertório próprio foram os fatores responsáveis pelo bom desempenho do movimento indígena na década de 1970. Essa nova forma de luta, empreendida pelos povos indígenas, além de promover novos debates, também promoveu novos papéis desempenhados por mulheres e homens.

Como estabelecem um jogo de compulsões próprias e abrem para os índios espaços bem diferentes do que aqueles existentes na política indigenista oficial, podemos considerar essas iniciativas como conjuntos articulados de compulsões e estratégias que geram modelos organizativos distintos, isto é, formas associativas, papéis e articulações sociais, bem como lemas e bandeiras (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 275).

Muitos povos indígenas espalhados pelo Brasil se uniram em defesa dos seus direitos coletivos, representando todos os indígenas brasileiros que, cansados de uma política governamental colonizadora, exigiam respeito às suas histórias, culturas e diferenças étnicas. Devido ao caráter emancipador, o movimento atuou pelos interesses de cerca de 305 etnias indígenas, tornando públicas suas próprias versões da história. Um dos movimentos instituídos na década de 1990, foi o Comitê Intertribal que, ao abordar a trajetória de organizações indígenas no Brasil, ressaltou:

Há mais de quatro séculos, os povos indígenas da América, estão articulando um movimento próprio de organização para debater, propor e decidir o encaminhamento de suas reivindicações junto aos governos representados pelo homem branco, principalmente o direito de viverem em seus habitat natural, suas terras originais. [...] No Brasil, ao que tudo indica, esse processo se acelerou com a chegada da esquadra do almirante português – Pedro Álvares Cabral, em 1500. Mas foi em 1980, com a criação da União das Nações Indígenas (UNIND e depois, UNI) é que o movimento indígena brasileiro de fato tomou corpo, inaugurando uma nova etapa na luta dos diversos povos indígenas do país. Este evento histórico propiciou decisivamente a participação pioneira de um grupo de 15 índios estudantes entre os quais, Bakairi, Bororo, Karajá, Terena, Tuxã, Canela e Xavante, durante a comemoração da semana do Índio, ou mais precisamente, em 16 de abril de 1980, em Brasília – Capital da República Federativa do Brasil. **Desta forma, o movimento indígena tem crescido, sobretudo com o reforço da presença da mulher no âmbito de toda a luta dos povos indígenas** (Comitê Intertribal – 500 Anos de Resistência, 1991, n. p, grifo nosso).

Formado por indígenas de diferentes etnias, o Comitê Intertribal foi um dos movimentos que atuou em busca do diálogo interétnico. A equipe organizadora contou com a participação de mulheres, como a Kaiowa Anahí, “estudante e membra do movimento indígena de mulheres”, e Marta Guarani “líder do movimento indígena em MS” (Comitê Intertribal – 500 Anos de Resistência, 1991, n. p). A crescente participação das mulheres no movimento foi substancial nas ações sociais e no fortalecimento das reivindicações pelo direito territorial.

Bicalho (2010, p. 255), em entrevista com uma importante defensora dos direitos indígenas, registrou que “[p]ara a líder indígena Joênia Batista de Carvalho Wapichana, o ‘Movimento Indígena são ações, são renovações, são mudanças’ que perpassam diferentes

contextos históricos do País”. Cada contexto histórico exigiu novas formas de agir, por isso, a forma de lutar pelo reconhecimento e efetivação de direitos também mudou. Os povos indígenas passaram a conhecer e utilizar as ferramentas não indígenas para dialogar com as esferas administrativa, legislativa e judicial.

A partir do momento em que as duas partes se dispuseram a discutir as possibilidades e limites dos direitos indígenas, ambas assumiram o compromisso de não se utilizarem de qualquer forma de violência. Conforme explica Bordieu (1989, p. 229), recorrer ao universo jurídico é “[e]ntrar no jogo, conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar tacitamente a adoção de um modo de expressão e de discussão que implica a renúncia à violência física e às formas elementares da violência simbólica”. Os povos indígenas, na busca incessante do diálogo, aceitaram as propostas feitas pela sociedade envolvente, mas também se posicionaram, apresentando as suas concepções acerca do que fora posto em discussão, isso, enquanto cidadãos brasileiros detentores de direitos diferenciados.

Dentre as principais pautas do movimento indígena das décadas de 1970 e 1980, destaca-se o direito à demarcação de seus territórios de ocupação tradicional, dado que, assim como os outros direitos, esse também era negado. Nessa circunstância, os povos indígenas reivindicaram o principal elemento necessário para a existência não só da identidade étnica, mas para a vida de todas as pessoas indígenas. Para Souza Filho (2018, p. 93), “Se é negada a existência, deixa de existir o direito territorial; se é negado o território, está negada a existência, porque aos poucos vai matando a etnicidade”. À vista disso, a luta pelo território nunca cessou, pois lutar por esse espaço físico também significa lutar pela vida.

E foi com muita luta que a Constituição Federal de 1988 reconheceu a existência dos povos indígenas enquanto povos diferenciados, e, por isso, detentores de direitos específicos. Na perspectiva de Souza Filho (2018, p. 93), a presente Constituição, somada aos debates sobre os direitos dos povos indígenas a nível internacional que ocorreram em momentos posteriores, contribuiu para o rompimento do paradigma integracionista, nesse diapasão: “Romper com o integracionismo significa reconhecer os povos como portadores de direitos coletivos, sujeitos de direitos coletivos, portanto sujeitos do direito de existir e continuar existindo, segundo seus usos, costumes e tradições [...]”. Para tanto, o último texto constitucional apresentou importantes prescrições, no que diz respeito aos direitos territoriais:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Ademais, foram ignoradas as prescrições do Código Civil de 1916 e do Decreto n. 5.484 de junho de 1928, que até então regularizavam “[a] situação dos indígenas nascidos no território nacional”, e, em seu âmago, consideravam os povos indígenas incapazes de responder por si mesmos. Por isso, todos aqueles não adaptados às regras da sociedade envolvente ficavam sob a tutela do Estado. De modo contrário, a Constituição Federal de 1988 passou a prever, no Art. 232, que “[o]s índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

Com os avanços no texto constitucional, os povos indígenas passaram a ingressar com ações na Justiça, não dependendo mais das mediações do órgão indigenista para reivindicar seus direitos, em especial, a demarcação de terras. Utilizando-se do *status* jurídico de índios⁴⁰, eles puderam viabilizar ações coletivas em prol da defesa das terras já demarcadas e pela agilização de novas demarcações. O reconhecimento de terras indígenas pela União, passou a

⁴⁰ Para Melo (2018, p. 12), a denominação genérica de “índios” criada por Cristóvão Colombo, foi ressignificada ao longo do tempo, em especial, nas abordagens normativas, “A atual Constituição Federal do Brasil, embora contenha capítulo específico sobre índios, não firma seu conceito e emprega o termo em sua forma plural, “índios”, com o propósito de retratar uma diversidade indígena tanto interétnica como intraétnica”.

incluir uma nova dimensão de espaço físico, antes norteada por noções engessadas que não atendiam todas as necessidades de um território indígena. Quanto a isso:

“[...] atualmente, ao se realizar a identificação e a delimitação de uma terra indígena, o grupo técnico não se limita a levantar os espaços necessários para a habitação e reprodução econômica de um povo, mas também inclui aqueles locais de relevância para a sua cultura, religião e organização social” (Cavalcante, 2013, p. 47).

O caráter físico-material não é o único, nem o mais importante nos espaços onde as relações históricas e sociais dão sentido ao lugar. No caso dos Guarani e Kaiowa, o espaço de ocupação tradicional não se restringe a pequenas porções de espaços territoriais, como nas reservas reconhecidas durante o século XX em Mato Grosso do Sul, que contemplam apenas uma parte do que era o *tekoha*. Essa perspectiva inerente ao modo de vida desses povos, é norteadora dos trabalhos de demarcação territorial.

O Decreto nº 1.775, de 1996 versa sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, ele determina que os procedimentos devem seguir rigorosamente fases e subfases para deliberar se a terra reivindicada é de ocupação tradicional indígena ou não. De acordo com a Constituição Federal, o processo administrativo de demarcação é responsabilidade do Poder Executivo que efetiva a demarcação, a partir do trabalho de identificação e demarcação física realizado pela FUNAI.

O Poder Executivo, a fim de efetivar o processo administrativo de demarcação, segue os seguintes estágios: estudo de identificação e delimitação; contraditório administrativo; declaração de limites; demarcação física; levantamento fundiário; homologação; retirada de ocupantes não indígenas; registro das terras indígenas na CRI e/ou SPU; interdição de áreas para proteção dos povos indígenas isolados⁴¹.

Inicialmente, a FUNAI forma um Grupo Técnico (GT) constituído por profissionais especializados que identificam, isto é, analisam e registram as informações sobre a área reivindicada, a partir do Relatório de Identificação e Delimitação, ocorre a delimitação, através de mapas e coordenadas geográficas. Os demais procedimentos que compõem a demarcação também seguem critérios previamente estabelecidos e fundamentados na lei vigente. Além da disponibilidade de uma equipe de profissionais, a demarcação também exige recursos financeiros para sua viabilização, o que tem sido uma das grandes dificuldades enfrentadas pela FUNAI, já que os cortes orçamentários se tornaram uma ocorrência perene. A limitação de

⁴¹ FUNAI – Demarcação de terras. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>

recursos dificulta o trabalho técnico operacional da instituição, o que inviabiliza o trabalho de demarcação e, conseqüentemente, contribui para a situação de vulnerabilidade das comunidades que esperam pelo reconhecimento de seus territórios.

Apesar da Constituição Federal atender as principais pautas dos povos indígenas, esta foi e ainda permanece no plano teórico, o que gera a perpetuação dos mesmos e de novos problemas. Como bem lembra Cavalcante (2013, p. 48), “O Art. 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988 estabeleceu o prazo de cinco anos para que a União concluísse a demarcação das terras indígenas. Estes cinco anos não foram cumpridos [...]”. Um dos fatores que influenciaram o descumprimento desse acordo foram as demasiadas contestações dos proprietários rurais acerca das decisões judiciais favoráveis às demarcações.

Dentre as limitações ao direito territorial dos povos indígenas, o próprio judiciário já apresentou interpretações repletas de parcialidade que sugeriram análises fora dos limites fixados na natureza da lei, exemplo disso é a “tese do marco temporal” (Silva, 2018, p. 26).

A bancada ruralista, bem representada e assentada no Congresso Nacional, por muito tempo, contou com o apoio do Governo Federal para atrasar, e, até mesmo, paralisar a regularização fundiária das terras indígenas. As omissões do Poder Público privilegiaram, de modo patente, os interesses daqueles que movimentam as engrenagens do sistema capitalista. Dentre essas destaca-se a morosidade do sistema judiciário brasileiro, que favoreceu a perpetuação da injustiça social vista em séculos anteriores.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mulheres, em contexto regional e nacional, acrescentaram nas pautas de suas reuniões, o debate sobre a execução de seus direitos. Conforme Eliane Potiguara, no “Encontro Internacional Indígena em Altamira”, no ano de 1989, “[a]s mulheres buscam o fortalecimento da luta, ao lado dos homens, também nas questões centrais, como a demarcação das terras, as invasões, violências e mortes, enfim, o cumprimento da Constituição, a paz”. Esse encontro reuniu mulheres e homens de diferentes etnias, dentre elas, a Guarani; juntos, discutiram os problemas de suas comunidades e a necessidade de as garantias constitucionais serem cumpridas⁴².

Mesmo diante das diversas formas de negação aos seus direitos, os povos indígenas não desencorajaram, pelo contrário, continuaram lutando, à sua maneira, para que a União cumprisse com o acordo assumido perante toda a população indígena e não indígena. Desde

⁴² PERIÓDICO JORNAL GRUMIN. Encontro Internacional Indígena em Altamira – Eliane Potiguara. Ano I, nº I. 1989. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=mulher%20guarani&id=56130881715&pagfis=20267>. Acesso em: 29 maio 2023.

1988 até os dias atuais, os diversos povos indígenas, dentre eles, os Guarani e Kaiowa, empreenderam novas formas de articulação em âmbito local, regional e nacional para cobrar não mais pelo reconhecimento, e sim pela permanência e efetivação dos direitos coletivos dos povos indígenas brasileiros.

Do mesmo modo que afirmamos que os povos indígenas, enquanto força coletiva, assumiram outras estratégias de luta, também afirmamos que as mulheres Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul desenvolveram suas próprias estratégias para lutar pela regularização fundiária de seus territórios. Como vimos no decorrer desse capítulo, as relações histórico-sociais vivenciadas no *tekoha* foram construídas por mulheres e homens, adultos e crianças, jovens e idosos, além de todos os elementos invisíveis aos olhos ocidentais. Assim, existiu e existe uma única luta pelo território, que conta com atuações de diferentes sujeitas e sujeitos. Nesse seguimento, defendemos a tese de que as mulheres, mais do que estarem presentes, sempre estiveram atuando nos movimentos de defesa dos territórios Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 2

FATORES HISTÓRICOS QUE FOMENTARAM A LUTA PELO TERRITÓRIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Neste capítulo, partimos de uma abordagem motivada por dados pretéritos para entender as relações socioculturais e políticas estabelecidas pelas Guarani e Kaiowa e outros indivíduos indígenas e não indígenas que, de alguma forma, fizeram parte das dinâmicas organizacionais do *tekoha* na segunda metade do século XX. Tal retorno se faz necessário para demonstrar a tese deste trabalho, a qual defende a assertiva de que a história de expropriação dos territórios Guarani e Kaiowa esteve acompanhada das trajetórias de luta das mulheres, que sempre estiveram atuando de diferentes formas pelo direito territorial. Para tanto, utilizamos como fontes documentos extraídos do arquivo da Coordenação Regional da Fundação do Índio (FUNAI) de Ponta Porã/MS, catalogados pelo Centro de Documentação Regional da UFGD, entre os quais constam registros do Conselho Indigenista Missionário, cópias de processos judiciais, recortes de jornais, dentre outros. Recorremos a processos judiciais eletrônicos que contribuem no esclarecimento de determinados fatos históricos. E, para agregar informações à discussão proposta, contamos também com a fonte oral.

Apesar das limitações que os documentos apresentam, em virtude de sua fragmentação ou serem produzidos por não indígenas, eles são fontes históricas fundamentais no desenvolvimento da tese que procuro demonstrar, pois ajudam evidenciar a participação central das Guarani e Kaiowa no movimento de luta pelo *tekoha*. É de conhecimento coletivo que o passado não é inteiramente acessível aos que desejam conhecê-lo, para articular informações que tragam resquícios de fatos históricos as historiadoras e os historiadores necessitam se debruçar sobre documentos de diferentes naturezas que forneçam pistas e dados concisos que lhes possibilitem uma produção histórica, isto é, contar uma história.

Sobre os documentos escritos, fonte central do presente capítulo, procuramos seguir os ensinamentos de Le Goff (1990, p. 537), e, mais do que nos preocuparmos em extrair desses documentos o máximo de informações, procuramos respeitar os seus limites, não tencionamos acrescentar nada do que eles não tenham. A análise desses documentos se faz em conjunto com referenciais teóricos que dialogam sobre o contexto histórico e geográfico em questão. Dito isso, cabe ressaltar que os documentos escritos não são origem dos fatos observados, mas perpassam pela história de luta das Guarani e Kaiowa em prol de seus territórios.

2.1 AS IDENTIDADES DAS SUJEITAS DE LUTA

Para iniciar a análise das atuações e repostas das Guarani e Kaiowa, diante da aceleração da expropriação territorial que se deu na segunda metade do século XX, devemos lembrar que estamos nos referindo a mulheres que possuem identidades étnicas e culturais específicas. Para tanto, faz-se necessário ponderar os esforços dos estudos ocidentais para compreender alguns aspectos das culturas.

Compartilhamos do pensamento de Vannucchi (1999, p. 21) sobre a epistemologia do termo cultura, que, de acordo com o filósofo, trata-se de um dos elementos mais difíceis de se definir de forma completa, por isso contamos com diferentes definições, que, por sua vez, se aproximam e fornecem às diferentes áreas conceituais a noção básica de cultura. Porém, não se deve esquecer que:

Somente se poderá conceituar cultura como autorrealização da pessoa humana no seu mundo, numa interação dialética entre os dois, sempre em dimensão social. Algo que não se cristaliza apenas no plano do conhecimento teórico, mas também no da sensibilidade, da ação e da comunicação (Vannucchi, 1999, p. 21).

É importante observar o que teóricos de diferentes áreas do conhecimento dizem a respeito do termo cultura.

Para a História:

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (Burk, 2005, p. 43).

Para a Filosofia:

Cultura, na ótica filosófica, é a forma própria e específica da existência fenomenologizada, ou seja, um processo histórico permanente e inevitável, em que o ser humano tanto representa o sujeito produtivo como o objeto produzido. Em suma, os homens são seres culturais por natureza (Vannucchi, 1999, p. 24).

Para a Antropologia:

Cultura ou civilização, tomada em seu sentido etnológico mais vasto, é um todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem

enquanto membro da sociedade (Tylor, 1871, p. 1, *apud* Cardoso, 2003, p. 34).

O mundo, hodiernamente, encontra-se em meio a diversas mudanças, por isso não podemos falar em cultura enquanto conceito acabado e único, pois trata-se de um conceito dinâmico. Referindo-se especificamente ao Brasil, este é um país que se compõe de diferentes culturas, a diversidade é uma das características do País.

A Constituição Federal de 1988, art. 215, dita que: “O Estado garantirá a todas as pessoas o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Desse modo, todos os cidadãos brasileiros têm o direito de manifestar suas culturas, segundo seus interesses, expectativas e necessidades. A concepção de diversidade cultural nos permite perceber que as culturas indígenas não constituem um coletivo único. Pelo contrário, assim como existem diferentes povos indígenas, existem diferentes culturas. Segundo dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, estima-se a existência de 305 diferentes etnias indígenas no território brasileiro, o total de indígenas residentes no Brasil é 1.693.535 pessoas⁴³. Isso representa uma grande diversidade de grupos que possuem características próprias e que agem sob a natureza de diferentes formas. De acordo com Laraia (2015, p. 80):

A participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. Este fato é tão verdadeiro nas sociedades complexas com um alto grau de especialização quanto nas simples, onde a especialização refere-se apenas às determinadas pelas diferenças de sexo e de idade: [...] a maior parte das sociedades humanas permite uma mais ampla participação na vida cultural aos elementos do sexo masculino.

Para o autor, em nenhuma sociedade existe a possibilidade de o sujeito dominar todos os aspectos de sua cultura, pois existem fatores que influenciam nas vivências que nos fazem iguais e diferentes, um deles é a diferenciação do sexo biológico, que em alguns casos torna o uso de instrumentos e mecanismos necessários ao processo de criação e fruição cultural algo desigual.

A formação do masculino e do feminino é resultado do arbitrário cultural e de cada configuração social relacionada ao seu tempo. Os produtos comportamentais pertinentes à vida

⁴³ IBGE, Censo demográfico 2022. O Brasil indígena. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

social humana dependem do conjunto de códigos próprios a cada povo. Esses códigos herdados de gerações anteriores podem ser reconstruídos. Como explica Laraia (2015, p. 45): “A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênero, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade”. As metamorfoses manifestadas no sistema cultural, em muitas sociedades, permitiram a desnaturalização da supremacia masculina. Novos campos de debate foram inaugurados, dentre eles, o fator biológico como um determinante na invisibilidade dos papéis sociais.

Faz parte do exercício histórico e antropológico reconhecer o quanto a atuação das Guarani e Kaiowa é mais respeitável em seu núcleo cultural do que aquilo que pode ser percebido por qualquer observação especulativa. O olhar, muitas vezes orientado pela visão ocidental, impede que a pesquisadora ou pesquisador considere as intersubjetividades ao analisar os comportamentos dos sujeitos como revelador da cultura à qual pertencem, pois as relações sociais de um grupo nem sempre revelam todos os aspectos de determinada cultura. Ao observar os comportamentos de mulheres e homens, o risco é iminente, como alerta Strathern (2006, p. 28):

O perigo provém não simplesmente dos valores particulares que as representações de gênero ocidentais atribuem a esta ou àquela atividade, mas dos pressupostos subjacentes a respeito da natureza da sociedade e de como tal natureza é transformada em objeto de conhecimento.

As maneiras específicas, por meio das quais mulheres e homens de determinadas culturas agem sobre o meio e reagem diante dos acontecimentos que abrangem a totalidade, são vestígios e informações, que são significativas, porém não são absolutas.

Nietzsche (2007) elucida que não existe verdade absoluta, e sim diferentes fatos que são contados a partir da perspectiva dos mais “fortes”, que, por sua vez, exprimem discursos que revelam sua vontade de potência⁴⁴. “Em princípio, o pesquisador dessas verdades procura apenas a metamorfose do mundo nos homens; esforça-se por uma compreensão do mundo visto como uma coisa própria ao homem e, na melhor das hipóteses, granjeia para si o sentimento de

⁴⁴ Inclui-se aqui o importante fato, central à referência feita por nós, de que a vontade de potência é definidora do estatuto do desenvolvimento de um discurso sobre o mundo e sobre as relações nele presentes. Não somente, evidentemente, na busca por uma explicação “naturalizada” de fenômenos e acontecimentos observáveis, mas também de interpretações sociais e culturais dirigidas ou não a interesses de grupos e classes. De modo que toda abordagem do mundo e descrição da complexa gama de relações nele presente já é, em primeiro lugar, descrição elaborada por alguém ou por um grupo que, parcialmente, se aproxima da realidade, a toca, figura-a no pensamento, mas não a esgota (Moura, 2014, p. 198).

uma assimilação” (Nietzsche, 2007, p. 40). Assim como não existem verdades absolutas, também não existem pesquisas científicas que relatem afirmações completas sobre os preceitos culturais, até porque estes são dinâmicos.

Strathern (2006, p. 447) ressalta que uma cultura só pode ser percebida em sua especificidade a partir do olhar de outra cultura. Um sujeito que está no seio de sua cultura tem dificuldades em perceber suas identidades sem sair ou se deparar com o “diferente”, lembrando que tudo aquilo que não é semelhante, que não possui características que indiquem igualdade ou que não se conhece, é tido como diferente.

A existência de diferentes povos, nações e grupos humanos denota a diversidade cultural, por isso, conhecer e se aproximar dos símbolos e da lógica externa que conduz um determinado povo é um processo fundamental para que se possa compreender os elementos culturais. Como nos lembra Santos (1987, p. 8), “[é] preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos”.

Nesse sentido, ao mencionar as culturas Guarani e Kaiowa, falamos a partir de uma ilha não indígena, que observa à distância as dinâmicas históricas e sociais que constituem as ilhas das Guarani e Kaiowa. As culturas são construtos centrais para pensar a atuação das mulheres Guarani e Kaiowa na esfera política, pois elas perpassam tudo aquilo que é social. E como já foi abordado no capítulo anterior, Schaden explica que os povos Guarani podem ser divididos em três grandes grupos, “[o]s Nãndéva (aos quais pertencem os Apapokúva, que se tornam famosos pelo trabalho de Curt Nimuendajú). Os Mbüa e os Kayová. Estes últimos são os únicos que hoje em dia não usam, em face de estranhos, a autodenominação Guarani” (Schaden, 1974, p. 2). Portanto, ao falar das Guarani e Kaiowa, consideramos que existem diferenças entre os grupos, porém nos atentaremos às semelhanças para analisar suas atuações conjuntas e particulares em prol de seus territórios.

Brand (1997, p. 8) afirmou que: “É na aldeia, enquanto *tekoha* (teko = modo-de-ser e ha = lugar onde), que os Kaiowá/Guarani vivenciam e atualizam este seu modo-de-ser”. Ao considerar o contexto histórico de expropriação territorial, acrescentamos que é no território e em outros espaços, atuando em defesa do *tekoha*, que o modo-de-ser é concebido e ressignificado.

“Disseminados em pequenos núcleos numa extensa área, os Guarani hoje existentes em território nacional se caracterizam pela multiplicidade de situações de contato interétnico” (Schaden, 1974, p. 5). Contato esse que promoveu, em sua maioria, experiências marcantes às Guarani e Kaiowa. A seguir, observaremos alguns acontecimentos que nos mostram como essas

experiências promovidas pelo contato e, conseqüentemente, pelo desrespeito ao território indígena ocasionaram ações/reações políticas entre essas mulheres.

2.2 A RETOMADA COMO UM MÉTODO DE REIVINDICAÇÃO

Como foi abordado no capítulo anterior, as ações das frentes exploratórias promoveram grandes mudanças na vida das comunidades Guarani e Kaiowa, o distanciamento forçado dos territórios de ocupação tradicional foi o principal fator responsável por essas mudanças. Com as novas modalidades de ocupação territorial, limitadas entre os fundos das fazendas que faziam parte dos grandes espaços de ocupação tradicional, das reservas indígenas que não correspondiam à totalidade do *tekoha*, das periferias das áreas urbanas e das novas modalidades de ocupação reconhecidas como acampamentos indígenas em áreas irregulares, o modo de viver foi profundamente afetado. Essas experiências, em sua maioria negativas, promoveram descontentamentos e inquietações que foram manifestadas de forma direta nas relações com os não indígenas.

Ao longo da história de contato com os não indígenas, as Guarani e Kaiowa têm enfrentado de forma perspicaz os desafios resultantes das relações desiguais que insistem em colocar os povos indígenas à margem de seus direitos.

Sobre o processo histórico que conduziu os povos Guarani e Kaiowa a uma condição de vulnerabilidade, Brand (1997, p. 44) explica que “[e]nquanto sociedade colonizada, eles acabam sempre mais ‘despossuídos’ e por isso mesmo sempre mais dependentes”. Sendo obrigados a conviver com um sistema de governo que suprime a liberdade dos povos indígenas e nega seus direitos constitucionais.

Marlene Ricardi de Souza, em sua pesquisa de mestrado, refletiu sobre os efeitos dessa vulnerabilidade, que causou inúmeros impactos negativos na vida das mulheres e homens Guarani e Kaiowa, e, segundo ela, foi a partir desses impactos que surgiram novos papéis sociais. Em suas palavras:

As transformações no modo de Ser Mulher Guarani e Kaiowá no MS ocorreram na esteira das mudanças impostas pelo colonizador, pelo não indígena, seja ele fazendeiro, colono, pequeno agricultor, na medida em que o estado brasileiro legitima ações governamentais e não governamentais que destituem essas populações, o povo indígena, as mulheres de seus territórios, de seu *tekoha*, como observa Brand, (1997, p. 08), inviabilizando as mulheres guarani e kaiowá de exercerem plenamente o seu modo de vida específico e tradicional (Souza, 2020, p. 34).

Com a perda dos territórios, a vida das Guarani e Kaiowa passou por rápidas e drásticas mudanças, foi diante de um novo cenário, marcado pelo desrespeito e pela violência, que essas mulheres desenvolveram estratégias de luta pela permanência do “*teko porã rã*” bom viver. Como explica a guarani Sandra Benites em seu trabalho de conclusão de curso:

Para nós Guarani, é importante ter no nosso tekoa *yxyry, yakã porã*, ter mata com variedades de árvores, plantas medicinais e diversos bichos, lugar para fazer nossa roça: plantar milho (*avaty ete* principalmente), melancia, amendoim, comandai, banana, mandioca. Não pode faltar a *opy* - referência do *mbya arandu* – conhecimento guarani, lugar onde discutimos saúde, educação, nossa vida. Aqui é o princípio da nossa forma de ser, é o lugar onde praticamos *nhandereko* – o jeito de ser e viver guarani. [...] Vivemos em um lugar omoexakã por Nhanderu ete. Este tekoa é para nós Guarani *yvy porã* – alegria, que nos possibilita ter teko porã rã – boa vida, bom viver. Se nós Guarani não tivermos acesso a *yvy porã* – terra boa, a gente perde *mbya arandu rã* – a sabedoria guarani (Benites, 2015, p. 22).

Destarte, o *tekoha* pode proporcionar todos os elementos necessários para o bom viver Guarani, o que inclui os recursos materiais e imateriais, mas, para isso, é necessário que ele seja acessado e cuidado por aqueles que pertencem a esse solo. O afastamento forçado limita o jeito de viver Guarani.

Brand, em seus estudos, informa sobre a dinâmica relação entre o modo tradicional de vida e as inovações resultantes de outro tempo, outros contatos, outras experiências que modificaram a organização da vida social dos povos Guarani e Kaiowa. Isso fica evidente na seguinte colocação: “O confronto entre o bom modo-de-ser dos antepassados (*tekoyma*) e o novo modo-de-ser (*tekopyahu*) que vem do entorno regional, emerge em todos os relatos” (Brand, 1997, p. 22). O novo modo-de-ser esteve atrelado às mudanças culturais, como relatou Odulia, em entrevista a Brand (1995), durante assembleia Aty Guasu: “Já está acabando o que é bem original, antigo. As coisas estão mudando, mudou a cultura”.

As metamorfoses resultaram de uma complexa variedade de práticas sociais que envolveu diferentes grupos humanos, e por isso, diferentes perspectivas. Foi diante de um cenário de muitos embates, que as manifestações socialmente reconhecidas como políticas passaram a ganhar novas características, isso porque a maneira de se organizar mudou.

É difícil analisar o movimento de luta pelo território desenvolvido pelas Guarani e Kaiowa sem compreender a construção da comunicação entre elas e os atores da sociedade civil contrários à demarcação. Esta comunicação foi atravessada por desencontros, silenciamentos e negações que se modificaram, de acordo com os interesses atinentes a cada período da história.

As mudanças que se deram nessas comunicações e intercomunicações nos trazem questões pertinentes para perceber a relação conflituosa entre as duas partes.

Tanto os desencontros quanto as resistências existentes nas relações desiguais entre os povos Guarani e Kaiowa e a população não indígena não resultam apenas em imposições, nem em histórias lineares, singulares e idênticas, mas fazem parte de um processo que envolve conservação e transformação. Desse modo, existem vários caminhos em cada processo histórico e em cada espaço territorial.

Nesse ínterim, as características do movimento de luta pela terra em Mato Grosso do Sul se modificaram a partir de meados do século XX, porque a conjuntura sociopolítica do estado e do País mudou e o movimento se redefiniu em função dessas mudanças. Não se pode deixar de lembrar que as sujeitas e os sujeitos dessa articulação também promoveram a mudança no perfil do movimento, pois elas e eles mudaram enquanto agentes constituidores de suas histórias.

Os primeiros trabalhos historiográficos produzidos sobre os povos Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul mencionam muito pouco a participação das mulheres na gênese do movimento de luta pela demarcação territorial, movimento esse de caráter político, o que nos leva a indagar: Como era a atuação dessas mulheres na promoção de pautas, discussões coletivas e ações para defender o *tekoha*?

As ações de enfrentamento contra a expropriação, ameaças e desrespeito ao território de ocupação tradicional, empreendidas pelas Guarani e Kaiowa partiram de diferentes frentes. Como explica Brand (1997), em meados do século XX houve uma aceleração nas ações de desrespeito e investidas contra os territórios Guarani e Kaiowa, territórios esses que abrigavam diversas comunidades, com formas de organização muito próprias, e que foram impactadas pelas interferências neocoloniais. A vida no *tekoha* passou a mudar, os que conseguiram permanecer nele, viviam em constante estado de alerta contra as investidas de invasores não indígenas, já as comunidades que foram expulsas de forma abrupta ou gradual, lutaram de diferentes formas na tentativa de impedir tal infortúnio.

Em decorrência do processo de expropriação, muitos Guarani e Kaiowa foram forçados a se deslocarem para outros lugares, essa dinâmica fez surgir o que Haesbaert chama de “reterritorialização”. Sobre este processo, ele afirma: “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização” (2016, p. 131). A reterritorialização, na grande maioria dos casos, não propiciava o fundamental princípio étnico, que era a identidade territorial, pois o espaço geográfico que forçadamente ocupavam não atendia as necessidades do *modus vivendi* Guarani

e Kaiowa. É no território de ocupação tradicional que se constroem novas histórias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário dos interesses dos grupos sociais não indígenas.

Por isso, a reterritorialização em novos espaços foi acompanhada, ao mesmo tempo, do embate contra políticas hegemônicas de colonização. A luta pelo território de ocupação tradicional proporcionou um maior contato com outros grupos étnicos e sociais, tanto povos indígenas e com não indígenas, o que encurtou as distâncias de comunicação. A adoção de mecanismos dialógicos interétnicos com intensidades e propósitos diferentes permeou todas as fases da luta pela defesa territorial.

Mais do que demandar um bem material, o território é também um bem imaterial que agrega elementos simbólicos imprescindíveis ao bem-estar, por isso, a luta pelo *tekoha* assume características específicas. Conforme ressalta Scherer-Warren (2018, p. 47):

Quando necessidades materiais se transformam em representações simbólicas de carências de determinados grupos e, conseqüentemente, eles constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social dessa situação, temos nascimento de uma ação coletiva ou de movimento social específico [...].

O movimento de luta pelo território tradicional dos povos Guarani e Kaiowa foi formado por sujeitas e sujeitos, que movidos por interesses em comum, mobilizaram-se em prol dos objetivos coletivos. Cabe ressaltar, que estamos usando a noção de sujeitas, amparados no entendimento de Gohn (1997), que embora não situe a categoria sujeito no feminino, faz importantes reflexões a respeito do surgimento de um novo sujeito histórico-social, que surgiu a partir dos novos desafios e necessidades advindos com a modernidade. Esse sujeito “[é] um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários” (Gohn, 1997, p. 122). Diante das novas relações com a sociedade envolvente, as comunidades Guarani e Kaiowa passaram a elaborar estratégias para exigir seus direitos enquanto indígenas.

A mobilização de luta pelo território surgiu com o objetivo de propor e efetivar mudanças sociais no cenário regional e nacional, retomando os princípios básicos de humanidade, ora esquecidos e negligenciados por uma grande parte da população brasileira. Os enfrentamentos vividos em relação à reivindicação pela demarcação territorial implicaram na busca de medidas práticas para dar visibilidade ao movimento e sanar a urgência de retornar para o *tekoha*. Uma das medidas encontradas para promover a mudança desejada foi a formação

de acampamentos no interior ou próximo das propriedades rurais que compreendiam uma parte do território reivindicado.

Nesse ínterim, destacamos o caso de uma retomada que contou com a participação e o protagonismo de mulheres que estiveram no campo de conflito respondendo de modo direto pela luta coletiva. A comunidade Guarani e Kaiowa da terra indígena Jaguapiré, situada no município de Tacuru – MS, foi expulsa de seu território no final da década de 1970 e início de 1980 por sujeitos que afirmaram ter adquirido legalmente aquelas terras⁴⁵. De modo semelhante a outras expropriações de territórios indígenas, essa também se utilizou da violência para efetivar os seus objetivos. A violência foi empregada pelos invasores para afastar as pessoas que tentavam retornar para o território ou, até mesmo, construir moradias nas proximidades.

No ano de 1985, a comunidade que estava ocupando uma pequena extremidade do *tekoha* sofreu ações de violência por parte dos funcionários do pretense proprietário rural. A área reivindicada compreendia um extenso espaço geográfico, que na época era composto por algumas fazendas, dentre elas: Fazenda Modelo e Fazenda Redenção, ambas pertenciam ao mesmo dono (José Fuentes Romero), que possuía outras propriedades rurais no Estado do Paraná.⁴⁶

Mesmo diante do risco iminente, alguns indígenas oriundos desse solo procuraram se manter nas proximidades de seu *tekoha*. Conforme informação prestada pela FUNAI ao Departamento da Polícia Federal: “Informamos a vossa senhoria, que aproximadamente 35 índios Kaiowá, há dezenas de anos, ocupam uma área de terras na localidade tradicionalmente denominada Jaguapiré, localizada a 12 km da sede do município de Tacuru [...]”⁴⁷. Outros parentes que tinham se afastado do local em virtude da violência e pressão para que saíssem dessas terras, resolveram retomar seu espaço geográfico e lutar pela demarcação junto a seus parentes, o que causou a reação violenta dos contrários.

No dia 02/03/1985, o pretense proprietário da fazenda modelo, junto com seus funcionários, retirou à força o grupo indígena que estava acampado em suas terras. Obrigaram

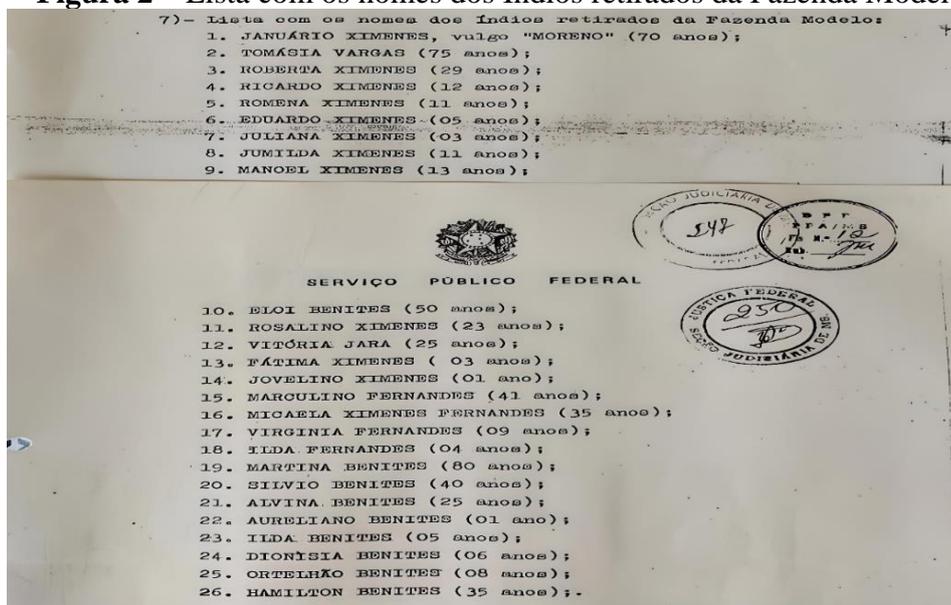
⁴⁵ Informação disponível na obra “Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul. [Org] Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo, Procuradoria Regional da República da 3ª Região. São Paulo: Palas Athena, 2000.

⁴⁶ Ofício nº 039/9º DR/85. Campo Grande/MS 04-03-1985. Do Delegado da 9ª DR/FUNAI ao Sr. Superintendente Regional do DPF em MS. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 243. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10/02/2021.

⁴⁷ Ofício nº 039/9º DR/85. Campo Grande/MS 04-03-1985. Do Delegado da 9ª DR/FUNAI ao Sr. Superintendente Regional do DPF em MS. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 243. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10/02/2021.

mulheres, homens e crianças a entrarem em um caminhão e os levaram para a aldeia Sassoró. Dentre essas pessoas estava a indígena Tomásia Vargas, de 75 anos de idade, mais cinco mulheres e sete homens, além de 13 crianças. Como podemos ver no registro abaixo:

Figura 2 – Lista com os nomes dos Índios retirados da Fazenda Modelo



Fonte: Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 249-250. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10/02/2021.

O Relatório da Polícia Federal informa também que, além dos nomes listados, havia mais 13 pessoas que não foram identificadas, compondo o grupo acampado no interior da propriedade rural. Nos depoimentos prestados à instituição policial, a maioria dos interrogados, não indígenas, dentre eles policiais e funcionários da fazenda que participaram da ação de despejo, discordaram do número de pessoas retiradas do acampamento. Segundo eles, esse número é inferior ao apontado pela comunidade, todavia, concordaram que o número de mulheres e crianças era superior ao de homens, como apontado no trecho do depoimento do administrador de fazenda Hélio dos Santos: “[q]ue no local em questão havia quatro choupanas e cerca de vinte indígenas, entre mulheres, crianças e quatro homens adultos”⁴⁸.

Aos dois de março de 1985, 19 indígenas, que se encontravam na aldeia, são violentamente despejados, em ação comandada pessoalmente pelo fazendeiro José Fuentes Romero, acompanhado por seu administrador, 21 jagunços, o arrendatário e três soldados da Polícia Militar do Destacamento de Tacuru, MS. Todos fortemente armados, espancaram os Kaiová, forçaram-nos a subir

⁴⁸ Termo de Declarações que presta, Hélio dos Santos. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 288. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

na carroceria de um caminhão mercedes e uma caminhonete f-1000 e levados até a Missão Evangélica Caiowá, distante aproximadamente 50 quilômetros, próxima da aldeia Ramada e do posto Indígena da Funai, do Sessoró, onde foram acolhidos. As doze casas da aldeia foram queimadas.⁴⁹

A liderança do grupo, Januário Gimenes, não estava presente no momento do despejo. Horas antes, ele tinha saído do local para pescar em um rio que ficava um pouco distante do acampamento, sua esposa, Tomásia Vargas, foi quem assumiu o controle da situação e tentou tranquilizar o grupo. De acordo com Tônico Benites (2014, p. 17), Tomásia Vargas também era reconhecida como liderança em Jaguapiré:

Entre 1982 e 1988, período em que eu ainda era bem jovem, acompanhava o meu pai e meu avô no tekoha Jaguapiré e frequentava com meu pai e minha mãe e avô e avó os rituais religiosos – jerokey – e profanos – guachire – que eram realizados com assiduidade no tekoha Jaguapiré. Recordo que durante esse mesmo período, por conta dos conflitos que acabo de narrar, ocorria com muito mais frequência o ritual religioso – jerokey –, sobretudo na casa do líder – tamõĩ – e rezador – ñanderu – da família extensa Ximenes, chamado Moreno Ximenes, e de sua esposa, **também líder - jari – da família Vargas, chamada Tomazia Vargas** (grifo nosso).

Tomásia Vargas, liderança e rezadora, foi uma das mulheres que lutaram e resistiram às ameaças e violências cometidas pelo pretense proprietário rural, funcionários, e policiais que diziam defender o direito à propriedade privada (Benites, 2014, p. 187).

No dia 6 de março de 1985, Tomásia Vargas compareceu ao Posto Indígena Sessoró, localizado no município de Tacuru – MS, para denunciar a violência cometida contra ela e os demais companheiros que estavam no acampamento de retomada no dia 2 de março de 1985. Na ocasião, relatou:

[...] Que, sábado, tinha acabado de fazer o almoço quando parou na frente de sua moradia um caminhão e mais duas camionetes; Que o proprietário da fazenda desceu de uma das camionetes e de outra desceu Valdemar; Que, conhece o proprietário da fazenda, mas não se recorda de seu nome; [...]. Que, estavam também juntos com aquele pessoal alguns policiais; Que, não sabe precisar a quantidade de policiais ali existentes; Que, alguns policiais entraram em sua moradia, perguntando se tinha espingarda na casa; Que, Tomásia nada respondeu; Que, Tomásia não sentiu medo; Que, então os policiais começaram a tirar seus pertences de dentro de sua moradia e atiravam na carroceria do caminhão; Que, empurraram Tomásia para cima do caminhão; Que, neste momento, devido ao empurrão sofrido Tomásia bateu o braço esquerdo na carroceria do caminhão; Que, foi colocada em cima da carroceria do caminhão pelos policiais; Que, estes policiais estavam de farda azul marinho; Que, dois

⁴⁹ CIMI. Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul. [Org] Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Procuradoria Regional da República da 3ª Região. São Paulo: Palas Athena, 2000.

policiais encostaram a arma na altura do estômago de Tomásia; Que, um dos policiais, portava uma arma grande de cor preta, toda de ferro; Que, Valdemar e o proprietário portavam cada um deles um revólver branco; Que, os paraguaios estavam assim armados: Gregório com uma faca de cabo branco, Benjamim e um outro de facas longas e Francisco Cubas com um chicote; Que, um dos policiais deu um tiro por cima da casa de Tomásia; Que, ficou assustada quando houve o disparato; Que, então o proprietário da fazenda riscou um palito de fósforo e fez pegar fogo em sua moradia; Que, metade da sua casa que pegou fogo; Que, além de sua casa, o fazendeiro (proprietário) pôs fogo em mais duas moradias que pegaram fogo foram as de sua filha Roberta e de Marculino; Que, viu dois policiais, juntamente com Bejamim e Gregório darem socos e chutes em Hamilton e Silvio são sobrinhos de Tomásia; Que, viu um dos policiais apontar a arma para seu filho Rosalino; Que, o proprietário disse que eles iriam para a aldeia Sassoró; Que, o caminhão veio direto para a citada aldeia; Que, um dos policiais veio junto com eles até a frente da missão evangélica; Que, este policial veio dentro da cabine do caminhão; Que, Tomásia desceu do caminhão empurrada por policial; Que, chegou a cair do caminhão por cima de seu braço esquerdo; Que, depois de todos descerem do caminhão, seus pertences foram jogados ao chão; Que, em seguida o fazendeiro e os homens que o acompanhavam se retiraram daquele local; Que, nenhuma ameaça foi feita; Que, nenhuma ofensa foi proferida; que, o proprietário disse apenas que se eles tornassem a construir alguma casa, ele tornaria a queimar.⁵⁰

Ao ler esse e outros depoimentos, percebemos que os indivíduos envolvidos nesse processo de despejo eram, em sua totalidade, homens não indígenas. Invadiram a casa de Tomásia Vargas, agrediram e encostaram uma arma no seu estômago como forma de intimidação, com o objetivo de mostrar o seu poder sob uma mulher indígena. Ademais, ela viu as armas serem apontadas para seu filho e sobrinhos. Certamente, tal violência deixou marcas doloridas no corpo e na mente, mas não foi o suficiente para parar a luta de Tomásia.

Em seu depoimento, Tomásia disse que não sentiu medo quando o pretense proprietário rural e seus funcionários, juntamente com os policiais, entraram em sua casa e começaram a fazer perguntas, mas que ficou assustada quando escutou o disparo de arma de fogo, mesmo assim resistiu em sair do local, o que demonstra a força de vontade de permanecer no acampamento, ainda que tivesse de enfrentar as ações violentas dos não indígenas. Cristina Scheibe Wolff (2021, p. 241), ao discorrer sobre a história das emoções, explica que, para diversos grupos de mulheres, dentre esses, as indígenas, as emoções são sensações que motivam suas ações⁵¹ em todos os meios que transitam: “Nos impelem a agir, pois a raiva, o ódio ou o

⁵⁰ Depoimento de Tomásia Vargas. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 269-270. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁵¹ Na mesma linha de raciocínio, Rosenwein (2011, p. 37), afirma: “Emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e ‘sustentam e reforçam sistemas culturais’, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis”.

amor, a voluntariedade, o riso e a esperança podem nos ajudar a superar os medos e o luto. Nos ajudam a viver, com amizade e solidariedade, principalmente com coragem”. Certamente, Tomásia estava ciente do perigo que representava a presença daqueles indivíduos em sua casa, mas também tinha clareza de que aquela situação não era justa, e, por isso, deveria ser contestada. Sua reação de silenciamento diante dos questionamentos dos policiais e de negação em sair de sua casa reflete o sentimento de medo de deixar o *tekoha* mais uma vez.

No mesmo dia do depoimento de Tomásia Vargas, sua filha, Roberta Ximenes, de 29 anos de idade, também prestou informação à Polícia Federal, confirmando o episódio de violência ocorrido no dia 6 de março de 1985 no acampamento de retomada, localizado no município de Tacuru – MS. Roberta relatou que todas as casas do acampamento foram destruídas, algumas queimadas e outras derrubadas com machado, e, assim como os demais, foi obrigada a subir no caminhão que os levou para longe de seu *tekoha*. Na ocasião, um dos policiais que participava do despejo a empurrou, ao tentar colocá-la no caminhão à força acabou machucando seus braços, por várias vezes ela tentou descer do veículo, porém foi impedida ao ter um revólver apontado para sua direção. Seus filhos também foram colocados à força no caminhão. Roberta contou que sua mãe foi violentada desde o início até o fim do despejo, as agressões só tiveram fim quando foram deixadas na aldeia Sassoró. Ao final, o proprietário rural disse: “Agora vocês se virem/ quem manda lá é eu [*sic*]/ não quero mais bicho dentro da fazenda/Se quiserem morrer volta lá/Não quero mais nenhum bugre na minha terra”.⁵²

De acordo com Benites (2014, p. 93), ainda no mesmo mês, as famílias expulsas retomaram uma parte de seu território. O processo de demarcação da terra indígena Jaguapiré se iniciou em 1985, após o contexto descrito acima. Contudo, sua homologação ocorreu somente em 2007. A história de luta de Tomásia Vargas pela demarcação de Jaguapiré foi lembrada pela comunidade após a sua morte, sendo fundada uma escola com o seu nome.

A escola indígena de Jaguapiré foi denominada Tomasia Varga em homenagem a uma grande rezadora (nandesy), que era originária daquele *tekoha*, nunca aceitando ser transferida para o Posto Indígena Sassoró. Ela permanecendo sempre ali com a sua família apesar de três despejos violentos (dois realizados por fazendeiros), regressando logo alguns dias depois de sua transferência forçada. Tomasia morreu em 2002, já com idade avançada, dez anos após a recuperação definitiva de seu *tekoha* e da criação da Terra Indígena Jaguapiré (Benites, 2014, p. 187).

⁵² Depoimento de Roberta Gimenes. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls nº 273-274. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

A luta de Tomásia foi diretamente no *tekoha*, que foi transformado em campo de batalha, não pelos seus, mas, sim, por aqueles que agiram em prol dos interesses capitalistas. Assim, como Tomásia que atuou na reivindicação pela demarcação de seu território, outras mulheres, de outros *tekoha*, também empreenderam esforços para defender os seus territórios, com as mesmas e/ou com outras ferramentas de luta.

Como já mencionei no primeiro capítulo deste trabalho, as retomadas são utilizadas como estratégias para voltar a ocupar o território de ocupação tradicional e assim fortalecer a reivindicação e dar visibilidade para a urgência da demarcação. Tal estratégia continuou sendo empreendida em décadas seguintes, isso porque a necessidade se fez presente.

Não por acaso, nas situações de retomada entre os Guarani e Kaiowa ouve-se muito que “retomada é guerra”, uma vez que o ato de retomar a terra provoca, inevitavelmente, reações hostis dos proprietários rurais e parlamentares ruralistas, como vimos anteriormente. Mas ouve-se também que “retomada é festa”, o que evoca a perspectiva de retorno à vida na terra recuperada e a alegria de voltar a viver e festejar com os parentes (Souza, 2023, p. 111).

Ainda de acordo com Souza (2023, p. 133), as possibilidades legais de reaver o território são negadas às Guarani e Kaiowa, a retomada é a única alternativa possível, “[e] são nas retomadas que se encontram com a possibilidade de realização do *kuña kuéra reko*, o jeito de ser mulher, posto que, com mais condições de controle dos fogos, possuem mais garantia da vida idealmente próxima ao *teko porã*”. Por mais difícil que seja, essa estratégia foi e ainda continua sendo a busca pelo direito à vida.

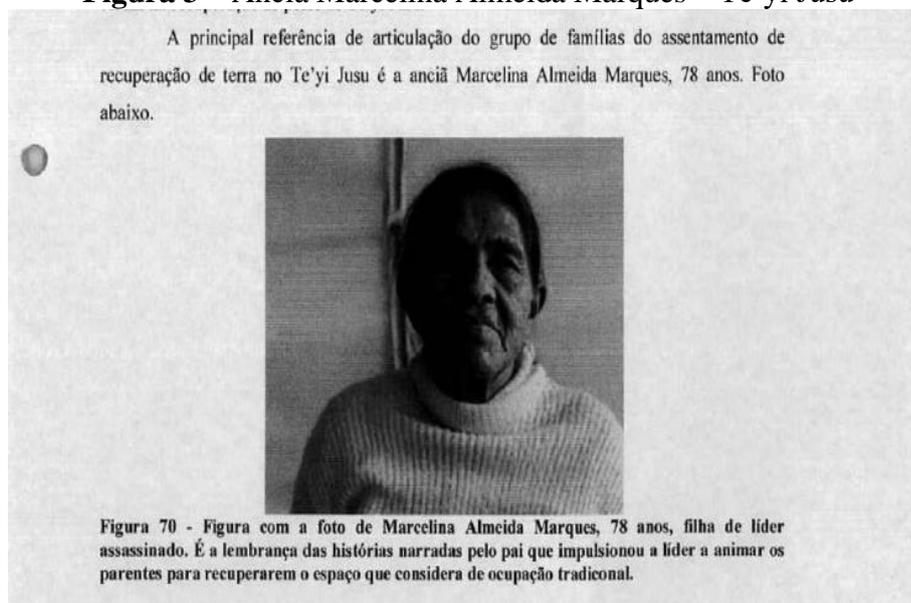
Nesse ínterim, lembramos o caso de Te’y Jussu, que foi retomado em 2014, de modo semelhante ao caso anterior, e contou com o protagonismo de mulheres que não mediram esforços para requerer seu território. Mesmo diante dos riscos iminentes, as retomadas continuaram sendo uma das medidas adotadas pelas comunidades.

A FUNAI e a comunidade indígena Toro Paso, representadas pela Procuradoria-Geral Federal, nos autos do processo⁵³ relativo à ação de interdito proibitório contra elas ajuizada, apresentaram sua manifestação contra a ação que objetivava impedir a reocupação da propriedade reivindicada enquanto terra indígena em Caarapó – MS; na ocasião do ano de 2016 já havia acontecido uma retomada e em seguida uma reintegração de posse. Assim, o interdito proibitório foi empregado como mecanismo processual para impedir possíveis retomadas da

⁵³ Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, do Tekoha Guasu das comunidades de Laguna Joha, km 20, Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015. Integrativo do processo judicial eletrônico de número: 0002396-05.2016.4.03.6002, disponibilizado por e-mail pela Justiça Federal da 3ª Região, em: 13 out. 2020.

comunidade indígena. Nos autos do processo consta o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da bacia Dourados-Amambaípegua I, como resultado do trabalho do Grupo Técnico (GT) instituído pela portaria nº 789/2008. Nesse Relatório consta informações sobre os ataques recebidos por outras comunidades, que integram o território Dourados-Amambaípegua. Uma delas é Te'y Jussu, que no ano de 2014 retomou uma pequena área concernente ao seu *tekoha* reivindicado. Uma das pessoas a liderar a retomada foi Marcelina Almeida Marques, como mostra o excerto:

Figura 3 – Anciã Marcelina Almeida Marques – Te'y Jusu



Fonte: Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, do Tekoha Guasu das comunidades de Laguna Joha, km 20, Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015.

Pelo que mostra o Relatório, o pai de Marcelina foi assassinado em 1973, por funcionários do pretense proprietário rural. Assim como seu pai, que investiu na retomada/reaproximação de seu território, ela não mediu esforços para reivindicar a demarcação do *tekoha*. Como é descrito abaixo da imagem, ela incentivou seus parentes a retomarem o solo de ocupação tradicional, o que demonstra o ativismo exercido por uma senhora que levou adiante a luta iniciada por seu pai, em prol do coletivo, e, assim como ele, foi reconhecida enquanto liderança. No campo político dos povos Guarani e Kaiowa a representatividade exige competências e habilidades específicas e próprias ao tempo e espaço que se manifesta.

O termo liderança política, ora utilizado neste trabalho, refere-se ao indivíduo que assume um posicionamento de notoriedade em seu coletivo e exerce, por meio da mediação, a gestão dos interesses públicos. Este indivíduo, por meio de sua influência, intervém nas relações

de conflito, se colocando como porta-voz e se responsabilizando pelas ações coletivas de sua comunidade, sem nenhuma garantia prévia de resguardo jurídico ou apoio do Estado, pois a liderança indígena não faz parte da engrenagem estatal, pelo contrário, sua atuação se dá no embate contra as adversidades e injustiças impostas por esse organismo.

Grande parte das lideranças Guarani e Kaiowa acumula um longo período de experiência em processos de ação coletiva. Os acontecimentos sociais determinam as tomadas de decisões. Como afirmou Bordieu (1989, p. 178-179), o campo político se organiza em torno das oposições e distinções, no caso dos Guarani e Kaiowa a oposição se dá contra os atributos antidemocráticos que desrespeitam seus direitos. Segundo Bordieu (1989, p. 188), a força que os políticos necessitam para liderar, parte da confiança que o grupo deposita neles, nesta ocasião os valores comunais são reforçados.

Com base no caráter dialógico das comunidades Guarani e Kaiowa, os personagens públicos se posicionam enquanto ativistas. O território de ocupação tradicional é o espaço de ação e gestão das lideranças Guarani e Kaiowa. Nos casos em que não há a efetiva ocupação, a ação e gestão ocorre em outros espaços, outras terras indígenas, em acampamentos à beira da estrada, no interior de uma propriedade rural ou na periferia da área urbana, conjunturas resultantes do processo de expropriação e negação à demarcação territorial. Do mesmo modo em que o espaço de ocupação tradicional difere do local que não é de origem, a organização política também é diferente, pois novos critérios estruturais orientam o conjunto de propostas e ações coletivas. Portanto, há a necessidade de contextualizar em que fase do processo administrativo a comunidade observada se encontra, para assim compreender sua organização interna e as novas práticas e relações com o Estado.

No caso da comunidade de Te'y Jussu, o processo de demarcação se encontra paralisado, tendo poucos avanços após a divulgação do relatório de estudos que comprova, que, de fato, trata-se de um território de ocupação tradicional. Desse modo, Marcelina exerceu seu ativismo em uma luta que ainda está em curso e que hoje é realizada por outras pessoas que necessitam reaver as terras que tradicionalmente ocupam.

Destarte, as mulheres participaram e ainda participam de ações que promovem o retorno aos seus solos de ocupações tradicionais, conhecidas como retomadas, onde ocupam espaços na linha de frente de um embate perigoso, mas necessário à defesa da vida Guarani e Kaiowa. Conforme a antropóloga Lauriene Souza (2023, p. 329): “São corpos de resistência e resiliência que visam uma estratégia de retomada da vida”.

2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A ARTICULAÇÃO PELOS DIREITOS TERRITORIAIS

Ao abordar as ações empreendidas pelas Guarani e Kaiowa na defesa de seus direitos territoriais, não podemos deixar de refletir sobre a educação escolar como uma estratégia de enfrentamento ao desrespeito. O acesso a tal mecanismo contribuiu com as metodologias já utilizadas. Os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas salas de aula foram úteis no estudo e na cobrança do correto cumprimento das Leis.

Conforme Souza (2023, p. 69), a escola faz parte dos componentes de luta: “As composições, como estratégias do fazer político, são necessárias diante do cenário da vida atual dos Kaiowa e Guarani. São composições não pacíficas e conexões para resistir e sobreviver diante da ameaça de destruição do mundo promovida pelo *karai reko*”.

Para ter condições de confrontar e mudar a situação de vulnerabilidade imposta pela colonização e seus projetos de hegemonia do capital, foi preciso que os povos Guarani e Kaiowa compreendessem as estruturas desse sistema, conhecendo sua natureza e suas leis. Assim, a educação escolar foi um meio para acessar os mecanismos utilizados pela sociedade envolvente para impor normas sobre o solo nacional.

Cabe lembrar, a instituição escolar foi uma imposição do estado Nacional às comunidades indígenas, que, por sua vez, não tiveram seus interesses respeitados. Para a guarani Sandra Benites (2015), estar no território de ocupação tradicional e poder viver conforme seus princípios étnicos é fundamental no processo de ensino-aprendizagem próprio dos Guarani. Em suas palavras: “O nosso jeito de educar garante que tenhamos *kiryngue kyrymba, kiryngue vy’a* – crianças fortes e felizes, mas depende também do *tekoha* onde as crianças vivem. Isso permite que elas sejam alegres, saudáveis e garante o bem-estar de todos nós Guarani” (Benites, 2015, p. 22). Destarte, o modo de educar foi desrespeitado em todos os sentidos.

Como explanado pela professora Guarani Maria de Lourdes Cáceres Nelson, durante o debate sobre a formação de professores indígenas no “II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade”, promovido pela Universidade Católica Dom Bosco em 2007:

Mas essa mesma escola que destruiu muito de nossa cultura, hoje nos ajuda a descobrir outros caminhos que possam fazer com que a gente, a partir dessa geração, possa reconstruir tudo aquilo que quase se perdeu. Sinto que somos fortes, uma vez que até agora conseguimos resistir, e nossa língua tem presença muito sólida em nossas comunidades. Tivemos muitos avanços: apesar do massacre de nosso povo, que durou quinhentos anos, estamos aqui,

para provar que somos inteligentes, que temos condições e, principalmente, que somos diferentes, mas não inferiores. Isso é muito gratificante. Em 1980 entrei nessa luta, para defender a questão indígena [...] (Maria de Lourdes Cáceres Nelson, *apud* Nascimento *et al.*, 2009, p. 64).

Destarte, é inegável o fato de que as escolas desrespeitaram as culturas Guarani e Kaiowa; mesmo assim, as comunidades reconheceram a importância dessa instituição nas relações assimétricas com os não indígenas. E assim como Maria de Lourdes, que ingressou “nessa luta” em 1980, outras mulheres se interessaram pelo ensino oferecido nas instituições escolares, na busca por conhecimento e preparação para a defesa dos seus direitos.

Antes da obrigatoriedade da existência de escolas que atendessem às especificidades culturais dos povos indígenas, isto é, escolas que tivessem uma educação escolar indígena, as crianças, adolescentes e jovens estudavam nas escolas implantadas nos territórios demarcados ou nas escolas das cidades mais próximas de suas moradias. Mesmo diante das dificuldades em acessar e permanecer na instituição escolar, muitas famílias insistiram para que suas filhas e filhos tivessem progressão nos estudos.

Abaixo, temos uma tabela formulada a partir dos dados apresentados nas fichas dos estudantes da escola Francisco Hibiapina, localizada na aldeia Jaguapiru, e na escola Ara Porã, localizada na aldeia Bororó – Dourados. Embora os dados correspondam a números parciais, que não contemplam a totalidade dos estudantes que cursaram a primeira, segunda, terceira e quarta série do Ensino Fundamental nessas unidades, esses números são indícios que nos fazem refletir sobre a presença das mulheres nas salas de aula.⁵⁴

Tabela 1 – Escola Francisco Hibiapina e Ara Porã – Dourados – Séries: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª. Letras: C, D, E, M, R

Ano	1ª série		2ª série		3ª série		4ª série		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
1976	3								3
1977	3								3
1978	2		3						5
1979	5	1	1	1	1				9
1980	4	2	2	1	2				11
1981	7	3	3	2	1				16
1982	8	3	4	2	2	2			21
1983	8	5	2	2	3	2			22
1984	7	7	7	6	3	2	2	3	37
1985	9	8	4	3	5	4	3	2	38

⁵⁴ A documentação física arquivada no CDR de Dourados, contempla algumas pastas que contêm os registros escolares de alunas e alunos que cursaram os primeiros anos do Ensino Fundamental em escolas localizadas na reserva indígena de Dourados. FUNAI, Caixa sem identificação, pasta Dourados. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 7 nov. 2021.

1986	19	8	5	3	4	2	4	3	48
1987	27	14	8	2	4	3	1	2	61
1988	18	9	11	5	7	2	4		56
1989	17	6	3	6	4	2	5		43
1990	28	42	10	7	4	4	4	4	103
1991	33	38	14	15	5	6	2	1	114

Fonte: Elaborada por Junia Fior Santos (2021).

As escolas Francisco Hibiapina e Ara Porã eram coordenadas pela FUNAI, criadas na primeira metade do século XX, e eram escolas pequenas com poucas salas de aula. De acordo com Troquez (2006, p. 69), no ano de 1991 a prefeitura de Dourados assumiu a responsabilidade pela educação escolar na reserva indígena do município, logo em seguida foi criada uma escola polo. Nas palavras da autora:

[...] Escola Municipal Tengatuí Marangatu-Pólo (em português, Local de Ensino Eterno), criada em 1992, pelo Decreto Municipal nº 013 de 13 de fevereiro de 1992 (conhecida também como CEU – Centro de Educação Unificada). Na ocasião, as salas de aula e/ou escolas existentes na RID e no Panambizinho tornaram-se extensões desta escola. Em princípio, eram cinco extensões: Agustinho (algumas salas no Bororó), Ará Porã (algumas salas no Bororó), Francisco Ibiapina (antiga escola da FUNAI na Jaguapiru), Y Verá (uma sala multisseriada na Jaguapiru) e Panambizinho (antiga “Escola da Missão” na Aldeia Panambizinho).

Pode-se observar que as escolas existentes na reserva indígena de Dourados foram passando por modificações organizacionais, isto pois, a crescente valorização do ensino regular foi se fazendo cada vez mais necessária. A procura por vagas foi aumentando gradativamente, o que promoveu a necessidade de debates sobre a qualidade da educação escolar que atendia estudantes indígenas.

Sabendo da importância de uma educação escolar indígena adequada às especificidades étnicas, mulheres e homens Guarani e Kaiowa se mobilizaram de diferentes formas para reivindicar os seus direitos a uma educação escolar específica e diferenciada, como já estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 210: “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Desse modo, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar bilíngue, multilíngue e comunitária, além de serem respeitados os demais elementos culturais que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

Para Grupioni (2001, p. 14), esse e outros dispositivos legais “[...] abriram a possibilidade para que a escola indígena se constitua num instrumento de valorização das

línguas, dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a um instrumento de imposição dos valores culturais da sociedade envolvente”. Assim, a educação diferenciada pode promover o acesso ao conhecimento dos conteúdos de caráter geral e, ao mesmo tempo, valorizar os conhecimentos culturais de cada etnia indígena.

A construção dos projetos educacionais que atendessem as subjetividades étnicas se deu em diferentes escalas nos estados brasileiros. Em Mato Grosso do Sul, a implantação de escolas indígenas teve início na década de 1990, uma das primeiras escolas indígenas inauguradas foi Tengatuí Marangatú, localizada na reserva indígena Jaguapiru, município de Dourados (Cury, 2009). Muitas comunidades, que ainda não tinham sido contempladas com o sistema educacional diferenciado, resolveram se mobilizar para requerer esse direito. Para a incorporação de outros paradigmas na educação escolar, mulheres e homens se reuniram diversas vezes para discutir suas demandas, um desses momentos foi no “II Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowa sobre Educação Escolar Indígena” realizado na Terra Indígena Limão Verde, município de Amambaí, em 10 de novembro de 1991⁵⁵. Abaixo transcrevemos um trecho do documento elaborado na reunião:

Conforme o último documento elaborado no Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá, na Vila São Pedro, nós professores novamente reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 1991 na Aldeia Limão Verde; queremos expressar e firmar a necessidade urgente que nossas propostas sobre uma educação escolar indígena diferenciada seja assegurada como direito, e que este direito conquistado seja reconhecido e respeitado e apoiado pelos órgãos públicos e organizações não governamentais.

Na sequência do documento existe uma lista com os nomes das pessoas que participaram do encontro, e nela, mais da metade das pessoas eram mulheres, que juntamente com os homens exigiram a implementação de escolas com educação diferenciada que atendessem às especificidades de suas comunidades, com uma gestão interna e com professoras e professores que estivessem aptos a ofertar o ensino bilíngue. Assim, foi reafirmado o que já havia sido discutido no “I Encontro de Professores Indígenas e Lideranças Guarani Kaiowa sobre Educação Escolar Indígena”:

A nossa escola deve ensinar no ÑANDE REKO (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradição, nosso jeito de educar nossos filhos, de acordo com nosso jeito de trabalhar e com nossa organização). Para isso precisamos ensinar na nossa própria língua guarani. Mas precisamos também aprender

⁵⁵ FUNAI – II Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá sobre Educação Escolar Indígena. Amambai – MS, 1991. (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS.)

alguma coisa do “branco” (Português, como segunda língua, as Leis e outras coisas que nos interessam).⁵⁶

Como podemos perceber, houve a reivindicação por uma educação diferenciada que respeitasse as suas especificidades étnicas. Essa significativa ruptura com o modelo de ensino tradicional dos não indígenas promoveu o fortalecimento étnico entre os estudantes, que, desde muito cedo, aprenderam que o estudo era um dos meios possíveis para lutar por seus direitos.

Ademais, cabe salientar que as instituições escolares são locais propícios para o estudo dos fatos históricos. Como explica Souza (2023, p. 74), nas instituições escolares as crianças aprendem sobre os importantes acontecimentos que marcaram a vida dos seus antepassados, o que inclui os processos de enfrentamento às expropriações territoriais. Nas palavras da antropóloga:

Hoje as mulheres são maioria das trabalhadoras nas escolas e na ocupação dos bancos de formação de professores e pesquisadores em Mato Grosso do Sul. São elas que ensinam, nas escolas, a história vivenciada de suas expulsões, do fim de seus mundos e da reconstrução deles junto à força kaiowa e guarani na recuperação de suas *tekoha*. Fazer as crianças saberem desta história é estratégia fundamental para a criação de futuros (Souza, 2023, p. 74).

Apresentar fatos históricos que demonstram as dificuldades nas relações com os não indígenas que desrespeitaram o modo de vida das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul, certamente, não é a história que as professoras Guarani e Kaiowa gostariam de apresentar, mas é necessária, pois além de integrar o passado também faz parte do presente.

No primeiro e no segundo “Encontro de Professores Indígenas e Lideranças Guarani Kaiowa sobre Educação Escolar Indígena”, foi ressaltado: “Pedimos que a sociedade brasileira e suas autoridades respeitem as nossas decisões”, o que expressa a insatisfação com as interferências do Estado, que só implantou o ensino indígena após as reivindicações. Mesmo após a implementação do ensino diferenciado nas escolas indígenas, os debates e a elaboração de propostas para garantir uma educação escolar de qualidade e coerente com as culturas e histórias dessas populações continuaram a ocorrer. Como podemos ver na matéria a seguir⁵⁷:

⁵⁶ FUNAI – I Encontro de Professores e lideranças Guarani Kaiowa sobre Educação Escolar Indígena. Dourados – MS, 1991. (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

⁵⁷ CIMI-MS. Fonte: O Progresso 22/07/1997. Pág. E2. Dourados – MS. (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS. Caixa: CIMI-Educação).

Figura 4 – Índios iniciam uma luta pelo ñande reko



Fonte: O Progresso 25/07/1997. Pág. E2. Dourados – MS.

A matéria diz que nessa reunião estavam presentes professores e lideranças indígenas, a imagem mostra um homem de pé discursando, ao fundo outro homem está no que parece ser a mesa onde se sentavam os oradores; na frente há duas mulheres sentadas, o que demonstra a participação das mulheres no ambiente das discussões pertinentes ao “Ñande Reko”, modo de ser, que inclui todos os aspectos da vida Guarani e Kaiowa.

As escolas e os espaços de encontro de professores e lideranças eram locais em que se promoviam debates sobre a educação escolar e outros temas relacionados à vida dos estudantes, o que incluía a vida no território e fora dele. Nessas reuniões, as mulheres marcavam presença, discursando, ouvindo, ensinando, aprendendo, elas estavam lá.

Da mesma maneira que a noção de igualdade de direitos entre mulheres e homens é amplamente discutida pelas teorias feministas na sociedade envolvente, os povos Guarani e Kaiowa possuem suas próprias concepções sobre o posicionamento das mulheres, que, por sua vez, não é dissociado de sua dimensão cultural.

Chambouleyron (2009, p. 12) explica que “[c]ontextualizar a categoria mulher implica considerar a relação entre as diferenças inscritas no corpo e as desigualdades raciais, de classe e política”. Além dessas diferenças, cabe acrescentar as fronteiras geográficas que também caracterizam profundamente as relações interétnicas. As relações estabelecidas pelas mulheres Guarani e Kaiowa com outras indígenas não exclui o ambiente físico em que cada qual ocupa, já que este influencia na formação identitária. Por isso, enfatizamos que este estudo se concentra na identidade coletiva de mulheres Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, na tentativa de

investigar a história de luta pelo território por essas mulheres a partir de uma perspectiva plural, porém sem sufocar as diferenças entre elas.

Na visão de Chambouleyron (2009, p. 81), “[a] intersubjetividade é condição para admitir o “outro” como um ser concreto”, isto é, o outro não deve ser resumido à nossa imaginação, que, por sua vez, é subjetiva. As relações humanas envolvem diferenças biológicas, sociais, culturais e geográficas que constituem intersubjetividades que estruturam as partes para a composição do todo. Assim, é preciso analisar a coletividade Guarani e Kaiowa dentro de uma perspectiva de interações das quais fazem parte, unidades essas que compartilham códigos simbólicos sistêmicos complexos.

Cabe lembrar que não estamos falando de coletivos culturalmente homogêneos. Em cada território, as relações políticas se estruturam de uma forma e isso pode determinar a percepção de gênero; em outras palavras, a coletividade local pode constituir sua própria noção do ser “feminino” e “masculino”. As circunstâncias internas e externas interferem na vida desses coletivos, por isso as relações que já são plurais se modificam, dando origem a novas relações sociais entre homens e mulheres. Aquelas estabelecidas entre mulheres e homens devem ser observadas a partir do contexto cultural, histórico, social e territorial, uma vez que, no caso dos povos Guarani e Kaiowa, essas variantes podem ser determinantes para compreender o ativismo das mulheres na esfera interna e externa de suas comunidades.

A antropóloga Rita Laura Segato (2012), ao falar sobre a hierarquia de gênero presente entre as populações indígenas, alerta para as relações existentes no espaço público, visto que quem fala no espaço público nem sempre faz o mesmo no privado. Como exemplo de tal dinâmica, ela cita o caso dos povos indígenas amazônicos e chaquenos, que impõem duras restrições à participação das mulheres no espaço público onde são decididos assuntos que interessam a todas as pessoas. Ao observar como se constitui essas decisões, pronunciadas pelos homens, Segato explica:

Estes homens, como é sabido, interrompem ao entardecer o parlamento na ágora tribal, em muitos casos bastante ritualizado, sem chegar a conclusão alguma, para realizar uma consulta pela noite no espaço doméstico. As discussões só serão retomadas no parlamento no dia seguinte, com o aporte do mundo das mulheres, que só estão autorizadas a falar em casa. Caso esta consulta não ocorra, a penalidade será pesada para os homens. Isto é habitual e ocorre em um mundo claramente compartimentalizado no qual, ainda que exista um espaço público e um espaço doméstico, a política, como o conjunto de deliberações que leva às decisões que afetam a vida coletiva, atravessa os dois espaços (Segato, 2012, p. 122).

Como se pode observar, as mulheres participam das decisões concernentes às suas comunidades, os espaços onde são construídos os diálogos e estabelecidos os acordos são diferentes dos espaços da sociedade envolvente, que, em muitos casos, olha para o modo de vida de outro povo “sem trocar o binóculo”. Ainda de acordo com Segato (2012, p. 122), “[o] espaço doméstico é dotado de politicidade, por ser de consulta obrigatória e porque nele se articula o grupo de mulheres como frente política”. Nesse ínterim, é preciso dizer que as diversas etnias indígenas existentes no Brasil apresentam suas próprias maneiras de organizar a atuação de mulheres e homens.

Mesmo que as professoras Guarani e Kaiowa não tivessem uma “cadeira” em determinadas reuniões, isso não quer dizer que elas não debatessem sobre os temas em pauta, sua presença naquele local representava muito. Elas estavam lá, em pequeno, médio ou grande número, se posicionando enquanto indígenas, profissionais e mães.

De modo correlativo, outras situações nos mostram que as mulheres Guarani participavam da tomada de decisões coletivas, outrora, Kalna Teao em sua tese (2015, p. 50) destacou que os deslocamentos ocorridos em virtude das expropriações territoriais em meados do século XIX na região de São Paulo, foram conduzidos por mulheres Guarani Mbya que tinham funções religiosas, “[e]las também foram as principais responsáveis pelo núcleo de povoamento dos Guarani, enquanto os homens realizaram alianças políticas através da busca de casamentos com os parentes, em diversos pontos do território Mbya”.⁵⁸

Segundo Teao (2015), as mulheres Guarani Mbya sempre exerceram importantes funções no interior de suas comunidades, participando ativamente das mobilizações. Contudo, durante as reuniões os homens é que manifestavam as decisões e detinham o poder de fala, mas isso não quer dizer que as mulheres não manifestassem suas opiniões, pelo contrário, elas tinham um grande peso nas decisões, porém isso era manifestado em outros ambientes. Em outras palavras:

Embora, no espaço público das reuniões nas aldeias, os homens falem e decidam mais, no âmbito doméstico, as mulheres aconselham seus maridos sobre as opiniões que devem emitir nas *aty*, nas reuniões. Ou seja, os Guarani, tanto homens quanto mulheres, possuem um jeito diplomático de ser, sabem resistir, falar, calar quando precisam e articular-se em diferentes esferas” (Teao, 2015, p. 148).

⁵⁸ Em outro Estado: “No caso dos Guarani Mbya do Espírito Santo, as primeiras lideranças religiosas e políticas eram femininas e foram responsáveis pela condução do grupo Guarani ao Estado, bem como eram fortes articuladoras políticas junto aos não índios e políticos locais para conseguirem meios e recursos destinados à sobrevivência e ao deslocamento desses índios nos estados percorridos durante o *oguatã* porã. As lideranças femininas foram construídas ao longo da trajetória do grupo ao Espírito Santo” (Teao, 2015, p. 141).

No caso das Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, a participação nos espaços públicos era algo notável. Seja nas escolas ou nas pequenas e grandes reuniões, as mulheres estavam presentes, discutindo e agindo para a transformação dos dilemas enfrentados por suas comunidades.

Ademais, a busca pelo acesso ao conhecimento predominante na sociedade não indígena, o que inclui as leis que regem o País, não se restringiu apenas à educação básica, as Guarani e Kaiowa, aos poucos, foram ocupando os bancos das instituições de ensino superior. No que se refere à formação acadêmica dos povos indígenas contemporâneos, Rita Potyguara, ressalta que:

[...] A presença indígena na educação superior, seja por meio de suas participações em cursos e programas convencionais, seja por meio da criação de cursos e espaços institucionais específicos, faz parte, de um modo geral, de processos de mudanças no cenário político e acadêmico brasileiro com importantes rebatimentos nas dinâmicas sociopolíticas das comunidades indígenas e nos seus modos de relacionamento com o estado nacional (Nascimento, 2022, p. 71).

Cabe ressaltar que na segunda metade do século XX as Guarani e Kaiowa já ocupavam outros espaços de destaque, elas não se restringiram apenas ao ambiente escolar, e, sim, procuraram outros meios para acessar conhecimentos sobre seus interesses individuais e coletivos. Essas articulações se tornaram possíveis porque, além dos esforços das comunidades para promover avanços sociais, também houve o estreitamento de relações com as organizações governamentais e não governamentais, o que contribuiu para a constituição de redes multiformes.

2.4 NOVAS REDES DE CONHECIMENTO E ARTICULAÇÃO

Um dos órgãos não governamentais que, em alguns momentos, foi parceiro das organizações Guarani e Kaiowa é o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que está vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua junto aos povos indígenas desde a década de 1970. A documentação analisada nesta pesquisa contempla registros que datam as primeiras décadas de atuação do órgão em algumas localidades de Mato Grosso do Sul, havendo diversas situações de contribuição com as mobilizações indígenas, em prol do reconhecimento e efetivação de seus direitos. Com o apoio do CIMI mulheres e homens

formaram redes emancipatórias⁵⁹, que contestaram a política indigenista oficial adotada pelo Estado nacional (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 276; Sampaio, 2021, p. 234).

No ano de 1988, foi realizado um curso de formação política pelo CIMI, com o objetivo de promover a troca de informações entre a sociedade Guarani e Kaiowa e a sociedade não indígena, enfatizando alguns aspectos da organização política e econômica que regem o País. Os mediadores foram: Hilário, Veronice, Gema e Adriano. O curso foi realizado em diferentes fases, a primeira foi do dia 21 a 24 de junho de 1988, a segunda entre os dias 11 e 13 de outubro do mesmo ano. Abaixo podemos ver os nomes dos participantes registrados no caderno de anotações da segunda fase.⁶⁰

Figura 5 – Curso para representantes Kaiová e Ñandeva

11 de 13/10/88 Curso pl repres. Kaiová e Ñandeva	
Ambrosio	Jararã - K.
Assunção	Jararã - K.
Carlinhos	R. Jacaré - K.
Valdemir	R. Jacaré - K. (adolescente ¹²)
Edivaldo	R. Jac. - K. (adolescente ¹³)
Hilário	Jararã - K.
Sebastião	R. Jacaré - K.
Celina	Caarapó - K.
Victoria	Caarapó - K.
Henrique	Caar. - Ñ. 14 anos.
Virgínia	Caar. - Ñ.
Arivaldo	Panamambiz - K.
Celso	Panamambiz - K.
Hipólito	Caar. (Jar.) - Ñ.
Roberto	Caar. - Ñ.
Natalício	Caarapó - Ñ.
Constantino	Ddos - K.
Mário	Ddos - K.
Epitácio	Ddos - Ñ.
Hilário	
Veronice	
Gema	

Fonte: CIMI – anotações do curso de formação política, 1988.

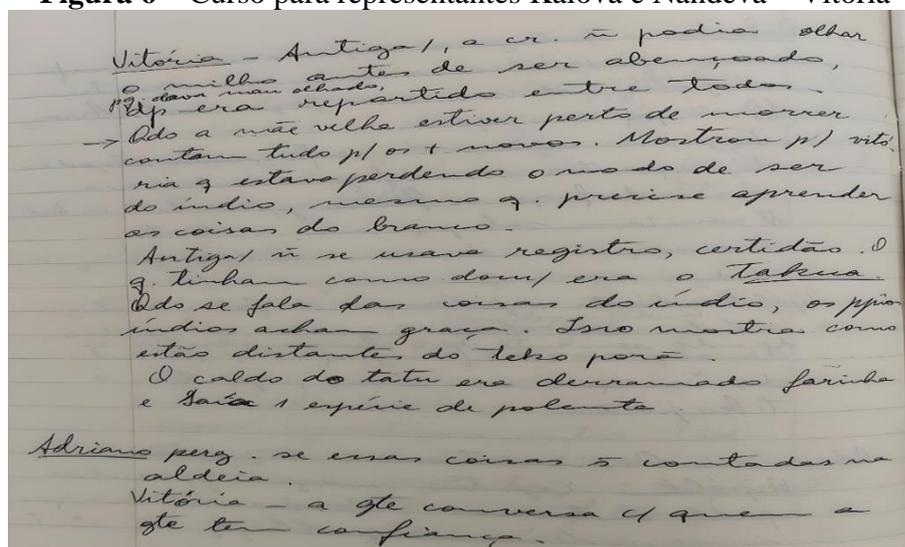
Como podemos ver, o “Curso para representantes Kaiová e Ñandeva” contou com a participação de 22 pessoas, sendo 16 homens e 6 mulheres de diferentes territórios. Mesmo que em número inferior, a presença de mulheres é um indício da participação dessas sujeitas em espaços de discussão. No caderno de anotações do curso foram registradas (não sabemos se integralmente ou parcialmente) as falas de algumas pessoas, que, ao final, discutiram sobre “o

⁵⁹ Scherer-Warren (2018, p. 46) explica que os movimentos sociais que lutam contra as diversas formas de exclusões atuam “cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político”.

⁶⁰ CIMI. Anotações dos cursos de formação política. 1988. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS.) Acesso em: 18 ago. 2021.

que foi levantado”, dentre essas, a de Vitória, que mostrou sua preocupação com as interferências dos não indígenas na vida de seu povo. Vejamos um trecho de sua fala.⁶¹

Figura 6 – Curso para representantes Kaiová e Ñandeva – Vitória



Fonte: CIMI – anotações do curso de formação política, 1988.

Para melhor compreensão, segue abaixo a transcrição da fonte.

Vitória – Antigamente/, a cr. ã podia olhar o milho antes de ser abençoado, pq dava mau olhado, dp era repartido entre todos. Qdo a mãe velha estiver perto de morrer contam tudo p/ os + novos. Mostram p/ Vitória q. estava perdendo o modo de ser do índio, mesmo q. precise aprender as coisas do branco. Antiga/ ã se usava registro, certidão. O q. tinham como docu/ era o Tekoha. Qdo se fala das coisas do índio, os pprios índios acham graça. Isso mostra como estão distantes do teko porã. O caldo de tatu era derramado farinha e saía 1 espécie de polenta.

Adriano perg. se essas coisas s contadas na aldeia.

Vitória – a gte conversa c/ quem a gte tem confiança.

Vitória, enquanto senhora experiente e conhecedora da cultura de seu povo, manifestou sua preocupação com as mudanças ocasionadas pelas interferências dos não indígenas na sua comunidade, o que ameaçava o “teko porã rã – boa vida, bom viver” (Benites, 2015, p. 22). A Fala de Vitória além de demonstrar conhecimento também demonstra força e coragem, por trazer a público uma questão delicada, mas necessária de ser discutida no “Curso para representantes Kaiová e Ñandeva”.

⁶¹ CIMI. Anotações dos cursos de formação política. 1988. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

Além de manifestar sua insatisfação, Vitória mostrou o cuidado que tinha ao discutir sobre as mudanças nos aspectos culturais. Por ser essa uma questão intrincada, não era com qualquer pessoa que ela discutia. O curso para representantes Kaiowá e Ñandeva, certamente foi considerado um espaço apropriado para a abordagem do tema, já que ali estavam pessoas interessadas no bem comum.

Cabe lembrar que enquanto seres sociais, assim, como a sociedade envolvente, os povos indígenas estabelecem entre si relações de poder. Alguns indivíduos têm a possibilidade de agir e produzir efeitos sobre a vida de outros. E para que um indivíduo exerça o poder, é necessário que tenha força. Como bem explica o filósofo francês Gérard Lebrun: “[f]orça não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa [...]. Em suma, a força é a canalização das relações sociais ou, mais especificamente, políticas” (Lebrun, 1981, p. 4). A força, enquanto instrumento utilizado pelas mulheres Guarani e Kaiowa em suas atuações sociais, é manifesta nos debates e elaborações de medidas contra a coerção e desrespeito do Estado Nacional. Nesse caso, o poder é constituído pela força da palavra, do conhecimento, da experiência, da capacidade de liderar e resistir às inúmeras intempéries.

Assim como os atenienses, nos primórdios do debate político, valorizavam o espaço público enquanto ambiente propício para o exercício da cidadania, realizando assembleias com a inclusão dos sujeitos considerados cidadãos na tomada de decisões, os povos Guarani e Kaiowa também aderem um significado especial ao espaço comum destinado à socialização dentro do território, nele são realizadas assembleias e outros eventos de participação coletiva. O poder de decisão é da comunidade, assim a ação política preserva o consenso.

A autoridade das lideranças Guarani e Kaiowa advém da concessão de confiança para delegar, a comunidade espera que seus líderes preservem o diálogo. Cabe lembrar que nos debates também deve haver espaço para as divergências, bem como o reconhecimento da heterogeneidade que forma o grupo.

No ano de 1989, o CIMI realizou em Dourados – MS o curso “Como funciona a sociedade capitalista”, com duração de três dias, coordenado por Vernonce Rossato e Hilário Paulus, com o objetivo de estudar alguns aspectos sociais, econômicos e políticos que orientam a organização da sociedade dos não indígenas. De acordo com a metodologia descrita no relatório do curso, os coordenadores fizeram a abordagem do tema e em seguida abriram espaço

para perguntas e reflexões dos participantes⁶². Oito homens e onze mulheres participaram, totalizando 19 pessoas de diferentes territórios. Na finalização do curso, algumas pessoas apresentaram seus pareceres sobre o desempenho do curso, dentre elas, Cristina, que proferiu⁶³:

A primeira vez que eu vim assisti esse curso. Eu acho pra mim e para os outros que estão presentes aqui muito importante. Aqui vocês presentes vão me desculpar, eu vou falar depois que eu chegar na Juti. Eu vou contar a história que eu vim ver aqui nesse curso que aconteceu. Eu acho que as onças se candidataram para presidente, se ganharem de repente, eles vão criar leis contra os pobres, contra os gatinhos. Os gatinhos trabalham pra onças ficarem ricas através dos trabalhadores. Senão organizar-se, no meio de organização nós temos que colocar um gatinho. Colocar um presidente que sabe o sofrimento do povo indígena pra defender o sofrimento da terra [...]”.

Ao refletir sobre o funcionamento das relações em nível micro e macro, Cristina demonstrou ter ciência da organização e administração do País, por isso, manifestou sua preocupação com as eleições presidenciais daquele ano. Assim como ela, as outras pessoas presentes disseram estar satisfeitas com a programação do curso e enfatizaram a necessidade de haver mais reuniões que promovessem novas discussões sobre a dinâmica das relações de poder e, conseqüentemente, políticas.

Outro curso promovido pelo CIMI ocorreu entre os dias 5, 6 e 7 de junho de 1990 na cidade de Dourados – MS, “Curso de Formação Política para Representantes Indígenas”, que contou com as/os palestrantes: Eunice, Paulinho, Aquiles, Hilário e Laerte. A justificava do encontro era:

Os índios têm a sua vida cultural, as suas expressões, só que estão rodeados pelo mundo branco, a chamada sociedade branca. Por isto é necessário conhecer um pouco mais esta sociedade, como ela funciona para que “o índio” tenha como sobreviver no meio dela. Este tipo de discussão ocorreram [*sic*] em todo o país. Muitos outros povos fazem e fizeram isto que nós estamos começando hoje. Também povos de outros países se encontram para discutir os seus problemas e buscar saídas para melhorar a situação, porque mesmo não sendo no Brasil, no MS, os problemas são os mesmos⁶⁴.

De acordo com o relatório do curso, o primeiro dia de formação foi dedicado à apresentação das pessoas que se deslocaram de seus diferentes territórios para participarem da

⁶² Relatório do Curso Realizado pelo CIMI – Dourados nos dias 03/04/05 de outubro/89. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

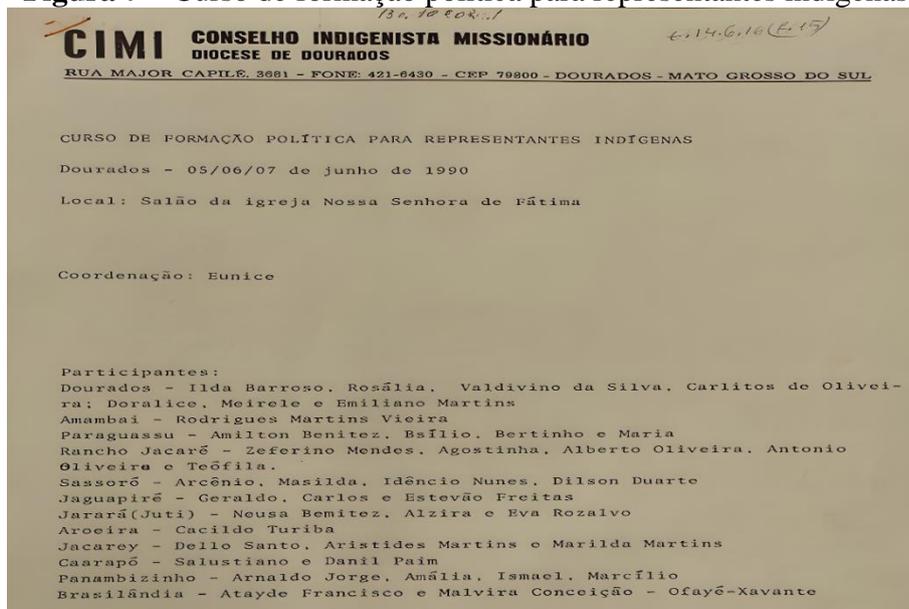
⁶³ Depoimento de Cristina – registrado no Relatório do Curso Realizado pelo CIMI – Dourados nos dias 03/04/05 de outubro/89. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

⁶⁴ CIMI. Curso de Formação Política para representantes indígenas. Dourados – MS, 1990 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

formação. Após as apresentações, a equipe organizadora expôs os objetivos do curso e abordou brevemente as realidades indígenas no estado de Mato Grosso do Sul e na América Latina e, para finalizar, foi exibido o filme “As onças e os gatos”. No segundo dia, foi discutida a organização da sociedade Guarani, contrapondo os aspectos estruturais do passado e os vigentes naquele presente momento de 1990. No mesmo dia discutiu-se também a organização da sociedade civil. Quanto ao último dia, o relatório não apresenta informações.⁶⁵

No decorrer da exposição foram priorizados temas como capitalismo, comunismo, partidos políticos, eleições, arrecadação de impostos, inflação, Constituição Federal e possíveis soluções para os problemas enfrentados pelos povos indígenas. Cada tema era de responsabilidade de um palestrante que deveria conduzir a discussão. Abaixo podemos visualizar uma lista com os nomes dos participantes.

Figura 7 – Curso de formação política para representantes indígenas



Fonte: CIMI – Curso de Formação Política para Representantes Indígenas – Dourados – MS (1990).

Nesse registro, referente ao primeiro dia do curso, além dos nomes dos participantes, também podemos visualizar seus territórios de moradia. Chamamos a atenção para o fato de que dentre os participantes da terra indígena Jarará só constam nomes de mulheres. Nesse contexto histórico, a comunidade reivindicava a agilidade no processo de demarcação do seu território, processo esse que se iniciou em 1986 e só foi concluído/homologado em 1993. Desse modo, no período de realização do curso (1990), muitas das pessoas oriundas do território

⁶⁵ CIMI. Curso de Formação Política para representantes indígenas. Dourados – MS, 1990 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

indígena Jarará moravam em acampamentos de retomada, na área urbana e em outras terras indígenas já demarcadas. Como mostra o levantamento: “Jarará – Juti – Despejados – 600 há 30 famílias na Juti, outras nas fazendas, 2 em Caarapó, uma no Gauimbé”.⁶⁶

Durante a espera pela demarcação, um grande grupo de indígenas ocupou uma região da cidade, formando uma das primeiras “periferias” de Juti. Nesse local, a vulnerabilidade da população Guarani e Kaiowa ficou ainda mais alarmante. Tal descaso foi denunciado pela comunidade, como podemos ver⁶⁷:



Fonte: O Progresso, página 08, Dourados – MS, [199?].

Como podemos observar na matéria acima, Cristina, uma das integrantes do movimento de reivindicação de Jarará, afirmou que o *tekoha* seria retomado: “Estamos cansados de esperar para voltar para a nossa área”. Não era possível esperar mais, por isso a comunidade estava decidida a lutar.

A única maneira de mudar a difícil situação enfrentada por essas pessoas seria a demarcação territorial, para isso mulheres e homens empreenderam inúmeros esforços para dar visibilidade à urgência de ter seu território definitivamente demarcado. As retomadas, as denúncias, a busca de apoio de outros coletivos indígenas, a preparação educacional e o

⁶⁶ CIMI. Curso de Formação Política para representantes indígenas. Dourados – MS, 1990 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

⁶⁷ JORNAL O PROGRESSO. Funai afirma que a situação dos índios é deprimente. Página 08, Dourados – MS [199?]. Arquivo do CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

aperfeiçoamento dos conhecimentos das normas legais foram as principais medidas tomadas pelas mulheres do território Jarará. Essa última medida fica evidente com a participação das mulheres no curso oferecido pelo CIMI. O cronograma do “Curso de Formação Política para Representantes Indígenas” descreve as ações previstas⁶⁸. Vejamos algumas delas:

[...]

Dia 05/06/90

1. Apresentação dos participantes: nome e área indígena.

2. Objetivos do curso.

3. Realidade indígena no MS; Brasil e América latina:

a) Situação de cada área:

Dinâmica: Trabalho em grupos por área; conversa; desenho individual; plenário (conclusões em papelógrafo).

b) Situação das demais áreas indígenas do MS

– Exposição da assessoria – usar mapa

c) Situação indígena no Brasil e AL (breves informações).

Exposição da assessoria – usar mapa.

Conversa dos participantes sobre o que foi exposto

4. Slide: “As onças e os gatos”

– Conversa e interpretação.

Dia 6/6:

I Organização da sociedade Guarani

Motivação: Ler no Mensageiro nº 42 – p. 21 como alguns povos indígenas se organizam internamente.

1- Como era antigamente a organização das comunidades Guarani/Kaiová?

Dinâmica: Plenário e conclusões em papelógrafo.

2- Como é hoje a organização da sociedade Guarani?

– Hoje é melhor ou pior que antigamente?

– Tem alguma coisa parecida com a história do filminho?

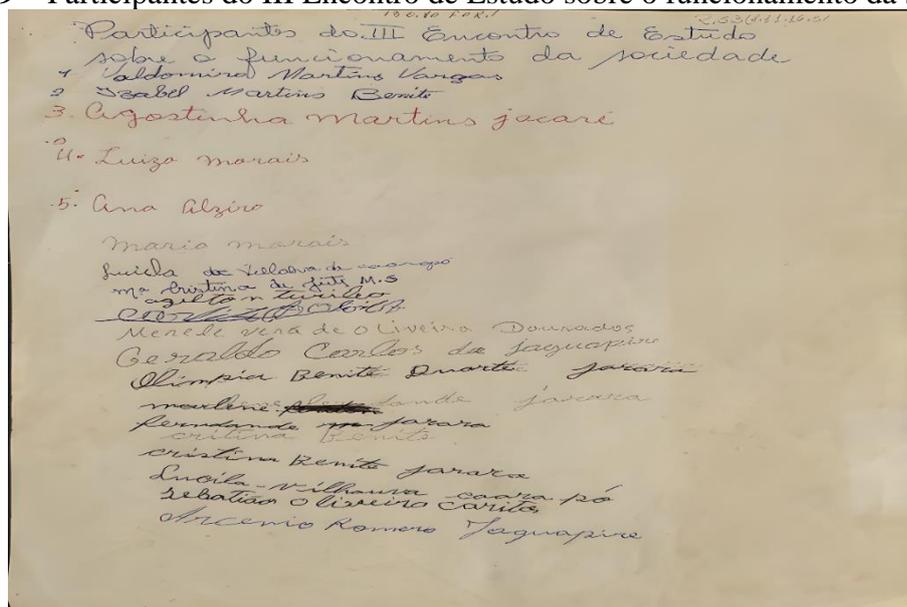
Dinâmica: Trabalhos em grupos, por área; Plenário: exposição por representante de cada grupo. Conclusões em papelógrafo.

Como podemos observar, o curso abordou temas relacionados à conjuntura regional, nacional e até mesmo internacional. Os povos indígenas, mesmo estando em diferentes regiões, se deparavam com problemas semelhantes, em sua maioria, resultantes da difícil relação com os defensores de uma política de extermínio da vida indígena.

Podemos observar abaixo uma lista com as assinaturas das pessoas que estiveram presentes no que parece ser o segundo dia do “Curso de Formação Política para Representantes Indígenas” dedicado ao estudo sobre “Organização da sociedade Guarani”, oportunidade não só de aprender e mediar conhecimentos, como também de fortalecer a articulação em rede.

⁶⁸ CIMI. Curso de Formação Política para Representantes Indígenas. Dourados – MS, 1990 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

Figura 9 – Participantes do III Encontro de Estudo sobre o funcionamento da sociedade



Fonte: CIMI – Curso de Formação para Representantes Indígenas Dourados – MS – 5, 6 e 7 de junho de 1990.

Para melhor compreensão, segue abaixo a transcrição da fonte:

Participantes do III Encontro de Estudo sobre o funcionamento da sociedade
 Valdomiro Martins Vargas
 Izabel Martins Benite
 Agostinha Martins Jacaré
 Luiza Moraes
 Ana Alzira
 Maria Moraes
 Lucila Vilalva de Caarapó
 Mª Cristina de Juti MS
 Agelton
 Carlito
 Merele Vera de Oliveira Dourados
 Geraldo Carlos de Jaguapiru
 Olimpia Benite Duarte - Jarara
 Marlene – Jarara
 Fernando – Jarara
 Cristina Benite – Jarara
 Sebastião de Oliveira
 Arcenio Romero Jaguapiru

Mediante as assinaturas dessa lista, podemos ver que as mulheres tiveram maior participação no segundo dia de curso. Também não descartamos a hipótese de haver outros participantes que por algum motivo não tiveram seus nomes registrados. Assim como não há registros a respeito do cronograma do terceiro dia, também não há uma lista elaborada pela equipe organizadora do curso contendo as assinaturas das pessoas que estiveram presentes em todas as atividades.

Meses depois, em setembro, o CIMI ofertou a segunda fase do Curso, tendo como objetivo: “Continuar o projeto de formação política dos representantes indígenas; Aprofundamento da situação fundiária do estado – MS – e a relação com a oligarquia política, e, como os povos indígenas se situam neste contexto; Pistas políticas de superação desta conjuntura”⁶⁹. O cronograma dos temas que foram abordados mostra uma continuidade e aprofundamento das discussões realizadas no mês de junho, com uma ênfase maior nos conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul.

Destarte, por meio de tais registros que mostram a ocorrência de encontros destinados ao estudo de temas pertinentes aos Guarani e Kaiowa, podemos observar a participação das mulheres em espaços de debates políticos. Tais momentos oportunizavam a preparação e articulação na busca por melhorias para suas comunidades. Nesses encontros, a luta pelo território se fortalecia e se dinamizava.

2.5 OS LAÇOS DE ATIVISMO NO PROCESSO DE DEFESA DO TERRITÓRIO

A grande maioria das lutas pelo respeito aos direitos territoriais colocou em oposição povos indígenas e Estado. Muitas dessas lutas se deram em torno de mudanças sociais, políticas e jurídicas, de bases estruturais, sob as quais o agronegócio utilizou-se de suas alianças e boas relações com indivíduos que fazem parte dos Poderes Legislativo e Executivo para impedir a efetivação de demarcações territoriais, o que impossibilitou a concretização de um direito básico dos povos indígenas.

As reflexões de Bordieu (1989, p. 155-159) sugerem que a estrutura do campo político, isto é, a realidade social, determina a tomada de posição política de um grupo que é representado por sua liderança que, por sua vez, fala em nome de sua comunidade, que orientam suas ações em prol dos objetivos do coletivo. Assim, “[a] política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bordieu, 1989, p. 159).

Como mencionado anteriormente, muitas das pautas políticas dos povos Guarani e Kaiowa eram construídas em reuniões e, de modo simultâneo, eram redigidos os encaminhamentos específicos e gerais. Assim, a elaboração de requerimentos e apresentação de sugestões para solucionar determinados problemas eram frutos das discussões coletivas.

⁶⁹ CIMI. Curso de Formação Política – 18, 19 e 20/09/1990. Dourados – MS (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

Nesse processo de busca pela transformação social, surgiram novas formas de fazer política, de lidar com os conhecimentos tradicionais e com as inovações. O ofício de liderança ou qualquer outra função de prestígio, também se ressignificou, as performances e as mediações exigiram novos atributos. Por fim, cabe lembrar que a atuação é diversificada, cada sujeita ou sujeito que estiver à frente de determinado ofício conduz as situações de acordo com seus próprios princípios, que em tese devem coincidir com a vontade coletiva.

Weber (2015, p. 118) elenca três qualidades, consideradas por ele imprescindíveis ao sujeito político ocidental: “paixão, sentimento de responsabilidade e acuidade visual”. Para o autor, a política deve ser feita com a razão e devoção, para que haja equilíbrio entre os extremos é preciso um certo distanciamento em relação às coisas e aos seres humanos. Tomo emprestado esse entendimento de Weber, porém, ao invés de qualidade, classifico-as como habilidades inerentes a uma boa liderança política Guarani e Kaiowa.

Algumas dessas habilidades podem ser aprendidas por meio de ensinamentos e exemplos próximos, como no caso de avós e pais que transmitem seus conhecimentos teóricos e práticos aos seus descendentes. Determinados legados são preservados, dentre eles, o ativismo no movimento em defesa dos direitos territoriais.

Marçal de Souza, também conhecido pelo nome de batismo em Guarani Tupã’i, um dos grandes representantes de muitas comunidades⁷⁰ Guarani, e um dos símbolos da luta contra o desrespeito ao direito territorial dos povos indígenas, foi assassinado em 1983, justamente, pela sua coragem de denunciar e mostrar ao mundo as ações de violência praticadas contra os povos indígenas de Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil. Além da atuação política, Marçal era enfermeiro e servidor da FUNAI, nos diversos espaços que transitava, denunciava os casos de violência praticada dentro e fora das terras demarcadas. Em uma das reuniões que participou com outras lideranças no estado de Rio Grande do Sul, Marçal expôs:

[...] Eu não fico quieto não. Eu reclamo, eu falo, eu denuncio. Houve um capitão lá na minha aldeia, ele se uniu ao encarregado (chefe do posto) pra perseguir os índios. Foi uma correria lá. Eu fui perseguido, minha gente foi perseguida. Então eles se uniram com o chefe do Posto pra escravizar a nossa gente. Eram presos, amarrados com arame, levados para o posto. As moças não podiam sair, eram presas pela “polícia indígena”, levadas pra roça do

⁷⁰ Cabe destacar que algumas lideranças exercem grande influência em seus territórios e pelos locais que transitam, contudo, nem sempre, são reconhecidas como lideranças por todas as comunidades Guarani e Kaiowa da região, pois tal representatividade pode não ser uma unanimidade.

capitão, tiradas as roupas e passavam a noite assim na prisão (SOUZA, 1977)⁷¹.

Na época, Marçal residia na aldeia Jaguapiru, em Dourados – MS. Pelas palavras dele podemos perceber que a violência contra homens e mulheres era praticada pelo próprio capitão, Ramão Machado, e o chefe de posto, juntos aterrorizavam a população com suas rígidas normas e projetos encabeçados pela FUNAI. Dentre suas vítimas estavam as mulheres, que tinham sua liberdade restringida dentro da aldeia.

Em entrevista⁷² realizada com uma das filhas de Marçal de Souza, a Guarani Édina Silva de Souza, ela relembrou os tempos em que Ramão Machado comandava administrativamente a comunidade Jaguapiru. Segundo ela, a atuação desse sujeito foi marcada por autoritarismo e crueldade. Ao invés de defender os interesses da comunidade, Ramão Machado, que também era indígena, atuava em prol de interesses contrários. Édina conta que sua mãe, Aristide Silva de Souza, sofreu muito quando a família foi expulsa de Jaguapiru por Ramão Machado, em virtude das denúncias feitas por Marçal de Souza⁷³. Com o fim das capitânicas indígenas, em 2008, Ramão Machado saiu da aldeia Jaguapiru para trabalhar no aliciamento da mão de obra indígena nas lavouras de cana-de-açúcar no município de Naviraí – MS, onde foi assassinado pela polícia militar⁷⁴.

Analisando algumas entrevistas feitas por Brand para investigar os problemas da superlotação na reserva indígena de Dourados e falta de terras para todas as famílias, destaca-se a fala de Valdelice Veron, conhecida por todos como importante professora e liderança. “Em Dourados tudo tem proprietário. Quando alguém sai, ele vende sua propriedade, nas demais aldeias não tem este sistema” (Veron *apud* Brand, 1997, p. 211-212). Como podemos perceber, a disputa por lotes na reserva indígena de Dourados é um problema que gera muitas discussões, pois a distribuição desigual dos espaços potencializa a interferência da lógica capitalista de ter um espaço suficiente para plantar, princípio de desenvolvimento de relações

⁷¹ SOUZA, Marçal de. Ruínas de São Miguel – RS, 18 de abril 1977. CIMI – Marçal Tupa’i. Setor de documentação, Brasília – -DF, junho de 1985. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁷² Édina Silva de Souza. Depoimento: [16 ago. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Aldeia Jaguapiru, Dourados – MS, 2021. Arquivo de áudio digital.

⁷³ Foi então que a família de Édina retornou para o seu território com segurança, porém ocupando um espaço menor, pois Ramão Machado dividiu e vendeu o lote da família.

⁷⁴ Campo Grande News. Corpo de índio morto em confronto será sepultado hoje. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/corpo-de-indio-morto-em-confronto-sera-sepultado-hoje-03-03-2008>. Acesso em: 22 ago. 2021.

mercadológicas na reserva, situação essa que foi questionada pela maioria das famílias Guarani e Kaiowa.

Como abordado no capítulo anterior, a superlotação de pessoas nas reservas de Mato Grosso do Sul, o que se intensificou na segunda metade do século XX, ocasionou inúmeros problemas para seus moradores, que, cada vez mais, tiveram que conviver com a falta de terras suficientes para viver com dignidade. Junto a isso, as ameaças e investidas contra as terras já demarcadas agravaram ainda mais a situação de vulnerabilidade dentro das reservas.

Foi nesse mesmo contexto que muitas pessoas procuraram se mobilizar, de diferentes maneiras, para fortalecer a união entre os membros da comunidade, uma delas foi a falecida Aristide Silva, que, assim como seu esposo, também se dedicava a estabelecer diálogo.

A minha mãe, Aristide, sempre foi a dona de casa, ela casou com meu pai, com liderança, ele era tupã-i, a casa sempre vivia cheia de gente, o pessoal da aldeia sempre estava aqui, a nossa casa era lá dentro do mato, casa grande. Sempre a minha mãe estava em reunião com as mulheres, se reuniam para ir lavar roupa no córrego, uma ou duas vezes por semana. Aqui tinha também as reuniões de chimarrão das mães para conversar coisas de crianças, coisas corriqueiras, se reunia para fazer colheita, se reunia para fazer limpeza das roças (Édina Silva de Souza, 16/08/2021).

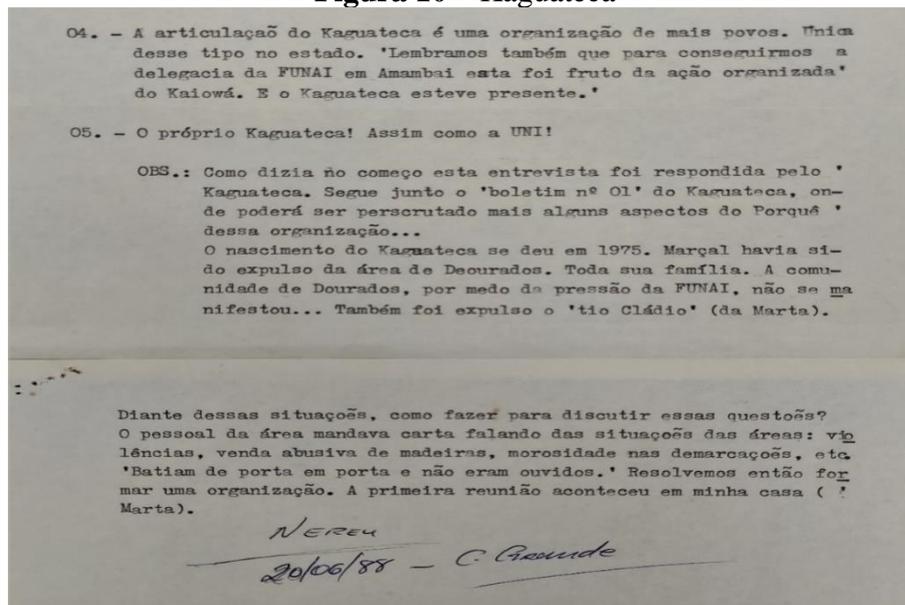
Além de promover o restabelecimento do diálogo, as conversas sobre “coisas corriqueiras” e os encontros para cuidar da colheita promoviam reflexões e ações individuais e coletivas que beneficiavam a boa convivência. Cabe destacar que na conjuntura histórica descrita por Édina ainda havia uma certa extensão de florestas que possibilitava a viabilização das práticas tradicionais. Situação alterada pelas interferências do sistema capitalista na organização social da comunidade.

Tendo em vista que existia a necessidade de fortalecer os vínculos sociais, em 1975 foi formada a organização Kaguatoca⁷⁵, reunindo mulheres e homens na luta por respeito à soberania popular. Abaixo segue um trecho do “Roteiro para sistematização de experiências em organização indígena”.⁷⁶

⁷⁵ A Associação Kaguatoca foi criada com o objetivo de fortalecer a união entre as diferentes etnias indígenas de Mato Grosso do Sul, e assim defender seus interesses coletivos. Marta da Silva Vito, também conhecida como Marta Guarani, foi a fundadora da Kaguatoca e por alguns anos assumiu a presidência da associação.

⁷⁶ Kaguatoca. Roteiro para sistematização de experiências em organização indígena. Campo Grande, 6 de junho de 1988. Presentes: Eduardo, Marta e Sandra. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 17 ago. 2021.

Figura 10 – Kaguatoca



Fonte: Kaguatoca. Campo Grande, 6 de junho de 1988.

Como podemos ver, Marta Guarani, sobrinha de Marçal de Souza, foi uma das pessoas responsáveis pela formação da organização Kaguatoca. Foi no chão de sua moradia que o movimento foi ganhando forma e, anos mais tarde, se consolidou como importante meio de luta reconhecido em diversos espaços. Conforme explica Mangolim (1993, p. 98), Marta, como presidente de Kaguatoca, atuou em diferentes frentes para fazer chegar ao País inteiro as denúncias contra as violências praticadas pelos latifundiários e seus apoiadores, inclusive, o próprio Estado, situação essa que piorou após a morte de Marçal.

Com a morte de Marçal, Marta Guarani (sobrinha de Marçal e presidente da Kaguatoca) passa a fazer com mais intensidade a defesa das comunidades indígenas e, como consequência, precisa sair da aldeia de Dourados, e vir para Campo Grande. Aqui ela se articula com outros índios e passam a ser um canal de denúncias, nos centros urbanos, da situação vivida pelas comunidades (Mangolim, 1993, p. 98).

Como constatou a historiadora Paula Faustino Sampaio, em virtude dos conflitos que seus parentes vivenciavam na Reserva Indígena de Dourados, Marta Guarani já atuava em prol das comunidades Guarani e Kaiowa antes mesmo da morte de Marçal de Souza. “É possível afirmar que, na década de 1970, ela passou a atuar na política Guarani e Kaiowá como opositora à política indigenista imposta na Aldeia Jaguapiru e Aldeia Bororo em Mato Grosso do Sul” (Sampaio, 2021, p. 174).

Depois de alguns dias do assassinato de Marçal de Souza, importantes representantes indígenas, tal como Mário Juruna, se reuniram em Dourados e fizeram um documento exigindo

das autoridades que descobrissem e punissem os responsáveis pela morte do líder indígena, na mesma oportunidade, estabeleceram formas de dar continuidade à luta de Marçal. Todos os representantes fizeram um discurso durante o encontro, dentre essas pessoas estava Marta Guarani, que disse: “Nós lutaremos juntos, daremos as mãos e queremos o apoio das pessoas competentes, e queremos contar com a colaboração do Governo, e da Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança, que nos dê apoio nesta parte”⁷⁷. Durante a participação no “I Encontro de Mulheres Terena de MS” em 1990, realizado na capital de Mato Grosso do Sul, Marta, como representante da Kaguatega, manifestou sua convicção e esperança na força das mulheres, ao dizer: “Nós mulheres temos uma grande contribuição, somos uma força”⁷⁸.

Em suas falas, fica evidente que Marta se posicionava enquanto sujeita política na luta em defesa da vida e se dispôs a atuar na articulação do movimento em rede. Tomamos emprestada a compreensão de Mary Garcia Castro que, ao referenciar Barrett e Hamilton (1987), explica que, para essas autoras, as sujeitas políticas:

[...] são mulheres que escolheram como arena o domínio público, onde o self entremeia-se a um coletivo através de suas práticas. Isso se traduz em um estar junto ou ser parte de um projeto comum de mudança de uma identidade social imposta ao seu grupo de referência por interesses de um poder antagônico. A identidade de referência do sujeito político vai sendo traçada na relação entre biografia e história, um processo com diversos momentos e situações. Tal processo é marcado por projetos através dos quais as experiências são reelaboradas (Castro, 1992, p. 57-58).

Sair da aldeia para dialogar com outras organizações indígenas e não indígenas, apoiadores e opositores se fez necessário, porque Marta Guarani sofreu perseguições dentro da aldeia Jaguapiru⁷⁹, por parte dos mesmos sujeitos que expulsaram seu tio, Marçal; também porque Marta sabia que era preciso dar maior visibilidade à mobilização social da Kaguatega. Os campos de mobilização já não eram apenas os territórios tradicionais, eram também os campos em que se constituíam as tomadas de decisões da sociedade envolvente, isto é, nas esferas de poder federal, estadual e municipal.

⁷⁷ Abaixo-assinado dos representantes dos povos indígenas. Dourados 03 de dez de 1983. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

⁷⁸ Relatório do I Encontro de Mulheres Terena – Campo Grande – MS, 28 e 29 de julho de 1990. Associação Kaguatega; Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Serviço Informação Mulher (SIM) (ORGS.). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TND00025.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁷⁹ Em entrevista realizada por Souza (2020, p. 61), com uma das filhas de Marta Guarani, ela explica que “[...] Suziê Guarani, filha de Marta Guarani, afirma que sua mãe, a partir do momento em que começou a denunciar a omissão do estado brasileiro, a denunciar as violações, as violências contra o povo guarani e kaiowá, ela, Dona Marta foi expulsa da Aldeia Jaguapiru em Dourados.

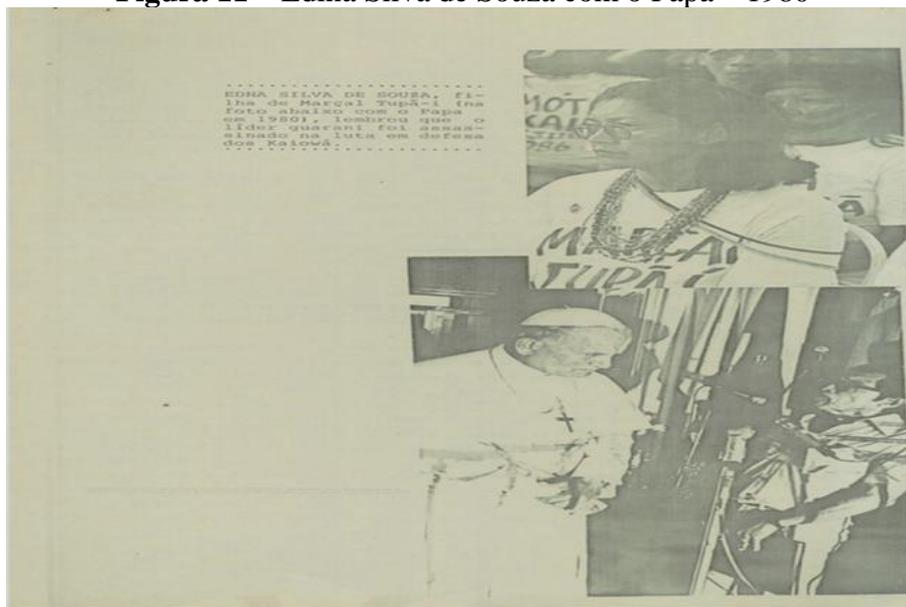
Elementos positivos da articulação nesses outros campos de luta são destacados por Mangolim (1993, p. 99-100). Em meados da década de 1980, com seu registro legal e contando com a assessoria da Secretaria de Justiça do Estado, a Kaguateca passou a reunir cada vez mais indígenas, que já tinham suas terras reconhecidas e legalizadas e aqueles que estavam à espera da demarcação. Essa união intensificou a força dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, que juntos participaram de manifestações em Brasília para que seus direitos fossem reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

Assim como Marta Guarani, que sentiu a necessidade de transgredir a qualidade de pequenos encontros, realizados em sua casa na reserva indígena de Dourados – MS, para grandes reuniões que possibilitaram a consolidação de debates com indígenas e não indígenas que também transitavam pelas grandes cidades para apresentar suas demandas às autoridades da sociedade envolvente, outras mulheres também percorreram diferentes caminhos e espaços em busca do diálogo. Sua prima, Édina Silva de Souza, foi uma dessas mulheres.

Ao manifestar a indignação contra a morte de seu pai, Édina Silva de Souza passou a denunciar também todo sofrimento vivenciado pela população Guarani e Kaiowa, que todos os dias enfrentava a perversidade de indivíduos dispostos a tudo no conflito fundiário. Em outubro de 1991, o papa João Paulo II visitou o Brasil e, na ocasião, se reuniu com lideranças indígenas, que aproveitaram o momento para denunciar as violências cometidas contra os povos indígenas do Brasil, dentre elas o assassinato de Marçal de Souza. Na ocasião, Édina entregou ao papa um registro fotográfico memorável⁸⁰.

⁸⁰ CIMI. Notícias do Movimento Indígena. Periódicos/Notícias do Movimento Indígena (1991-1994) [Cimi Norte I]/1991_10 N° 10 (5). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=hemeroteca&hf=armazem memoria.com.br&pagfis=39530>. Acesso em: 10 out. 2022.

Figura 11 – Édina Silva de Souza com o Papa – 1980



Fonte: CIMI. Notícias do Movimento Indígena.

Junto com a foto, Édina entregou uma carta, da qual transcrevemos alguns trechos⁸¹:

Senhor Santo Papa João Paulo II

Eu, filha de Marçal Tupã'i aquele que em 1980 lhe falou em nome dos Povos Indígenas, ofereço-lhe como recordação essa foto de Marçal de Souza Guarani, que deu sua vida pela causa dos índios Kaiuá. Ele foi assassinado no dia 25 de novembro de 1983; e tinha muitas esperanças que a partir de então houvesse maior justiça para os povos indígenas do Brasil.

Juntamente com os representantes de 36 nações indígenas hoje aqui presentes, também temos renovadas nossas esperanças que sua Santidade interceda junto às autoridades brasileiras para que se tome providências urgentes e se faça justiça pela morte de Marçal Tupã'i, cujos assassinos continuam impunes; que se faça justiça para todos os índios que perderam suas vidas na luta da terra.

Hoje Santo Papa, os povos indígenas ainda padecem de muito sofrimento. A invasão que sofremos a 500 anos ainda continua, mas de forma disfarçada, através de uma ideologia de dominação que tenta de diversas maneiras negar o nosso direito de existir como povos diferenciados.

E a maior luta dos povos indígenas continua sendo a luta pela Terra. Porque a Terra para nós é vida. Para continuarmos a ter direito à vida é preciso que nossas Terras sejam demarcadas, nos devolvam o que para nós é sagrado; Demarcação das Terras dos Guarani do Panambi, Panambizinho, Sucuri (Maracaju), Guassuti, Jaguari, Sete Cerros, Paraguaçu, Cerrito e Cerro Marangatu [...].⁸²

⁸¹ A íntegra da carta pode ser visualizada no anexo I. Fonte: CIMI. Notícias do Movimento Indígena. Periódicos/Notícias do Movimento Indígena (1991-1994) [Cimi Norte I]/1991_10 Nº 10 (5). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=hemeroteca&hf=armazem memoria.com.br&pagfis=39530>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁸² CIMI. Notícias do Movimento Indígena. Periódicos/Notícias do Movimento Indígena (1991-1994) [Cimi Norte I]/1991_10 Nº 10 (5). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=hemeroteca&hf=armazem memoria.com.br&pagfis=39530>. Acesso em: 10 out. 2022.

A carta escrita por Édina representava um pedido de socorro em nome de todas as etnias indígenas. Em poucas palavras, Édina reafirmou a importância da luta de seu pai, que foi assassinado por indivíduos que se sentiram incomodados pela força de Marçal. Mais do que pedir ao maior representante da igreja católica o apoio na busca por justiça aos crimes cometidos contra os defensores dos direitos indígenas, ela pediu atenção à maior necessidade dos povos indígenas do Brasil, que era o território de ocupação tradicional.

Em 1993, foi criada a “Secretaria Especial para Assuntos Indígenas em Mato Grosso do Sul”, e a convidada para assumir o cargo de Secretária titular foi Édina Silva de Souza, que só aceitou o convite depois de consultar sua comunidade, e, assim, assumiu a responsabilidade de atuar em prol dos povos indígenas juntamente com o governo.

O jornal Correio do Estado dedicou duas páginas para informar sobre a criação da Secretaria, na primeira página, com o Título “Índios conquistam espaço político com Secretaria”. No texto em questão, foi abordada a importância da secretaria para os povos indígenas e a preparação da pessoa escolhida pelo governador Pedro Pedrossian para estar à frente do novo departamento.

A posse da índia guarani Édina Silva de Souza, no cargo de secretária especial para Assuntos Indígenas foi encarada como uma importante conquista política pelas lideranças indígenas de todo o Estado. Édina tem 42 anos de idade e há 22 é professora do I Grau na reserva indígena de Dourados, onde dá aulas nas línguas portuguesa e guarani. Reconhecida como uma importante líder indígena, Édina de Souza é filha de Marçal de Souza Tupã, assassinado em 1983 em função de sua luta em defesa dos direitos do índio [...]. Édina de Souza se disse surpresa em ser convidada a assumir o cargo de secretária especial, afirmando que “ações em favor do índio passarão agora a ter caráter institucional, podendo perdurar nos próximos governos”. Segundo Édina os principais problemas a serem resolvidos, através de uma ação conjunta com as demais secretarias, estão concentrados na questão fundiária e na busca de uma melhor qualidade de vida para o índio. Para Édina, a criação da Secretaria pode ser encarada como “o primeiro espaço político oficial conquistado pelos índios”. Ela garantiu que a sua primeira missão será conversar com todas as lideranças indígenas do Estado, para conhecer em detalhes todos os problemas enfrentados nas 44 aldeias indígenas que existem no Mato Grosso do Sul (Jornal Correio do Estado, 1993).⁸³

A Secretaria, teoricamente, pretendia uma aproximação do governo com a população indígena, que, naquele contexto, tinha seus direitos humanos desrespeitados e,

⁸³ Jornal Correio do Estado. Índios conquistam espaço político com Secretaria, Campo Grande – MS, 1993. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

corriqueiramente, ganhavam as capas dos jornais como vítimas da miséria e outras formas de extermínio.

Mesmo sabendo de todos os desafios, Édina viu naquele espaço uma oportunidade para atuar em defesa de mudanças sociais. Na cerimônia de sua posse, ela destacou que um dos principais problemas a ser solucionado envolvia a questão fundiária, problema bastante conhecido da classe política, porém negligenciado. Segue abaixo um trecho da matéria “Comunidades indígenas apostam em resultados” publicada no jornal Correio do Estado, Campo Grande – MS, 1993:

Quanto à escolha da representante indígena, Edina de Souza, para a pasta, o coordenador afirmou que é a maior expressão da importância do índio na ação pública do governo. Denas informou que o Programa “Nosso Índio, Um Cidadão” vai, agora, integrar a nova Secretaria com uma assessoria técnica, e deixa o papel de executor, passando a gestor de novas medidas. “A nova secretária, como conhecedora do cotidiano dos problemas sociais dos indígenas, irá nos orientar no encaminhamento das questões junto às esferas governamentais”, disse Denas (Jornal Correio do Estado, 1993).

Apesar da notícia direcionar a atenção para a inovadora atuação do governo, na tentativa de promover a figura de Pedro Pedrossian, ela se faz imprescindível para perceber a articulação de uma mulher Guarani no espaço público não indígena. Em entrevista realizada com Édina, ela nos contou que tinha conhecimento de que poderia haver interesses escusos, contudo, também havia interesse da população indígena em dialogar com o governo, e, assim, a relação se fez necessária.

De acordo com Édina, o trabalho na Secretaria Especial para Assuntos indígenas foi desafiador, as demandas eram muitas, porém os recursos eram poucos, o que exigia um maior empenho na busca de auxílios de outras pastas. Em suas palavras:

As demandas das aldeias eram muitas, naquela época a população era de 63.000 indígenas, agora é muito mais. A demanda deles era muito diferente do povo Terena, do povo Kadiwéu, Guarani, Kaiowa, aqui em Dourados a demanda era mais crítica, do Guarani e do Kaiowa, e não tinha recurso. Como eu tinha que conseguir o recurso, mendigando recursos nas secretarias, eu ficava horas para falar com os secretários para conseguir os recursos [...]. Eu ia nos secretários pedir para eles liberarem recursos para comprar alimentos, liberar cestas básicas para as retomadas, ia para a secretaria de saúde, pedir recurso para comprar remédios para as farmácias das aldeias, ia para a Empaer, na época para conseguir recurso para compra de sementes, de combustível, para fazer as roças nas aldeias, e foi assim perambulando nas secretarias (Édina Silva de Souza, 16/8/2021).

Sobre as difíceis condições de trabalho que impediram a realização de ações favoráveis à resolução dos problemas da população indígena residente em áreas demarcadas e não demarcadas, ela disse: “A gente vai com um sonho, mas os sonhos na administração não indígena, e a política organizacional do não índio, ela tem barreiras e interesses particulares das pessoas que ocupam os cargos” (Édina Silva de Souza, 16/8/2021).

Mesmo com as adversidades encontradas dentro de uma instituição, em que a maioria dos servidores eram homens, brancos, de classe social média ou alta, e que seguiam os velhos costumes operacionais para defender os interesses do Estado, Édina conseguiu, em sua avaliação, dentro de suas possibilidades, contribuir com as demandas que chegavam até ela.

[...] Eu fiquei muito decepcionada com a política brasileira, mas eu consegui fazer algumas coisas, eu ajudei muito as lideranças indígenas a se deslocarem para Brasília, consegui a passagem deles para irem para Brasília reivindicar coisas de interesse das comunidades, na área de saúde a gente conseguia pouca coisa, tinha cesta de medicamentos básicos para as aldeias (Édina Silva de Souza, 16/08/2021).

Essas e outras conquistas de Édina mostram que sua atuação não foi apenas assistencialista, o que, por sua vez, já seria muito naquele contexto, mas também de apoio à luta pelo território. Sua inserção na esfera pública foi uma maneira de ajudar na defesa dos territórios. Ao falar sobre a paralisação nas demarcações territoriais, ela afirmou:

[...] Em todos os governos foi difícil, e também a decepção no governo do Lula, foi no governo dele que se encerrou a nível internacional para demarcar mais terras indígenas, e foi o governo que menos demarcou, infelizmente, mas eu também acredito que ele não podia fazer muita coisa, era uma coisa que o governo já vinha a longo de muitos anos, com aquelas raposas velhas de políticos, e é muito complicado o sistema político do governo brasileiro (Édina Silva de Souza, 16/8/2021).

Sobre a política indigenista nacional vigente durante o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Cavalcante (2018) lembra que a falta de atenção com as demarcações territoriais não foi algo que emergiu a partir de 2003, por diversos fatores, de certa forma, o mesmo já acontecia nos governos anteriores. Assim,

[...] os governos petistas, assim como seus antecessores, na prática, não deram prioridade a essa questão e em variados momentos negociaram o não reconhecimento dos direitos territoriais indígenas em troca de possíveis apoios políticos oriundos de lideranças sul-mato-grossenses, especialmente ligadas ao agronegócio, ou seja, os ruralistas (Cavalcante, 2018, p. 42).

Ainda de acordo com Cavalcante (2018, p. 56), é preciso lembrar que as demarcações e outras demandas atendidas durante os governos anteriores foram resultados das lutas realizadas pelos povos indígenas em conjunto com apoiadores da sociedade civil e instituições defensoras dos direitos indígenas. Os povos indígenas nunca pararam de reivindicar os seus direitos e sempre foram conscientes da negação histórica do governo em efetivar as demarcações territoriais. Contudo, existia uma expectativa em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que dentre suas promessas de campanha estava a demarcação de terras indígenas. “No que tange à regularização de terras indígenas, no caso dos Kaiowá e Guarani, o *modus operandi* da FUNAI permaneceu o mesmo do governo anterior. Ou seja, foram realizadas poucas ações pontuais e sempre impulsionadas pela pressão social” (Cavalcante, 2018, p. 59).

Além de não demarcar mais terras indígenas, o Estado permitiu e até mesmo cooperou com práticas de interferência nas áreas demarcadas, exemplo disso foram as inserções de instituições e sujeitos não indígenas nos espaços que já estavam superlotados. Nas palavras de Brand (1997, p. 106), o confinamento que se intensificou durante a década de 1980 “não foi apenas geográfico, mas também cultural”.

Brand, ao registrar a fala da liderança Inácia Ricalde, em uma entrevista feita em 1995 no município de Amambaí, destacou a indignação da mesma com as interferências dos não indígenas na terra e cultura alheia: “Karaí reko [jeito do branco] já mudou o jeito guarani”. Por isso, hoje, para os Kaiowá/Guarani a ideia ficou fraco porque usa duas ideias, do índio e do branco” (Inácia Ricalde *apud* Brand, 1997, p. 251). Ao conversar com outra depoente, chamada Lucia Vilhalva, sobre o abandono de algumas práticas religiosas tradicionais, teve como resposta “hoje os cacique tá tudo indo embora” (Lúcia Vilhalva *apud* Brand, 1997, p. 245). Ao longo de sua tese, Brand (1997) mostra que a pressão sobre os caciques aumentou com a introdução das escolas e igrejas neopentecostais, que menosprezaram o conjunto de práticas que regiam ao que os Kaiowa chamam de “Ñande Reko Katu, nosso bom modo de ser” (Chamorro, 2017, p. 113).

Durante uma Aty Guasu realizada na reserva indígena Limão Verde, Brand registrou a fala de Alice de Oliveira: “A família, em si pro [*sic*] índio é bem diferente do branco (...). A Presbiteriana ensina que homem é a cabeça da família” (Alice de Oliveira *apud* Brand, 1997, p. 251-252). As reclamações contra as investidas das igrejas em converter e assim interferir no modo de vida próprio dos Guarani e Kaiowa é uma significativa manifestação de preocupação,

especialmente, com as gerações mais jovens, que ainda não dominavam os conhecimentos e preceitos éticos responsáveis por orientar suas vidas.

Nesse sentido, foi necessário um movimento de retomada do modo-de-ser tradicional, tendo como alvo principal as crianças e as mulheres. Percebendo as mudanças ocasionadas pela inserção de elementos desejados e indesejados nas comunidades indígenas de Dourados – MS, Édina iniciou um projeto de costura no início da década de 1990. Sobre esse projeto, ela explica:

[...] Quando eu era criança, quando aqui as famílias estavam organizadas no sistema antigo, existia aquele momento dos encontros das famílias, onde os mais velhos sentavam para falar sobre a questão cultural, onde os mais velhos sentavam para tomar o chimarrão e discutir os problemas da comunidade, que antigamente eles trabalhavam no sistema de mutirão, um ajudava o outro a plantar, a derrubar a capoeira para plantar, e eu fui criada nesse sistema, e a gente ficava brincando, quando chegava a hora da gente ouvir, eles chamavam a gente, aí vinha a questão da nossa crença, onde os vários pais passavam os ensinamentos da crença. A crença indígena tem como norma de conduta as histórias do guardião do tempo e o guardião da natureza, e através da contagem desses mitos tinha sempre uma regra de conduta, e nessa regra de conduta vinha a crença, a disciplina e a educação, tudo dentro desses contos de mito na comunidade. **Com a interferência das outras religiões, esse sistema antigo de encontro das famílias foi desaparecendo**, e eu preocupada com isso, eu sempre estava na escola, e eu via as mães, [...] Eu comecei um trabalho de reunir as mães através de costura, era uma forma que eu achei de reuni-las costurando retalho, cada uma costurava sua colcha, o seu lençol, a roupa da criança, mas era tudo na mão, **ali a gente conversava, ria, contava as histórias, e ali havia uma troca de informação entre elas, porque aquelas reuniões, antigamente, traziam uma segurança para a comunidade, e as crianças no entorno, onde as mães vai, leva as crianças, os adolescentes** (Édina Silva de Souza, 16/08/2021).

Édina ressaltou que o projeto também incluiu o artesanato. Como se pode perceber, ela tentou resgatar os encontros entre as mulheres e as crianças como forma de fortalecimento da cultura. Não sendo mais possível retomar todas as práticas tradicionais, em virtude das transformações do ambiente, foi preciso utilizar meios práticos e rentáveis para promover os encontros, que além de acolher também promoviam a união entre as participantes.

Nesse contexto, as comunidades indígenas que viviam em áreas demarcadas encontravam dificuldades para retirar da terra os recursos necessários para sua subsistência, isso porque os espaços eram ínfimos para plantar, as florestas sofriam as consequências do desmatamento causado por agentes externos e os rios eram contaminados por agrotóxicos utilizados nas plantações das fazendas que cercam as terras indígenas. Os impactos causados pela expropriação territorial e pela interferência nas áreas demarcadas não puderam ser revertidos, mas foram contestados.

A recuperação ou reabilitação do sistema Kaiowa/guarani passa, certamente, pela quebra do confinamento, entendido aqui como superação da situação de superpopulação e sobreposição de aldeias e chefias dentro das Reservas. Passa também pela recuperação da ocupação e distribuição espacial tradicional mediante a reconstrução de aldeias menores (Brand, 1997, p. 267).

As respostas às ações desrespeitosas do agronegócio e do Estado brasileiro não demoraram a ocorrer. Logo que os povos indígenas perceberam as implicações dessas ações, a luta começou. Em entrevista com Édina, perguntamos se a luta pela terra sempre existiu. A resposta foi:

Sempre. Como diz o Brand, não existe uma luta sem ter terra, não existe uma organização indígena forte se não tem a garantia da terra. Não só os Guarani e Kaiowa, tenho visto a luta dos índios do Paraná, que estão na beira da estrada, lutando pela terra, os Kaingang, de todos nós. É uma luta desde a década de 1970, desde o Ângelo Kretã, e parece que a luta não tem fim (Édina Silva de Souza, 16/8/2021).

Observa-se que, apesar dos aspectos negativos advindos com determinadas imposições culturais, Édina soube aproveitar as interações culturais para aprender mais sobre os interesses que moviam a dinâmica social da sociedade civil e, assim, saber como agir nos ambientes institucionais.

A formação de ativistas políticas entre os povos Guarani e Kaiowa, como os casos de Marta e Édina, se construiu por meio das novas dinâmicas que se formaram no território de ocupação tradicional a partir de meados do século XX. Nesse contexto, novos contatos interétnicos se intensificaram, bem como os deslocamentos.

Do mesmo modo que uma ativista é fruto da construção coletiva, ela também é um processo, pois ao proceder ela se transforma. Podemos dizer que o protagonismo de luta pelo território é um arcabouço estrutural e processual, e, como afirma Vandenberghe (2017, p. 353), “Estrutura é processo, e processo é prática (processo-em-prática). As práticas são estruturadas, o que significa que elas são reguladas pela cultura e reproduzem e transformam estruturas sociais”. Nessa concepção, podemos dizer, seguindo os passos de Vandenberghe, que as culturas influenciam as práticas, que, por sua vez, modificam alguns elementos da estrutura cultural que podem ter fronteiras mais rígidas ou mais fluídas, isso depende do contexto histórico e social que fazem parte.

2.6 QUANDO AS AÇÕES INDIVIDUAIS SÃO ORIENTADAS PELOS INTERESSES COLETIVOS

A critério investigativo e como forma de compreensão da sociedade, admitimos que as subjetividades são constituídas de acordo com as relações sociais estabelecidas ao longo da vida, isto é, somos constantemente construídos e reconstruídos enquanto seres humanos, incluindo-se aí o meio pelo qual se transita. Desse modo, pode-se pensar em um ser formado pela coletividade, que possui identidades; logo, uma mulher pode se autoidentificar enquanto indígena, ativista, liderança etc. Scherer-Warren (2003), ao explicar a forma como ocorre o reconhecimento social das identidades coletivas, destaca que estas são, antes de tudo, formadas no reconhecimento de afinidades com os outros indivíduos que partilham objetos, experiências, lutas em comum. “Em seguida, a subjetivação, de uma forma mais complexa, pode ocorrer no cruzamento das diversas referências simbólicas destes na esfera pública ampliada, onde através do reconhecimento social começa a se formar o que denominamos de movimentos sociais” (Scherer-Warren, 2003, p. 29).

A aproximação de pessoas que se identificam enquanto pares promove a união de forças para modificar a realidade social. O conjunto de relações desenvolvidas nesse processo constitui uma consciência social substancial para sujeitas e sujeitos que se conectam e se movimentam em busca dos objetivos comuns, e, ao movimentar as correntes debilitantes, surgem as organizações em defesa dos direitos coletivos. Scherer-Warren explica a diferença entre as organizações sociais e os movimentos sociais. Vejamos:

As organizações são elos da rede de movimentos. Podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social (Scherer-Warren, 2003, p. 30).

Dessa forma, o movimento de luta pelo território, que, por sua vez, não se restringe a um fragmento, ou ação isolada, pode ser classificado como um movimento social, sua magnitude abarca diferentes tempos, espaços e indivíduos, que juntos elaboram pautas políticas reivindicativas.

Ainda de acordo com a autora, os movimentos sociais desenvolvem-se através de relações e articulações entre grupos, que de forma dinâmica constroem redes de apoio e de luta. Essas redes se organizam de diferentes formas, a fim de encurtar as distâncias espaciais. Assim

como os demais movimentos sociais contemporâneos, o movimento das Guarani e Kaiowa em prol da defesa de seus territórios também vem assumindo novos formatos, o que exige repensá-lo enquanto categoria analítica.

A formação da rede de defesa do *tekoha* não foi algo simples, mantê-la também não. Trata-se de uma operacionalização complexa, que requer um bom planejamento para efetivar o objetivo das pessoas que assumem tal compromisso social com seus pares.

Scherer-Warren (2003, p. 33) defende a ideia de que na sociedade contemporânea globalizada existem dois tipos de ações coletivas que predominam, sendo elas: “manifestações simbólicas massivas e redes de comunidades virtuais identitárias”, alguns movimentos podem utilizar-se das duas ações e outros alterná-las. Como pudemos observar na discussão feita até aqui, no decorrer da segunda metade do século XX, as Guarani e Kaiowa utilizaram as manifestações públicas para reivindicar os seus direitos étnicos, e isso se fez no chão do *tekoha* e em outros espaços, onde era possível dialogar e cobrar a efetivação desses direitos. Com o passar do tempo, novos desafios foram surgindo, para isso inovações foram adotadas, dentre elas, a tecnologia da informação, que tem sido cada vez mais utilizada na luta pela defesa do território, como veremos à frente nesta tese.

Gohn (2015), ao teorizar os movimentos sociais contemporâneos e suas atuações em rede, deixa claro que essas atuações são dinâmicas e heterogêneas, como podemos ver:

Existem redes de diferentes tipos: de sociabilidade (encontradas no cotidiano a partir de relações por laços familiares, de amizade etc.); redes locais muito presentes no associativismo civil local, dadas pela territorialidade de um bairro, uma comunidade. As associações comunitárias inscrevem-se neste tipo; as redes virtuais, via *on-line*, que costumam as relações do movimento antiglobalização, por exemplo; redes temáticas específicas, como as das mulheres ou das entidades que atuam sobre as questões de gênero; redes socioculturais, dadas por heranças ou características étnicas, religiosas, advindas da tradição ou de práticas sociais contemporâneas; redes geracionais. Como de jovens e idosos; redes históricas, que cultuam e desenvolvem a memória de um líder, de um ator ou cantor famoso etc.; e as redes de governança, que procuram articular as experiências de inovações na gestão pública, como os fóruns das prefeituras que adotam o Orçamento Participativo; redes de entidades afins, como as redes de ONGs etc. (Gohn, 2015, p. 15).

Os movimentos sociais e políticos das Guarani e Kaiowa têm características em comum com a maioria das redes mencionadas pela autora, isto pois, o alcance de novas estruturas tem sido cada vez mais recorrente. As novas articulações do movimento de luta pelo território, acompanham os novos desafios impostos pelas forças contrárias, e com isso surgem novas propostas de atuações.

Por meio de assembleias realizadas em diferentes territórios, os povos Guarani e Kaiowa uniram suas lutas contra a violação de direitos. A *Aty Guasu*, A Grande Assembleia Guarani Kaiowa, que inicialmente era um movimento que contava com um número reduzido de pessoas no contexto de dificuldades de locomoção, cresceu e, aos poucos, se fortificou. As assembleias passaram a ser um ponto de encontro para reunir parentes e lideranças de diferentes *tekoha* com objetivos comuns, que podem ser resumidos a discutir e propor soluções para os problemas vivenciados. As ideias discutidas nesse espaço motivaram ações coletivas que tencionaram levar suas demandas para o campo de debate da sociedade civil. Retomaremos este ponto no próximo capítulo.

Assim como as relações com o território aos poucos se modificaram em virtude das expropriações territoriais, as necessidades e aspirações de ordem interna e externa também mudaram. As causas de ordem interna consistem na aceitação das mudanças no que se refere aos papéis sociais predefinidos pela tradição, que, por sua vez, também se metamorfoseia no espaço e no tempo. No âmbito externo, as mudanças ocorrem por ocasião da intensificação do contato com a sociedade civil e os desafios impostos por esta.

Diante das mudanças de um novo espaço e tempo, os povos Guarani e Kaiowa, assim como o resto da humanidade, experienciaram inovações. Conforme observou Bauman (2001, p. 33), a humanidade se movimenta e, em cada sociedade, isso ocorre com ritmos específicos, convivendo com a permanência da mudança, “estão enraizadas na profunda transformação do espaço público e, de modo mais geral, no modo como a sociedade moderna opera e se perpetua”. A relação cambiante entre permanências e mudanças resulta ordenações simbólicas diferenciadas de construtos sociais.

Os padrões, códigos e regras pensados por não indígenas sobre as diversas culturas é uma versão individualizada que não dá conta de compreender totalmente o dinamismo cultural. As culturas indígenas como resultado de um contínuo agir histórico, promovem o sentimento de pertença e construção social. As ações individuais são orientadas pelos interesses do grupo, compartilhados em um tempo e espaço específico. As fontes históricas, até aqui analisadas, nos mostram que as ações políticas das Guarani e Kaiowa se deram em torno da luta pelo território de ocupação tradicional, espaço esse que inclui condições materiais e imateriais apropriadas ao seu *modus vivendi*.

Como observado neste capítulo, em meados do século XX, as comunidades Guarani e Kaiowa passaram a ver seus territórios como espaços de disputa, o que requereu fortalecer a unidade coletiva para confrontar as relações de poder assimétricas impostas pelos não

indígenas. Dessa forma, as ações políticas das Guarani e Kaiowa passaram a ser vistas pela sociedade envolvente como uma representação fundamentada na legitimidade das comunidades em viabilizar, de diferentes maneiras, a defesa dos direitos indígenas e todas as causas sociais que este agrega.

Foi na década de 1970 que as mulheres indígenas começaram a ser vistas/percebidas pelas culturas não indígenas. Mesmo com todas as estratégias empreendidas para defender seus territórios demarcados ou não, a luta não cessou, conforme surgiram novas adversidades, também surgiram novas formas de se mobilizar e com isso suas ações ficaram mais visíveis aos olhos da sociedade envolvente.

Sampaio (2021), em sua tese de doutorado, ao analisar os jornais do CIMI, observou:

[...], analisando os impressos do CIMI, desde o final dos anos 1970 indígenas mulheres comunicam os problemas incidentes sobre os grupos étnicos nos distintos contextos no Brasil. Especialmente as indígenas lideranças pronunciaram reivindicações para além dos espaços da comunidade, reunindo em encontros regionais e nacionais (Sampaio, 2021, p. 228).

Corroborando com a exposição acima, também ponderamos que os fatos observados neste capítulo apresentam evidências de que as mulheres Guarani e Kaiowa participaram, de diferentes formas, da luta em prol dos territórios, e na década de 1970 já enfrentavam as duras consequências das interferências do sistema capitalista e seu projeto colonial no sul do antigo Mato Grosso. Como vimos, as manifestações de descontentamento suscitaram ações como reivindicações ao poder público, alianças com organizações indigenistas, organização de grupos de estudo sobre os saberes e práticas culturais, busca pelo conhecimento educacional oferecido pelas instituições escolares, além de embates diretos, a exemplo das retomadas de territórios.

Assim, o movimento em defesa dos seus territórios promoveu novos intercâmbios de conhecimentos e estratégias, que foram reestruturados e deram origem a novas dinâmicas organizacionais que tornaram a luta algo viável. Esse processo foi possível, pois as Guarani e Kaiowa estiveram nos campos de batalha desde o início dos primeiros confrontos, atuando em diferentes frentes.

CAPÍTULO 3

REDES DE MOBILIZAÇÃO PELO TEKOKHA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A par do que já foi abordado sobre o protagonismo das Guarani e Kaiowa na defesa de seus territórios em Mato Grosso do Sul, que tiveram importante participação no confronto contra a expropriação territorial promovida por setores ruralistas da sociedade envolvente e legitimada pelo Estado, parte-se para a análise das redes mobilizacionais criadas no final do século XX e início do XXI para defesa do *tekoha*, bem como seus desafios e conquistas.

Como mencionado nos capítulos anteriores, a Constituição Federal de 1988 reconheceu o respeito às diferenças étnicas e as necessidades dos povos indígenas, o que inclui o direito aos territórios que tradicionalmente ocupavam. Contudo, ainda existe relutância em efetivar esse direito, havendo um descompasso entre a previsão constitucional e as ações governamentais que têm, em sua maioria, contribuído com a perpetuação de práticas de desrespeito e violação dos direitos garantidos nos Artigos 231 e 232. Assim, as Guarani e Kaiowa se organizam enquanto movimento social para reivindicar a demarcação de seus territórios e a proteção aos espaços que já foram demarcados, mas que ainda sofrem com as investidas de latifundiários. Além disso, nos últimos anos, suas ações também têm sido pela ampliação dos seus direitos enquanto indígenas e mulheres.

A historiografia nos mostra que não há uma linearidade e enquadramentos exatos que caracterizam as práticas das Guarani e Kaiowa, pois trata-se de algo dinâmico e específico, e para compreendê-las é preciso afastar-se das leis comparáveis e aproximar-se das conexões causais. Desse modo, nos atentaremos às transformações dos elementos principais do movimento das Guarani e Kaiowa: reivindicações, repertórios, sujeitas e ações.

À vista disso, este capítulo tem como objetivo analisar determinados fatos que marcaram a constituição e as metamorfoses da luta das Guarani e Kaiowa em prol de seus territórios. A partir da análise de documentos disponibilizados nos acervos de instituições universitárias, reportagens produzidas por organizações governamentais e não governamentais, matérias jornalísticas, dados disponibilizados pela página da Kuñangue Aty Guasu, bem como a observação participante realizada para efetivar a análise etnográfica na X Kuñangue Aty Guasu, foi possível observar como as Guarani e Kaiowa atuam em defesa dos seus territórios ao longo da extensa conjuntura de expropriação e ações de desrespeito praticadas por setores ruralistas da sociedade envolvente e seus apoiadores.

3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA OBSERVAR O PROTAGONISMO DAS GUARANI E KAIOWA

Gabriela Teixeira Cunha (2019, p. 69) afirma que “assim como o sujeito universal é forjado, a mulher universal também é um constructo”. As definições universais atreladas ao feminino desconsideram as especificidades das mulheres para disciplinar e impor regras e identidade sobre os corpos. E isso se intensifica com o projeto de cunho colonial que impôs e ainda impõe barreiras ao reconhecimento da diferença como elemento da construção da igualdade e da equidade social.

Conforme reflexões que realizamos outrora, contamos, na atualidade, com trabalhos científicos de variadas áreas do conhecimento que contribuem para as discussões atinentes às mulheres, porém nem sempre foi assim, como explica Michele Perrot (1995), “[e]screver sobre as mulheres é uma prática relativamente nova na historiografia ocidental e tal feito revela as mudanças vinculadas ao reconhecimento das mulheres enquanto agentes de sua história” (Santos, 2022, p 231). Mais novas ainda são as abordagens concernentes a temas que tratem da diversidade étnica das mulheres brasileiras.

As diferenças étnicas, territoriais, sociais, econômicas e culturais nem sempre foram consideradas nas discussões relacionadas aos desafios das mulheres indígenas, e, assim, por muito tempo se referiram a todas de modo homogêneo, como se não existissem diferenças entre elas. Há muito tempo, as Guarani e Kaiowa enfrentam os discursos distópicos que as universalizam e ignoram suas identidades e histórias de vida.

Sampaio (2021), em sua tese de doutorado, mostra que as mulheres indígenas experienciam, em diversas ocasiões, um apagamento histórico e social e, por muito tempo, as discussões feministas se referiram a essas mulheres como se fizessem parte da sociedade envolvente, como se os ambientes de luta política fossem os mesmos. Segundo a referida autora:

Assim, a classificação racial e de gênero do padrão colonial, segue impondo às indígenas mulheres a representação de não humanas, não mulheres e não sujeitas da própria história. Inscrevem representações sobre as *índias, indígenas e mulheres indígenas* que colonizam a história das indígenas mulheres. Apagam os protagonismos, as historicidades e as existências das indígenas mulheres enquanto sujeitas etnicamente diferenciadas (2021, p. 331).

Da mesma maneira, que nada na história é fruto de apenas uma causa simples e imediata, penso que a invisibilidade das mulheres Guarani e Kaiowa nos trabalhos científicos, que partem de uma construção ocidental, manifesta os resquícios dos problemas verificados em uma

sociedade excludente. Dentre os sinais mais visíveis de exclusão, destacamos a tentativa de expansão hegemônica de um plano nacional de cultura resultante no projeto de aculturação iniciado ainda no período colonial. “A chegada dos colonizadores foi marcada pela política do desprezo, do desrespeito, da dizimação da cultura nativa, num processo de aculturação predatória, que até hoje não se estancou por completo” (Vannucchi, 1999, p. 78).

Do mesmo jeito que foram projetados novos padrões culturais para os povos indígenas, também foi idealizado um modelo patriarcal em que os corpos seriam disciplinados de acordo com seu sexo biológico. Esses fatores, ao lado de outros elementos opressores, se imbricam e se influenciam reciprocamente, sendo preponderantes no que se refere à argumentação aqui assumida, para a construção de uma história que invisibiliza o protagonismo das mulheres Guarani e Kaiowa.

De acordo com Bourdieu (1989), para que existisse uma hierarquização de culturas, tidas como universais e superiores em relação a outras, foi preciso a estruturação de ideias que legitimassem a ordem estabelecida por meio de diferenciações. E assim:

Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (Bourdieu, 1989. p. 11).

A nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004), ao questionar a categoria analítica gênero e as preocupações que esta impõe às epistemologias africanas, chama atenção para uma questão central, que é o lugar de fala, de posicionamento identitário, étnico e social:

Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria “mulheres” e sua subordinação como universais. Mas gênero, é antes de tudo uma construção sociocultural” (Oyěwùmí, 2004, p. 2).

O não questionamento das desigualdades, provenientes dos fatores étnicos e condições sociais dentro da perspectiva conceitual de gênero, pode levar a um erro que já foi considerado como desprezível, que parte da colonização de ideologias ocidentais. Isso porque quando se trata de discussões feministas, ainda “[é] a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista” (Oyěwùmí, 2004, p. 3). De acordo com a autora, muitos

dos conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear⁸⁴, o que leva a uma ideia genérica de família na qual cada membro tem papéis predefinidos, concepção que desconsidera as outras formas de família.

Akotirene (2019), ao analisar os riscos da má utilização da teoria interseccional⁸⁵ empregadas em ambientes acadêmicos, afirma que se este não incluir pesquisadoras negras nas discussões pertinentes às mulheres negras, não faz sentido que outrem tenha autoridade para explicar o ponto de vista feminista dessas mulheres. Aliás, isto pode ser uma vertente do neocolonialismo, o que contradiz a interseccionalidade que, por sua vez, não é hierarquizante ou comparativa. O que nos leva a refletir sobre a falta de trabalhos que abordam a percepção das mulheres indígenas sobre o que é a categoria *feminismo* e se esta é válida para elas. Nas palavras da autora: “Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas” (Akotirene, 2019, p. 28). Isto posto, a autora recomenda que devemos priorizar o olhar para as diferenças articulando classe, raça e gênero nas discussões decoloniais. Nessa linha de pensamento, a mexicana Natividad Gutierrez Chong também destaca a importância de se considerar as diferenças e pluralidades existentes entre os seres humanos. Segundo ela:

A análise interseccional permite dar visibilidade às múltiplas opressões criadas pelas divisões sociais que se dirigem a grupos específicos, por gênero, sexo, raça, etnia, idade. Com esta lente múltipla é possível construir os pisos necessários que assegurem a retribuição, a distribuição e o reconhecimento, para buscar sociedades mais equitativas, igualitárias e respeitadoras da pluralidade e da diversidade de modos de ser (Chong, 201 p. 432, tradução nossa).

Portanto, a interseccionalidade, enquanto categoria analítica, nos leva a analisar a organização política Guarani e Kaiowa, considerando as diferenças de gênero, sexo, raça, etnia, classe social, idade. Tais marcadores de diferença nos levam a ponderar também um outro diferenciador, que é a condição territorial, fator primordial para entender as ações individuais e coletivas das Guarani e Kaiowa.

⁸⁴ A família nuclear configura-se pela composição de um núcleo formado por dois indivíduos de sexos diferentes que mantêm uma relação conjugal e que geram filhos, essa é “a família generificada por excelência” (Oyëwùmi, 2004, p. 3).

⁸⁵ “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p. 29).

Os papéis sociais das mulheres e dos homens não são estáticos, podem variar de acordo com a organização social e com as relações sociais próprias a um determinado espaço geográfico. Assim, ao considerar a categoria gênero é preciso lembrar que esta deve estar situada no tempo e espaço da sociedade observada, caso contrário, será só mais uma categoria ocidental genérica e hierárquica. Destarte, não se trata de ignorar a categoria analítica de gênero desenvolvida pelas teorias feministas ocidentais, mas de questionar os objetivos, interesses e amplitude culturais, territoriais e sociais. Ademais, é imprescindível considerar o entendimento que o grupo observado tem a respeito de tal categoria. Em entrevista realizada pelas historiadoras Cláudia Regina Nighig e Paula Faustino Sampaio (2020, p. 213-214), com a Kaiowa Jaqueline Gonçalves Porto, foi perguntado o que é feminismo, ao que ela respondeu:

Primeiro é uma palavra que não tem uma tradução na nossa língua. É uma palavra não indígena. Eu entendo mais do feminismo não indígena. Uma luta pelos direitos das mulheres, mas existem pautas dentro do feminismo que tenho certeza estão distantes da realidade das mulheres indígenas. Entendo uma pauta em um sentido do feminismo no sentido do feminismo da América Latina. Porque, inclusive, há um grito de guerra do feminismo que toda a América Latina vai ser feminista. Mas entendo que o feminismo ainda está longe de atingir todas as demandas de mulheres, incluindo as diferenças de cor, de classe econômica, religião e etc.

Como se pode observar na fala de Jaqueline, embora a perspectiva não atenda as especificidades Guarani e Kaiowa, o feminismo não é desconsiderado, quando analisado de modo mais abrangente, ele envolve “as mulheres da América Latina”.

É inegável que a categoria gênero, mesmo enquanto um conceito universal, fornece as bases para questionamentos e transformações de relações sociais entre homens e mulheres de diversas sociedades. Do mesmo modo em que é possível pensar a categoria mulher além do sexo biológico, é possível pensar gênero além da conexão com a categoria mulher, como uma divisão binária entre sexos biológicos que são diferenciados pelo sistema genital dos seres humanos. As características físicas de uma pessoa não determinam a identidade de gênero. Por isso, seguimos a concepção da categoria mulher sugerida por Nicholson (2000, s.p.):

[...] sugiro pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica, cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis.

Nesse sentido, cabe perguntar: é possível descrever como é ser mulher Guarani e Kaiowa na sociedade contemporânea? Delinear não está ao nosso alcance, mas é possível

elencar alguns elementos que nos ajudam a entender suas ações. Começamos a fazer isso acessando o protagonismo na luta pelo território.

Strathern (2006) nos ensina sobre os riscos da tendência teórico-epistemológica que pode levar à formulação de erros na interpretação das relações de mulheres e homens, erro esse que é induzido pela tendência ocidental em pensar, analisar e descrever as relações hierárquicas entre indivíduos e sociedade sem o distanciamento das ideias preconcebidas que o pesquisador leva consigo para o campo etnográfico. É preciso ter clareza de que a produção teórica válida e aceitável sobre as questões de gênero deve reconhecer as diferenças econômicas, sociais, étnicas, pois estas especificidades caminham lado a lado às questões de cunho pós-colonialista e feminista. As discussões sobre a atuação de mulheres podem se dar de outras formas:

A pessoa singular, por conseguinte, vista como um derivativo de múltiplas identidades, pode ser transformada no indivíduo composto por elementos masculinos e femininos distintos. Mas há uma diferença entre as duas construções ou modos. No primeiro caso, a pluralidade pode ser eliminada por meio da inclusão ou obscurecimento da diferença, ao passo que, no segundo, a eliminação é alcançada através da separação. Essas operações são básicas para a maneira pela qual são visualizadas as relações e a produtividade da vida social. Visto que o gênero proporciona a forma através da qual essas visões se realizam, ele também é formado por elas (Strathern, 2006, p. 44).

Analisar as diferenças resultantes do gênero em determinadas sociedades implica na compreensão das experiências sociais distintas dos sexos que refletem os diferentes ângulos da condição em que vivem as mulheres. Desse modo, quando analisamos a trajetória de luta das Guarani e Kaiowa em prol do *tekoha*, estamos ao mesmo tempo refletindo sobre suas condições enquanto indígenas e enquanto mulheres, isto é, de sujeitas que têm histórias próprias.

As questões referentes ao silenciamento, à invisibilidade, à subalternização e estigmas produzidos pelo patriarcado, que marcaram as discussões do feminismo contemporâneo na sociedade envolvente, provocaram indagações acerca das estratégias empregadas no diálogo intercultural, que, em muitos casos, manifestam entendimentos conceituais diferentes, assim como o termo terra apresenta concepções opostas para as sociedades indígenas e não indígenas, diversas outras contradições podem ser anunciadas.

Alguns fatores históricos influenciaram na abertura de discussões indígenas e indigenistas sobre o protagonismo da mulher indígena. O século XX foi um período de grandes transformações no campo político nacional, foi em 1932 que as mulheres passaram a ter o direito ao voto nas eleições no Brasil, isso após muitas demandas e lutas no âmbito da vida privada e pública. É em meados do século XX que as mulheres passaram a ocupar um maior

número de cadeiras no Ensino Superior e isso possibilitou novas oportunidades para que outras mulheres, em sua multiplicidade de vivências, pudessem ampliar seus repertórios de representações políticas (Almeida; Hollanda, 2020, p. 224-226).

Na contemporaneidade, as relações sociais estruturais passaram a ser percebidas pelos indigenistas com outro olhar, o que incluía a fala das mulheres, que até então não eram entrevistadas por eles. Como bem explica Valdelice Veron (2018, p. 7):

Os homens antropólogos que pesquisaram sobre nosso povo, não escreveram sobre esse assunto, sobre o modo de ser das mulheres Kaiowá e, quando o fizeram, foi distante, com um olhar não indígena, regado pelo machismo e pela colonização. Eles não escutavam as mulheres, não as observavam, não sabiam que, quando estavam preparando alimento, também observávamos os visitantes, enquanto eles conversavam com os homens. Esses antropólogos não conseguiam captar os comentários que as mulheres faziam para ajudar nas respostas dos homens às perguntas deles. Vi isso acontecer várias vezes com pesquisadores e outros não indígenas que iam conversar com os homens.

A demora na discussão do protagonismo das Guarani e Kaiowa só não foi maior que as discussões que envolveram a luta das mulheres pelas demarcações territoriais, estamos falando de um país que, por muito tempo, ignorou e ainda ignora os direitos dos povos indígenas. Visto que este sempre foi a principal pauta defendida por mulheres e homens, o movimento de mulheres foi ignorado pelo Estado.

Nas relações políticas, as mulheres Guarani e Kaiowa assumem posições inovadoras e fundamentais para a formação de novas maneiras de se fazer política, já que a participação delas implica em novas relações. Montañó e Duriguetto (2011, p. 286), ao falarem sobre os movimentos sociais surgidos na América Latina no século XX, chamam atenção para o crescente número de organizações de mulheres: “Na década de 1960, as mulheres se fazem presentes nas lutas em defesa das reformas de base, participando de organizações esquerdistas democráticas”. Décadas depois, começaram a surgir trabalhos científicos que evidenciaram de forma ainda tímida, mas com significativa clareza a participação das mulheres Guarani e Kaiowa na vida política de suas comunidades. Sobre essa conjuntura:

[...] a partir dos anos 1970, é possível perceber em distintos contextos regionais no Brasil a atuação de indígenas mulheres na luta pela terra de ocupação tradicional indígena. Inicialmente, o protagonismo de indígenas mulheres foi representado às margens da liderança indígena representada por homens. Mas esta situação vem sendo alterada (Sampaio, 2021, p. 280).

De diferentes formas, as mulheres Guarani e Kaiowa, em conjunto com movimentos e organizações populares, conseguiram obter o reconhecimento de seus direitos enquanto

indígenas e como cidadãs de um país que ainda carece de reivindicações para que haja a superação e o fim da violação e desrespeito aos direitos das mulheres indígenas.

3.2 PRÁTICAS SOCIOPOLÍTICAS

Começamos nossa discussão com a reflexão de Chambouleyron (2009, p. 10), segundo a qual: “Não importa qual seja o contexto, todos os seres humanos terão sempre o potencial de se liberar das amarras que a sociedade lhes impõe”. No caso dos povos Guarani e Kaiowa, essas amarras estão presentes em diferentes contextos históricos e sociais, o que exige a constante atuação política do grupo.

Karl Marx, ao fazer uma de suas ponderações sobre a luta de classes entre proletariado e burguesia, e a procedente organização revolucionária nesse processo, afirma que: “Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (Marx, 1985, p. 160). Essa observação pode servir de base para pensar outras lutas sociais, como a dos povos indígenas, que buscam se libertar das amarras feitas por um sistema opressor que, além de negar a efetivação dos direitos indígenas, também não aceita a participação do movimento indígena brasileiro na tomada de decisões de temas pertinentes ao seu interesse. Nessa perspectiva, consideramos o movimento de luta pela terra das Guarani e Kaiowa um movimento social e, concomitantemente, político.

Para Pereira (2003, p. 143), inicialmente, as ações empreendidas pelos Guarani para reivindicar a demarcação territorial ocorriam de forma isolada, fato que passou a mudar a partir de 1970. Em virtude de diversos fatores, a luta passou a ter características coletivas, “Assim, as comunidades com problemas de terras começam a ensaiar os primeiros passos buscando uma maior articulação e apoio político mútuo. A continuidade no tempo destas ações é mais um aspecto que aproxima as ações das comunidades guarani de um movimento social [...]”.

Sobre movimento político, tomamos como base o entendimento de Norberto Bobbio:

“Movimento” se distingue especificamente de partido e indica a não institucionalização de uma ideia, um grupo, uma atividade. “Político” se refere aos objetivos do movimento, à sua atuação na área das decisões coletivas, ao seu empenho em questionar os detentores do poder de Governo e em influir nos processos decisórios (Bobbio, 1998, p. 786).

Desse modo, a expressão movimento político, em tela, é empregada, de modo particular, para analisar a consolidação de redes de ações coletivas mais autônomas em relação ao Estado,

e, por isso, um meio possível de transformação social. Porém, lembramos também o que Bobbio diz:

Sob o ponto de vista da estrutura e das atividades, os movimentos políticos não diferem muito dos movimentos sociais (v.), mesmo que, em geral, a sua estrutura tenda a ser menos fluída e evanescente e as suas atividades, por definição, mais centradas na esfera política e orientadas a levar mais em consideração as relações políticas de força (Bobbio, 1998, p. 786-787).

O que temos é a combinação de fenômenos e, por isso, situamos os movimentos sociais das Guarani e Kaiowa como elementos políticos. Esses movimentos exprimem em sua formação e execução as tensões e alteridades comuns ao campo político. Além desses movimentos manifestarem unidade e interação, estes expressam também subdivisões, suas atuações particulares evidenciam as diferentes formas de pensar e agir de cada comunidade em seu contexto sócio-histórico.

A multiplicidade dos movimentos políticos é testemunho, ao mesmo tempo, da vivacidade e vitalidade de um sistema político da existência de contradições e da busca de soluções. Os movimentos políticos constituem, em resumo, a linfa que transforma os sistemas políticos contemporâneos (Bobbio, 1998, p. 787).

Uma das características do movimento político das Guarani e Kaiowa é a alteridade expressa na forma de fazer política, que é singular e, ao mesmo tempo, interconectada. Como observado no primeiro capítulo desse trabalho, mesmo antes de ser necessário atuar em rede pela proteção e demarcação territorial, as mulheres, de diversas formas, se dedicavam ao cuidado com o solo e tudo e todos que nele vivem.

Com as crescentes ações de desrespeito aos territórios Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul, na segunda metade do século XX, mulheres e homens, em um movimento de rede, consolidaram e potencializaram por meio de elementos unificadores a oposição aos projetos de invasão aos territórios tradicionais, arquitetados por pessoas não indígenas e pelo Estado que em diversas situações se colocou como defensor das ideias de progresso econômico voraz. Sobre a continuidade dessas ações, Valdelice Veron pondera:

Os nossos governantes não adotam uma política de ecoeficiência. O próprio governo explora recursos naturais e minerais e transforma os direitos indígenas em obstáculos ao chamado desenvolvimento. Somos submetidos a uma política de direito só no papel. A nossa Carta Magna determina que as terras indígenas são de usufruto exclusivo das comunidades indígenas, no entanto, estão invadidas por madeireiros e garimpeiros ilegais e até, legalmente, por latifundiários e grileiros, com o artifício legal do “fato

consumado”. Mas quando os Kaiowá e outros povos retomam suas terras tradicionais, são criadas forças-tarefas policiais para expulsá-los. (Veron, 2018, p. 20).

Dessa forma, a oposição foi e continua sendo contra as diversas frentes de exploração, não só de recursos naturais, mas também de tudo e todos que fazem parte desse meio. Com o avanço do sistema capitalista, as Guarani e Kaiowa se viram diante de novos desafios, o que exigiu a consolidação de novos movimentos que atendessem as pautas levantadas pelas diversas mulheres.

As Guarani e Kaiowa passaram a atuar em novas arenas, interagindo com outras mulheres indígenas não só pela afinidade étnica, mas também por redes socioterritoriais fortificantes e capazes de multiplicar seus espaços de atuação. Tal organização se aproxima do que Gohn (2007, p. 55), referindo-se à nomenclatura utilizada por Sonia Alvarez, chama de “movimento de mulheres”, isto é, organizações que possuem pautas que incluem toda sua comunidade, independente do sexo biológico. O protagonismo é das mulheres, mas os interesses defendidos são coletivos.

“O movimento de mulheres” é algo muito mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres [...]. Há ainda outra forma de invisibilidade das mulheres, aquela que é gerada pelo cruzamento das temáticas: por exemplo, na questão indígena. Trata-se de um movimento identitário, de forte conteúdo cultural, mas quando falamos no movimento indígena ou dos indigenistas, só a figura do índio, do machado aparece. E as índias? Como aparecem nessas representações políticas e culturais, nos estudos e nas políticas? Se adentrarmos no campo da Antropologia e dos estudos culturais, observamos desde os estudos de Malinowski o papel importante das mulheres ainda é presente e muito forte entre vários grupos tribais. E o papel específico e importante das mulheres ainda é presente e muito forte entre vários grupos, tribos e nações indígenas. Em alguns casos elas detêm papéis dentro das comunidades indígenas que são frutos de mitos, tradições e ritos, preservados e repassados de mãe para filhas, só concedidos ou sendo atributos das mulheres (Gohn, 2007, p. 56-57).

As interações interétnicas se constituem a partir de uma interdependência que abrange graus maiores de organizações sociais. De acordo com Barth (2000, p. 47), pequenos grupos podem mudar de um determinado plano organizacional, de padrões de subsistência, de religião, em decorrência da mudança de território, mesmo assim, isso não determina a mudança de identidade étnica. No caso dos povos Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, as mudanças territoriais, em sua maioria forçadas, não mudaram sua etnicidade, já que continuam compartilhando valores culturais fundamentais, formam um campo de relações dialógicas e se identificam enquanto uma unidade distinta de outras categorias da mesma ordem.

O conceito de processos sociais nos remete aos estudos de Elias (2006, p. 27-28), nos quais se exprime a noção de que se trata de “[t]ransformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações de figurações formadas por seres humanos ou de seus aspectos, em uma de suas direções opostas”. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. É através das relações sociais que os indivíduos em suas singularidades se aproximam ou se afastam, esse movimento promove associações e dissociações.

No final da década de 1970, a construção do movimento indígena, de caráter nacional, contou com a participação de mulheres indígenas, embora estas à margem. A partir dos anos 1980, indígenas mulheres de distintos grupos étnicos, mediadas pelas relações intragrupos e interétnicas, construíram associações e organizações próprias e, mais recentemente, o movimento social de mulheres indígenas (Sampaio, 2021, p. 216).

Voltamos a lembrar que os movimentos de mulheres indígenas não se resumem a projetos voltados, exclusivamente, para as necessidades específicas das mulheres, mas sim do coletivo, isto é, mulheres, homens, crianças, adultos, idosos, dentre outros.

É nesse sentido que o movimento político das mulheres Guarani e Kaiowa se afirma enquanto movimento de caráter coletivo. Os interesses étnicos presentes nos seus espaços de vida são as principais referências para a formação da identidade coletiva. Esses espaços, sejam eles territórios demarcados ou com processos de demarcação em andamento, exigem que as mulheres Guarani e Kaiowa tenham uma postura de luta pelos direitos constitucionais de seu povo. Nesse contexto, as mulheres Guarani e Kaiowa atuam enquanto sujeitas buscando a garantia e efetivação dos direitos indígenas e trazendo à tona o protagonismo das mulheres.

A atuação dessas mulheres enquanto sujeitas que ocupam funções importantes, considera as relações de poder algo relacional, descentralizado e não necessariamente exercido de cima para baixo. Como explica Foucault (1979, p. 250), “[n]a medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial”. Não temos aqui a pretensão de afirmar que entre as relações de poder constituídas nos espaços Guarani e Kaiowa não exista casos de imposição da vontade de um indivíduo sobre suas comunidades, desconsiderando a vontade do coletivo, mas, sim, que em muitas situações o poder não é tido como monopólio, pois este é interdependente da força do povo. Pensamos que as relações de poder existem e não são invisibilizadas, pelo contrário, são debatidas e reformuladas na busca do consenso para

assim dialogar com o governo brasileiro, na busca de medidas eficazes para os problemas comuns ao grupo indígena.

De acordo com Montaña e Duriguetto (2011), o desenvolvimento da igualdade entre as pessoas é o caminho mais eficaz para a consolidação da democracia. Tal premissa é declarada no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, porém o Estado brasileiro insiste em defender, com mais rigor, os interesses do sistema capitalista. Embora a formação do Estado seja reflexo de uma construção histórica de lutas sociais pela emancipação democrática, ainda mantém seus traços aristocráticos⁸⁶.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, a figura da liderança é destaque, pois mobiliza operações e negociações políticas que são do interesse coletivo. Assim, como entre outras sociedades, as lideranças políticas Guarani e Kaiowa personificam os interesses políticos de seu povo, que se concentram, em sua maioria, na defesa de seus direitos constitucionais, especialmente ao direito territorial. Esses interesses são oriundos do desrespeito gerado na esfera política e jurídica que regulam o Estado nacional autoritário e parcial.

Além das leis que regem o País, existem outras concepções de direito que fundamentam as ações coletivas e individuais dos Guarani. Nesse diapasão, Almires Martins Machado (2009, p. 52) enfatiza que é preciso lembrar que os povos indígenas têm o seu direito próprio: “Todo o Direito Guarani é norteado pelos princípios da valoração dos Direitos coletivos, em detrimento dos individuais. Assim sendo, é marcado pelos princípios da responsabilidade coletiva, da reciprocidade e da solidariedade”. As normas que organizam as comunidades partem do princípio da união e do diálogo, que, por sua vez, devem ser priorizados para que o bem comum prevaleça.

A democracia representativa das lideranças Guarani e Kaiowa apresenta características que nos fazem lembrar da política praticada pelos atenienses, conforme Tótora e Chaia, na democracia antiga dos atenienses a figura de uma liderança não impedia a participação política daqueles que eram considerados cidadãos. “A liderança era direta, pessoal e responsável perante a assembleia dos cidadãos. O líder aconselha, enfrenta outras posições e as decisões são tomadas e assumidas em conjunto com todos os cidadãos reunidos” (Tótora; Chaia, 2018, p. 9).

⁸⁶ Para melhor compreensão: “O Estado moderno é parte integrante da ordem burguesa e não externa a ela. É uma instituição desenvolvida e comandada pela ordem que o funda, portanto, um Estado *inserido e produzido pela sociedade capitalista, no contexto e resultando das lutas de classes*, não sendo, portanto, independente do sistema socioeconômico e político que o criou, dos seus interesses em jogo e da correlação de forças sociais. É, portanto, um instrumento fundamental da ordem burguesa, garantidor da propriedade privada, das relações sociais e da liberdade individual (burguesa); porém, como resultado tenso das contradições e luta de classes, é também o espaço de desenvolvimento de direitos e conquistas sociais históricas” (Montaña; Duriguetto, 2011, p. 143).

No caso dos Guarani e Kaiowa contemporâneos, a comunidade pode participar no desenvolvimento e criação de operações políticas, a tomada de decisões não é isolada ou excludente, isto é, eles possuem seus próprios mecanismos democráticos. Com isso, não estamos dizendo que não haja semelhanças entre a organização política dos Guarani e Kaiowa com outros povos indígenas e não indígenas, todavia, no que se refere à soberania do povo, as diferenças sobressaem. A liderança política utiliza o prestígio concedido pela comunidade para, com sua coragem e virtude, levar à frente as decisões tomadas pela maioria. A atuação e a legitimidade das lideranças políticas Guarani e Kaiowa dependem da vontade popular, para isso é preciso responsabilidade e comprometimento com os valores morais da comunidade.

Max Weber, numa conferência intitulada “A política como vocação”, em 1919, apontou que existem três fundamentos que dão legitimidade ao domínio político, sendo eles: pela tradição, pelo carisma e pelo estatuto legal (Weber, 2015, p. 63-64). No caso dos Guarani e Kaiowa, esses princípios também são aplicáveis, pois a liderança deve dominar os conhecimentos tradicionais de seu povo, também deve ser carismático, no sentido de servir ao povo, e, por último, deve passar pelos critérios elencados como preceitos legais em vigência na sua comunidade⁸⁷.

Nas assembleias, embora não reúnam toda a população, é possível visualizar um significativo número de pessoas participando dos processos decisórios da vida política. Isso fica ainda mais evidente nas pequenas reuniões realizadas em acampamentos de retomadas, nas quais a participação de mulheres e homens é marcada pela participação direta nos debates, construindo a soberania popular. Desse modo, nos próximos tópicos serão abordadas as características de algumas redes mobilizacionais empreendidas por mulheres Guarani e Kaiowa que contribuíram na luta pelo *tekoha*.

3.3 MULHERES GUARANI E KAIOWA CONSTRUINDO MOVIMENTOS POLÍTICOS

Foi no início do século XXI que os indigenistas passaram a conceder maior ênfase à participação das mulheres nos movimentos Guarani e Kaiowa, o que se torna mais evidente na discussão de Egon Heck publicada pelo CIMI em março de 2005⁸⁸.

⁸⁷ A população que forma as comunidades Guarani e Kaiowa também exerce seus papéis políticos, sendo estes “políticos de ocasião”, que de acordo com a observação de Weber (2015, p. 70), se referindo à sociedade envolvente são aquelas ou aqueles que se manifestam nas organizações e processos políticos dentro de um contexto democrático, que de fato permita a participação popular no sistema político.

⁸⁸ CIMI. Aty Guasu: indignação e força Guarani-Kaiowá. 2005. Disponível em: <https://cimi.org.br/2005/03/23306/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

Um dos destaques dessa Aty Guasu foi a presença forte e decisiva das mulheres, que não apenas estavam na cozinha, nas celebrações, mas também nas plenárias e nos grupos. Foram delas as falas e cobranças mais incisivas. Em sua sensibilidade e sofrimento, elas demonstraram grande preocupação com relação aos jovens (não apenas em função do alto índice de suicídio), mas também pelo gradual afastamento da cultura Guarani [...].

No fragmento acima da matéria⁸⁹ intitulada “Aty Guasu: indignação e força Guarani-Kaiowá”, Egon Heck descreveu suas percepções sobre o encontro que reuniu mais de 400 lideranças Guarani e Kaiowa em Cerro Marangatu, município de Antônio João – MS, para discutirem sobre diferentes temas, sobretudo, sobre a demora nos processos de demarcação dos territórios reivindicados em Mato Grosso do Sul. Contudo, como verificado anteriormente, as mulheres sempre estiveram presentes na luta pela demarcação territorial, manifestando de diferentes maneiras suas percepções e propostas para defesa de seus territórios que eram inseridas na documentação final da assembleia Aty Guasu, movimento que reúne mulheres e homens.

Tonico Benites (2014, p. 23) explica que “Aty Guasu é entendido pelas lideranças indígenas como uma grande assembleia dos Guarani e dos Kaiowá, algo fundamental para a manifestação e a manutenção do *ñande reko* (“nosso modo de ser e de viver”, ou seja, o modo indígena Guarani e Kaiowa)”.

Após os acontecimentos políticos que marcaram as mobilizações progressistas em âmbito mundial, em meados da década de 1980, a mobilização de redes de lideranças que articulavam estratégias para retomar o território tradicional ganhou maior força e articulação, desencadeando na formação da *Aty Guasu* – grande assembleia Guarani e Kaiowa. Benites (2014, p. 206) enfatiza que “é fundamental lembrar que a partir de 1976, antes do surgimento da *Aty Guasu* pela recuperação do *tekoha*, já havia ocorrido várias reuniões dos ‘cabeçantes’ das roças grandes (*kokue guasu*)”. O que evidencia que as articulações que antecedem a

⁸⁹ No que tange às produções publicadas pelo CIMI, Sampaio (2021, p. 170) aponta que: “Mesmo informando a respeito dos encontros de mulheres indígenas e seu protagonismo nas discussões atinentes às políticas indígenas e políticas indigenistas, os jornais do CIMI focalizam as atividades das mulheres como parte complementar do sujeito político “povos indígenas”. Em grande medida, a atuação das mulheres indígenas foi representada, tendo como referência comum o modelo de protagonismo dos homens indígenas no espaço público. Assim, elas são guerreiras, lutadoras históricas, caciques, participantes de mobilizações dos povos indígenas e apoiadoras do movimento indígena. Nos impressos cimianos as lutas das mulheres indígenas são entendidas como luta dos povos indígenas. As indígenas atuantes no espaço público do Brasil republicano, a partir da Constituição Federal de 1988, são sujeito dos direitos indígenas. Assim, são representadas pela indianidade enquanto representação da história de resistência dos povos indígenas ao colonialismo”.

oficialização das Assembleias já representavam uma resposta ao processo de expropriação territorial empreendido pelas frentes colonizadoras juntamente com o Estado Nacional.

A seguir, podemos visualizar uma fotografia⁹⁰ tirada pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida de algumas pessoas que participaram da Aty Guasu em Tey Kue, município de Caarapó – MS em 1988.

Figura 12 – Aty Guasu – 1988



Rubem T. de Almeida (out88)

Fonte: ISA. Vários Ñanderu, sacerdotes Ñandeva num aty guasu em Caarapó, Rubem Thomaz de Almeida. 1988.

Apesar da imagem não ser muito nítida, é possível identificar algumas mulheres segurando o mastro de bambu chamado *takuapú* e outras mais atrás fazendo parte do grupo que estava posicionado para a foto. O *takuapú*, instrumento feito de bambu, ainda é muito utilizado pelas mulheres na casa de reza, acompanhando o *mbaraká*, marcando a batida no chão.

Conjuntura semelhante foi registrada por Antonio Brand, em 1995, no mesmo território indígena. De acordo com a descrição da imagem, trata-se de uma “Reunião na Aty Guasu, onde vários Caciques (Ñanderú Kuera) estão com os *mbaraká* e o Xiru (cruz) nas mãos em frente do altar (Tataindy’y), discutindo na Aldeia te’iýkue, município de Caarapó – MS”⁹¹:

⁹⁰ ISA. Vários Ñanderu, sacerdotes Ñandeva num aty guasu em Caarapó. Periódicos/Aconteceu Especial/nº 18 – 1987-88-89-90 (4). Rubem Thomaz de Almeida. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=16038>. Acesso em: 6 mar. 2023.

⁹¹ NEPPI/UCDB. Aty Guasu. Autor da fotografia: Antonio Brand, 1995, Tey Kue – Caarapó – MS. (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, Código: TKF-045. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Figura 13 – Aty Guasu – 1995



Fonte: NEPPI/UCDB. Centro de documentação Teko Arandu. Aty Guasu, autor: Antonio Brand, 1995.

As Guarani e Kaiowa não só estavam nas assembleias Aty Guasu fazendo parte da organização, como também eram protagonistas desse importante acontecimento que reunia e ainda reúne comunidades Guarani e Kaiowa, indígenas de outras etnias e não indígenas que desejam dialogar a respeito de questões que exigem atenção. Dessa forma, cada coletivo tem a oportunidade de expor suas percepções e pedir apoio de todas as pessoas que representam suas comunidades na assembleia. Sobre a Aty Guasu, Machado (2009, p. 55) ressalta:

As lideranças indígenas têm utilizado diferentes espaços e acionado suas comunidades em momentos específicos da vida Guarani para a realização deste evento. Mais que uma expressão do modo de Ser Guarani, é sua essência de ser pensante, sujeito de direito, que sabe onde, quando e como resolver os seus problemas; para isso quer tão somente o respeito à sua forma de pensar e de tomar decisões.

Em muitos dos encontros da Aty Guasu são produzidos documentos que são disponibilizados para as pessoas que não puderem participar da reunião e para as autoridades competentes. Durante a Aty Guasu, que foi realizada em 2005, no território Takuaperi, situado no município Coronel Sapucaia, foi elaborado um manifesto para ser encaminhado à FUNAI. Vejamos o que está escrito na primeira página⁹²:

Para o Ministério da Justiça FUNAI – Brasília.
Aty Guasu, vinte a vinte um de maio de dois mil e cinco.

⁹² A primeira página do documento pode ser visualizada no anexo II. Fonte: FUNAI. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação Regional da UFGD. Pasta Aldeia Assuntos Pendentes. Acesso em: 18 out. 2021.

Nós lideranças, cacique e representantes das aldeias e áreas de conflitos, reunidos na aldeia Takuapery, município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul. Estivemos reunidos para tratar dos interesses de nossa comunidade, principalmente da questão: demarcação, identificação, homologação, recursos de benfeitorias e GT e ampliação do tekoha. Gostaríamos de saber como anda a questão de identificação e demarcação, porque estão se demorando demais para demarcar as áreas e ainda depois de homologado, os fazendeiros continua protestando que não vão sair de terras e se os índios não tomar providências, eles continua lá e o governo não está preocupado em pagar a indenização aos fazendeiros, não queremos que isso demora mais. Atenda esse nosso apelo senhores da lei e paga a eles, o que os senhores deram como direitos. Estamos cansados de esperar, enquanto vem a decisão da justiça as nossas crianças estão morrendo, nossos velhos desaparecendo, jovens se suicidando porque não tem mais expectativa de viver numa terra sem fruto (Documento final Aty Guasu, 2005).

Na segunda página do documento, é ressaltada a importância da demarcação para a continuidade da vida dos povos Guarani e Kaiowa, também é reivindicada a ação do poder público para coibir as interferências de latifundiários em territórios demarcados, investidas essas que estavam causando danos ao meio ambiente. Ao final, constam 269 assinaturas de participantes da Aty Guasu, sendo que 40% são de mulheres. Cabe ressaltar que os homens tinham maior facilidade de se deslocar para outros territórios para participar dos movimentos políticos; isso se deve a vários fatores, como apontado no capítulo anterior. Eram as mulheres que permaneciam em casa quando os homens saíam para trabalhar, que cuidavam da lavoura, das crianças, do *tekoha*, ciclo que se alterou paulatinamente com as novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas.

Cabe destacar que, em algumas comunidades, as mulheres lutaram pelo reconhecimento de sua participação em espaços de poder. Lugares em que existiram certa resistência por parte dos homens em aceitar as propostas apresentadas pelas Guarani e Kaiowa, também tiveram resistência. No território Limão Verde, localizado em Amambai – MS, as mulheres criaram uma associação para trabalharem pelos objetivos comuns. Vejamos a matéria do Jornal O Progresso que mostra uma breve explanação da presidente da Comissão:

Figura 14 – Mulheres indígenas criam associação



Fonte: NEPPI/UCDB. Centro de documentação Teko Arandu. Jornal O Progresso. Dourados 03/01/2006.

Chamamos a atenção para a fala de Marilene Ximendes:

Queremos uma maior participação das mulheres indígenas nas decisões sobre o destino de nossa aldeia e de nosso povo. Ter poder de decisão e a formação da comissão visa principalmente isso, dar a nós, mulheres guarani-kaiowá, poder de decidir sobre o destino de nosso povo. Só dessa forma poderemos melhorar a qualidade de vida dentro de nossa comunidade (Vasques, Jornal O Progresso, 2006).

A publicação do ano de 2006 abordou a criação da associação de mulheres Guarani, que seria composta por sujeitas que estavam dispostas a trabalhar por melhorias em suas comunidades, vindo a atuar em todas as esferas sociais. Marilene, presidente da associação, manifestou, em outras falas registradas na matéria jornalística, que as mulheres já atuavam de diversas formas em prol do bem comum, porém ainda enfrentavam dificuldades em terem suas decisões reconhecidas pelos homens que, segundo a mesma, deveriam reconhecer a importância de se trabalhar em conjunto. Assim, nesse espaço, foi constituída a “Comissão das Mulheres Indígenas da Aldeia Amambai”.⁹³

Em 2006, foi oficialmente instituída a Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowa. Em um dos periódicos do Conselho Indigenista (CIMI), o jornal *Porantim*, Egon Heck registrando a declaração do indigenista Anastácio Peralta, membro da

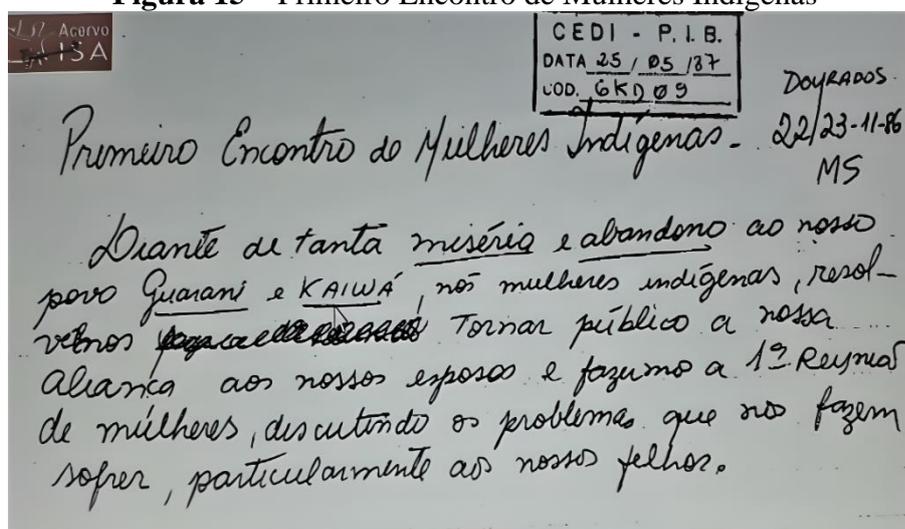
⁹³ Vasques, Marilene Ximenes. Mulheres indígenas criam associação. Jornal O Progresso. Dourados – MS, 03/01/2006. (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Comissão de Defesa dos Direitos Kaiowa e Guarani, destaca: “Fiquei bastante admirado que elas entraram com o tema da terra, na falta de espaço e terra para viver. Elas fizeram desabrochar conhecimentos e sabedorias, que antes ficavam muito escondidos” (Heck, 2006, p. 11).

Assim como foi abordado anteriormente, os homens já se articulavam coletivamente antes da formação da *Aty Guasu* e, por isso, importa ressaltar a existência de registros que indicam que as mulheres também se mobilizavam coletivamente enquanto agentes de um processo de transformação social muito antes de 2006. Como observou a antropóloga Lauriene Seraguza Olegário e Souza (2018, p. 58), “[e]m conversa com mulheres kaiowá e guarani durante as *aty guasu*, sempre aparecia uma história de que nos anos 70 ocorrera uma primeira *Aty Kuña* [...]”. Dado que nos faz pensar sobre a participação das mulheres Guarani e Kaiowa diante dos primeiros conflitos travados com os latifundiários, originados pela disputa territorial na década de 1970.

Sobre os primeiros enfrentamentos, Almeida (2001, p. 24), ao abordar a mobilização política dos povos Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, explica que: “No fim da década de 1970, contudo, em função da posse da terra, começaram a ser detectados sensíveis e significativos conflitos entre indígenas e fazendeiros, originados nos “despejos” de índios nos PIs, realizados por fazendeiros com anuência da FUNAI”. A existência de documentos no acervo do Instituto Socioambiental (ISA) nos mostra que as mulheres Guarani e Kaiowa, dentro de um contexto social de cooperação, se articulavam para debater sobre os problemas de suas comunidades e, os caminhos para se obter soluções. Como exposto no fragmento abaixo:

Figura 15 – Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas



Fonte: ISA – Encontro de mulheres indígenas, Dourados – MS (1986). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/documento-final-4>. Acesso em: 9 jan. 2020.

Como se pode observar, na década de 1980 as Guarani e Kaiowa se reuniam para discutir sobre os problemas que afetavam suas comunidades, e, como destacado no documento acima, a principal preocupação era com o futuro dos seus descendentes, o que, por sua vez, suscitava o questionamento sobre a qualidade de vida nos territórios demarcados e não demarcados. As reivindicações gerais descritas no documento são:

- 1 – Apoio às mulheres viúvas e seus filhos.
- 2 – Apoio aos idosos (homens e mulheres) doentes e impossibilitados de trabalhar nas tarefas diárias.
- 3 – Respeito à identidade indígena (cultura e língua).
- 4 – Respeito pelo direito à vida e fim à violência às nações indígenas.
- 5 – Imediata demarcação das terras.
- 6 – Impunidade ao assassinato de Marçal.

As abordagens do “I Encontro das Mulheres Indígenas” contemplaram diferentes âmbitos da vida de mulheres e homens Guarani e Kaiowa. Tratava-se de um grupo de mulheres discutindo os problemas coletivos de suas comunidades com o objetivo de estabelecer estratégias para solucioná-los. Ao ler a íntegra do documento, fica evidente que a estratégia adotada naquele contexto foi a reivindicação e pedido de apoio aos “políticos, parlamentares, OAB, ABI, entidades de apoio ao índio, FUNAI, UNI, entidades de classe em geral”. Provavelmente, outras medidas, como ações internas, foram propostas, mas não foram elencadas no documento⁹⁴.

No que diz respeito à efetivação da vontade coletiva, considerando-se todas as comunidades Guarani e Kaiowa de MS, podemos dizer que ela se consolidava em duas dimensões: na autonomia e na igualdade política individual. Na forma coletiva de autogoverno, a figura da liderança Guarani e Kaiowa vive para a política, isto é, “quem vive para a política constrói, no sentido interior, a sua vida a partir daí” (Weber, 2015, p. 72).

Na segunda metade do século XX, em diversos locais do País, mulheres começaram a se organizar de forma colaborativa para construir ações políticas que viabilizassem mudanças sociais, formando o Clube de Mães, um movimento de caráter heterogêneo que se consolidou entre diferentes grupos. “A influência que a atuação dos Clubes de Mães teve sobre diferentes movimentos foi e ainda é altíssima” (Moron, 2022, p. 108).

Reconhecendo a importância desse movimento, mulheres indígenas de diferentes etnias adotaram, à sua maneira, o Clube de Mães. Diante do diagnóstico da realidade social e por meio

⁹⁴ A íntegra do documento pode ser visualizada no anexo III. Fonte: CIMI. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

de consenso, as Guarani e Kaiowa organizaram os seus Clubes de Mães, nos quais, por meio de ações coletivas, empreenderam esforços para ter um espaço em que as mulheres pudessem desenvolver projetos junto a suas comunidades. Contando com sujeitas dispostas a trabalhar nos projetos e por meio de articulações e parcerias com entidades da sociedade civil, foi possível viabilizar recursos para a concretização de cursos, oficinas, feiras, dentre outras atividades que atendiam todas as pessoas.

Os registros que dispomos, apontam que no início da década de 1990 já existia o Clube de Mães em algumas comunidades Guarani e Kaiowa, e que este já desempenhava ações sociais de suma importância para a economia local. Abaixo transcrevemos a comunicação interna⁹⁵ referente à organização criada no território Pirajuí, situado na fronteira com o Paraguai:

Senhor Administrador,
Informo v.s que no dia 14/11/92., Kuera Py'A Porã (Club de Mães da Boa Vontade) tendo sido eleita as seguintes indígenas, por eleição diretas: – Presidente – Martina Oliveira Morales. Vice Presidente – Maria Elena Ayala. Secretária – Alisia Ayala. Suplente Secretária – Elizabeth Morales. Compareceram para orientar a realização desta eleição as senhoras Eva Silva (ação social da prefeitura de Paranhos) e Rose (assistente social da Empaer de Paranhos). A sede deste club, entrou em funcionamento no dia 03/12/92, no antigo depósito deste PIN, e composto por 02 (duas) máquinas de costura Elgin (novas), doadas pelo Club de Mães graporã de Dourados – MS, com retalhos, roupas usadas, linhas e agulhas doadas pelo Frei Alido Rosa. Solicitamos a gentileza e os bons préstimos desta Administração para informar outras AIN, onde há Club de Mães, para podermos trocar ideias e nos auxiliar na medida do possível e também sugerimos e colocamos nossa Sede a inteira disposição para um futuro encontro de Club de Mães Indígenas e Não Indígenas, para podermos aprimorar nossos trabalhos e receber outras orientações, para podermos dar uma vida digna para nossas famílias.

A existência de registros nos mostra que o Clube de Mães não foi um organismo reservado apenas a uma comunidade, o clube foi consolidado em diferentes territórios, com finalidades muito semelhantes. A consolidação de uma organização das Guarani e Kaiowa que, embora receba a intitulação associada à maternidade, trabalhava em prol de todas as mulheres que desejavam aprender a confeccionar roupas e outros utensílios que poderiam atender as necessidades da família e serem comercializadas. O Clube de Mães Kuera Py'A Porã era um espaço aberto à participação de mulheres indígenas e não indígenas, o que reafirma a existência de alianças entre as Guarani e Kaiowa e sujeitas não indígenas.

⁹⁵ FUNAI – Comunicação Interna – Para Administrador Regional de Amambaí. 3 de dezembro de 1992. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Comunicação Interna. Acesso em: 18 out. 2021. A íntegra do documento se encontra no anexo IV.

Em documento elaborado por entidade parceira, podemos visualizar as propostas das atividades que seriam desenvolvidas pelo Clube de Mães na comunidade Jaguapiru, município de Dourados – MS ⁹⁶:

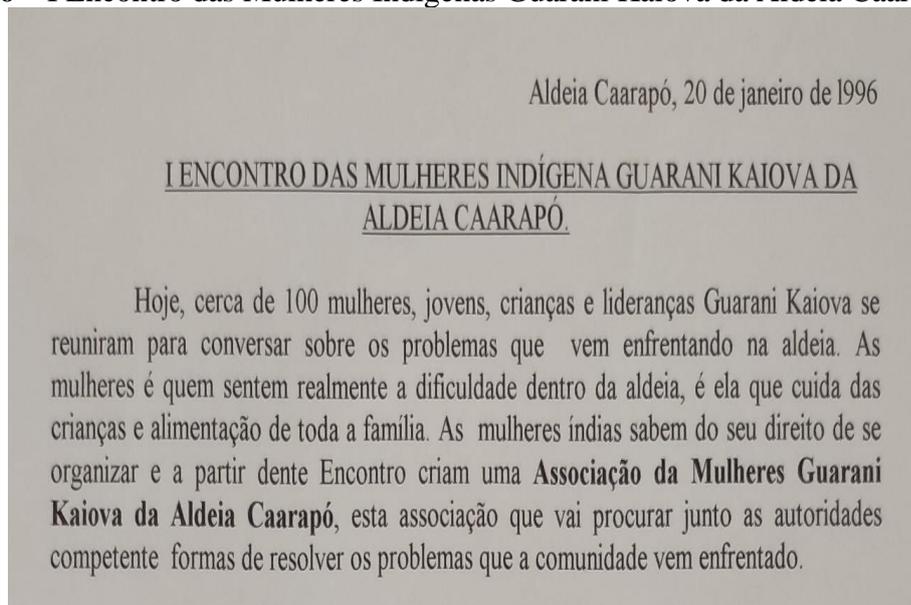
Clube de mães propriamente dito, que em convênio com diversos órgãos municipais e federais, como o Pró Social, Sucam etc., ministra cursos de artesanato, corte e costura, pintura, bordado, confecção de colchas e tapetes com retalhos, horta comunitária, replantio de mudas de árvores frutíferas e nativas, fornecimento de semente de milho em pequena escala e recuperação da cultura, como por exemplo, com a tecelagem, além de palestras de saúde [...].

Chama atenção o fato de a iniciadora do Clube de Mães na comunidade Jaguapiru ter experiências em ações relacionadas à educação. Sendo ela a supervisora da escola de datilografia, o conhecimento e engajamento de Iracy de Queiroz Aêdo não se restringiu à educação. Assim como ela, outras mulheres que atuaram na educação também participaram de outros movimentos, na discussão de temas concernentes à demarcação territorial, alimentação, saúde, economia, cultura, dentre outros, envolvendo a totalidade social em que as Guarani e Kaiowa se inseriam e de que participavam. O Clube de Mães se consolidou como um movimento de caráter coletivo e particular a cada comunidade, que tinha o objetivo de atuar em prol das necessidades e interesses da população de cada *tekoha*.

Como estamos vendo, as articulações das Guarani e Kaiowa para efetivação de espaços de discussão se deram em âmbitos abrangentes e mais específicos, como o caso do “I Encontro das Mulheres Guarani e Kaiowa da Aldeia Caarapó” ocorrido em 1996, contando com a participação de aproximadamente 100 mulheres.

⁹⁶ A íntegra do documento consta no anexo V. Fonte: FUNAI. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

Figura 16 – I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó – 1996



Fonte: CIMI – I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó, 1996.

Apesar de ser um encontro das mulheres que moravam em Tey Kue, as pautas não se restringiram apenas a esse território, e foram abordadas questões como as falhas do serviço público no atendimento à população indígena de Mato Grosso do Sul⁹⁷. Como mencionado nos capítulos anteriores, mesmo residindo em solo demarcado, existiam dificuldades ocasionadas pelas interferências externas, como também existia ações políticas para solucionar esses problemas. Na lista de presença assinada pelos participantes, é possível visualizar o nome de homens e, ainda que em número ínfimo, de representantes políticos da comunidade. Assim, o encontro das mulheres foi aberto a todas as pessoas que desejavam dialogar. Algumas participantes tiveram suas falas transcritas no caderno de registros do encontro, uma delas foi da Guarani Dirce:

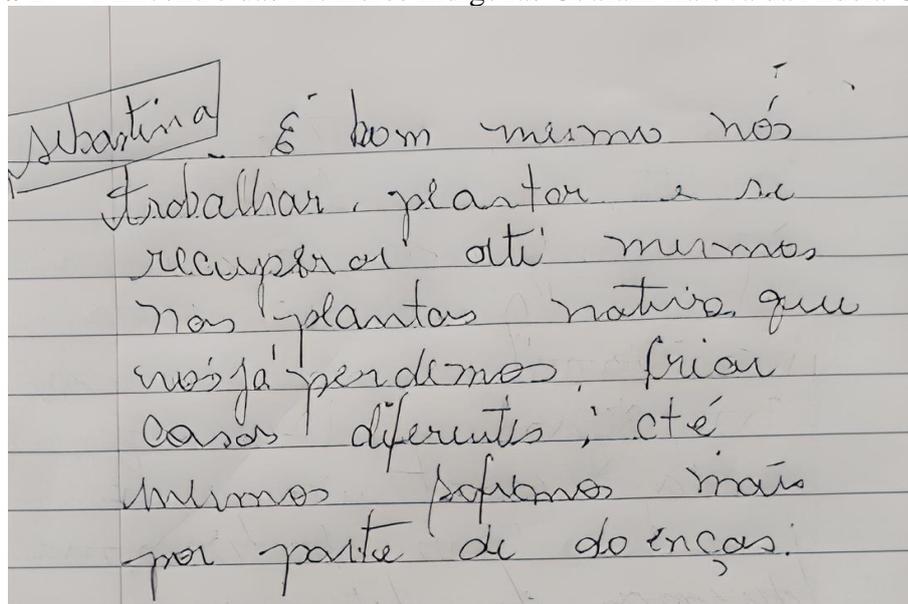
Neste momento é muito grande, cheio de emoções, porque vejo muita dificuldade entre as mulheres, por isso venho lutando, articulando para que possa acontecer essa reunião, devemos lutar se organizando, como uma criança. [...] Agora é a nossa vez, agora é hora de dizer nesta oportunidade o que tudo nós sentimos, não devemos ter medo. Vamos lutar juntas com os homens, capitão, lideranças, todos juntos⁹⁸.

⁹⁷ CIMI. I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó, 1996 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

⁹⁸ CIMI. Caderno de Registros – I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiová da Aldeia Caarapó, 1996 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

Dentre as ações sugeridas pelas participantes, está a recuperação de plantas nativas que serviriam de remédio, o que poderia diminuir a dependência dos medicamentos da indústria farmacêutica e auxiliar na prevenção de doenças.

Figura 17 – I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowa da Aldeia Caarapó



Fonte: CIMI – I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiowa da Aldeia Caarapó, 1996.⁹⁹

Galvão (1996, p. 208), se referindo à primeira metade do século XX, afirma que as mulheres, em especial, tinham muito apreço pelas plantas, tanto que quando ocorria um caso de separação conjugal, quem ficava com elas eram as mulheres, os homens ficavam com a roça, mas o que havia de plantas no espaço ocupado pelos dois antes da separação, por tradição, pertencia às mulheres. A grande variedade de plantas nativas e as cultivadas pelas Guarani e Kaiowa eram utilizadas para fins de consumo alimentar, para usos medicinais, aromáticos, condimentares e para o aproveitamento das demais substâncias naturais (como a fibra) e para a extração de pigmento, de forma que tudo era aproveitado e valorizado. Aquilo que era valorizado também era cuidadosamente estudado, o que se aprendia sobre uma planta era passado adiante para que o conhecimento não se perdesse.

As plantas cultivadas, além de contarem com um solo fértil para seu desenvolvimento, também contavam com a conscientização dos seus usufruidores, como relata Schaden (1974, p. 45), “[a]o lado da extração de plantas de uso terapêutico, que são muito numerosas, e outras, de

⁹⁹ CIMI – I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiowa da Aldeia Caarapó, 1996. Caderno de Registros das falas das participantes (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

aproveitamento industrial, o Guarani explora de maneira extensiva, mas não intensiva, os recursos vegetais de seu ambiente no que se refere à alimentação”. A valorização das plantas nativas continua sendo uma das prioridades das Guarani e Kaiowa na atualidade.

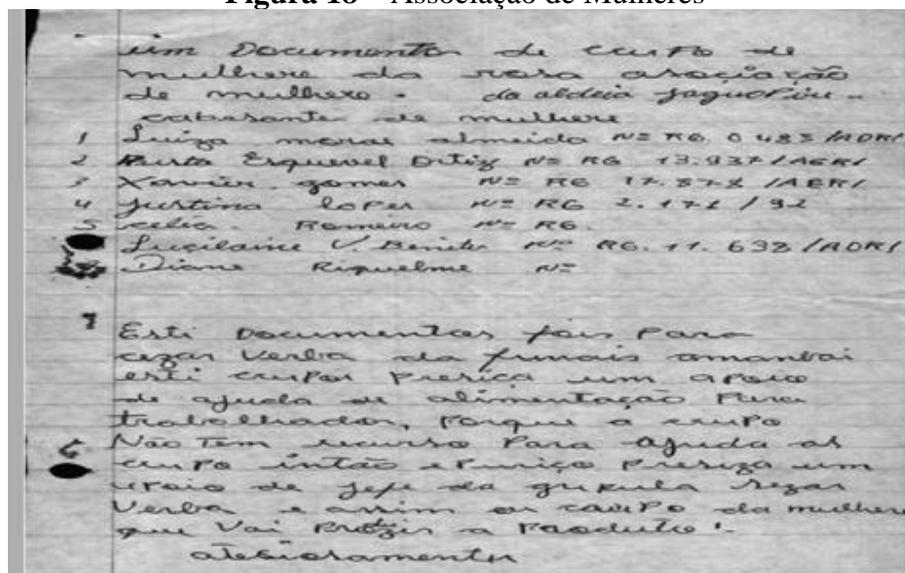
Conforme a proposta apresentada no “I Encontro das Mulheres Guarani e Kaiowa da Aldeia Caarapó”, a recuperação das plantas nativas era uma prioridade para o grupo de mulheres, que fazia isso em conjunto com as pessoas mais idosas da comunidade. A ação perpassava não apenas pela retomada de práticas tradicionais, como também pela disponibilidade de espaço e a preservação de recursos naturais para tal, o que no contexto de 1996 já era uma problemática para o território Tey Kue.

Para a liderança Kaiowa Valdelice Veron, (2018, p. 17):

Os direitos ancestrais dos indígenas brasileiros, reconhecidos pela Constituição Brasileira, estão em risco. Nossa sustentabilidade cultural, econômica e social depende da Terra e da Vida. A Mãe Terra também precisa de seus guardiões, precisa dos povos originários, pois esses não sucumbiram nas mãos da ganância e do progresso ilusório. Devemos nos unir uns aos outros, guiados por esses guardiões que nos conduzem de volta à terra. Somente assim poderemos conquistar nosso futuro, junto com todos os povos que lutam para que o planeta terra possa ainda respirar.

As associações de mulheres estavam presentes em diversos territórios; em todos, a ação social era em prol de melhorias na qualidade de vida de suas comunidades. Em muitas de suas manifestações, elas elaboravam documentos com reivindicações específicas, questões que exigiam atenção, como apresentado no registro abaixo:

Figura 18 – Associação de Mulheres



Fonte: FUNAI Aldeia Jaguapiré – MS. Ao SEAS, 17/8/2004.

Para melhor compreensão, segue abaixo a transcrição da fonte¹⁰⁰.

[...] um documento de grupo de mulhere da rosa associação de mulhere da aldeia Jaguapiré. Cabesantes de mulhere.

1 Luiza Moraes Almeida nº RG. 0483/ AERI

2 Rusta Esquevel Ortiz nº RG 13.937/AERI

3 Xavier Gomes nº RG 17.878/AERI

4 Justina Lopes nº RG 2.171/92

5 Celia Romeiro nº RG

6 Luçilaine V. Benites nº RG 11.638/AERI

7 Diane Riquelme n^a

Este documento foi para usar verba da funai amambai. Esti grupo presija um apoio de ajuda de alimentação para trabalhador, porque o grupo não tem recurso para ajuda os grupo intão é puriço presiza um apoio de jefe da gricula sezar verba e assim o grupo das mulhere que vai produzir o produto! Atenciosamente.

De forma simples e objetiva, o grupo de mulheres Guarani e Kaiowa da terra indígena Jaguapiré expôs sua reivindicação em busca de apoio para produzir alimentos e assim poder ajudar os moradores da comunidade que passavam por dificuldades econômicas. Mais do que solidariedade, o empenho do grupo manifestou a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, sendo a alimentação um direito social garantido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988¹⁰¹. O Estado reconhece o direito de todos os cidadãos à alimentação adequada, mas ainda falha na viabilização de políticas públicas que, de fato, erradiquem a fome. O direito humano à alimentação adequada está intimamente ligado ao direito à saúde e à dignidade da pessoa humana, fatores esses de suma importância para a existência dos povos indígenas.

Cabe lembrar que o direito à alimentação só é possível ser efetivado se o direito ao território for respeitado, pois é com o solo de ocupação tradicional demarcado e com espaço adequado ao número de pessoas que fazem parte do coletivo, que a agricultura, a pesca e a colheita podem suprir as necessidades daqueles que desejam garantir a subsistência sem precisar sair do *tekoha*.

A propósito, os movimentos das Guarani e Kaiowa, dos quais elas participavam junto aos homens, representavam a união e o fortalecimento das redes de apoio que, em geral, tinham em comum a luta pelo território, seja pela efetivação de demarcações ou defesa dos espaços já demarcados. Abaixo podemos ver o recorte de uma matéria publicada pelo CIMI sobre a

¹⁰⁰ FUNAI Aldeia Jaguapiré – MS. Ao SEAS, 17/08/2004 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 23 fev. 2023.

¹⁰¹ BRASIL. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#:~:Text=Art.%206%C2%BA%20s%C3%A3o%20direitos%20sociais,Desamparados%2c%20na%20forma%20desta%20constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#:~:Text=Art.%206%C2%BA%20s%C3%A3o%20direitos%20sociais,Desamparados%2c%20na%20forma%20desta%20constitui%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 12 mar. 2023.

iniciativa do povo Guarani da América do Sul em se unir na luta pela garantia dos territórios de ocupação tradicional, manifestando apoio a todos aqueles que ainda aguardavam pela efetivação do direito territorial. Uma das atividades da campanha aconteceu em Panambizinho.

Figura 19 – Comunidade chama a unidade a lutar pelo Tekoha Guasu



Fonte: CIMI – Comunidade chama a unidade e lutar pelo Tekoha Guasu – Campanha Guarani em área demarcada. Dourados, 24 de setembro de 2008.

Cabe destacar que essas mulheres¹⁰² participaram da luta pela demarcação de Panambizinho e de outros territórios. Para Maciel (2012, p. 100), Arda Concianza “[é] uma mulher que demonstra grande importância e prestígio na articulação da parentela”, a respeitável *nhandesy*, já falecida, deixou seu legado de sabedoria e cuidados com o *tekoha* que são lembrados e respeitados pelos seus descendentes. A atuação de Arda Concianza como rezadora permitiu sua participação em encontros com outros rezadores que, além de cuidarem do âmbito espiritual, cuidavam de outros aspectos concernentes à vida terrena, o que, por sua vez, incluía o zelo pelo território de ocupação tradicional.

Os encontros entre rezadoras e rezadores eram práticas tradicionais entre os Guarani e Kaiowa. O texto escrito ao final do *Jeroky guasu* – ritual religioso, realizado em 1998 em Panambizinho, mostra a importância desses encontros para a comunidade.

Agradecimentos das lideranças indígenas de Panambizinho.
Queremos agradecer a todos os participantes das outras áreas indígenas que veio até a nossa aldeia Panambizinho juntos consentimos uma solução a

¹⁰² cremos que houve um equívoco na matéria ao apresentar Alice Pedro como mãe de Arda Concianza. Conforme Cariaga (2019, p. 148), Araci Pedro era tia de dona Arda.

nossos problemas na qual, os obstáculos sempre são os mesmos. Muitas experiências foram tiradas aqui, muitas conclusões surgiram e muitas propostas foram planejadas. Isto nos deixou muito emocionados porque somos capazes de pensar e refletir sobre as nossas próprias necessidades. A presença de vocês nos fortaleceu e encheu nossos corações de alegria, principalmente, os caciques quando rezam pedindo a bênção do Senhor Deus aos povos que sempre são humilhados por uma sociedade branca que tentam aos poucos destruir o nosso jeito de viver. Esperamos que sempre nos encontremos mais vezes, só assim nossos objetivos serão alcançados. Vocês demonstraram que a união faz a força. E apesar da chuva, nada impediu o nosso Geroky Guasu “grande reza” que está sendo concluída com toda humildade e fraternidade.¹⁰³

As rezadoras Aparecida Aquino, Iracema Aquino e Fineida Aquino, juntamente com nove rezadores, foram responsáveis pela realização do evento que reuniu moradores de Panambizinho e de outros *tekoha*. O encontro proporcionou a realização da grande reza e o diálogo sobre os problemas que os afligiam, um deles era a morosidade na conclusão do processo de demarcação.

Graciela Chamorro, em seu livro “Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá”, explica que o processo de demarcação desse território, identificado em alguns documentos como Paí Chiquito, nome de um importante líder Kaiowá, foi custoso.

Ela fica no Distrito de Panambi, município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, e já foi uma das menores áreas ocupadas por uma comunidade Kaiowá. [...] O Laranja Doce, afluente sul do Ivinhema, distava uns oitocentos metros ao Sudeste da aldeia. Mesmo nessas condições, nas últimas décadas do século XX moravam nessa aldeia em média 300 pessoas. Em 2001, a comunidade ocupa um dos lotes contíguos aos 60 hectares, pressionando, assim, o Estado a lhe demarcar sua terra. O Relatório de Identificação e Delimitação e a Portaria Declaratória estavam prontos desde 1995. A demarcação ocorreu finalmente em 2004 e o Decreto de Homologação foi publicado no Diário Oficial da União em 28 de outubro do mesmo ano (Chamorro, 2017, p. 71-72).

Ao lembrar os esforços da comunidade Panambizinho para conseguir a demarcação de seu *tekoha*, as lideranças de diferentes territórios presentes na “campanha Guarani em área demarcada” ressaltaram a importância de todos apoiarem as reivindicações dos parentes que ainda não conquistaram a efetivação do direito territorial. A Kaiowa Valdelice Veron enfatizou: “É preciso ter paciência com nós mesmos e com nossos irmãos indígenas que continuam a luta pela terra, porque já sabemos que os *karai* (brancos) não têm paciência conosco”. Valdelice é

¹⁰³ COMISSÃO DA ALDEIA PANAMBIZINHO. Agradecimentos das lideranças Indígenas de Panambizinho (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS. Pasta CIMI). Acesso em: 18 ago. 2021.

conhecedora da luta dos povos Guarani e Kaiowa, sua vida é entremeada por desafios, resistência e liderança nos territórios de MS. Em sua dissertação de mestrado, ela afirma que “[a] vida de uma indígena Kaiowá desde o seu início é marcada pelas retomadas, processos que desencadeamos para retomar o nosso território ancestral que nos foi roubado violentamente” (Veron, 2018, p. 6). O breve fragmento mostra como a luta pelo território acompanha a história de vida de Valdelice e de outras mulheres que estão no *front* reivindicando a demarcação e/ou em solos demarcados, mas, ainda assim, ameaçados.

A luta é coletiva, e as Guarani e Kaiowa sempre estiveram se mobilizando para que todas as pessoas pudessem ter seus territórios demarcados e respeitados pelos não indígenas. Apesar de todas as adversidades, elas seguem se mobilizando, resistindo e alcançando parcialmente seus objetivos.

3.4 KUÑANGUE ATY GUASU

O estado de Mato Grosso do Sul é marcado por uma história contínua de desrespeito aos direitos indígenas. Os conflitos fundiários que marcaram o estado durante a segunda metade do século XX fizeram surgir diversos tipos de mobilizações, indígenas e não indígenas, motivados por interesses divergentes, e que empenharam esforços, ainda que desiguais, para defender seus interesses.

Nesse ínterim, as Guarani e Kaiowa criaram movimentos para atuar em prol de mudanças sociais que incluíssem diferentes pautas, a principal delas foi pela defesa do *tekoha*. A Kuñangue Aty Guasu é um desses movimentos, mais do que um caráter reivindicatório, o movimento se consolidou pela operacionalização de ações sociais, o que demandou o empenho coletivo para desenvolver atividades de planejamento e execução de projetos voltados para toda a população Guarani e Kaiowa.

Sobre a história e objetivo da Kuñangue Aty Guasu, extraímos da página oficial do movimento a seguinte exposição¹⁰⁴:

Kuñangue Aty Guasu é a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, organizadas no Cone Sul de Mato Grosso do Sul. Teve seu início em 2006 quando as mulheres indígenas decidiram em coletivo que seriam porta-vozes de sua caminhada, essa decisão histórica iniciou-se no território sagrado

¹⁰⁴ KUÑANGUE ATY GUASU. Quem é a Kuñangue Aty Guasu? Disponível em: <https://www.kunangue.com/#:~:text=Teve%20seu%20in%C3%ADcio%20em%202006,%2C%202018%2C%202019%20e%202020>.

Nãnderu Marangatu, Município de Antônio João – MS. Outras edições foram realizadas em 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019 e 2020.

As mulheres Guarani e Kaiowá em assembleias debatem pautas que vão além da questão territorial, pautas que fazem parte do cotidiano delas como: demarcação das terras tradicionais, promoção da cidadania, direitos sociais, segurança pública e participação social. Pautas específicas como: violência doméstica, violência do estado contra os Guarani e Kaiowá, violência nos acampamentos por conta dos ataques dos pistoleiros a comunidade, alimentação/roça, soberania alimentar e o consumo de alimentos sem agrotóxico e os impactos da monocultura ao entorno das aldeias Guarani e Kaiowá, racismo, preconceito, intolerância religiosa, direito das crianças e adolescentes, direito das anciãs e anciões, meio ambiente, clima e a agenda de luta/mobilização Guarani Kaiowá.

É uma assembleia organizada por mulheres, onde representantes de várias comunidades têm voz, espaço, participação e decisão. Estão presentes na Assembleia Nhandesys (Anciãs-Jary) e Nhanderus (Anciões-Ñamõï), jovens, rezadores, crianças, movimentos sociais, ativistas, imprensa internacional e nacional, Universidades, pesquisadores e apoiadores. A presença de autoridades regionais, estaduais e federais, interligadas às questões indígenas, bem como das organizações indigenistas, também se faz presente na plenária, recebendo as demandas da Kuñangue Aty Guasu.

O público da Plenária varia entre 400 e 600 pessoas, um espaço de protagonismo e discussão de temas de alta relevância para as comunidades indígenas. A Kuñangue Aty Guasu é o único espaço, onde se reúnem mulheres Kaiowa e Guarani, representantes de todos os Tekohás para diálogo e discussão dos direitos e demandas das mulheres.

Como podemos observar, no ano de 2006 foi constituído um importante espaço de diálogo entre as mulheres. A Kuñangue Aty Guasu é uma das assembleias do povo Guarani e Kaiowa, e, assim como as demais assembleias, atende a pautas específicas e abrangentes, isto pois todos os âmbitos da vida social perpassam pela questão étnica. Abaixo podemos visualizar um registro fotográfico feito durante a assembleia:

Figura 20 – Kuñangue Aty Guasu – 2006



Fonte: Jornal O Progreso. Mulheres indígenas dançam e lutam pelos direitos dos povos. 30/06/2006. Autor da foto: Hedio Fazan.

Como podemos visualizar na fotografia, os homens também participaram desse momento, o que evidencia a preponderância da união. De modo semelhante a outros movimentos encabeçados pelas Guarani e Kaiowa, a Kuñangue nasceu a partir da necessidade coletiva das mulheres de obtenção de novos espaços de atuação, somando esforços às redes já existentes para atender as demandas sociais das comunidades de Mato Grosso do Sul.

Após o despejo de Ñanderu Marangatu¹⁰⁵, território situado no município de Antônio João – MS, ocorrido em 2005, as mulheres resolveram fortalecer o movimento de reivindicação territorial e debater questões pertinentes ao território em questão, como também de outros *tekoha* Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul. De acordo com Anzoategui (2017, p. 124), a segunda reunião só foi acontecer em 2012, em Jaguapiru – Dourados – MS. Não temos informações concisas sobre os motivos da pausa, mas diante de fatores externos podemos pensar na falta de recursos econômicos para viabilização dos encontros. Todavia, “[é] preciso considerar que mesmo não havendo *Aty Kunã*, as mulheres continuam participando das decisões políticas dentro e/ou fora dos espaços públicos” (Anzoategui, 2017, p. 134). Isto é, o fato de as assembleias não serem realizadas não quer dizer que elas não estivessem se mobilizando de outras formas para defender os interesses coletivos.

A Kuñangue *Aty Guasu* celebrada em 2012 mobilizou mais de 400 mulheres. Além das moradoras de Jaguapiru, o encontro contou com a participação de representantes de territórios localizados em outras cidades, que se uniram para refletir sobre as demandas de cada território e discutir ações que beneficiassem suas comunidades. A importância da concretização desse encontro pode ser percebida na fala da *nhandesy* Alda Silva:

Nós, mulheres Guarani Kaiowá vivíamos como uma lagarta, presa ao tronco das árvores. Durante muito tempo permanecemos caladas e sem voz. Mas hoje, vamos acordando nossa consciência para o caminho da transformação até chegar à leveza e liberdade da borboleta. E, como a borboleta, que se alimenta do néctar das flores, buscamos nos fortalecer para enfrentar o mundo e buscar nossos direitos.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Para acessar informações sobre a história de reivindicação pela demarcação de Ñanderu Marangatu, sugiro a dissertação de mestrado de Inaye Gomes Lopes, intitulada: A histórica presença indígena na região dos rios Apa e Estrelão (*Nhanderu Marangatu*): Kaiowá *Rekohague* e a luta pelos *Tekohakue*.

¹⁰⁶ Periódicos Porantim. II Kunã Guasu – Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowa e Nhandeva. Periódicos/Edição/nº 193/maio/jun./2012 (2). Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=13854>. Acesso em: 4 jul. 2021.

A analogia da borboleta expressa o desejo de metamorfosear-se, de viver de forma livre, essa renovação possibilita voar, observar novos horizontes, buscar alimento em outras flores, para assim ter forças para enfrentar as intempéries.

Nos anos seguintes, a assembleia das Guarani e Kaiowa foi realizada em diferentes territórios, objetivando a participação de mulheres que tinham dificuldades de se deslocar para locais distantes de seu *tekoha*. Cabe destacar, no ano de 2015 e 2016 não houve assembleia, conforme Anzoategui (2017, p. 127-129). Em decorrência de divergências internas a equipe organizadora não conseguiu realizar as reuniões.

Com o passar do tempo, as assembleias foram crescendo e contando com muitos participantes, constituindo espaços também no território virtual, com o *site*: <https://www.kunangue.com/>; página na rede social *Facebook* “Kuñangue Aty Guasu – Assembleias das Mulheres Guarani e Kaiowa”, dentre outros meios de comunicação em que é possível se informar e dialogar sobre temas comuns aos povos Guarani e Kaiowa.

Tendo clareza da magnitude de cada assembleia, nos próximos tópicos nos atentaremos aos aspectos organizacionais das edições dos anos 2020, 2021 e 2022, contexto histórico marcado por desafios e inovações operacionais que reforçaram a tenacidade da Kuñangue Aty Guasu.

3.4.1 VIII ASSEMBLEIA

No ano de 2020, em virtude da pandemia de Covid-19, que exigiu o distanciamento social de toda a população como uma das medidas de enfrentamento à doença infecciosa, a “VIII Kuñangue Aty Guasu” ocorreu de modo *on-line*, entre os dias 28 e 30 de novembro. O evento foi transmitido ao vivo nas redes sociais, uma delas o *Facebook*, o que proporcionou a comunicação entre diferentes sujeitas e sujeitos, que se reuniram virtualmente para discutir suas demandas e apresentar propostas para resolução dos problemas. O evento contou com a participação de mulheres jovens, adultas e idosas, de diferentes territórios, que participaram de muitas formas, ora como ouvintes, ora como porta-voz. O evento atingiu escala internacional, havendo convidados e ouvintes residentes de outros países.

Do mesmo modo que as assembleias presenciais não contam com a participação de mulheres de todos os *tekoha*, o evento *on-line* não foi acessado por todas, devido à vulnerabilidade econômica muitas não tinham internet, computador ou celular para poder participar da assembleia. Mesmo com os esforços da comissão organizadora em instalar

geradores de energia em locais onde não havia e polos de internet em 9 *tekoha* para que essas comunidades pudessem participar, ainda assim, tiveram alguns coletivos, em especial, acampamentos de retomada, que não conseguiram ter acesso aos recursos necessários para comparecerem de forma virtual à assembleia.

Aqueles que puderam participar na modalidade *on-line* perceberam o esforço empreendido para a efetivação do evento. As ferramentas audiovisuais não foram produzidas por elas, mas foram apropriadas dentro de um contexto cultural dinâmico, que considera a necessidade de utilizar-se de outros meios em benefício de suas comunidades.

Sobre a utilização de recursos tecnológicos por indígenas, João Pacheco de Oliveira pondera:

[...] a memória que os movimentos e organizações indígenas tentam construir na contemporaneidade é muito diferente das representações do romantismo. Buscam expressar a sua condição de indígena atual com elementos diacríticos da sua alteridade: as pinturas corporais, os adornos e os cocares tornam-se muito valorizados, e circulam com intensidade entre os diferentes povos, independente de suas tradições específicas. As ações culturais e performances rituais deixam de ser um saber restrito aos mais velhos, e passam a envolver crescentemente os jovens e as mulheres, incorporando também contextos cotidianos, como as atividades escolares, as manifestações artísticas e as mobilizações políticas. O uso de novas tecnologias, como a internet e o vídeo, são também características desse regime, que é o único no qual os indígenas são os principais artífices; nos demais, constituem apenas aquilo sobre o qual não indígenas falam (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 29).

Tradição e tecnologia se aliam de forma positiva, as sabedorias do grupo não são excluídas pela utilização de recursos tecnológicos, pelo contrário, elas são somadas. As novas conexões proporcionadas pelo evento *on-line* ganharam um grande alcance no que diz respeito à formação de novas alianças e consolidação de novos projetos.

Scherer-Warren (2018, p. 59-60), ao discutir brevemente a utilização de recursos tecnológicos pelo movimento indígena neozapatista do México, mostra que tais recursos foram responsáveis pela ampliação das redes já existentes, muitas pessoas que não conheciam o movimento passaram a notá-lo. Tecnologias como a internet, ajudam na difusão das narrativas dos povos indígenas, isto é, a história é contada por eles, sem necessitar de mediações.

Ao acompanhar a assembleia pelos canais de transmissão, observamos que a modalidade *on-line* não impediu as mulheres mais velhas de participarem do encontro, houve a participação de muitas delas, que se comunicaram e expuseram suas perspectivas a respeito dos temas abordados, dentre eles, as dificuldades de enfrentamento à Covid-19 nos territórios Guarani e Kaiowa, problemática essa que afetou rigorosamente a saúde indígena.

Nas mesas de discussão foram abordados temas, como: saúde da mulher indígena; Covid-19 e desigualdade étnica e social; os cuidados das parteiras Guarani e Kaiowa em território indígena; a necessidade de diálogo entre a rede interna e externa de cuidado à saúde da mulher indígena; a violência na vida das mulheres Guarani e Kaiowa; dentre outros temas pertinentes à vida das Guarani e Kaiowa. Dentre os convidados, estiveram presentes mulheres de outras etnias indígenas e não indígenas, além de homens representantes de instituições governamentais e organizações de apoio aos povos indígenas do Brasil. Abaixo, podemos visualizar alguns registros da assembleia feitos pela equipe da Kuñangue:

Figura 21 – VIII Kuñangue Aty Guasu



Fonte: VIII Kuñangue Aty Guasu – Manifesto. Disponível em: <https://www.kunangue.com/copy-of-equipe?lightbox=dataItem-kpr0yw64>. Acesso em 24 jan. 2023.

Figura 22 – VIII Kuñangue Aty Guasu – Manifesto



Fonte: VIII Kuñangue Aty Guasu – Manifesto. Disponível em: <https://www.kunangue.com/copy-of-equipe?lightbox=dataItem-kpr0yw64>. Acesso em 24 jan. 2023.

A VIII Kuñangue Aty Guasu ocorreu em um contexto de muitas dificuldades, como apontado no manifesto. O ano de 2020 foi marcado por crises que se deram com as crescentes ações de extermínio contra o meio ambiente e vidas indígenas¹⁰⁷. A omissão do governo frente à pandemia de Covid-19 agravou ainda mais a situação dos Guarani e Kaiowa, a pandemia espalhou-se pelos territórios fazendo muitas vítimas. Não obstante, a violência da classe latifundiária contra as comunidades foi intensificada em 2020¹⁰⁸. Diante de um cenário desolador, as Guarani e Kaiowa decidiram realizar a assembleia, ainda que de forma *on-line* ela era necessária. De tal forma,

Ao som do mbaraka e do takuapu, direto dos territórios Kaiowá e Guarani, no dia 28 de novembro de 2020, iniciamos a VIII Kunãngue Aty Guasu 2020 *on-line*. A Assembleia foi um marco revolucionário da comunicação, em plena pandemia em nossos territórios indígenas: foram três dias e três noites de descolonização e demarcação das telas virtuais. As anciãs mais idosas das comunidades pela primeira vez sentaram em frente ao computador e tudo era novidade para elas. Suas vozes ecoaram ao mundo em audiência internacional, em busca de reconhecimento e efetivação de nossos direitos. A transmissão em quatro línguas (Kaiowá, Guarani, português e inglês) ocorreu diretamente dos territórios Kaiowá e Guarani: Panambizinho e Bororó (município de Dourados), Guapo'y e Limão Verde (Amambai), Guyra Kamby' (Douradina), Rancho Jacaré (Laguna Carapã), Nhanderu Marangatu (Antônio João), Laranjeira Nhanderu (Rio Brilhante) e Jaguapiré (Tacuru). Dessa forma, discutimos e encaminhamos pautas sobre a demarcação e homologação de nossas terras, a saúde no olhar da mulher Kaiowá e Guarani, a efetivação e garantia dos programas sociais, o II Encontro de Parteiras do Cone Sul de MS, a violência na vida das mulheres e meninas a partir do olhar da mulher. (Manifesto, VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 6).

Como se pode observar, dentre as pautas discutidas está a demarcação territorial. No manifesto foi destacada a necessidade de cobrar das autoridades competentes os seus direitos enquanto indígenas que têm autonomia para decidir como querem viver em seus territórios e fora deles. Para tal, destacaram a necessidade de terem a posse de seus territórios, que são vitais para sanar suas diferentes necessidades.

¹⁰⁷ É de conhecimento público, que durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o número de invasões e exploração ilegal em terras indígenas aumentou significativamente, o que corroborou para o agravamento de mortes entre a população indígena. Conforme dados do “Relatório Violências contra os povos indígenas no Brasil” (CIMI, 2020, p. 24), “Durante o ano de 2020, houve uma exacerbação excessiva do desrespeito pelas terras indígenas e das violências cometidas contra as comunidades indígenas e seu patrimônio. [...] Este relatório registrou 96 casos de Conflitos Relativos a Direitos Territoriais, 263 de Invasões Possessórias, Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Danos Diversos ao Patrimônio. Entre os anos de 2018 e 2020, houve aumento gradativo da magnitude dos desmatamentos, incêndios e atividades minerárias ocorridas em terras indígenas”.

¹⁰⁸ Matéria publicada pelo ISA mostra ascensão de ataques contra os Guarani e Kaiowa: “Ano inicia violento no MS: Índios resistem a dois ataques” Rosana Bond, 06 jan. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/en/noticia/204155>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Ao abordar o desrespeito com a medicina tradicional Guarani e Kaiowa, elas também ressaltaram a importância da preservação do território, que fornece os remédios naturais, como os utilizados pelas *nhandesy* para os cuidados com as gestantes. De tal forma,

Elas afirmam que o *karai* segue destruindo e envenenando o que resta da natureza: várias plantas medicinais deixaram de existir nesse extermínio do meio ambiente e as que restam estão quase extintas. Os latifundiários/ruralistas de MS avançam com forças, destruindo o natural, substituindo por imensas plantações de milho, campos de soja transgênicos, plantações de canas, criação de gado e etc.: tudo isso é muito abusivo e violento para a natureza, que morre lentamente, abrindo imensos campos desertos de erosão do meio ambiente. As *nhandesy* afirmam a importância de demarcar as terras tradicionais Kaiowá e Guarani para proteger a medicina tradicional, as nascentes, as tirinhas de florestas que restam, os rios e os animais (VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020).

Como se pode observar, a negação à demarcação e às investidas dos setores ruralistas aos territórios já demarcados promove o desrespeito aos corpos e costumes tradicionais. Nas palavras da antropóloga Kaiowa Lúcia Pereira: “A perda do território fez com que os indígenas vivam de um modo que antes eles não conheciam, tornando-os dependentes dos remédios não indígenas. Antes eram livres para apanhar as ervas, mas, hoje em dia, fica difícil por conta da escassez dentro da reserva” (Pereira, 2020, p. 40).

Destarte, as pessoas que não têm o *tekoha* demarcado, não podem desfrutar dos espaços sagrados e preservar as plantas nativas, como as ervas medicinais, e aqueles que estão em áreas demarcadas contam com a restrição de espaço físico para tal, além de limitações em decorrência da poluição por agrotóxicos provocada pelos vizinhos latifundiários.

Para valorizar a medicina tradicional e promover espaços de conhecimento e atendimento aos enfermos, a Kuñangue Aty Guasu lançou o projeto “Casas de Medicina”¹⁰⁹, que já construiu casas de medicina tradicional em diversas comunidades Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul. “O lançamento das casas de medicina tradicional é um sopro de vida em meio à ameaça do coronavírus, da ocidentalização da medicina e da desapropriação de recursos naturais nos territórios indígenas” (Manifesto, VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 12).

Na “VIII Kuñangue Aty Guasu” realizou-se o lançamento do resumo do relatório “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani”, fruto de um trabalho coletivo produzido pelas conselheiras da Kuñangue Aty Guasu. Os dados

¹⁰⁹ O projeto conta com parceiros de diferentes locais do Brasil e de outros países, que prestam apoio às ações de valorização da medicina tradicional Guarani e Kaiowa.

sobre a violência cometida contra as Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul são de 2017-2020.

Esta publicação nos ajuda a observar as diferentes formas de violência praticadas contra a vida dessas mulheres, fomentadas no interior de seus territórios, como também fora. Logo no início é elencado: “O relatório com dados sistematizados deverá gerar uma discussão, socialização ampla e reflexão profícua/construtiva sobre o avanço e a dificuldade na aplicação e efetivação de direitos das mulheres Guarani e Kaiowá” (Kuñangue Aty Guasu – Resumo Do Relatório, 2020, p. 6)

No resumo do relatório fica claro que as violências cometidas sobre os corpos das Guarani e Kaiowa no aspecto físico, verbal e simbólico não são fomentadas apenas no meio das suas comunidades, mas também no exterior desses espaços. Setores ruralistas da sociedade e o Estado brasileiro agridem as Guarani e Kaiowa de diferentes formas, o desrespeito ao território é uma delas.

Para nós, indígenas, a terra não deve ser destinada à geração de lucro, mas à preservação para a sobrevivência da humanidade e do mundo. Retiramos da natureza somente o necessário para a nossa subsistência, então não estamos agredindo a terra com agrotóxicos e desmatando. Ao contrário, estamos tentando preservá-la para o bem de todas as pessoas: cuidar da natureza sempre foi e sempre será a nossa missão como povo da floresta (Relatório, VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 7).

Neste documento, consta o posicionamento das Guarani e Kaiowa sobre as diversas formas de violência que enfrentam na contemporaneidade, sendo algumas delas: violência física, violência moral, violência psicológica, dentre outras. Outrossim, denunciam os causadores desses atos, um deles é o Estado brasileiro, como podemos ver:

A maior violência contra a vida das populações indígenas vem do Estado brasileiro e seus poderes Judiciário, Executivo e Legislativo que estão com o poder de decisão nas mãos. Porém nos encontramos diante de um judiciário *karai* que julga e encaminha questões indígenas. O cenário atual do Brasil não é nada favorável às questões indígenas (Kuñangue Aty Guasu – Resumo do Relatório, 2020, p. 14).

Embora seja apenas um resumo, o relatório apresenta informações de suma importância que ajudam os leitores não indígenas a terem noção da gravidade das situações de desrespeito e violação de direitos praticadas por instituições públicas. Nesse seguimento, enfatizam:

Somos mulheres Guarani e Kaiowá e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais. Sem

a demarcação das nossas terras, nós não poderemos ter uma vida livre da violência. Resistiremos para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra. A saúde pública também não está do nosso lado. Somos nós mulheres que damos a vida e temos o direito de viver (Kuñangue Aty Guasu – Resumo do Relatório, 2020, p. 15).

A Negação a demarcação dos territórios indígenas no Brasil se consolida com discursos e estratégias colonizadoras¹¹⁰ que acometem as histórias e as culturas dos povos indígenas brasileiros. Diante disso, “[a]s mulheres estão à frente para lutar pelos seus territórios e pela garantia de seus direitos, e assim denunciam as violências vivenciadas por elas enquanto indígenas, mulheres, para quem o preconceito também acontece desenfreadamente” (Pereira, 2020, p. 34).

As pautas levantadas no decorrer das assembleias provocam não somente novos questionamentos e debates, como também novas formas de pensar e de agir. No entanto, isso não significa a obtenção de uma total unanimidade, já que as contestações são indissociáveis a esse processo, mas é um caminho favorável para novas possibilidades de diálogos.

Durante a “VIII Kuñangue Aty Guasu”, foi deliberado pelo coletivo que seria criada uma “Rede de Proteção e Acolhimento da Equipe de Lideranças Mulheres Indígenas, pois se encontram em profundo desgaste emocional pelo fato de sustentarem um circuito pesado de perseguições” (Manifesto, VIII Kuñangue Aty Guasu, 2020, p. 22). Essa rede de apoio foi uma forma de enfrentamento às diversas formas de violência praticadas contra mulheres que se encontravam na linha de frente da luta pelos direitos indígenas.

Indubitavelmente, a VIII Kuñangue Aty Guasu foi mais uma manifestação de resistência das Guarani e Kaiowa, que em meio a tantos desafios, agravados pela pandemia de Covid-19, se organizaram, e fizeram acontecer o encontro entre mulheres de diferentes territórios. Relatos comoventes e posicionamentos seguros marcaram o diálogo e as deliberações da assembleia.

3.4.2 IX ASSEMBLEIA

Entre os dias 2 e 6 de setembro de 2021, foi realizada a “IX Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia de Mulheres Kaiowa e Guarani: Corpos silenciados, vozes presentes”. Ainda enfrentando os efeitos da pandemia de Covid-19, o movimento continuou atuando no

¹¹⁰ Como bem lembra o francês Georges Balandier (1993, p. 114), a situação colonial é caracterizada pelas “relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada”, quadro esse que inclui indivíduos e sociedades heterogêneas, e que, por isso, devem ser situadas não apenas em um determinado contexto histórico como também em suas dinâmicas culturais e políticas específicas.

interior de seus territórios e marcando presença nos espaços de poder externos às suas comunidades.

A “IX Kuñangue Aty Guasu”, pela primeira vez, foi realizada fora dos territórios tradicionais. Por motivos maiores, foi preciso se deslocar até a capital do País para manifestar repúdio a mais um projeto de violação dos direitos indígenas. As mulheres que permaneceram em suas comunidades puderam acompanhar e participar do evento por meio das reuniões virtuais.

O evento ocorreu de maneira híbrida, sendo presencial em Brasília e com transmissão *on-line* para todas as outras regiões. Um grupo de representantes foi até Brasília para se unir a outras delegações que já estavam mobilizadas no acampamento “Luta pela Vida” para acompanhar o julgamento da Tese do Marco Temporal, iniciado no dia 1º de setembro. Juntamente com outras mulheres e homens, acompanharam por um telão instalado na Praça dos Três Poderes as sessões do julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes paralisou o julgamento, o que dificultou a conclusão do mesmo.

A título de conhecimento, cabe registrar que a Tese do Marco Temporal despontou a partir do julgamento feito pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à terra indígena Raposa Serra do Sol, indicando que as populações indígenas brasileiras só teriam direito aos seus territórios se estivessem ocupando ou requerendo judicialmente esses espaços em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

O tema envolvendo o marco temporal foi trazido à baila no julgamento do Recurso Extraordinário 1017365¹¹¹, com repercussão geral, ou seja, o que ficasse ali decidido, seria aplicado a outros processos com casos semelhantes. O julgamento teve início em 2021 e terminou em 2023, quando, 9 dos 11 ministros, se posicionaram contra a tese do marco temporal, por ela ser contrária à Constituição Federal de 1988.

No entanto, em reação legislativa ao julgamento proferido pela Suprema Corte, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/2023, que regulamenta o art. 231 da CF/88, que passou a considerar terras indígenas aquelas tradicionalmente ocupadas por eles na data de promulgação da constituição, ou em conflito possessório judicializado¹¹². Na prática, a referida lei restabelece a tese do marco temporal.

¹¹¹ RECURSO EXTRAORDINÁRIO. STF. Processo Eletrônico: 0000168-27.2009.4.04.7214. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5109720>. Acesso em: 7 jan. 2024.

¹¹² LEI n. 14.701, de 20 de outubro de 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm. Acesso em: 7 jan. 2024.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vetou, com fundamento na inconstitucionalidade, os dispositivos da Lei 14.701/2023 que (re)criavam a necessidade de observância da tese do marco temporal. Contudo, esses vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, colocando a lei de efetiva vigência. Portanto, pode-se afirmar que, atualmente, a tese do marco temporal está em vigor. Porém, não se sabe por quanto tempo, tendo em vista que a Lei 14.701/2023 foi questionada no Supremo Tribunal Federal, que novamente enfrentará o tema. Sobre esse demarcador:

A Constituição de 1988 é importante na continuidade desse reconhecimento constitucional, mas não é o marco, e deslocar esse marco para ela é fazer um corte na continuidade da proteção constitucional dos direitos indígenas, deixando ao desamparo milhares de índios e suas comunidades, o que, no fundo, é um desrespeito às próprias regras e princípios constitucionais que dão proteção aos direitos indígenas. Vale dizer: é contrariar o próprio sistema constitucional, que deu essa proteção continuamente. Romper essa continuidade significa abrir brechas para a usurpação dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...] (Silva, 2018, p. 26).

A tese do marco temporal prova ser um entrave jurídico que desconsidera a história dos povos indígenas brasileiros quando ignora o fato de que antes de 1988 muitos deles não estavam nos seus territórios em virtude da violência que acompanhou a expropriação e que impediu o retorno ao solo de origem, ignora também que nesse contexto os povos indígenas eram juridicamente tutelados pelo Estado e dependiam da viabilização dos órgãos governamentais para requerer judicialmente a demarcação territorial.

A história mostra que o desrespeito e ameaças contra os direitos constitucionais dos povos indígenas não cessam, as disputas infundáveis sobre os territórios indígenas movimentam muitos interesses. Para agravar a situação, o Estado não sinaliza com clareza os limites entre os interesses públicos e privados, o que agrava consideravelmente os conflitos fundiários.

A IX Kuñangue Aty Guasu fez parte de um significativo acontecimento histórico no Brasil, uma grande rede mobilizacional indígena marcou presença no momento de decisão sobre os seus direitos, por meio das seguintes mobilizações: “Luta pela Vida” (22 a 28 de agosto), Kuñangue Aty Guasu (2 a 6 de setembro), “Segunda Marcha das Mulheres Indígenas” (7 a 11 de setembro).

As Guarani e Kaiowa que estiveram em Brasília participando da “IX Kuñangue Aty Guasu” também puderam participar de outros encontros voltados para as mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres e a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), o que favoreceu o encontro entre mulheres de diversas etnias, culturas e histórias.

Conforme a programação do evento, no primeiro dia teve a “caminhada das mulheres Kaiowa e Guarani, dos tekohas a Brasília – DF”, que contou com a participação de outros movimentos “APIB, ANMIGA¹¹³, ONU Mulheres, Laboratório de Antropologia de Londres/Inglaterra, IDAC, Movimentos Sociais de Mulheres, Povos do Quilombo, MST, MMC, Nenhuma a menos, Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres e UMIAB – Amazônia”¹¹⁴. A interação e parceria entre esses movimentos é resultado de relações dialógicas ocorridas em contextos anteriores, que já resultavam em mobilizações em torno de objetivos comuns e diferentes. Nesse segmento, podemos lembrar do respeito à democracia e o reconhecimento das diversidades culturais existentes no Brasil.

A seguir, podemos visualizar fotos da “IX Kuñangue Aty Guasu”, que contou com um espaço próprio para a realização do evento, os recursos tecnológicos foram providenciados pelas conselheiras e apoiadores do movimento, e algumas das pautas discutidas na assembleia foram registradas em cartazes. Vejamos:

Figura 23 – IX Kuñangue Aty Guasu



Fonte: IX Kuñangue Aty Guasu. Créditos: Scott Hill. Disponível em: <https://www.kunangue.com/ii-marcha-das-mulheres-ind%3%ADgenas>. Acesso em: 27 jan. 2023.

¹¹³ ANMIGA: Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

¹¹⁴ Kuñangue Aty Guasu IX. Grande Assembleia das mulheres Kaiowa e Guarani. Programação do evento. Disponível em: <https://www.kunangue.com/kunangue-online-new>. Acesso em: 27 jan. 2023.

Figura 24 – IX Kuñangue Aty Guasu: Mulheres Kaiowá e Guarani contra o Marco Temporal



Fonte: IX Kuñangue Aty Guasu. Créditos: Scott Hill. Disponível em: <https://www.kunangue.com/ii-marcha-das-mulheres-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 27 jan. 2023.

Durante todos os dias de assembleia, foram pautados temas concernentes à defesa dos territórios Guarani e Kaiowa. A principal discussão entre indígenas e não indígenas que participaram da assembleia foi sobre as ameaças ao *tekoha*, como podemos observar na programação do evento¹¹⁵:

02 de setembro: a nossa voz vai ecoar em Brasília.

Abertura – 08h às 9:30h: ritual de abertura com a reza das Nhandesys

9:30h às 12h – A caminhada das Mulheres Kaiowa e Guarani, dos Tekohas a Brasília-DF. 14h às 17:00h – A violência estrutural contra as Mulheres Kaiowa e Guarani. 19h às 22h – Guaxiré da Kunangue Aty Guasu.

03 de setembro: Parem o Genocídio!

Durante o dia todo 08h às 17h: Direitos dos Povos Indígenas e a agenda anti-indígena contra a nossa existência: – Marco temporal. - PL 490/07 - Altera o Estatuto do Índio e a Demarcação de Terras. – PL 2633/20 – a “PL da Grilagem”. – PL 3729/04 – Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. – PDL 177/ 2021 – Denúncia da Convenção 169 da OIT. – PL 191/ 2020 – “Mineração em Terras Indígenas”. Às 22h – Ritual de batismo -Nhemongarai.

04 de setembro: junte-se a nxs, essa luta é de todxs!

08h às 12:00h – O chamado das matriarcas Kaiowá e Guarani a outras frentes de movimentos sociais e companheirxs de luta. 14h às 18h – Mudanças climáticas – florestas destruídas – terras envenenadas – a extinção do “humano” – Salvem os biomas, protejam os povos indígenas, protejam a fauna e a flora e o futuro do planeta!. 19h às 22h – Noite cultural – Lançamento do documentário Kuna Porã.

05 de setembro: Dia Internacional das Mulheres Indígenas!

¹¹⁵ Kuñangue Aty Guasu – IX. Grande Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani. Programação do evento. Disponível em: <https://www.kunangue.com/kunangue-online-new>. Acesso em: 27 jan. 2023.

08h às 12h – I Audiência Pública Internacional: Corpos silenciados, vozes presentes – A Violência contra as Mulheres Kaiowa e Guarani. Lançamento do Mapa virtual – Corpos Silenciados e vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowa e Guarani. 14h às 17h – I Oficina Corpos silenciados e vozes presentes – Como a Kuñangue Aty Guasu está enfrentando a violência em Mato Grosso Do Sul. 19h às 22h – Noite cultural.

06 de setembro: Parem de nos matar – Raíssa vive em nós!

08h às 12h – II Oficina Corpos silenciados, Vozes presentes – Como a Kuñangue Aty Guasu está enfrentando a violência às mulheres no Mato Grosso Do Sul. 15h às 17h – Encaminhamentos, leitura do relatório final da IX Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowa e Guarani. 19h às 22h – Guaxiré de encerramento.

As mulheres que não foram a Brasília e que tiveram acesso a recursos tecnológicos em seus territórios, puderam acompanhar a transmissão *on-line* e interagir na sala virtual; todas tiveram direito de falar. Com isso, houve uma interação entre as Guarani e Kaiowa que estavam em Brasília e as que permaneceram em seus territórios, mostrando que se tratava de um momento de união, e, mais uma vez, de resistência.

Na ocasião, foram denunciados casos de desrespeito contra as Nhandesys, que, ao manifestarem suas crenças religiosas, foram perseguidas e tiveram suas casas de reza incendiadas por indivíduos que não aceitavam a existência da diversidade religiosa nas suas comunidades. Um desses fatos ocorreu em Guapo’y, município de Amambai – MS. A intolerância religiosa vem acompanhada de outras formas de intolerância, dentre elas a cultural e a territorial, pois as rezas sempre foram elementos de resistência e de luta na defesa do *tekoha*, como expõe Elemir Soare Martins:

[...] as lideranças religiosas demandam rigorosamente a participação coordenada dos rezadores durante o processo de reocupação e retomada do *tekoha* tradicionais. Portanto, o conjunto dos líderes religiosos *ñanderu* e *ñandesy* e de seus auxiliares *yvyra`ija* estão sempre envolvidos em todas as ações da retomada (Martins, 2015, p. 160).

No quarto dia de evento, foi lançado o Relatório Mapeamento da violência – Kuñangue Aty Guasu/FIMI “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani. Hete Kirirím Ayvu Jekaa Tekovai, Kuñangue. Tekoha Kaiowá e Guarani – MS, 2021”, potente instrumento de denúncia dos crimes cometidos contra a população Guarani e Kaiowa.¹¹⁶

¹¹⁶ A gravação do quarto dia de evento: Kuñangue Aty Guasu “Corpos silenciados, vozes presentes – A Violência contra as Mulheres Kaiowa e Guarani está disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/videos/1517415668650919/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

A não demarcação de terras indígenas é uma das maiores violências praticadas pelo estado brasileiro contra os povos indígenas, os relatórios quase nunca são publicados, encontram várias formas judiciais para expulsar triplamente os Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais, usam o termo “Reintegração de posse”, para se apossar das nossas terras (Relatório Mapeamento da Violência – Kunangue Aty Guasu, 2021, p. 88-89).

A organização e enredamento da assembleia expressa possibilidades para pensar as estratégias adotadas para solucionar os problemas vigentes e a consolidação de novas estratégias de luta pelo território, o que, por sua vez, promove interações políticas entre as Guarani e Kaiowa. “Eventos (atos) implicam relações. Ou seja, as relações (pessoas) são tanto a causa como o resultado dos atos (não a sua realização)” (Strathern, 2006, p. 419). Se deslocar até a capital do País, ou acompanhar, ainda que virtualmente, a mobilização realizada por companheiras de luta, foi uma das maneiras encontradas para manifestar repúdio à violação dos direitos dos povos indígenas no ano de 2021.

3.4.3 X ASSEMBLEIA

A “X Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowa – MS” foi realizada entre os dias 22 e 26 de novembro de 2022, no *tekoha* Ñanderu Marangatu, localizado no município de Antônio João – MS. A plenária internacional reuniu mulheres e homens Guarani e Kaiowa de diferentes territórios do estado, contando também com a participação de um grupo Guarani do país vizinho, Paraguai. Também participaram da assembleia representantes de organizações governamentais e não governamentais e membros da comunidade acadêmica.

Depois de dois anos sem o encontro presencial em Mato Grosso do Sul, em decorrência do distanciamento social exigido no primeiro ano da pandemia de Covid-19, e a realização da assembleia realizada em Brasília em 2021, a equipe organizadora se empenhou para promover meios para a realização do encontro presencial no território onde teve início a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani em 2006.

Através de diferentes estratégias foram viabilizados recursos para garantir estrutura, transporte, alimentação e hospedagem para as/os participantes que saíram de seus territórios para se reunir no propósito de refletir e debater os problemas que enfrentavam em seus *tekoha*. Muitos dos moradores do *tekoha* Ñanderu Marangatu participaram e contribuíram para a organização do evento. Todas as pessoas presentes participaram de alguma forma das atividades

diárias. As discussões foram feitas na língua guarani e em seguida traduzidas para a língua portuguesa.

Figura 25 – Nhandesys e convidados na plenária



Fonte: Junia Fior Santos (2022). Acervo pessoal.

Tivemos a oportunidade de participar da “X edição da Kuñangue Aty Guasu” e observar de perto o desenvolvimento da assembleia, que foi repleta de simbolismos e marcadores identitários. A história e a cultura Guarani e Kaiowa podia ser visualizada em todos os detalhes do encontro, reforçando a representatividade étnica do coletivo.

Abaixo podemos observar a Programação do evento¹¹⁷:

22/11 – 09:00h às 17:00h: chegada, almoço, hospedagem, jantar, abertura.
19:00h Abertura: 03 horas de reza das Nhandesys para limpeza espiritual, fortalecimento e boas vindxs dxs participantes da assembleia.
23/11 – 06:30min: café da manhã. 08:00h: reza das nhandesys. 08:30h: Conjuntura política e os povos indígenas no Brasil. 11:30min: almoço.
13:00h: demarcação de terras indígenas: o neoextrativismo em terras roubadas. 16:00h: mimi cine Kaiowá e Guarani com a FIOCRUZ-MS e a ASCURI. 17:30min: jantar. 19:00h: Gravação da coletânea das nhandesys. Oficina de cinema para as crianças.
24/11 – Os desafios da saúde indígena e o impacto no corpo das mulheres.
06:30min: café da manhã. 08:00: Reza das nhandesys. 08:30min: a saúde das mulheres e crianças indígenas Kiowá e Guarani – MS. 11:30min: almoço.
13:00h: III encontro das parteiras e artesãs Kaiowá e Guarani – MS. 15:00: Educação Indígena. 17:30: jantar. 19:00h: noite cultural – com MC Anarandã

¹¹⁷ KUÑANGUE ATY GUASU – X. Programação do evento. Facebook, 22 a 26 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/photos/pcb.1785558471816811/1785558365150155/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Guarani e Kaiowá, Bro MC'S e as *nhandesys*. Entrega do I Prêmio Maachu. Oficina de cinema para as crianças.

25/11 – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. 06:00: café da manhã. 08:00: reza das *nhandesys*. 08:30: ANMIGA – caravana das originárias da terra. 11:30min: III audiência pública – corpos silenciados vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowa e Guarani – MS. 16:00h: 17 anos da retomada Nhanderu Marangatu. 17:30min: jantar. 19:00h: ritual do ñemongarai. Oficina MBA' Kua, com o óculos virtual direto de Londres com tecnologia em 3D.

26/11 – Enquanto houver o som do *mbāraka* e do *takuapu* haverá luta. 06:30min: café da manhã. 08:00h: inicia com a reza das *nhandesys*; encaminhamentos finais. 11:00h reza de encerramento. 12:00h: almoço e retorno para os *tekohas*.

Como se pode observar, as atividades diárias iniciavam com as *nhandesys* fazendo a reza. São elas as responsáveis pelo cuidado espiritual, também são elas as detentoras dos conhecimentos étnicos que ajudam no cuidado com a vida e o território.

De acordo com a *Nhandesy*, as mulheres Kaiowa são guardiãs de saberes próprios e elas acreditam na responsabilidade que elas têm de transmitir esse ensinamento. Elas são guardiãs da dinâmica da vida e da sociabilidade que mantém vivo o *tekoha*, local onde viveu seus antepassados, território onde constroem suas casas, acendem os fogos, plantam, cantam e rezam. Continuam fazendo florescer os valores coletivos, a essência da vida, fortalecida por esse ensinamento, que vão dinamizar o *nhandereko*, o bom modo de ser (Veron; Guimarães, 2020, p. 121).

Tendo em vista que, com as mudanças ocasionadas pelas novas configurações territoriais da segunda metade do século XIX, que se constituíam, ora dentro das reservas, ora nos fundos de fazendas ou em acampamentos rurais ou urbanos, as restrições não foram apenas no espaço, foram também na liberdade das manifestações religiosas Guarani e Kaiowa. As instituições da sociedade envolvente que interferiram na organização social das reservas tinham um objetivo em comum, que era introduzir os ideais de “civilidade” e “religião cristã” compactuados por muitos setores da sociedade envolvente, como modelo homogeneizador. Mesmo diante das interferências das pessoas não indígenas no modo de vida das Guarani e Kaiowa, os rituais, rezas, danças, dentre outras manifestações, não deixaram de ser praticados. Desse modo, a organização sociocultural das Guarani e Kaiowa não negou o direito de escolha de algumas sujeitas, e, sim, passou a criar estratégias de convivência com as novas manifestações que compõem o universo transcendente.

A manutenção das religiões tradicionais pode ser entendida como um movimento pela continuidade da vida Guarani e Kaiowa, já que esta é apontada como uma ação revigorante, capaz de fortalecer a luta contra os males ocasionados pelos exploradores não indígenas. A

religião é acionada por esses coletivos como ferramenta de luta contra a expropriação territorial, sendo por meio das rezas, danças e cantos que a relação com o sobrenatural é mantida e, assim, o grupo se fortalece. Abaixo podemos ver a casa de reza, importante símbolo da “X Kuñangue Aty Guasu”.

Figura 26 – Ogusu Nhemongueta – Casa de Reza – *tekoha* Ñanderu Marangatu



Fonte: Foto: Junia Fior Santos, 2022. Acervo pessoal.

Conforme Chamorro (2008, p. 215), na perspectiva Guarani é preciso recuperar a essência, para alcançar a plenitude do ser, como elemento constituinte do universo que é capaz de se conectar com as divindades. Para tanto, é necessário “[a]lcançar ‘grandeza de coração’ ou ‘coração frio’, o que para os indígenas tem a ver com a recuperação da integridade” (Chamorro, 2008, p. 215). O modo de ser Guarani e Kaiowa depende de condições simbólicas próprias do lugar que ocupam. O sistema simbólico é composto por elementos invisíveis aos olhos, mas acessíveis ao sentimento e representado por transfigurações concretas em sentido abstrato. De acordo com Chamorro (2008, p. 219), a plenitude do ser humano proporciona o bem-estar e a melhoria nas condições de vida dos Guarani e Kaiowa, que passam a recuperar seu estado de humanização, o que influencia na recuperação dos elementos religiosos.

Conforme a programação, no segundo dia do evento, o tema pautado pela manhã foi “Conjuntura política e os povos indígenas no Brasil”, o que propiciou um importante debate. Ao discutir sobre a situação contemporânea dos povos Guarani e Kaiowa, foi inevitável a análise acerca do descaso do governo liderado por Jair Messias Bolsonaro com os direitos dos povos indígenas. Entre 2019-2022, o governo contribuiu com o garimpo ilegal, grilagem, expropriação territorial e paralisação das demarcações territoriais, cumprindo suas promessas

de campanha¹¹⁸. Ademais, o governo se negou a dialogar com os representantes indígenas, que por diversas vezes gritaram por socorro. Tal relação unilateral gerou sérias crises nas comunidades indígenas brasileiras.

Mesmo sendo os primeiros habitantes do solo brasileiro, o número de representantes indígenas nos espaços de decisão política da sociedade civil é ínfimo. As relações entre Estado e movimentos políticos indígenas, na maioria das vezes, são complexas. Nas duas esferas, o modo de se fazer política é diferente, pois os espaços e atores são diferentes e no conflito social a maneira de agir também se contrapõe. Cabe lembrar que na maioria dos governos, o Estado se opôs à mudança de postura omissa frente aos ataques aos direitos indígenas, reforçando isso ao não se posicionar em defesa dos povos indígenas e sim adaptando suas ações, conforme os interesses dos detentores do poder econômico.

De acordo com Bobbio (1998, p. 425), não há um conceito universal de “Estado” ao considerar os traços que o constituem como ordem política, este se situa como uma forma de organização do poder que atua em um determinado território. É em relação a este Estado, fundado enquanto organizador da sociedade civil, que é possível produzir mudanças, a conduta do instinto é então substituída pela justiça, pelo respeito às leis naturais e institucionais.

De acordo com Rousseau (1996, p. 22-23), quando um conjunto de indivíduos abandona o estado primitivo e estabelece um contrato social, os associados que vivem sob os mesmos limites geográficos “[r]ecebem coletivamente o nome de povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto participantes da autoridade soberana, e súditos, enquanto submetidos às leis do Estado”.

Embora os povos indígenas não tenham concordado com os pactos de formação do Brasil impostos pelos europeus, estes foram obrigados, não sem resistência, mas, ainda assim, obrigados, a respeitar as convenções da sociedade civil. Considerando que “[n]enhum homem tem autoridade natural sobre seu semelhante, e uma vez que a força não produz direito algum, restam então as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens” (Rousseau, 1996, p. 13). Há mais de quinhentos e vinte anos, os povos indígenas perderam sua liberdade natural e passaram a ter restrições a tudo o que lhes é necessário para viver.

O pacto social da população não indígena deu ao corpo político poderes soberanos de representatividade que atendeu aos interesses de uma parte da população brasileira, pois estes

¹¹⁸ CAMPO GRANDE NEWS. Em Dourados, Bolsonaro volta a atacar demarcações de terras indígenas: Deputado federal disse que, se fosse eleito, “não daria um centímetro de terra para índios”. Neris, Gabriel; Freitas. Campo Grande – MS, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/em-dourados-bolsonaro-volta-a-atacar-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 29 abr. 2023.

não atendem ao verdadeiro princípio da alteridade e da equidade, isto é, não atendem a todos. Afinal, “o todo menos uma parte não é o todo, e enquanto subsistir essa relação não existe o todo, senão duas partes desiguais; donde se segue que a vontade de uma não é geral em relação à outra” (Rousseau, 1996, p. 46).

Um bom território para viver é aquele que possui um bom governo, que trabalha em nome da vontade geral, isto é, inclui todas as pessoas, culturas, etnias no corpo político do Estado. Ao considerar que no Brasil não há nenhum senador indígena, e apenas cinco deputados declarados indígenas¹¹⁹ ocupam, atualmente, o Congresso nacional, fazemos a seguinte pergunta: Os povos indígenas foram de fato incluídos no exercício da função política? Para responder a essa questão é preciso considerar algumas relações. Primeiramente, a baixa inserção dos povos indígenas no ordenamento político brasileiro. Sabemos que, ao longo da história, foram registrados poucos nomes indígenas nos sistemas governamentais os quais o Brasil experienciou. Em segundo, as regras normativas de convivência político-social inseridas na constituição não são respeitadas por setores ruralistas da sociedade, o que faz com que os mais vulneráveis requeiram que as leis, criadas por não indígenas, sejam efetivadas.¹²⁰

As leis representam a vontade geral, isto é, a soberania popular, o que é indispensável para o convívio social. Para que essa seja cumprida, porém, é necessária a participação de representantes indígenas. Durante a “X Kuñangue Aty Guasu”, Jaqueline Gonçalves Porto – Kuña Aranduhá, uma das organizadoras da assembleia, abordou a importância de eleger mulheres indígenas para lutar pelos direitos de toda a população indígena brasileira. A ONU Mulheres publicou um trecho da fala da liderança¹²¹:

Aqui é um lugar que ainda não chegou o que nós chamamos de direitos humanos. Sempre o que chega de políticas públicas para nós são migalhas. Por isso, nos próximos anos, precisamos eleger mulheres indígenas como vereadoras, prefeitas, deputadas. A nossa luta não é só pelos Guarani e Kaiowá, mas por todos os povos indígenas do Brasil.

¹¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

¹²⁰ De acordo com Rousseau, as leis de um país devem ser elaboradas com a finalidade de acompanhar as práticas de convivência social, assim, o que torna a constituição de um Estado verdadeiramente sólida e duradoura é o fato de as conveniências serem de tal forma observadas que as relações naturais e as leis estão sempre de acordo nos mesmos pontos, e estas últimas não fazem, por assim dizer, senão assegurar, acompanhar e retificar as outras (Rousseau, 1996, p. 64).

¹²¹ ONU MULHERES. ONU Mulheres acompanha a décima edição da Kuñangue aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, e participa de agendas de escuta sobre as diferentes formas de violência que assolam a população indígena do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-acompanha-a-decima-edicao-da-kunangue-aty-guasua-grande-assembleia-das-mulheres-guarani-e-kaiowa-e-participa-de-agendas-de-escuta-sobre-as-diferentes-formas-de-violencia-que-assolam-a/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Do mesmo modo, Lurdelice Moreira Nelson, vice-capitã e professora na terra indígena Amambai, que abrange a retomada de Guapoy, palco de intensos conflitos fundiários, como o massacre¹²² ocorrido em junho de 2022, chamou a atenção para a necessidade de as mulheres discutirem a política do País. Em suas palavras: “A política que a gente quer construir não é fácil, e por ser mulher também, deixamos nossas casas, nossos filhos, mas é por eles que nós estamos” (Lurdelice Moreira Nelson, Caderno de campo, 23/11/2022).

Em conversa informal com algumas senhoras que estavam descansando durante o intervalo da programação do terceiro dia da assembleia, perguntamos se elas já tinham participado da Kuñangue Aty Guasu e o que estavam achando do evento. Francisca, de 60 anos de idade, da comunidade Yvy Katu – município de Japorã – MS respondeu: “Já participei, já faz tempo, mas participei, estou gostando, tem bastante gente, tá bem organizado” (Francisca, Caderno de Campo, 24/11/2022). Rosana, de 40 anos de idade, que é do mesmo território, respondeu: “Já, participei, a gente tá gostando [*sic*], a gente veio pra falar da situação do nosso território de Yvy Katu, ali tá difícil” (Rosana, Caderno de Campo, 24/11/2022). A mesma, segue explicando as dificuldades enfrentadas pela pressão dos latifundiários para que as famílias cedam áreas para arrendamento. Além de denunciar o estado de tensão no território, ela ressaltou a urgência de conclusão do processo de demarcação.

Durante o acompanhamento da X Kuñangue Aty Guasu, pudemos observar que, de modo geral, as pautas apresentadas mostraram um intercruzamento de questões temáticas, como: mulheres – território – política – família - alimentação; o que evidencia as especificidades étnicas Guarani e Kaiowa e uma plataforma de política mais ampla.

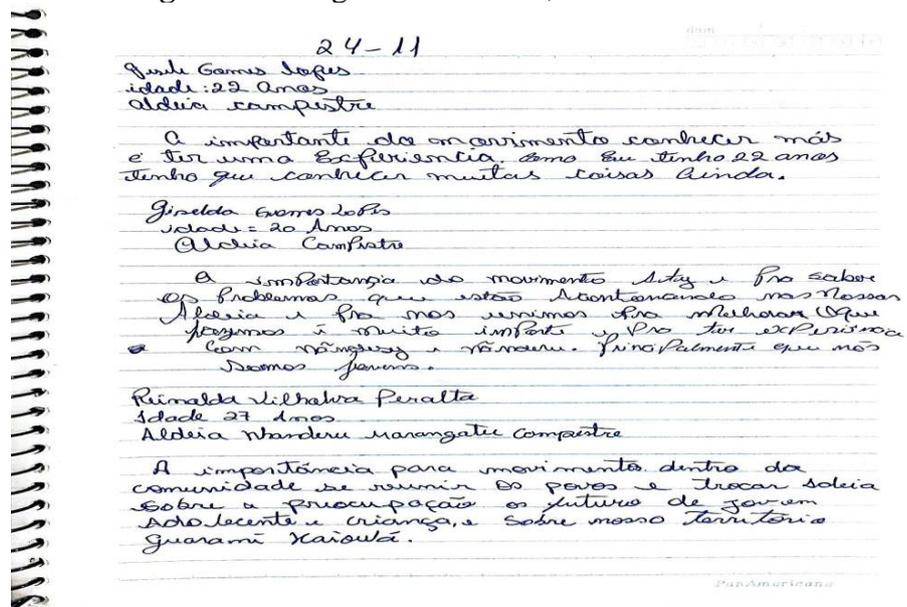
Esse espaço de reflexão e práticas culturais incluiu pessoas de diferentes idades, desde crianças até idosas e idosos, todas e todos contribuíram de alguma forma para o levantamento de questões e elaborações de propostas para resolução dos problemas enfrentados pela população Guarani e Kaiowa que vive em seus *tekoha* e fora deles. Cabe ressaltar que as pautas também incluíram as pessoas que vivem nas áreas urbanas, pois estes também enfrentam problemas decorrentes do desrespeito aos direitos indígenas.

Durante o segundo dia da “X Kuñangue Aty Guasu”, acompanhamos três jovens que participaram da assembleia, como ouvintes bem atentas elas se sentavam na frente e durante os intervalos dialogavam sobre o que era falado no palco. Ao questioná-las sobre o motivo de

¹²² APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Agrobandidismo mata e fere indígenas durante ataque contra os povos Kaiowá e Guarani. 25 jun. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/06/25/agrobandidismo-mata-e-fere-indigenas-durante-ataque-contra-os-povos-kaiowa-e-guarani/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

estarem ali, elas foram objetivas ao responderem que se tratava de um evento importante para todas, e que estavam ali para aprender com as mulheres mais experientes. Pedimos para que elas registrassem em uma folha de caderno uma reflexão sobre o significado desse encontro, e elas escreveram:

Figura 27 – Registros de Gisele, Giselda e Reinalda



Fonte: Declaração de participantes da X Kuñangue Aty Guasu: Gisele Gomes Lopes, Giselda Gomes Lopes, Reinalda Vilhalva Peralta (Santos, 2022).

Com o diálogo estabelecido com Gisele, Giselda e Reinalda, bem como as ponderações registradas acima, foi possível perceber o respeito pelos conhecimentos das mulheres mais velhas, com quem elas desejavam aprender mais sobre a dinâmica mobilizacional. De forma serena e cautelosa, elas expressaram a admiração e respeito pelas mulheres que estiveram no palco da “X Kuñangue Aty Guasu” e compartilharam suas práticas de cuidados com o *tekoha* e todos os seres que nele habitam.

Desse modo, a “X Kuñangue Aty Guasu” reuniu mulheres de diferentes territórios, nacionalidades, idades, escolaridades, histórias, dentre outras diferenças, para refletir, analisar e dialogar sobre os problemas de cada *tekoha*. De forma semelhante às assembleias anteriores, esse foi um momento de união e fortalecimento da esperança na mudança conjuntural vivenciada pelas comunidades Guarani e Kaiowa.

3.5 AS ARTICULAÇÕES PROMOVEM O CUIDADO COM O *TEKOKHA*

Diante dos fatos históricos analisados até aqui, podemos dizer que o desenvolvimento de práticas reivindicatórias pela demarcação territorial se consolidou como um movimento dinâmico e transformador, resultando em importantes ações que promoveram pequenos, médios e grandes resultados na defesa do *tekoha*.

As fontes apresentadas neste capítulo nos mostram que, apesar de oposições, as Guarani e Kaiowa lutaram para defender seus territórios. Mesmo que, na perspectiva dos registros produzidos por não indígenas, as mulheres não se pronunciassem durante determinadas ocasiões, ainda assim elas estavam lá estruturando e reestruturando o corpo social, que, por sua vez, é interdependente.

Através das mobilizações em esfera regional, nacional e internacional, o movimento político das Guarani e Kaiowa concedeu visibilidade aos seus desafios e propostas junto à opinião pública, conseguiram apoiadores não indígenas e edificaram pontes de diálogo para negociar suas demandas com o governo e a sociedade civil. Lembrando que o movimento trabalha com demandas, e, sobretudo, com propostas para solucionar os problemas que acometem a população indígena.

A articulação das mulheres Guarani e Kaiowa estabeleceu redes locais, regionais e também internacionais, apresentando pautas e projetos que abarcaram as diferentes realidades. As ações não são idênticas, partiram de diferentes contextos históricos e espaços geográficos, motivadas pelo mesmo objetivo que é a demarcação de terras reivindicadas e a proteção dos territórios já demarcados, mas que se encontram ameaçados por aqueles que desrespeitam as leis. Assim, passam a utilizar as ferramentas disponíveis para se articular e alcançar um maior número de pessoas que queiram participar desse movimento.

Destarte, muitos movimentos Guarani e Kaiowa tiveram as mulheres como organizadoras ou participantes ativas nas propostas que abordavam o bem comum, o que, por sua vez, incluía o direito territorial. Elas estiveram ora na linha de frente, ora na retaguarda, cuidando do *tekoha* e sendo protagonistas na luta contra o desrespeito aos direitos territoriais dos povos indígenas.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DIVERSAS – OBJETIVOS COMUNS

Como visto até aqui, as reflexões historiográficas que tratam das trajetórias de resistência dos povos Guarani e Kaiowa nos mostram que os objetivos comuns que envolveram a defesa do território se deram através de movimentos diversos. Além das diferenças decorrentes do contexto histórico, político e econômico, as sujeitas e sujeitos desse processo eram repletos de subjetividades, o que explica a dinamicidade das práticas sociais.

A formação e difusão de práticas de luta que constituíram os movimentos de defesa do território partiram de diferentes frentes, uma delas formada por mulheres que promoveram manifestações sociopolíticas em pequenas e grandes escalas. Suas histórias são marcadas por desrespeito, negações, sofrimentos e conquistas que podem ser observadas no passado e no presente.

Tomando como orientação as recomendações de Kuschnir (2007, p. 9), reconhecemos a existência de diversas manifestações políticas para compreendermos a rede social constituída pelas Guarani e Kaiowa, pois “existem múltiplos mundos da política”. Tendo claro que o âmbito político não é imutável, e sim um campo de mutações, a realização de entrevistas é potencialmente favorável na compreensão das práticas políticas. Porém, é preciso atenção permanente para não se perder na complexidade das particularidades culturais.

À vista disso, o objetivo deste capítulo é analisar a atuação de mulheres Guarani e Kaiowa que residem na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul, na luta em defesa do território de ocupação tradicional, e compreender suas trajetórias de vida, protagonismos e suas articulações políticas. As histórias que serão contadas apresentam em comum o fato de que boa parte das vivências descritas esteve atrelada com a luta pelo território. Estamos descrevendo histórias de mulheres que desempenharam e desempenham papéis de liderança política ou outras funções sociais de destaque dentro de suas comunidades. Atuando como estrategistas, cada qual à sua maneira, essas mulheres apresentaram ganhos significativos em suas demandas sociais.

Dentre as fontes utilizadas nesse capítulo, contamos com a fonte oral, que nos permite acessar memórias, sentimentos de tristezas e alegrias vividas em polos de tensão e confronto. Por partir de experiências subjetivas, tal fonte exige problematização e análise conjunta com outras fontes para que sua complexidade possa ser mais bem compreendida. Assim reconhecemos a importância de documentos produzidos por organizações não governamentais

e documentos oficiais como importantes vestígios que nos ajudam a compreender fatos pertinentes às suas atuações. Tais documentos também possuem suas subjetividades, já que “[o] documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1990, p. 546). Alguns desses documentos não foram produzidos pelas Guarani e Kaiowa, e sim por agentes (em sua maioria homens advindos de uma sociedade patriarcal) que trabalharam com questões referentes aos conflitos fundiários. Por isso, situaremos o contexto em que tais documentos foram produzidos, bem como os seus autores.

É de conhecimento comum que a história oficial não foi contada por indígenas e muito menos por mulheres Guarani e Kaiowa, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de ouvir essas mulheres. Para tanto, optamos por trabalhar com a história de vida de mulheres Guarani e Kaiowa que atuaram e ainda atuam na defesa de seus territórios.

Como lembra Verena Alberti (2005, p. 31), a escolha das pessoas entrevistadas segue certos critérios, sendo que “[a] escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. Para tanto, a escolha das participantes atendeu ao objetivo de compreender a atuação de mulheres que estiveram e/ou estão de alguma forma conectadas ao campo político interno e externo às suas comunidades no sudoeste de Mato Grosso do Sul.

O objetivo deste capítulo é abordar histórias que, até o momento, apareceram pouco nos trabalhos concernentes ao movimento de luta pelos territórios Guarani e Kaiowa, dando destaque para mulheres que apresentam diferentes metodologias de atuação na defesa dos direitos territoriais.

Quanto ao número de entrevistadas, consideramos que: “[a] escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (Alberti, 2005, p. 31). Das seis histórias que veremos adiante, cinco foram escritas com a ajuda das interlocutoras, que, prontamente, concederam entrevistas e disponibilizaram arquivos pessoais para contribuir com esta pesquisa. Assim, serão analisadas as narrativas dessas mulheres e, por meio de suas memórias, refletiremos sobre suas atuações na esfera comunitária.

Também se faz necessário ressaltar a importância do diálogo com os estudos bibliográficos que, embora não tratem especificamente sobre a perspectiva das mulheres no movimento socioterritorial, promoveram importantes análises sobre a história e espacialidade dos povos Guarani e Kaiowa. Não pretendemos, aqui, fazer um balanço ou avaliar o que é

contado apresentando elogios ou críticas à maneira como o protagonismo das mulheres Guarani e Kaiowa foi enfatizado nas fontes analisadas. Não vamos assumir a postura avaliativa dos estudos culturais para saber se seus autores dialogaram com as transformações dos papéis sociais dessas mulheres dentro e fora de suas comunidades. Preferimos tomar como objeto de reflexão o estado da formulação e do entendimento das mulheres Guarani e Kaiowa como área de investigação.

Diante da dinâmica que se desenvolve nos contextos analisados, optamos por trabalhar também com a sociologia relacional, a qual pode ser entendida como um modo de ver coisas, conceitos e pessoas a partir de suas interações sociais. Frédéric Vandenberghe explica que, enquanto abordagem relacional e processual,

[a] sociologia relacional foca em todos os tipos de relações possíveis e transforma esse foco em tripla lente que refrata os níveis ontológico, epistemológico e metodológico de análise em um único focus *imaginarius*. No nível ontológico, ela assume que as relações essencialmente criam a vida social. No início era a relação e na relação está o início. Além e contra as abordagens holistas e individualistas, ela afirma a primazia das relações (Vandenberghe, 2017, p. 345-346).

Nesse sentido, as experiências humanas observadas precisam ser compreendidas como um todo, o que exige considerar as interações, transações e processos que compõem a interdependência humana de sujeitas e sujeitos Guarani e Kaiowa.

Embora a sociologia relacional estude as sociedades humanas sob a perspectiva de seus conceitos e métodos próprios, ela não exclui a abordagem histórica. Para se compreender a experiência humana como um todo é preciso considerar as mudanças que ocorrem no espaço e tempo, isto é, que essas duas abordagens são complementares. A sociologia relacional nos ajuda a investigar os aspectos analíticos das relações sociais que envolvem as mulheres Guarani e Kaiowa. “Cada um é um complexo relacional em si mesmo; por meio de sua implicação mútua e graças à mediação da cultura, ambos, indivíduo e sociedade, são coproduzidos e coconstituídos em processos e práticas sociais” (Vandenberghe, 2017, p. 353).

Diante das limitações que a História possui em seu âmago, não podemos reconstruir integralmente os fatos históricos que marcaram o protagonismo das Guarani e Kaiowa referidas nesse trabalho. Por isso, ressaltamos que a primeira história analisada será contada a partir de notícias e documentos oficiais que repercutiram em Mato Grosso do Sul devido à sua importância. Quanto às demais histórias, nos atentaremos aos fatos enunciados por elas,

considerando a maneira como, dentro de seus contextos, entendem sua participação no processo de luta pelo *tekoha*.

Assim, ao considerar as relações entre as mulheres que exercem papéis fundamentais na luta pelo território dentro e fora de suas comunidades, temos a possibilidade de compreender como essas mulheres, singulares e plurais, se constituem enquanto sujeitas históricas.

Destarte, nos atentaremos a alguns aspectos das lutas de diferentes mulheres, que por sua vez possuem diferentes trajetórias, vivências e territórios. A primeira é Xurite Lopes, que deixou seu legado de determinação e descontentamento com a falta de respeito aos direitos territoriais de seu povo e, por isso, foi assassinada. Para analisarmos sua trajetória de luta, recorreremos à ação penal de homicídio qualificado e ao processo de reintegração e manutenção de posse de Kurussu Ambá.

Na sequência, apresentamos alguns fatos históricos da luta de Verônica Martins Veron, que reside no acampamento de retomada Kurupi de Santiago Kue. As fontes utilizadas para analisar acontecimentos pertinentes à sua atuação enquanto liderança são as entrevistas realizadas com Verônica, procedimentos administrativos da Procuradoria da República de Dourados – MS e matérias e textos informativos de organizações não governamentais.

A terceira história é de Leila Rocha, moradora de Yvy Katu Potrerito, reconhecida nacional e internacionalmente pela sua potente atuação em prol da luta pelo direito territorial. No intuito de observar um pouco da sua atuação, foi realizada entrevista com a liderança e analisados alguns trabalhos científicos e publicações de organizações governamentais e não governamentais que abordaram o seu trabalho.

Dando prosseguimento, destacamos a trajetória de Luciane Gallo, que integra a equipe de liderança do acampamento Boreviry de Teko-Ava. Seu ativismo é analisado a partir de entrevista, procedimento administrativo da Procuradoria da República de Naviraí – MS, publicações na página oficial do setor administrativo do município e processo de reintegração de posse.

Na sequência temos Vanoiria Martins Fernandes, que reside em Cerrito, onde atua em diferentes frentes com sua experiência acadêmica e de luta pela efetivação dos direitos indígenas. Além disso, contribui com a luta de outras mulheres que ainda não tiveram seu território demarcado. As fontes utilizadas para analisar sua atuação são entrevistas, matérias jornalísticas e documentos da Aty Guasu.

A última mulher a compor a análise de histórias de resistência é Inaye Gomes Lopes, que reside no território Ñande Ru Marangatu e transita por diferentes espaços de poder atuando

em prol do bem comum. Para compreender seu protagonismo, recorremos a entrevista, matérias informativas de organizações governamentais e não governamentais e procedimento civil de esbulho territorial de Ñande Ru Marangatu.

De antemão, pode-se assegurar que não é nosso objetivo apresentar um modelo de organização política das Guarani e Kaiowa nem de afirmar como são construídas suas ações políticas, mas de fazer pensar, o que não requer outra verificação senão esta: os caminhos percorridos na luta pelo território de ocupação tradicional são dinâmicos e atendem aos desafios e anseios de seu tempo e espaço.

4.1 XURITE LOPES

No ano de 2007, a comunidade Guarani e Kaiowa de Kurussu Ambá, em uma tentativa de reaver seu território de ocupação tradicional, retomou uma pequena parte de seu *tekoha* que foi ocupado por invasores que formaram fazendas sobre esse solo, uma delas foi a fazenda “Madama”, situada em Coronel Sapucaia – MS.

Conforme informações trazidas pelo processo de reintegração e manutenção de posse de número 0002392-27.2014.4.03.6005, que tramita na Justiça Federal da 3ª Região, 1ª Vara Federal de Ponta Porã – MS, o conflito fundiário entre a comunidade de Kurussu Ambá e os proprietários rurais é resultado de um processo histórico marcado por expropriações de territórios indígenas que ocorreram em meados do século XX no sul do antigo Mato Grosso. O MPF, recorrendo aos dados da FUNAI, mostrou que a abertura de fazendas forçou a saída da comunidade de seu território, que, depois de expulsa, foi direcionada para as reservas criadas pelo SPI, principalmente para Takuapery (Coronel Sapucaia), Limão Verde (Amambai) e Sessoró (Tacuru)¹²³.

A pressão exercida pelos exploradores e pelo SPI para saída da comunidade de seu *tekoha* atendeu aos interesses econômicos do estado, que, naquele contexto, favorecia a colonização das terras que já eram habitadas pelos povos indígenas. A comunidade Kurusu Amba resistiu, mas não conseguiu manter a posse de seu território.

De modo semelhante a outras situações de expropriação e resistência, mulheres e homens Guarani e Kaiowa passaram a trabalhar para os pretensos proprietários rurais para que pudessem permanecer em seu território, uma das estratégias adotadas de permanência em solo

¹²³ REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Justiça Federal da 3ª Região. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

original. Porém, as relações com os não indígenas não eram fáceis, o que logo provocou a saída definitiva daqueles que ainda ocupavam os fundos das propriedades.

Longe de seu território, a comunidade Kurusu Ambá buscou outras formas para voltar ao local de onde foi expulsa, a retomada foi uma estratégia empreendida para manifestar a reivindicação do *tekoha*. A primeira retomada que se tem registro ocorreu na década de 1960¹²⁴, a violência com que foram novamente expulsos não intimidou a comunidade Guarani e Kaiowa que sabia da importância de lutar pelo direito à demarcação.

Novas mobilizações foram empreendidas na tentativa de dar visibilidade à reivindicação territorial e externar a urgência do início do processo de identificação e delimitação. Em 2007, após o assassinato de duas lideranças que estavam na linha de frente das retomadas, foi então iniciado o processo oficial de regularização da terra indígena Kurusu Ambá, situada na bacia identificada como Iguatemipeguá.

Duas importantes lideranças¹²⁵, dentre elas Xurite Lopes, tiveram suas vidas ceifadas pelo conflito territorial. Como visto, mortes por ocasião de disputas territoriais não são exceção. Várias outras pessoas da comunidade tiveram seus sonhos e projetos encerrados pela violência dos pretensos proprietários rurais e pela violação de direitos outorgada pelo Estado. Os 68 anos de vida da Kaiowa Xurite Lopes mostram a história de uma mulher, mãe, esposa, trabalhadora e atuante na luta pelo retorno ao território tradicional.

Cansados de esperar pelo início do processo de identificação e delimitação territorial, passo inicial para a comprovação do direito da comunidade ao território reivindicado, em 2007 um grupo de aproximadamente 40 pessoas, entre mulheres, homens, crianças e idosos, resolveu empreender uma retomada¹²⁶. A retomada foi liderada por Xurite Lopes.

Conforme relata a nota técnica¹²⁷ elaborada pela antropóloga coordenadora do Grupo Técnico instituído a partir da portaria nº 790/2008 (PRES.FUNAI), Alexandra Barbosa da Silva

¹²⁴ REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Justiça Federal da 3ª Região. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

¹²⁵ A outra liderança era Ortiz Lopes de 46 anos de idade que foi assassinado no dia 9 de julho de 2007, sobre sua morte o CIMI (2007) noticiou: “Em janeiro deste ano, Ortiz participou da retomada da fazenda Madama [...]. De lá pra cá, Ortiz havia sobrevivido a um atentado e vinha sofrendo várias ameaças de morte. Segundo as testemunhas, o assassinato foi cometido em frente à casa da vítima. <https://cimi.org.br/2007/07/26326/>. Acesso em: 4 maio 2022.

¹²⁶ FUNAI. Ofício nº 050/GAB/CRPP-MS/2001. Ponta Porã – MS, 15 de fevereiro de 2011. Autos do Processo nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

¹²⁷ NOTA TÉCNICA a respeito da ocupação tradicional indígena Kaiowa da área (*tekoha*) Kurusu Amba. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

(2014, p. 2): “Naquela data, um grupo, sob o amparo e ação de uma liderança religiosa, idosa e mulher, entrou em um espaço de onde haviam sido compelidos a sair (a fazenda de nome Madama). A iniciativa foi desbaratada com a morte dessa liderança por disparos de arma de fogo”. O disparo da arma de fogo contra Xurite Lopes teve o objetivo de calar e paralisar uma mulher Kaiowa e, concomitantemente, o movimento de luta pela demarcação de Kurussu Ambá.

Xurite, nascida no *tekoha* Kurusu Ambá, viveu diferentes experiências nesse solo. Em sua infância, pôde desfrutar com tranquilidade de todos os aspectos físicos e simbólicos do território de ocupação tradicional. Na adolescência, conheceu a perversidade dos sujeitos não indígenas que diziam ter comprado aquelas terras do governo, e, assim, com um título e uma arma de fogo na mão, expulsaram os moradores do local. Durante as outras fases de sua vida, Xurite teve de enfrentar as adversidades advindas com o distanciamento forçado do *tekoha*, sofreu em ver seus filhos e netos crescerem longe do território de origem.

Mesmo longe de seu território, Xurite foi uma importante liderança política e *nhandesi* – rezadeira – que se preparou para o exercício de tais funções e atuou em benefício da comunidade, insistiu no diálogo com as pessoas que estavam próximas ou distantes para fortalecer as práticas culturais e encorajar a luta por Kurusu Ambá.

De acordo com Schaden (1974, p. 99), a chefia política é “de base estritamente local, jurisdição que abrange todos os indivíduos da aldeia, ao passo que a religiosa é ao mesmo tempo familiar”. No contexto analisado pelo autor, os homens se tornavam rezadores somente após um longo tempo de preparação e as mulheres curadoras “Ñandesý, nossa mãe” depois de adquirirem domínio das habilidades requeridas para o exercício da função.

Xurite e outras pessoas adentraram a fazenda Madama no dia 4 de janeiro de 2007, sem que os funcionários da fazenda percebessem. Em decorrência do tempo de chuva, abrigaram-se em um galpão de alvenaria como forma de proteção e autopreservação. Dois dias depois, elas foram avistadas pelos funcionários do local, que logo questionaram o motivo de estarem ali, e, depois disso, deram início aos ataques. De acordo com a Informação Técnica nº 02/2014/AT-CRPP-FUNAI-MJ¹²⁸, os funcionários da fazenda procuraram amedrontar os Guarani e Kaiowa, disparando tiros próximo ao galpão. Ao perceberem que o grupo não cederia às ameaças, outras táticas insidiosas foram utilizadas.

¹²⁸ INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 02/2014/AT-CRPP-FUNAI-MJ. Ponta Porã – MS, 29 set. 2014. Nota técnica a respeito da ocupação tradicional indígena Kaiowa da área (*tekoha*) Kurusu Ambá. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretária da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

A violência cometida com os representantes que estavam no local para reivindicar a demarcação do seu território ocasionou grande impacto na comunidade, principalmente, pela perda de Xurite Lopes, uma respeitável liderança que teve sua vida ceifada por pessoas que sabiam da sua força e conhecimento sobre a área. Xurite Lopes foi assassinada no dia 9 de fevereiro de 2007 com um tiro no peito, vindo a falecer imediatamente¹²⁹. Sem qualquer chance de defesa, ela foi brutalmente atingida por indivíduos que tinham a intenção de matar, o tiro foi certeiro, o sofrimento provocado na comunidade também.

No dia 24 de janeiro de 2007, as filhas e os filhos de Xurite Lopes e Bernabe Pereira prestaram depoimento sobre os fatos relacionados ao homicídio de sua mãe. Dentre os depoimentos, destacamos o de Monica Pereira, que declarou¹³⁰:

Que no dia 04/01/2007, no período da manhã, a depoente, juntamente com aproximadamente mais setenta índios, entre crianças e adultos, ocuparam a fazenda Madama; Que nos dias 04, 06, 07 e 08 não houve confronto com os fazendeiros ou qualquer outro tipo de perturbação; Que no dia 05/01/07, Flávio, gerente da empresa SPERAFICO, compareceu na fazenda Madama e ofereceu um trator aos índios até o dia 15/01/07 para que eles utilizassem para buscar lenha e outros afazeres; Que existiam pessoas passando de moto em frente à área ocupada entre os dias 04 e 08/01; Que no dia 08/01/07, no período noturno, escutou tiros; Que no dia 09/01/07, por volta das 06:00h, chegou uma camionete na frente atirando e atrás um ônibus seguido de outras camionetes e carros pequenos; Que eles desceram de seus veículos, rodearam o local em que estavam os índios e começaram a atirar; Que existiam aproximadamente quarenta homens fortemente armados; Que com os tiros, os índios saíram correndo, deixando as mulheres e crianças dentro do casebre; Que quatro membros do bando adentraram o casebre efetuando disparos nos índios; Que presenciou Camilo atirando a queima roupa em sua mãe, Sulite Lopes, quando ela estava saindo correndo do casebre; Que Camilo aparenta ter aproximadamente 40 anos, 1.70m, gordo, olhos escuros, pele branca e usava bigode; Que depois, mandaram os índios embarcarem no ônibus da SPERAFICO; que este ônibus possuía uma tarja amarela escrito “ESCOLAR” com letras pretas; Que o motorista do ônibus é conhecido por “Milão”; Que Milão é motorista da SPERAFICO; Que Milão aparenta ter 40 anos, altura 1.75, gordo, usava barba e bigode, olhos azuis e pele branca; Que um paraguaio do bando informou Inocência, irmão da depoente, que sua mãe havia sido baleada e que era para pegar o corpo que estava no casebre e colocá-la no ônibus; Que dentro do ônibus existiam três paraguaios armados que os acompanharam até o desembarque que se deu na BR 289, próximo à aldeia Taquaperi; Que os índios em momento algum reagiram, porém, alguns estavam portando flechas; Que informa que reconhece o motorista do ônibus;

¹²⁹ CERTIDÃO DE ÓBITO. 2ª via. Data de ordem: 11/01/2007. Coordenação Regional FUNAI/Ponta Porã – MS. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

¹³⁰ TERMO DE DEPOIMENTO. Monica Pereira. IPL 006/07. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Que não viu nenhum fazendeiro nem policiais rodoviários estaduais presenciando o confronto, porém, viu uma viatura da PRF atrás do ônibus, escoltando-o; Que Rosana Fernanda e Locilda Pereira presenciaram quando Camilo atirou em sua mãe [...].

Pelo depoimento de Monica Pereira podemos perceber que o ataque à comunidade foi articulado. Inicialmente, os proprietários rurais e seus funcionários procuraram se aproximar da comunidade cedendo um trator para os acampados. Alguns homens da comunidade utilizaram o trator para buscar alimentos na aldeia Takuapery e na estrada se depararam com os funcionários da fazenda que já os aguardavam. A armadilha saiu como planejado, conseguiram manter o grupo afastado do acampamento até o dia seguinte para que pudessem destruir o acampamento e expulsar todos que ali estavam. O galpão em que muitos se abrigavam foi destruído, como mostra a imagem abaixo¹³¹:

Figura 28 – Galpão de alvenaria destruído em Kurussu Ambá



Fonte: MPF. Procuradoria da República no Município de Ponta Porã – MS. Imagem: Marcos Homero Ferreira Lima – Analista Pericial.

Como resultado da ação, a comunidade deixou o acampamento que compreendia uma pequena parte do extenso território de ocupação tradicional carregando o corpo da vítima Xurite Lopes, que não pôde ser enterrado no território de ocupação tradicional.

¹³¹ MPF. Procuradoria da República no Município de Ponta Porã – MS. Imagem: Marcos Homero Ferreira Lima – Analista Pericial. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Outras pessoas ficaram feridas durante o conflito, dentre elas, Valdeci Ximenes, que prestou depoimento sobre os fatos¹³²:

A vítima VALDECI XIMENES foi ouvida quando informou que estava próximo a XURETE uma vez que essa pessoa era sua sogra. Disse que quando ouviram os tiros saíram todos para fora do local onde dormiam. Disse que quando viu sua sogra levar um tiro correu para ajudá-la sendo que levou dois tiros nas pernas. Disse que portava arco e flecha, mas que não reagiu. Disse que quando saiu da cabana, XURETE rezava e levava um chocalho. Disse ter escutado o tiro sendo que quando saiu da barraca XURETE estava caída, sendo que o depoente teve tempo de ouvir ela dizer que estava morrendo por terras de seus antepassados.

Como se pode perceber, Xurite Lopes resistiu até o fim, mesmo baleada ela não se calou e continuou afirmando que aquele território era de seu povo. Por reivindicar o direito à demarcação territorial e, ao mesmo tempo, à dignidade humana, isto é, o acesso ao meio ambiente, à água, à alimentação, à educação, ao trabalho, ela foi vista como uma ameaça por aqueles que temiam a sua força.

Figura 29 – Xurite Lopes



Fonte: NEPPI/UCDB. Centro de documentação Teko Arandu. O jornal de Mato Grosso do Sul. Índia é enterrada e protesto continua. 15/01/2007.

¹³² RELATÓRIO. Inquérito Policial 06/2007 – DPF/PPA/MS. Autos do processo Autos do Processo nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380.022218725>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Xurite Lopes foi assassinada por indivíduos que adentraram o acampamento com caminhonetes e se aproximaram das pessoas acampadas, fazendo ameaças e utilizando suas armas de fogo e fogos de artifício para aterrorizar a comunidade e obrigá-los a saírem do local. Os três réus respondem por homicídio qualificado em liberdade¹³³.

No Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, de 2006 e 2007, o CIMI prestou uma homenagem a Xurite Lopes. As primeiras páginas foram dedicadas a contar um pouco de sua história e os fatos que levaram à sua morte.

Não se amedrontou diante dos pistoleiros que, fortemente armados, avançaram na direção de seu povo, no chão tradicional de Kurusu Ambá. Tomou seu mbaraká e o brandiu com mais força, na certeza de que seus algozes não matariam o seu sonho: o sonho de seu povo continuar na sua terra. Balas assassinas tiraram covardemente a vida da testemunha que nascera naquela terra. Foi jogada no corredor do ônibus que deixou os sobreviventes na beira da estrada. Ali, permaneceu por cinco dias, insepulta, enquanto na justiça dois processos tentaram liberar seu corpo para ser sepultada na terra que a viu nascer e morrer. A injustiça mais uma vez prevaleceu. Julite foi sepultada provisoriamente em terra estranha, cinco palmos abaixo da terra (CIMI, 2006-2007).

A violência cometida contra Xurite Lopes não foi encerrada com sua morte. Ao impedirem o sepultamento de seu corpo no território Kurusu Ambá, foram reforçados o desrespeito e a negação aos direitos de um coletivo que lutava pela efetivação do seu direito de ocupar o seu território de onde foi cruelmente expulso.

Referindo-se à negação do Estado em atender à reivindicação dos povos indígenas pela demarcação territorial, que é também uma demanda por dignidade humana, o Relatório do CIMI chama a atenção para a seguinte circunstância:

[...] a indignidade se revela quando o governo do Estado suspende a distribuição de cestas básicas e coloca em risco a vida de crianças desnutridas. Revela-se mais ainda quando uma senhora de 70 anos, Julite Lopes, é assassinada à queima roupa pelos tiros de um segurança da fazenda Madama, na calada da noite, quando sua comunidade foi brutalmente expulsa do acampamento de retomada de sua antiga aldeia. Está ausente nesses atos, e em todas as formas de violências e violações de direitos cometidas contra os Guarani-Kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul, a responsabilidade estatal e de todos os cidadãos brasileiros que não consideram urgente demarcar as terras reivindicadas pelos indígenas (CIMI, 2006-2007).

¹³³ RELATÓRIO. Inquérito Policial 06/2007 – DPF/PPA/MS. Autos do processo Autos do Processo nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380.022218725>. Acesso em: 23 fev. 2021.

A reivindicação pela demarcação territorial é a busca pela efetivação dos direitos previstos no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito dos povos indígenas aos seus territórios de ocupação tradicional, cabendo à União demarcá-las. Contudo, o Estado nacional não tem cumprido o seu papel, assim contribuindo para a perpetuação do desrespeito e intolerância a qualquer forma de mobilização para que o direito à demarcação seja, de fato, uma prática.

Temos, no presente momento, uma situação em que os movimentos indígenas e seus aliados reivindicam não a mudança dos direitos a eles concernentes, sejam normas internacionais, sejam normas constitucionais, mas sua aplicação e manutenção, tendo em vista os projetos anti-indígenas que tramitam no Congresso Nacional. Do outro lado, é o Estado brasileiro que, por meio de várias de suas instâncias nos três poderes, Executivo, Legislativo, e Judiciário, busca negar a efetividade do direito estatal e do internacional (Fernandes, 2018, p. 143).

Os indivíduos contrários à demarcação se aproveitam da omissão do Estado e reforçam suas práticas de negação aos modos de vida próprios dos povos indígenas, utilizando diferentes formas de violência para enfraquecer as mobilizações.

As comunidades que tentam por meio do diálogo recorrer ao poder público para reivindicar a efetivação de seus direitos, comumente não são atendidas. Diante da morosidade da União, a mobilização recorre a outras estratégias, como foi o caso da comunidade de Kurusu Ambá, que retomou uma pequena parte que compõe o extenso território tradicional na tentativa de voltar a ocupar o *tekoha* e dar visibilidade para a urgência da reivindicação feita outrora. A morosidade do Estado em atender a demanda foi apenas uma das negações à demarcação. O proprietário da fazenda Madama também se negou a dialogar e a permitir a permanência da comunidade naquele local. Tais negações causaram um cenário de violência em que pessoas ficaram feridas e duas assassinadas.

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), no dia 20 de janeiro de 2007, visitou a terra indígena Taquaperi com a finalidade de prestar solidariedade à comunidade. Na oportunidade foi elaborado o “Relatório de visita da CMS à terra indígena Taquaperi”, no qual constam alguns relatos e análises da comunidade sobre a conjuntura que ocasionou a morte de Xurite Lopes. Cilene Fernandes lembrou sobre o sentimento de tristeza por serem expulsos mais uma vez de seu território e pela última imagem do corpo de Xurite Lopes ensanguentado no chão do *tekoha*. Rosana Fernandes comentou sobre o momento que ouviu os disparos dos tiros que atingiram Xurite Lopes e afirmou que o homicídio foi premeditado, pois o proprietário rural

conhecia a vítima. As narrativas convergem no que diz respeito à importância de Xurite Lopes para o movimento de retomada. Vejamos um trecho da avaliação do relatório:

Segundo os indígenas, a indígena Xuretê era uma das pessoas que conhecia muito bem a Terra Indígena Kurussú Ambá, sendo inclusive expulsa há aproximadamente 50 anos atrás pelos fazendeiros da região. A mesma, era rezadora e mantinha um vínculo muito forte com a terra Kurussú Ambá. Relatam que sabem quem foi a pessoa que matou a indígena Xuretê Lopes, e que a motivação do crime está intimamente ligada ao fato de que Xuretê Lopes é “arquivo vivo” da história de expulsão do povo Kaiowá Guarani de sua terra Kurussú Ambá, e seria fundamental para a realização da identificação e demarcação da terra indígena¹³⁴.

Nos depoimentos registrados no relatório, fica evidente que Xurite Lopes era respeitada e reconhecida enquanto liderança política, seu protagonismo foi ressaltado a partir da motivação e mobilização pela retomada de Kurussu Ambá. Sobre o movimento em prol do solo, Pedon, Monteiro e Motter (2018, p. 122) enfatizam que “[o] espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação, assim, este espaço é formado por seus participantes, líderes e mediadores, enfim, sujeitos da ação política que têm na sua territorialidade a legitimação de sua ação”.

O agenciamento coletivo possui uma subjetividade inerente ao meio e às pessoas nele envolvidos, que se unem pelo sentimento de pertencimento comunitário e étnico. Os agentes individuais, por meio de uma rede de solidariedade e através de uma política de alianças, centralizam suas forças para empreender uma luta com características específicas. Xurite não só conseguiu mobilizar um significativo número de pessoas na retomada efetivada em 2007, como também retomou as esperanças da comunidade de conseguir retomar a vida no território de ocupação tradicional.

A violência utilizada para amedrontar a comunidade não foi suficiente para impedir a reivindicação pela demarcação territorial. Nos anos seguintes, foram realizadas outras tentativas de retomar Kurussú Ambá, todas elas duramente reprimidas. A última delas ocorreu no ano de 2009. Mesmo sob forte pressão dos pretensos proprietários rurais, a comunidade conseguiu permanecer em um pequeno fragmento do território por força de decisão liminar e permanece até o momento aguardando a conclusão do processo demarcatório. O relatório de estudos de Kurussu Ambá, que faz parte da bacia identificada como Iguatemipeguá, constituído pela Portaria Funai/PRES nº 790PO08, deveria ter sido publicado pela Funai em 2010, segundo

¹³⁴ RELATÓRIO da Visita da CMS à Terra Indígena Taquaperi. Coordenação dos Movimentos Sociais. Solidariedade do Povo Kaiowá Guarani da Terra Indígena Kurussú Ambá. Anexo do Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2007¹³⁵. No entanto, o relatório foi entregue pelo Grupo Técnico (GT) somente em dezembro de 2012, e ainda aguarda aprovação da Funai de Brasília.

Kurussu Ambá foi o território escolhido para a realização da 5ª *Aty Kuña*, a Grande Assembleia das Mulheres Guarani Kaiowá, realizada em 2017. A escolha do local levou em consideração o histórico de luta da comunidade. Na oportunidade, as Guarani e Kaiowa denunciaram a impunidade dos crimes cometidos contra seu povo e exigiram a efetivação dos seus direitos territoriais¹³⁶.

Saulo Cassimiro e Luiz Henrique Eloy Amado (2013, p. 66), por meio de entrevistas realizadas com crianças e adolescentes da comunidade Kurussu Ambá, mostraram que o quadro de violência é recorrente no acampamento, os proprietários rurais não aceitam a presença dos Guarani e Kaiowa nas terras que consideram ser suas propriedades privadas e, por isso, invioláveis. Assim, “[o] objetivo desses agentes geralmente é o de atingir as lideranças, ou seja, os indígenas que fortalecem e lideram os grupos” (Cassimiro, Amado, 2013, p. 66). Xurite Lopes foi uma das lideranças punidas por estar à frente do movimento que questiona não só a origem desse solo, como também o direito de estabelecer sua territorialidade e manifestar o conjunto de valores Guarani e Kaiowa. Por isso, é lembrada por mulheres e homens Guarani Kaiowa como símbolo de resistência. Diante desse cenário, as relações entre diferentes indivíduos sociopolíticos alteraram-se.

O breve levantamento de informações aqui apresentado sobre o assassinato de Xurite Lopes nos permite afirmar que sua luta pela demarcação do *tekoha* Kurussu Ambá não foi encerrada. Mesmo com sua morte, a comunidade seguiu os seus exemplos de perseverança e resistência para intervir contra a violação dos direitos territoriais dos povos indígenas.

4.2 VERÔNICA MARTINS VERON

O movimento reivindicatório em prol de um extenso território situado na região sul do estado de Mato Grosso do Sul conta com o ativismo de Verônica Martins Veron, uma senhora de 61 anos, que desde sua juventude empreende esforços para ter de volta o seu *tekoha*.

¹³⁵ MPF. Procuradoria da República no Município de Ponta Porã – MS, 2014. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

¹³⁶ KUÑANGUE ATY GUASU. V Kuñangue Aty Guasu Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani 18 a 22 de setembro de 2017. Documento final. Disponível em: <https://gitpa.org/web/170917%20CR%20Aty%20Guasu%20femmes.pdf>

Verônica, em sua imensa generosidade, não concedeu apenas entrevistas para esta pesquisa, como também nos convidou para conhecer o seu cotidiano no acampamento de retomada denominado Kurupi de Santiago Kue, localizado nas proximidades do perímetro urbano de Naviraí – MS.¹³⁷

A história de vida de Verônica está estritamente entrelaçada com a história do movimento de reivindicação pela demarcação de Kurupi de Santiago Kue. Verônica nasceu nesse território e, muito jovem, viu seu solo ser invadido e expropriado por pessoas que disseram ser proprietárias das terras ocupadas por várias famílias Guarani e Kaiowa.

Semelhante aos casos de colonização/invasão em terras indígenas ocorridos em meados do século XX, a região de Naviraí recebeu as primeiras delimitações de fronteiras por meio das empresas colonizadoras, uma delas foi Vera Cruz – Mato Grosso Ltda, como mostra Gonçalves (2015, p. 15). Grande parte dos compradores dessas terras era do estado de São Paulo e logo trataram de colocar cercas e explorar os recursos naturais que a região oferecia, com isso, iniciou-se o processo de expropriação. As ocupações das frentes de exploração advindas com as colonizadoras e, em seguida, com os pecuaristas e agricultores provocaram muitas modificações na vida da comunidade Guarani e Kaiowa de Kurupi de Santiago Kue.

Os compradores das terras desse território fragmentaram e venderam essas terras para outros interessados. Com isso, a comunidade viu seu *tekoha* ser invadido por sujeitos que utilizaram armas de fogo para legitimar suas afirmações de que a partir de então aquelas terras eram fazendas, isto é, propriedades privadas que não poderiam ser violadas. Mesmo resistindo, a comunidade aos poucos foi sendo retirada de seu território. Sobre as diferentes formas de resistência, Verônica conta que, diante das difíceis circunstâncias, ainda criança, começou a trabalhar na casa dos pretensos fazendeiros, essa era uma maneira de poder continuar vivendo em seu *tekoha*. Assim como ela, muitas pessoas de sua comunidade tentaram se manter nos fundos das fazendas, mas a expulsão foi inevitável (Santos, 2019, p. 73).

Com a expulsão de toda a comunidade, muitos Guarani e Kaiowa de Kurupi de Santiago Kue se dispersaram por outras regiões, alguns foram encaminhados pela FUNAI para a reserva indígena de Dourados – MS, aldeia Jaguapiru, como o caso de Verônica, onde permaneceu por aproximadamente duas décadas. Assim como ela, os demais integrantes do grupo nunca aceitaram o distanciamento forçado do território de ocupação tradicional.

¹³⁷ As entrevistas foram realizadas *in loco* do acampamento Kurupi de Santiago Kue em diferentes períodos do ano de 2021, sendo observadas as orientações de biossegurança para prevenção da Covid-19.

Verônica, ao falar sobre as tentativas da comunidade em retornar para o *tekoha*, lembrou de momentos de quando era criança e viu muitas mulheres e homens empreendendo esforços para voltar de onde haviam sido expulsos. Uma dessas pessoas foi Maria Kurupi, uma liderança religiosa e política que muito lutou contra a expropriação e pelo retorno ao solo sagrado. Em suas palavras: “Ela faleceu já faz muitos anos. Ela foi despejada para Caarapó, mas de lá vieram a pé tudo de novo, não adianta, índio volta tudo” (Verônica Martins Veron, 7/5/2021). De acordo com Verônica, Maria Kurupi foi uma das mulheres que trabalhou em prol da comunidade, por isso, após sua morte, passaram a chamar o acampamento de Kurupi em sua homenagem.

Verônica conta que sua mãe, dona Gregória Lopes, também foi uma liderança política e rezadeira, que nasceu em Santiago Kue, onde viveu boa parte de sua vida e de lá só saiu em razão da expulsão. Gregória faleceu no ano de 2016 sem ver o seu território de ocupação tradicional demarcado e, por isso, não pôde ser enterrada junto aos seus antepassados.

Chama a atenção o fato de que essas mulheres, além de serem rezadeiras, também desempenhavam papéis políticos em suas comunidades. Estabelecida em berços culturais próprios, mas não imutáveis, a política Guarani e Kaiowa transita por arenas que permitem o diálogo com outras dimensões sociais. A partir de estudos etnográficos realizados por Cariaga e Seraguza (2018, p. 186), sabemos hoje que:

A cosmopolítica entre os e as Kaiowá e Guarani é atravessada pelas rezas e cantos dos ñanderu e ñandesy (rezador e rezadora, ou xamãs). As suas lutas são acompanhadas pelas rezas e cantos que são entoadas numa negociação cósmica, visam à alegria, e está conectada com o teko porã, o bom modo de ser kaiowá e guarani, que depende exclusivamente de poder viver em suas terras ancestrais (Seraguza, 2013). O conceito de teko porã aponta para os modos como as relações entre os modos de vida das pessoas estão diretamente associados com questões que dizem respeito à mitologia, cosmologia e xamanismo (Cariaga; Seraguza, 2018, p. 186).

As rezas, os cantos, as danças possibilitam o *teko katu* (bom modo de viver)¹³⁸ que só é possível no *tekoha*. A partir de suas pesquisas na comunidade Panambizinho, localizada em Dourados – MS, Chamorro (2017, p. 125-129) elenca algumas práticas religiosas que ocorrem no cotidiano Kaiowá, são elas: *Potyrõ*; *Guachire*; Batismo dos alimentos; Nomação de crianças; Iniciação da menina; Casamento; Rituais relativos à maternidade, à paternidade e ao nascimento; *Jejahu*; Bênção; Ritual de cura; Cerimônias fúnebres. Cabe frisar que essas práticas

¹³⁸ Cumpre lembrar que “Esse *teko katu*, ‘bom modo de viver’, e suas variantes *teko porã* ‘bom modo de ser’ e *teko marãngatu* ‘modo de ser virtuoso’ são marcadores constantes da identidade tradicional do grupo diante da sociedade circundante” (Chamorro, 2017, p. 113).

tradicionais também passaram por modificações de caráter operacional, nem todas são praticadas da mesma forma ou com a mesma constância em outros territórios.

No caso dos acampamentos, há uma grande dificuldade em empreender celebrações religiosas, o que se justifica pela falta de espaço, segurança, recursos materiais, dentre outros elementos imprescindíveis para sua viabilização. Mesmo diante das dificuldades, Verônica empenha esforços para possibilitar momentos de conexão com os fenômenos sagrados, como observado por ela:

Tinha casa de reza aqui, mas queimaram. Agora a gente tá [*sic*] querendo fazer de sapé ou pindó que tem bastante na mata. Eu faço batismo de criança. Você tem que colocar o nome dela em Guarani. Ela é menina, o nome dela deve ser em guarani e em português ela tem também. No sonho que mostra o nome dela em Guarani. Menino a mesma coisa (Verônica Martins Veron, 10/8/2021).

Mesmo que o acampamento ocupe apenas uma pequena parte do território, é nesse espaço que a comunidade mantém a conexão com os elementos materiais e imateriais que formam o *tekoha*, que é o “[l]ugar onde se vive e o conjunto de meios que possibilitam a vida” (Chamorro, 2015, p. 226).

A categoria política dos povos Guarani e Kaiowa é própria às suas tradições e costumes, e, por isso, existe a necessidade de observá-la considerando-se seus nexos internos e mudanças nas dinâmicas culturais internas. Tais mudanças na organização social associadas às interferências externas suscitadas pelo contato interétnico com os não indígenas levam ao deslocamento da fronteira entre política interna e externa.

A maneira como as questões políticas são tratadas internamente em cada comunidade segue uma dinâmica própria, determinada por fatores internos e externos, tais como: o conjunto de tradições e fatores cósmicos, a articulação dos agentes sociais responsáveis pela medição política, os diálogos e negociações com o governo e atores da sociedade civil. Nesse sentido, a atuação política é resultado de uma construção social coletiva.

Com a saída forçada de Kurupi de Santiago Kue, Verônica, ainda adolescente, procurou aprender com sua mãe e com outras mulheres e homens os ensinamentos tradicionais. Aliado a isso, ela compartilhou suas experiências com base na convivência com os não indígenas. Mesmo sendo apenas uma criança, responsável por afazeres domésticos e por cuidar de outras crianças, Verônica era atenta ao que ouvia e avistava, e foi assim que aprendeu a falar português e passou a compreender alguns aspectos da lógica capitalista.

Verônica cresceu, casou-se, teve filhos e acompanhou seus parentes na luta pela retomada de seu território. A primeira retomada em que a comunidade conseguiu estabelecer um acampamento, mesmo que temporário, ocorreu no ano de 2001. O movimento foi liderado por Egídio. A retomada mobilizou muitas pessoas, que entraram em uma das propriedades que compreendem Santiago Kue para reivindicarem a demarcação. Contudo, a retomada durou poucos dias, logo o grupo foi reprimido e obrigado a se retirar do local. A segunda retomada ocorreu em 2004 e foi liderada por Fernando; teve o mesmo desfecho. Verônica participou das duas retomadas, levando nos braços seus filhos ainda pequenos na esperança de vê-los crescer no território em que seus antepassados viveram (Santos, 2019, p. 84-97).

Cansada de viver em outros solos, no ano de 2005, Verônica promoveu um movimento de retomada, contou com o apoio de alguns parentes e juntos entraram em uma pequena porção de terra. O movimento incluía a participação de outras mulheres, dentre elas a senhora Fidélia dos Santos, que também participou das retomadas anteriores. A comunidade foi expulsa do local, mas conseguiu se deslocar para outra parte do *tekoha*. Verônica, com o apoio de seu falecido esposo Ivo Martins¹³⁹, buscou a ajuda do MPF com o objetivo de manifestar a necessidade de que ambos fossem vistos pelas autoridades. Em uma de suas solicitações, o órgão registrou:

[...] A Sra. Verônica Martins explica que a chegada ao local onde estão se deu após a tentativa de entrada na Fazenda Kurupi, que é terra tradicional indígena, mas que foram dali retirados por gente daquela fazenda; Que hoje estão num local em que os índios chamam Kurupa'i Voka, que também é terra indígena e que faz parte do total reivindicado pelos Índigenas Guarani.¹⁴⁰

A permanência em Kurupa'i Voka foi curta, mais uma vez foram expulsos, contudo o grupo não desistiu e retomou outra extremidade do território, que eles chamam de ponta do *tekoha*, local que permanecem até a contemporaneidade. Verônica diz conhecer todo o território de ocupação tradicional que é bem maior do que o pequeno espaço que a comunidade ocupa. Em suas palavras:

Eu não tenho estudo, mas eu sou bem ensinada. Um policial chegou e falou pra mim “dona Verônica esse aqui não é seu lugar”, eu falei: é, porque eu falo que é meu lugar. A terra, o dono dela mesmo está lá (apontou pro céu), quando Jesus Cristo a criou, ele já fez a terra pra nós e todo mundo trabalhar, nem sua

¹³⁹ Verônica conheceu seu esposo Ivo Martins, da etnia Guarani na aldeia Jaguapiru situada em Dourados – MS. Ivo não só acompanhou a luta de sua esposa como também apoiou o movimento de retomada de Kurupi de Santiago Kue.

¹⁴⁰ MPF – Procuradoria da República de Dourados. Despacho Inaugural de Procedimento Administrativo Cível. MPF PRM/Dourados/MS 1.21.001.000389/2004-30. Fls. 99.

e nem minha é a terra. Eu sou uma índia, eu entro onde eu conheço, onde eu não conheço, eu não entro. Porque ali eu conheço onde eu já pesquei, onde eu andei, onde eu fiz fogo, onde eu assei peixinho, ali eu entro, não adianta os fazendeiros falar ela entrou ali, não. Eu conheço eu falei pra ele, essa reta aqui eu conheço, se o senhor quiser me acompanhar me acompanhe, onde eu pesquei eu vou te mostrar, onde assei carne vou te mostrar, onde eu cortei Capim de enxada, nós vamos passando, só que é longe, vai ser um tipo de invasão mesmo (Verônica Martins Veron, 07/05/2021).

Desde a morte de seu esposo, Verônica lidera sozinha o movimento de retomada de Kurupi de Santiago Kue. O acampamento conta hoje com aproximadamente 70 pessoas, a maioria dos integrantes são familiares de Verônica. Cabe destacar a existência de outro acampamento situado próximo ao assentamento juncal, que também reivindica a demarcação de Santiago Kue, que é um *tekoha guasu* (área que abrange um conjunto de *tekoha* aliados que formam um grande território).

Santiago Kue foi inserido no processo administrativo de identificação e delimitação da terra indígena Dourados-Amambaiegua II nº 08620.076827/2015-93 que ainda tramita perante a FUNAI. No referido processo foram anexadas cartas escritas pela comunidade em diferentes contextos históricos. No final das cartas, constam algumas assinaturas das pessoas envolvidas na elaboração do documento, e é possível visualizar que não há nenhuma assinatura de Verônica, somente de seus filhos. Isso se explica pelo motivo de que ela é analfabeta e não teve a oportunidade de registrar sua digital na lista.

Mesmo não sabendo ler e escrever, Verônica consegue viabilizar medidas que possibilitam a permanência no território reivindicado. Uma das primeiras ações desde a retomada liderada por ela e seu falecido esposo foi a busca por atendimento médico à comunidade. Como podemos ver no Relatório do MPF¹⁴¹:

RELATO DE VISITAÇÃO INDÍGENA À PRMS/DOURADOS

No dia 01 de junho de 2005, este Edifício –Sede da Procuradoria da República foi visitado pelos indígenas Guarani Ñandeva Ivo Martins Tupain e Verônica Vera. Foram esses indígenas que motivaram a visita do analista pericial subscritor à Terra Indígena Santiago Kue, no Município de Naviraí – MS, nos dias 18 e 19.09.2004. Subsequente à referida visita, este Órgão Ministerial oficiou, junto à FUNASA, com vistas a providenciar o atendimento de saúde de três comunidades, Santiago Kue e duas outras situadas em localidades diferentes – UCB e Nova Esperança, todas elas unidas por laço de parentesco. Inicialmente, aquela Fundação Nacional de Saúde alegou, por duas ocasiões, impossibilidade do atendimento, justificando, para tal, o fato dessas comunidades mencionadas não serem aldeias reconhecidas pela Funai. Esta Procuradoria acabou fixando o dia 14 de março de 2004 como prazo final para

¹⁴¹ MPF. Relatório de Visitação Indígena à Procuradoria da República em Dourados. (Arquivo da Procuradoria da República de Dourados – MS – Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000401/2004 –14).

que as comunidades fossem visitadas, sob pena de ajuizamento de Ação Civil Pública, sem o prejuízo de outras sanções penais. No dia 16.03.2005, foi protocolado na secretaria desta Procuradoria o ofício 189/GAB/COREMS/FUNASA que encaminhou o relatório de visita técnica realizado em Naviraí, entre os dias 07 e 11 de março do corrente. No relatório, constavam fotos que comprovavam a visita da equipe à área, bem como o comprometimento de um pronto atendimento.

Além de buscar apoio das instituições governamentais para viabilização de serviços como saúde, educação e alimentação, Verônica também procura motivar a permanência de todos na luta, pois segundo ela é importante que o número de pessoas não diminua, e isso só é possível com diálogos e negociações entre a comunidade. Indagada se o ofício de liderança de acampamento é difícil, ela respondeu:

Ser liderança é difícil. Por que o índio hoje tá [*sic*] na cidade? Porque é o próprio capitão que massacra os indígenas nas aldeias. Eles, em vez de corrigir, expulsa. Não pode expulsar o indígena. Tem que chegar e conversar com eles, se vai sossegar. A gente conversa, se eles quiserem entender entendem (Verônica Martins Veron, 10/08/2021).

A seguir, podemos ver a imagem de Verônica na entrada do acampamento Kurupi.

Figura 30 – Verônica Martins Veron



Fonte: Foto: Junia Fior Santos (2021). Acervo pessoal.

Devido às dificuldades econômicas, muitas pessoas que estão no acampamento trabalham como diaristas nas fazendas vizinhas, inclusive Verônica. A falta de espaço para o plantio é apontada como uma das maiores dificuldades para garantia da subsistência. Verônica

reforça que: “[e]ssa terra é de nós tudo. É pra nós tudo trabalhar. A gente tá lutando por um pedacinho de terra [sic]” (Verônica Martins Veron, 10/8/2021).

A partir das entrevistas com Verônica, é possível entender que sua comunidade é unida politicamente por meio do processo de luta pelo território. Ao analisarmos o processo histórico de luta pela permanência em Kurupi Santiago Kue, podemos notar que esse coletivo sempre se mobilizou para garantir seus espaços, agindo por meio da luta política junto a outras comunidades Guarani e Kaiowa e com agentes e instituições da sociedade envolvente, como forma de obter diálogo na defesa de seus direitos.

Verônica empenha esforços no diálogo com as instituições governamentais e não governamentais na busca de melhorias na condição de vida dos Guarani e Kaiowa. No acampamento, as moradias são precárias. Um exemplo de precariedade é o fato de que até o início de 2022 ninguém tinha água potável e nem luz elétrica, o que dificultava ainda mais a situação dos moradores, que dependiam da água do Rio Tejuí e de lamparinas para clarear a escuridão da noite. De acordo com Verônica, a prefeita esteve no acampamento no início do ano de 2021 e foi informada pela liderança das dificuldades enfrentadas sem o acesso a água potável e energia elétrica. Em suas palavras, “[e]la veio, a primeira vez veio ela, a segunda veio a secretária dela. Ela vai mandar cavar poço artesiano pra [sic] encantar água. Porque a água é muito difícil, eu mesma, estou puxando lá de baixo” (Verônica Martins Veron, 7/5/2021). Meses depois foi iniciada a instalação de um poço artesiano e inserido um padrão de energia, atendendo parte da comunidade.

Além das dificuldades apresentadas pela falta de espaço e recursos, o clima de hostilidade e insegurança no acampamento torna a vida dos Guarani e Kaiowa ainda mais difícil. Nas palavras de Verônica:

Estão ameaçando todo mundo aqui. Tem hora que a gente dorme bem, tem hora que a gente não dorme, não pode descuidar, porque não é área demarcada definitivo, mesmo que parece que está tudo na paz, mas a gente não pode descuidar, a gente tem que ficar esperto né. [...] Tem alguém que fica rodeando. [...] Não. A gente não sabe de qual fazenda que é, tem muita fazenda dentro da área. Não posso falar que é daqui. Agora se a gente pegar pelo menos um. A gente tem que perguntar de que fazenda é. Aí a gente vai fazer a denúncia (Verônica Martins Veron, 10/8/2021).

Além de resolver os conflitos com os agentes externos, Verônica também intermedeia discussões, a fim de solucionar os problemas internos, como casos de discussões e agressões físicas. Questionada se a comunidade respeita suas intervenções, ela respondeu:

Sim. Eu converso com eles mesmo. Esses dias tinha uma senhora, a sogra do [...] estava dando dor de cabeça. O marido dela judia dela. Eu fui lá e falei pra ele que não pode judiar dela, ela é uma senhora idosa, falei pra ele tomar cuidado com a Lei Maria da Penha (Verônica Martins Veron, 10/8/2021).

A mobilização das mulheres Guarani e Kaiowa em prol de seus direitos enquanto mulheres se constitui de forma coletiva. A luta pelo respeito, pelo fim da violência contra os direitos humanos das mulheres não está dissociada das reivindicações coletivas, o que inclui o direito ao território.

Portanto, ao se buscar fazer um paralelo acerca da atuação do movimento feminista e o movimento das mulheres indígenas no Brasil, verificam-se as limitações do primeiro por abranger as esferas dos direitos e liberdades individuais, ainda que abarque os direitos civis e políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais (relações de trabalho, por exemplo), está longe de compreender os direitos coletivos específicos dos povos. Os direitos socioambientais lançam algumas luzes sobre essa compreensão, pois as reivindicações das mulheres indígenas contra a opressão (patriarcal) têm se mostrado indissociáveis das lutas por seus direitos territoriais, direitos de existência na diversidade e de livre determinação enquanto pertencentes a povos indígenas (Yoshida; Sousa; Silva, 2021, p. 147).

Verônica explica que, em virtude da falta de espaço, os integrantes do grupo são obrigados a construir suas casas muito próximas umas das outras, e, com isso, é inevitável a ocorrência de desentendimentos. Além disso, a falta de segurança promove a falsa sensação de impunidade (Verônica Martins Veron, 10/8/2021). Mesmo com essas adversidades, a comunidade se mantém unida pela demarcação do *tekoha*, que pode proporcionar espaço para todos terem suas próprias roças, áreas de lazer, postos de saúde, escolas, núcleos de prevenção à violência, dentre outros espaços.

Quando o assunto envolve demarcação territorial, as divergências políticas externas sobrepõem as divergências internas, pois as comunidades reconhecem que este tema é de interesse coletivo dos povos Guarani e Kaiowa e, por isso, é possível perceber a grande mobilização em prol da luta pela demarcação dos territórios de ocupação tradicional.

No mês de agosto do ano 2021, Verônica, juntamente com representantes do acampamento indígena Teko-Ava situado no perímetro urbano de Naviraí, se deslocou de ônibus para Brasília, a fim de participar do “Acampamento Luta pela Vida”, evento que reuniu diversas delegações indígenas de todas as regiões do País. O movimento foi organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e que organizou o “Manifesto Luta pela Vida”, no qual enfatizou:

A nossa luta não é apenas para preservar a vida dos nossos povos mas da humanidade inteira, hoje gravemente ameaçada pela política de extermínio e devastação da Mãe Natureza promovida pelas elites econômicas [...]. Hoje, essa é a maior mobilização na história dos povos originários, na Capital Federal, e reforça nosso grito: Nossa história não começa, em 1988!¹⁴²

Verônica diz não gostar de sair do *tekoha* por medo que aconteça alguma represália em sua ausência, mas em alguns momentos é necessário estar junto de outros coletivos para fortalecer o movimento socioterritorial. Quando questionada sobre sua participação na Kuñangue Aty Guasu, ela responde: “[n]ão, eu nunca fui [...]. A dona Elen que tava aqui com nós que gostava de Aty Kunã. Você vai lá na reunião deles, tem alguns que já é bom em estudo, mas pra levantar a área deles talvez não tem miolo [*sic*]” (Verônica Martins Veron, 2/2/2021). Pelas palavras de Verônica é possível perceber que, mesmo não participando, a liderança procura se inteirar sobre as discussões e decisões do movimento.

Em virtude da sua idade já avançada, Verônica tem dificuldades para se deslocar com frequência para a cidade de Dourados em busca do auxílio da FUNAI, para isso conta com a ajuda do filho mais velho que apresenta as demandas da comunidade para os servidores do órgão.

Com a ajuda do seu filho Valdir e a contribuição da comunidade, Verônica lidera o movimento de retomada há mais de duas décadas. Devido à longa espera pela efetivação da demarcação territorial e os constantes retrocessos no reconhecimento de seus direitos, o grupo tem se mobilizado para ocupar outros pontos do *tekoha*. Uma dessas tentativas ocorreu no mês de junho de 2022. Conforme informações do CIMI¹⁴³: “[o]s indígenas contam que a motivação da retomada ocorreu em razão das diversas ameaças que os indígenas voltaram a sofrer por parte dos fazendeiros da região e ao adiamento do RE. 1.017.365”. O movimento foi duramente reprimido por funcionários da fazenda Tejuí e agentes da polícia militar que agiram rapidamente para impedir a ocupação da sede da fazenda. Em razão das ameaças e perseguições que continuaram depois da ação da comunidade, a *Aty Guasu* publicou uma nota alertando sobre o risco iminente de ações violentas contra os moradores do acampamento.

¹⁴² APIB. Acampamento Luta pela Vida. Primavera Indígena: mobilização permanente pela vida e democracia. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/28/primavera-indigena-mobilizacao-permanente-pela-vida-e-democracia/>

¹⁴³ CIMI. Mesmo sob pressão de policiais e fazendeiros, indígenas Guarani e Kaiowá resistem e retomam seus territórios ancestrais. 01/07/2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/07/mesmo-sob-pressao-de-policiais-e-fazendeiros-indigenas-guarani-e-kaiowa-resistem-e-retomam-seus-territorios-ancestrais/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

Figura 31 – Nota de alerta Aty Guasu



ALERTA

A Grande Assembleia da Aty Guasu Guarani Kaiowá vem a público alertar que o TEKOKHA KURUPI, localizado no município de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, Brasil, na quinta-feira, dia 30 de junho de 2022, no período matutino, passou a receber intimidações terroristas, com carros rondando a região. A Grande Assembleia da Aty Guasu Kaiowá alerta para evidências de ataques iminentes que possam acontecer na região do Tekoha Kurupi.



Fica registrado aqui, que uma parte da família de Marcos Veron (também vítima desta luta), se encontra no Tekoha Kurupi. Verônica Veron (imagem ao lado), irmã de Marcos Veron, neste momento, encontra-se na linha de frente destes acontecimentos.

Após a grande tragédia do Massacre de Guapo'y, que aconteceu na sexta-feira, dia 24 de junho de 2022, no território Tekoha Gwapo'y Mi Tujury, em Amambai, Mato Grosso do Sul, todas as aldeias da grande região sul de ocupação estão em **alertas**, assim como toda a população originária segue de **luto e temerosa** por mais tragédias.

Solicitamos que todos os parentes, amigos e apoiadores, que olhem por nós. Solicitamos que respeitem nosso **luto** e nosso território neste momento.

30 de junho de 2022
Aty Guasu Kaiowa Guarani

Fonte: ATY GUASU KAIOWA GUARANI. Nota de alerta. Disponível em: www.instagram.com/atyguasu. Acesso em: 2 jun. 2022.

Como podemos observar, o documento destaca que Verônica se encontra na linha de frente do movimento de luta pela demarcação do território tradicional, o que evidencia não só a coragem, mas a persistência de uma Kaiowa em lutar pela existência étnica de seu povo.

Durante conversas informais¹⁴⁴ com Verônica, ela relatou que o clima de tensão é constante no acampamento, a vigilância e as ameaças aumentaram, o que dificulta o avanço da retomada. Mesmo diante do risco iminente de novos confrontos, a comunidade tem ampliado seu espaço de circulação, construindo mais casas e ampliando suas áreas de plantações.

A atuação de Verônica enquanto liderança não se apresenta como uma terceira ou quarta jornada de trabalho em relação a seus parceiros de luta; pelo contrário, a sua dedicação exclusiva aos assuntos políticos da comunidade mostra que ela se posiciona enquanto protagonista. Nos momentos em que pude acompanhá-la¹⁴⁵ na luta pela demarcação territorial, sempre foi ela que respondeu pela comunidade, assumindo o ônus e o bônus do ofício de liderança.

¹⁴⁴ No dia 18 de julho de 2022 estive no acampamento para visitar a comunidade que passava por momentos difíceis, o estado de tensão não permitiu a realização de entrevistas, mas oportunizou outros aprendizados a respeito dos efeitos nefastos que a morosidade no processo de demarcação provoca na vida dos povos Guarani e Kaiowa.

¹⁴⁵ Tive a oportunidade de conhecer Verônica em 2016, desde então, tenho acompanhado alguns acontecimentos que marcam sua trajetória de luta pela demarcação territorial de Kurupi de Santiago Kue.

De tal forma, a história de vida de Verônica está estritamente ligada a diferentes vivências no território de ocupação tradicional, ora como local de calma, fartura, encantamento, ora como solo sobrecarregado de conflitos. Apesar das dificuldades, Verônica considera Kurupi o melhor lugar para estar e é por esse território que ela lidera o movimento de retomada há mais de duas décadas.

4.3 LEILA ROCHA

Ao elencar trajetórias de mulheres Guarani e Kaiowa que atuaram e ainda atuam em prol do *tekoha*, resistindo às antigas e novas adversidades, não podemos deixar de destacar o nome de Leila Rocha, de 62 anos de idade, da etnia Guarani Nhandeva, conhecida nacional e internacionalmente pelo seu protagonismo enquanto liderança. Há décadas, ela corre risco de morte na luta desigual contra proprietários rurais que desrespeitam os direitos indígenas.

Leila é mãe, viúva e ativista dos direitos indígenas, atua em diferentes frentes denunciando as atrocidades cometidas contra os povos indígenas brasileiros. Ela se reconhece enquanto uma guerreira que luta junto com seu povo, estando nem à frente e nem atrás, mas ao lado de seus parentes. Cresceu e conviveu com diferentes tipos de violência, o que a fez aprender na prática que resistir é uma necessidade de sobrevivência étnica.

Por muitos anos, Leila morou em Porto Lindo, porém nunca aceitou ficar distante do solo em que nasceu. Assim, junto com sua comunidade, luta pela demarcação de seu *tekoha*. Depois de um longo período de mobilização pela demarcação de seu território, em 2003 a comunidade empreendeu a primeira grande retomada do território Yvy Katu, a qual foi duramente atacada pelos pretensos proprietários rurais que contaram com a contribuição da mídia para justificar os ataques contra a retomada (Colman, 2007, p. 71-73). Mesmo sendo expulsos novamente, a comunidade não desistiu de reivindicar seus direitos. Em 2013, aconteceu uma nova retomada, a comunidade conseguiu ocupar uma parte do espaço territorial, que compreende a área reivindicada em que permanecem hodiernamente.

Cabe destacar que a reivindicação pela demarcação territorial data de períodos anteriores às retomadas, que por sua vez são estratégias mobilizacionais para expressar a urgência de se concluir o processo. A ação se fez necessária diante da morosidade na efetivação do direito previsto no Art. 231 da Constituição Federal de 1988. Como esclarecido por Leila Rocha: “[t]entamos de tudo para ficar em paz na nossa terra. Eu mesma já caminhei em vários

lugares do governo, justiça, para ver se sai resultado da terra, mas o que nos restou foram as retomadas” (Porantim, 2017)¹⁴⁶.

A retomada Yvy Katu Potrerito, localizada no município de Japorã – MS, fronteira com o Paraguai, atualmente é liderada por Leila Rocha, que junto com seus parentes luta para que esse solo seja demarcado. Potrerito faz parte do *tekoha guasu* – grande território Yvy Katu. Leila explica que “ali cada *tekoha* tem o seu nome, mas como sou representante geral, quando eu vou pra fora, eu falo de modo geral e não só por um, Yvy Katu é um só” (Leila Rocha, 24/11/2022).

Acompanhando o contexto histórico de expropriação territorial desencadeado em Mato Grosso do Sul, essa comunidade foi expulsa de forma violenta de seu território de ocupação tradicional, processo iniciado na primeira metade do século XX e intensificado a partir de 1950 por sujeitos que investiram na exploração de erva-mate; depois, de madeira e outros recursos naturais.

Destarte, no caso da comunidade de Yvy Katu, “[a] interrupção da posse da terra não se deu por livre e espontânea vontade dos índios em deixarem aquela área, mas sim pela pressão para que deixassem o local ou mesmo pela remoção forçada por parte daqueles que se tornaram proprietários das terras” (Barros, 2014, n.p.). As famílias que foram expulsas de seu *tekoha* foram direcionadas para a reserva Porto Lindo, nem todos aceitaram viver no pequeno espaço de terra e se dispersaram para outros solos, e muitos empreenderam ações na tentativa de retornar ao território de ocupação tradicional.

Mesmo sendo forçados a se retirar de seus locais de ocupação tradicional para a área reservada de Porto Lindo, os Guaraní continuaram ocupando esses locais através de diferentes formas (caçando, coletando, pescando etc., vendendo sua força de trabalho nas propriedades que ali se instalaram etc.). E, justamente quando não foi mais possível manter-se neles, ainda que através de interstícios, o movimento para sua retomada tem início (Barros, 2014, n.p.).

Conforme estudos que partiram de perícia antropológica realizados por Barros (2014, n.p.), a reserva Porto Lindo foi demarcada pelo SPI com uma extensão territorial muito inferior a área demandada pela comunidade, sua homologação ocorreu em 1991, no entanto, anos depois, foi necessária a realização de estudos para revisão dos limites territoriais demarcados,

¹⁴⁶ PERIÓDICOS PORANTIM. Parecer da AGU provoca onda de despejos, morte e desesperança para indígenas Guaraní Kaiowá e Terena. Periódicos\Porantim\2017\XXXIX nº 401_dez-2017 (1). Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=19808>. Acesso em: 18 ago. 2023.

com isso houve a identificação e delimitação de Yvy Katu, que foi integrada ao grande *tekoha* pela portaria nº 1289, de 04 de julho de 2005.

A demarcação ainda não foi concluída, o processo já foi submetido à apreciação do Ministro da Justiça que determinou a demarcação física, porém o processo administrativo está paralisado devido aos processos judiciais movidos pelos pretensos proprietários rurais contra a FUNAI, o que prejudica o reconhecimento legal e a ocupação física da comunidade que se encontra em situação de acampados no solo que já foi declarado como terra indígena.

Em entrevista com Leila, ela explicou que Potrerito, que faz parte de Yvy Katu, tem crescido bastante. Apesar das dificuldades, a comunidade se mantém unida para plantar e assim garantir os recursos básicos para a sobrevivência. Mesmo não sabendo precisar o número de pessoas que vivem atualmente no acampamento, ela disse que ele tem muitos moradores. O acampamento se formou nas imediações do córrego Potrerito, próximo à mata, local estratégico para o bem-estar de todos. “[n]ossa terra dá tudo pra nós, só temos que cuidar” (Leila Rocha, 24/11/2022).

Leila, que atua em diferentes frentes, faz parte da equipe organizadora da Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. A seguir, podemos visualizar uma fotografia que mostra Leila durante o seu descanso na X assembleia:

Figura 32 – Leila Rocha



Fonte: Foto: Junia Fior Santos (2022). Acervo pessoal.

Em entrevista¹⁴⁷ realizada com Leila, durante a mobilização da Kunãngue Aty Guasu, ela contou-me que há mais de duas décadas aguarda a demarcação de Yvy Katu, período marcado por dificuldades. Além da tensão pelo conflito fundiário, o acampamento sofre pelos danos causados pela intensa exploração dos recursos naturais, ocorrido durante a ocupação dos invasores. O acampamento Potrerito enfrenta a falta de água potável, a água do rio, que antes era utilizada para o consumo, e que agora está contaminada por agrotóxicos usados nas propriedades rurais que cercam o acampamento. Além disso, não conta com posto de saúde e escola, o que leva a comunidade a depender da reserva Porto Lindo, tendo que sair de seu *tekoha* para acessar serviços básicos.

Mesmo em meio a tantas dificuldades, a comunidade empreende ações na tentativa de cuidar do *tekoha* e segue denunciando as investidas contra o seu território. Leila, tentando explicar um dos motivos pelos quais permanece na luta em prol de Yvy Katu, expõe:

Eu criei cinco filhos sozinha depois que meu marido faleceu. É difícil criar cinco sozinha, e a terra é igual um filho, você não vai querer ver alguém judiar do seu filho, a mãe não vai deixar, a terra é a mesma coisa que um filho. E por outro lado, a terra é a nossa mãe, e por que eu falo isso? Porque a gente nasceu e a gente acha comida, a gente planta uma sementinha e ela levanta, cresce, a gente colhe, a gente come, e assim, o ser humano cresce, igual a nossa mãe que dá o peito pra mamar, pra crescer, a terra também [*sic*]. Esse pessoal que só gosta de dinheiro, que manda judiar de uma mãe, envenena e machuca, é muito ruim. Se derrubar uma árvore, nós não conseguimos ficar muito tempo no sol quente, a árvore serve uma sombra, eu fico pensando que essas pessoas não têm coração. Temos que cuidar da terra (Leila Rocha, 24/11/2022).

Desse modo, o território Guarani está sofrendo as consequências da ganância de sujeitos que não medem esforços para explorar os recursos naturais sem respeitar o meio ambiente e os seres que nele habitam. Para Leila, o *tekoha* precisa de cuidados. Para tanto, a comunidade precisa estar no local e ter condições mínimas para isso, o que tem sido difícil devido a dificuldades econômicas enfrentadas pela comunidade, que não recebe nenhum apoio do Estado.

Enquanto o processo administrativo de demarcação não é finalizado, alguns sujeitos não indígenas, sabendo da vulnerabilidade econômica da comunidade, tentam arrendar terras de Yvy Katu para o plantio de soja, e, com isso, algumas famílias necessitadas acabam cedendo à pressão e negociando parte de suas áreas.

¹⁴⁷ A entrevista foi realizada durante um dos intervalos da X Kunangue Aty Guasu realizada no *tekoha* Ñanderu Marangatu, localizado no município de Antônio João – MS, no dia 24/11/2022.

Na X Kuñangue Aty Guasu, Leila foi acompanhada de três pessoas, representantes de outros *tekoha* de Yvy Katu, que juntas com a liderança dialogaram com participantes de outros territórios e expuseram os desafios enfrentados com a presença frequente de arrendatários nas imediações dos *tekoha*. Para Leila, além do arrendamento de terras indígenas ser uma estratégia de extermínio do *tekoha*, é também mais um teste de resistência: “[é] muito triste isso, o arrendamento. Quem entra no arrendamento está judiando o próprio corpo. Invadiram uma parte da minha terra, eu denunciei, a juíza mandou o invasor sair de lá” (Leila Rocha, 24/11/2022). Como é possível perceber, as investidas para explorar o solo de Yvy Katu não cessaram, elas ainda ocorrem de diversas formas.

Durante a entrevista, Leila manifestou diversas vezes sua preocupação com a poluição do rio que abastece Yvy Katu; segundo ela: “[a] terra está machucada, a água que nós temos lá já não é mais a mesma de antigamente, de um lado temos o rio, de outro, plantação de soja, a gente precisa daquela água pra viver. A água é vida, nossa ação, nossa vivência” (Leila Rocha, 24/11/2022). Sua preocupação é a de alguém que sabe os riscos que sua comunidade corre por ter um bem tão precioso danificado. As denúncias de Leila pela agressão dos proprietários rurais ao meio ambiente, em especial aos rios, não é algo novo, em todas as oportunidades fala sobre o assunto, que, segundo ela, é o que mais a preocupa¹⁴⁸.

Mato Grosso do Sul é um dos oito estados brasileiros que são contemplados por um sistema aquífero denominado Aquífero Guarani, tido como uma das mais importantes reservas de água subterrânea do mundo. De acordo com Ribeiro (2008, p. 227), o Aquífero tem uma dimensão aproximada de 1.196.500 km² que abrange os países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No território brasileiro, o Aquífero Guarani está situado nos estados: “Mato Grosso do Sul, com uma área de 213. 200 km²; Rio Grande do Sul, com 157.600 km²; São Paulo, com 155.800 km²; Paraná, com 131.300 km²; Goiás, com 55.000 km²; Minas Gerais, com 52.300 km²; Santa Catarina, com 49.200; e Mato Grosso com 26.400 km²” (Ribeiro, 2008, p. 229). Como podemos notar, o estado de Mato Grosso do Sul, comparado com outros estados brasileiros, possui grandes vantagens em seu potencial hídrico. O sistema aquífero recebeu esse nome como uma forma de homenagem aos indígenas da etnia Guarani, que habitavam e ainda habitam a região em que ele se localiza.

Como vimos no primeiro capítulo dessa tese, antes do processo de expropriação os territórios Guarani e Kaiowa eram ricos em recursos naturais, o que passou a mudar e a

¹⁴⁸ KUÑANGUE ATY GUASU. “Por trás do arrendamento vem o despejo, vem o grande latifundiário”: o agronegócio contra Yvy Katu Potrerito. Leila Rocha (2021). Disponível em: <https://www.kunangue.com/por-tr%C3%AAs-do-arrendamento-vem-o-despejo>. Acesso em: 14 ago. 2023.

preocupar as comunidades que hoje lutam para poder cuidar de seu solo e protegê-lo da ocupação tradicional. Conforme Leila, “[a] luta sempre existiu e sempre vai existir, porque a luta é nossa, a terra é nossa, vamos sempre defender o território. A nossa luta não vai ter fim” (Leila Rocha, 24/11/2022).

Em duas décadas de retomada, de tentativas frustradas e exitosas pela permanência no acampamento, a comunidade Yvy Katu já enfrentou diversas manifestações de fúria dos pretensos proprietários rurais que investem nas ações de reintegração de posse para expulsar a comunidade. Conforme afirma Leila Rocha, no Relatório Mapeamento da Violência – Kuñangue Aty Guasu – 2021:

Eu entrei lá e recebemos nove despejos. Teve muita briga. E polícia federal colocou a arma no meu peito. E falou: sai, Leila, se não você vai morrer. Eu pedi assim: me mata primeiro, mas não machuca meu povo. Ficou assim, bem perto de mim. Depois disso, não aconteceu mais nada. Deus é grande. Meu nome é Kunhã Kuarahy. O sol fica todo amarelado (Rocha, 2019, p. 39).

A fala de Leila manifesta a coragem de uma mulher Guarani que enfrenta as injustiças promovidas por aqueles que se pretendem proprietários rurais e que, em certos momentos, requisitam a força policial na expulsão da comunidade. A violência sofrida se deu contra o seu corpo e contra a extensão dele, que é o território. Leila segue afirmando que a comunidade não vai desistir de seu território: “[a] vida dos Guarani e Kaiowá é muito triste. Mas quem está no *tekoha* já não sai mais de lá. Por isso jamais vamos abandonar nosso lugar. Eu mesma tô em Yvy Katu. Eu tô feliz lá [*sic*]. Eu vou morrer lá” (Rocha, 2019, p. 39).

Como é possível perceber, a fala de Leila é sempre no sentido de proteger o território, que precisa da comunidade Guarani Nhandeva para continuar existindo e vice-versa. O protagonismo de Leila não é manifestado apenas em suas palavras, mas também por meio de suas ações. Sua dedicação à defesa de Yvy Katu e apoio à luta de outras comunidades em prol do *tekoha* podem ser observadas em diferentes situações, uma delas foi sua participação no protesto contra mais um ataque aos direitos indígenas. Em agosto de 2017, diversos grupos indígenas manifestaram sua indignação contra a Tese do Marco Temporal, por meio de protestos em Brasília e em rodovias. Em Mato Grosso do Sul foram dezenas de protestos, como mostra a matéria a seguir:

Sucury’i e Yvy Katu realizaram protestos em aldeias e escolas, além do trancamento de rodovias [...]. Todas as mobilizações do estado contaram com a participação de rezadores, mulheres e estudantes, sendo que em alguns casos

as indígenas e os jovens realizaram as ações. “Esse marco temporal é um assassino para nós, povos indígenas. Por isso que estamos aqui, para pedir para os ministros para não aprovar isso”, afirma Leila Rocha Guarani Ñandeva (Porantim, 2017).

Além de estar presente nos embates diretos, se posicionando contra as injustiças cometidas por setores ruralistas e contra as arbitrariedades do Estado, Leila é muito presente nos encontros promovidos pelas comunidades Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul. O diálogo é um elemento substancial para Leila; segundo ela, a Kuñangue Aty Guasu é um espaço que possibilita a mediação com indígenas e não indígenas que desejam contribuir, de alguma forma, com as comunidades:

A luta das mulheres sempre existiu e sempre vai existir. A Kuñangue nasceu pra [sic] defender os territórios Guarani e Kaiowa. É bom pra todos. Antes a gente não sabia de tanta coisa que acontece, hoje sabemos fazer uma reunião pra [sic] debater os nossos problemas. A mulherada se levanta juntas. Nós mulheres precisamos uma das outras, nosso compromisso é trabalhar juntas, os homens também, se quiserem vir na nossa reunião, será bom pra [sic] fortalecer. Queremos conversar com todos. Vamos trabalhar pra [sic] fortalecer a luta (Leila Rocha, 24/11/2022).

Como mencionado anteriormente, Leila atua em diferentes espaços, seu conhecimento prático acerca das alegrias e tristezas de lutar pela demarcação territorial a levou a ajudar outras pessoas. Mesmo sem estudo acadêmico, é conhecedora das Leis que tratam dos direitos dos povos indígenas. Assim, foi escolhida como porta-voz da Aty Guasu – Grande Assembleia dos povos Guarani e Kaiowa em diálogos com entidades internacionais que interagem com os povos indígenas brasileiros.

O Fórum Permanente das Nações Unidas realizado em abril de 2023, em Nova York – Estados Unidos, que oportuniza um importante encontro entre povos indígenas de diferentes países do mundo, contou com a presença de indígenas brasileiros, dentre eles, Leila Rocha.

Figura 33 – Leila no evento da ONU



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Por Adi Spezia [12 maio 2023]. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/05/queremos-a-demarcacao-da-nossa-terra-afirma-leila-guarani-nhandeva-no-evento-da-onu/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

O evento proporcionou o diálogo entre diferentes etnias e visibilidade às demandas de cada povo. Na ocasião, Leila aproveitou para expor as violências cometidas por setores ruralistas contrários à demarcação territorial e à inércia do Estado na proteção daqueles que arriscam suas vidas na defesa do *tekoha* e tudo e todos que este inclui. Nas palavras de Leila¹⁴⁹:

Nossos povos vivem a pior situação indígena no Brasil e nós, mulheres, somos as que mais sofrem. Somos nós, em defesa de nossos filhos e o futuro de nosso povo, que reforçamos a conquista de nossos direitos por meio da luta pela terra. Atualmente, como outras lideranças do meu povo, estou incluída no programa de proteção do governo, mas que tem se mostrado insuficiente para nos proteger (Leila Rocha, 2023 – CIMI).

Ao longo de sua trajetória em prol do *tekoha*, Leila sofreu perseguições, ameaças, agressões, e mesmo assim se manteve na luta, por ela, pela sua família e por tantas outras que sonham em viver em paz no seu território. Nem sempre ela se apresentou para os não indígenas como liderança, suas razões se deram em decorrência das perseguições sofridas na reivindicação por Yvy Katu.

Anzoategui (2017, p. 59) nos mostra que nem todas as mulheres que ocupam a função de liderança se identificam como tal para a sociedade envolvente. Ao registrar um trecho de sua

¹⁴⁹ Leila Rocha. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Adi Spezia, 12/05/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/05/queremos-a-demarcacao-da-nossa-terra-afirma-leila-guarani-nhandeva-no-evento-da-onu/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

entrevista com Leila Rocha, ela transcreveu a seguinte ponderação: “[n]ão falo que sou liderança, falo que sou porta-voz do povo Guarani e Kaiowá, não gosto de me denominar liderança porque fica muito marcado”. Não se afirmar enquanto liderança é uma estratégia para não ser perseguida, acusada ou morta. Isso não quer dizer que a porta-voz não assume o risco ao ter o comando da palavra, e sim que o falar e o agir são na grande maioria das vezes vistos de forma separada pelos não indígenas, mas a comunidade de Yvy Katu tem clareza de quem está à frente da luta e que o seu falar e agir são conexos.

Destarte, a atuação de Leila Rocha nos mostra que uma mulher Guarani Nhandeva possui muita coragem e perseverança. Mesmo em meio aos desafios, ela não desistiu de empreender esforços para cuidar do seu *tekoha* e ainda segue contribuindo para denunciar as violências sofridas em Mato Grosso do Sul. Para finalizar a observação do protagonismo de Leila, retomamos suas palavras: “[a] nossa luta não vai ter fim” (Leila Rocha, 24/11/2022).

4.4 LUCIANE GALLO

Frente ao que já foi abordado a respeito dos grandes dilemas envolvendo a demarcação territorial, um deles, a morosidade para iniciar o processo demarcatório, abordaremos por meio da atuação de Luciane Gallo, uma Guarani que não mede esforços para apoiar o movimento reivindicatório do acampamento Boreviry, que faz parte do *tekoha* Teko-Ava. Luciane não é proveniente do território Boreviry, contudo, exerce papel fundamental no movimento, com seus conhecimentos étnicos e acadêmicos não presta apenas auxílio, mas também desenvolve projetos, estabelece alianças e promove novos diálogos políticos.

Antes de observar as ações empreendidas por Luciane, faz-se necessário ressaltar que o aumento do número de mulheres indígenas envolvidas nos assuntos políticos resultou em novas relações e negociações intergrupais. O que modificou a própria concepção do que é ser uma liderança política Guarani e Kaiowa. Referimo-nos a mulheres que possuem estratégias de vida marcadas pelo enfrentamento ao desrespeito a seus direitos territoriais, por isso não ingressam no movimento político como figurantes, mas sim como mulheres que marcam posição com propostas e ações.

A atuação política das Guarani e Kaiowa representa grande importância fora do âmbito das instituições, movendo-se em meio a diversas situações que exigem habilidades e esforço ativo. Além disso, exige compromisso com a verdade, o que Foucault conceituou como

“*parresía*”, isto é, fala franca que se configurou como “[a] ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado” (Foucault, 2010, p. 63-64).

Além disso, exige compromisso com a verdade. Assim como na antiguidade, hodiernamente é preciso ter coragem para dizer a verdade, para expor os fatos a quem quer que seja, independente dos riscos. Um comportamento contrário a esse compromete diretamente o exercício da democracia comunitária. Nesse sentido, a palavra franca não é uma opção, mas, sim, uma regra. Há *parresía* a partir do momento em que as Guarani e Kaiowa aceitam o risco de serem julgadas pelo seu coletivo ou por outros grupos étnicos, por dizerem a verdade. Não há *parresía* sem democracia, pois é preciso haver liberdade para falar, opinar, participar das decisões, como elas fazem.

Em trabalho etnográfico realizado pela antropóloga Lauriene Seraguza com as mulheres Guarani e Kaiowa, ela explica que:

A língua afiada, as falas desmedidas das mulheres Guarani e Kaiowa, são bastante conhecidas. Os homens ocupam os espaços percebidos por nós, não indígenas, como público, e a mansidão deles diante de confrontos e equívocos é característico do papel mediador que cumprem nestes espaços. Mas, as mulheres, quando veem que os homens não vão dar conta, ou uma situação que põe em risco o equilíbrio da vida, elas visualizam com mais clareza uma situação de perigo e de presença de inimigos. O homem mantém a possibilidade de diálogo, mulher não precisa, ela pode ser desmedida. É característico delas os rompantes, porque este é um modo específico de fazer política, uma reação de quem “sente mais” (Seraguza, 2018, p. 225).

Nesse sentido, chamamos a atenção para a maneira como Luciane atua no cenário político interno e externo da comunidade Guarani e Kaiowa em contexto urbano. O território Borevirý de Teko-Ava é um local que se encontra em uma situação complexa, pois ele fica inserido no perímetro urbano em uma área que por muito tempo pertenceu à prefeitura e foi vendida no ano de 2020 para o grupo *Comércio e Gêneros Alimentícios Eireli*. O local tem uma pequena mata ciliar e um córrego bastante afetado pela poluição. Não há uma data precisa da expulsão dos moradores Guarani e Kaiowa do território de ocupação tradicional. De acordo com o CIMI, a expropriação ocorreu na década de 1970, momento que marcou a chegada e instalação de projetos econômicos na região. Com a expropriação, muitos integrantes se dispersaram para diferentes localidades, dentre elas a cidade de Juti, que conta com duas reservas indígenas demarcadas. Em entrevistas e acompanhamentos realizados pelo CIMI, foi observado que:

Em Naviraí, há evidências e história de pessoas que viviam no local antes mesmo da cidade ser emancipada, em 1963. O cemitério da cidade tem origem indígena, as histórias contadas pelos mais velhos dão conta da existência dos Guarani Kaiowá na área urbana de Naviraí. “Tanto que Naviraí vem dos Guarani”, explica a professora do povo Guarani Kaiowá, Cunhã Poty Rendy. [...] “Essa luta vai permanecer, não é porque saímos da aldeia que deixamos de ser indígenas. Temos direito à moradia, temos direitos aos estudos com respeito a língua Guarani Kaiowá, temos de ser respeitados no modo de ser, agir e viver”, afirmou Cunhã Poty Rendy.¹⁵⁰

Conforme informações apresentadas no *site* oficial da prefeitura de Naviraí – MS, “[e]m Naviraí vivem aproximadamente 750 indígenas da etnia Guarani Kaiowá, sendo 37 famílias na comunidade Tekohá Mboreviry, 18 famílias na comunidade Kurupi Santiago Kuê nas proximidades da BR-163 e 12 famílias no Assentamento Juncal”.¹⁵¹ Cabe ressaltar que os dados apresentados pelo município não consideraram um acampamento denominado Romero Benites, que fica situado às margens de um bairro periférico. Trata-se de um pequeno coletivo de aproximadamente 7 famílias que ocupa o local há mais de uma década, como apontado no Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas de número 1.21.003.000531/2021/20.¹⁵²

O acampamento Mboreviry é constituído por diferentes famílias que estabelecem diálogo constante para organizarem o movimento. Atualmente, Luciane Gallo e Ronaldo Geronimo estão na linha de frente do movimento. Luciane atua no diálogo com agentes e instituições da sociedade envolvente e Ronaldo, no âmbito interno.

Luciane tem 43 anos de idade, embora não tenha nascido em território indígena por questões bastante comuns às famílias Guarani e Kaiowa que sofreram com as ações das frentes colonizadoras em Mato Grosso do Sul. É filha de Lurdes da etnia Guarani, nascida em Tey Kuê município de Caarapó – MS. Luciane cresceu na cidade de Naviraí, e foi após saber mais sobre o seu passado e ter contato com seus parentes que vivem em Tey Kuê que começou a se mobilizar em prol dos Guarani e Kaiowa que vivem no seu município¹⁵³.

¹⁵⁰ CIMI. Teko-Ava: indígenas Guarani Kaiowá retornam ao território tradicional em Naviraí, no Mato Grosso do Sul. Por Adi Spezia, Da Assessoria de Comunicação do CIMI, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/teko-ava-indigenas-guarani-kaiowa-retormam-territorio-tradicional-em-navirai-ms/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

¹⁵¹ NOTÍCIA. Gerência de Assistência Social entrega Ovos de Páscoa para crianças da comunidade Tekohá Mboreviry. 2022. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/noticia/gerencia-de-assistencia-social-entrega-ovos-de-pascoa-para-comunidade-de-aldeia-urbana/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

¹⁵² MPF. Procuradoria da República no Município de Naviraí – MS. Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas nº 1.21.0003.000.531/2021-20. (Arquivo da Justiça Federal da 3ª Região – Pje. Autos. nº 5000153-78.2022.4.03.6006). Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

¹⁵³ A entrevista realizada com Luciane Gallo ocorreu no seu local de trabalho, na Gerência de Educação e Cultura de Naviraí. Além da entrevista, estive com Luciane em outros momentos visitando o acampamento Mboreviry.

Luciane conta que em 2012 começou a estudar sobre o êxodo rural da aldeia Tey Kuê para os grandes centros urbanos e a partir daí não parou de pesquisar sobre os assuntos pertinentes à cultura e história dos Guarani Kaiowa, isto pois, essa também era a sua história. Ao falar sobre o início do seu processo de engajamento na luta dos povos Guarani e Kaiowa do território Boreviry de Teko-Ava, ela explica:

Em 2017 eu comecei a ter o convívio com os indígenas em sala de aula, e me preocupava muito que meus alunos indígenas não socializavam com os demais e quando nós íamos para uma reunião com os professores, até mesmo no conselho de classe, quando falávamos e aquele aluno indígena, falavam: é índio, deixa ele quietinho. Era como se o silêncio dele acalmasse o professor, mas pra [sic] mim, o silêncio dele causava um incômodo gigante, porque ele não estava socializando, ele não estava inserido dentro do contexto escolar. Então pra [sic] mim é muito preocupante enquanto professora, porque eu os quero interagindo, eu quero eles participando do conhecimento, e eles trazendo também, porque a partir do momento em que temos uma cultura diferente nesse ambiente, nós temos que aprender, porque eles estão ali pra ter o conhecimento, mas a gente também consegue adquirir conhecimento com eles. A partir do momento que eles não socializam eles não conseguem mostrar pra [sic] gente o porquê eles estão naquele silêncio, se machuca, se faz bem, o porquê ele não participar, o que faz ele se sentir diferente. Então eu comecei a questionar essa situação. Os alunos indígenas, teriam que ter sua cultura, vivência explorada dentro do contexto urbano. Em 2018 eu comecei a fazer um levantamento populacional indígena, no dia 08/02/2018 eu iniciei esse trabalho, na época eu falei com o prefeito Izauri Macedo, relatando a dificuldade das crianças matriculadas em rede pública, mas nada foi feito. Mesmo assim, continuei meus trabalhos com esse levantamento de dados, fazendo um mapeamento populacional da comunidade Guarani e Kaiowa do contexto urbano. E eu tenho registrado no meu projeto 783 pessoas incluindo idosos, adultos, jovens e crianças. Desde agosto de 2020 eu não faço atualização do meu projeto, da lista de dados. Consequentemente esse número está maior, devido os atendimentos que a gente faz na assistência social que o projeto oferece (Luciane Gallo, 10/08/2021).

Em virtude do grande número de indígenas presentes na área urbana e rural do município, a prefeitura atendeu à solicitação de Luciane e das lideranças Verônica Martins Veron e Valdir, e iniciou um projeto na modalidade escolar indígena para estudantes matriculados na rede municipal de ensino. Conforme o apontamento:

A Prefeitura de Naviraí está desenvolvendo um projeto inédito de ensino/aprendizagem. Numa iniciativa da Gerência Municipal de Educação foram iniciadas aulas de língua Guarani-Kaiowá em escola urbana do município, a alunos indígenas das séries iniciais do ensino fundamental. [...] A Gerência de Educação formou a equipe de trabalho com participação e colaboração de **lideranças indígenas Luciane Gallo (urbana), Valdir Martins e Verônica Veron (rural)** do Assentamento Santiago Kue – Kurupi, situado à margem da BR-163, tendo como meta valorizar os estudos culturais e a língua materna e proposta central associar os princípios da educação

indígena à educação básica (Gerência de Educação de Naviraí, 2021, grifo nosso).¹⁵⁴

Como no município ainda não há terras indígenas demarcadas, o projeto conta com o trabalho da coordenadora Luciane Gallo e mais uma professora para atender as crianças e adolescentes de forma direcionada nas escolas municipais, o que oportuniza as duas modalidades do processo de ensino-aprendizagem. Também são realizados diálogos com a comunidade escolar sobre o respeito à diversidade étnico-racial e à importância do cumprimento da Lei 11.645/2008¹⁵⁵.

Sobre o desenvolvimento do projeto, Luciane expõe:

Eu acredito que esse trabalho que nós estamos desenvolvendo dentro da educação especial e inclusiva é um trabalho de inclusão indígena na escola urbana. Ele tem o direito de dizer ‘eu sou indígena, eu posso falar, posso cantar, posso expor a minha forma de agir, a minha forma de pensar’. Não da forma culta como a do seu colega, mas da forma mais simples possível ele também vai conseguir transmitir, e nós queremos que nossas crianças se sintam livres para eles transmitirem o conhecimento da forma deles (Luciane Gallo, 10/08/2021).

Cabe salientar que, em vários momentos da entrevista, Luciane deixou transparecer a sua preocupação com a qualidade da educação oferecida para as crianças e adolescentes indígenas, pois, em sua percepção, a educação é uma forte aliada na luta pela efetivação dos direitos indígenas. Mulheres e homens bem-preparados podem contribuir muito no diálogo com o poder público e, assim, pleitear não só a efetivação de seus direitos já garantidos, como também, a criação de novas medidas que atendam às necessidades dos povos indígenas. Luciane esclarece:

As mulheres que eu vejo na ativa, frente às questões indígenas, a maioria são professoras, praticamente todas, então eu acho que o grande elo da transformação, da mudança, da evolução do indígena, da mulher indígena, da criança indígena é o estudo, a gente nunca vai conseguir subir nenhum degrau se não for a educação (Luciane Gallo, 10/08/2021).

¹⁵⁴ NOTÍCIA – Gerência de Educação ministra as aulas de inclusão escolar para aproximadamente 100 crianças. 2021. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/noticia/prefeitura-de-navirai-lanca-projeto-piloto-de-ensino-do-guarani-a-alunos-indigenas/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

¹⁵⁵ BRASIL. “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

A seguir, temos uma foto de Luciane no seu local de trabalho, na Gerência de Educação e Cultura de Naviraí.

Figura 34 – Luciane Gallo



Fonte: Foto Junia Fior Santos (2021). Acervo pessoal.

Além de atuar como coordenadora do projeto educacional indígena, Luciane também atua em outras frentes. Os Guarani e Kaiowa residentes no perímetro urbano e na área rural contam com o Projeto de Assistência Indígena Naviraí – MS (PAIN), fundado por Luciane.

Figura 35 – Projeto de Assistência Indígena Guarani Kaiowa Naviraí



Fonte: Projeto de Assistência Indígena Guarani Kaiowa Naviraí. Disponível em: <https://www.facebook.com/llugallo/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

De acordo com Luciane, o projeto foi criado em virtude das necessidades apresentadas pela comunidade Guarani e Kaiowa, como alimentos, roupas, calçados, lona plástica, dentre outros elementos necessários para a sobrevivência. De tal forma:

O Projeto teve início em 2018. Em fevereiro daquele ano eu comecei a fazer o levantamento de campo e através do contato com as famílias eu comecei a ter conhecimento das dificuldades e necessidades deles e sempre fiz ações sociais, campanhas de agasalhos e daí comecei a fazer com a comunidade indígena também, arrecadando através do contato com amigos, através do contato com pessoas conhecidas, com o comércio e eu sempre consegui, graças a Deus, e assim o projeto é mantido. Ele está em andamento já tem três anos com doações de pessoas, de amigos, através de pedidos por rede social, em rádios é feita a solicitação de ajuda, já tive parcerias com a live do bem, eles fizeram uma live exclusivamente para a comunidade indígena urbana pela questão de alimentos e agasalhos. A gente está com uma parceria com o CIMI que está nos ajudando, estão sendo parceiros. Apesar das dificuldades a gente está conseguindo alguma coisa. Agora, uma ajuda contínua nós não temos, de jeito nenhum, mas a gente está na luta buscando (Luciane Gallo, 10/08/2021).

A parceria com organizações não governamentais possibilitou a conquista de um espaço provisório para a sede do projeto, atualmente localizada em um bairro próximo à região central da cidade. Nesse estabelecimento Luciane recebe as demandas da comunidade indígena em contexto urbano e rural, realiza reuniões, recebe doações de cestas básicas e outros itens. Para atender todas as demandas, ela conta com a ajuda de outras mulheres Guarani e Kaiowa.

A maioria das pessoas que procuram algum tipo de assistência no PAIN são do território Boreviry de Teko-Ava. No mês de outubro de 2021, a população Guarani e Kaiowa proveniente desse *tekoha*, empreendeu a retomada de uma pequena parte de seu território, próximo ao córrego do Touro; na atualidade o local é conhecido como chácara Sucupira, que fica inserido no perímetro urbano. Atualmente, vivem aproximadamente 120 pessoas no acampamento. Após a retomada, servidores da Gerência de Habitação procuraram estabelecer um acordo para que todos Guarani e Kaiowa deixassem o local. A proposta objetiva uma realocação do grupo para um conjunto habitacional, ignorando a reivindicação de demarcação territorial e a existência de outras formas de entendimento da concepção terra/território. A comunidade se negou a sair do local. Desse modo, o responsável legal pela propriedade entrou com a ação judicial de reintegração de posse de nº 5000153-78.2022.4.03.6006¹⁵⁶. Nos autos do processo

¹⁵⁶ REINTEGRAÇÃO DE POSSE nº 5000153-78.2022.4.03.6006. Justiça Federal da 3ª Região – Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

consta o procedimento administrativo de Notícia de Fato efetivado pelo MPF, no qual, ao registrar o diálogo com uma das lideranças, esboça que¹⁵⁷:

Seguimos para o local indicado pelo jovem e encontramos o Sr. Ronaldo trabalhando na construção de uma casa de alvenaria. Apresentou-se como liderança e apresentou também outros indígenas, como o vice-líder Bráulio e a professora Dilene. Explicou que existe uma “equipe de liderança”, composta por 7 pessoas, e que contam com o apoio da Sra. Luciane Gallo como uma representante geral dos índios urbanos, mas que ela não faz parte da comunidade.

Como se pode observar, a comunidade conta com um conjunto de lideranças composto por mulheres e homens que fazem parte do território tradicional e com apoiadores. Mesmo não tendo origens genealógicas no *tekoha*, Luciane é reconhecida pela comunidade como uma liderança que os representa, principalmente no âmbito externo. Por estarem inseridos em um acampamento de retomada localizado dentro da cidade, a situação é peculiar e complexa, o que exige uma rede de atuação composta por sujeitas e sujeitos com aptidões para gerenciar questões difíceis.

O proprietário da área que compreende o acampamento Boreviry de Teko-Ava conseguiu, por meio da ação de reintegração de posse, a liminar que determinou o despejo da comunidade. Contudo, os Guarani e Kaiowa protocolaram junto ao Poder Judiciário a impugnação da ação. Diante do contexto pandêmico e demais fatos que exprimem a vulnerabilidade do coletivo, o Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão da liminar de despejo¹⁵⁸. Assim, os moradores do acampamento puderam permanecer no local, mesmo que, temporariamente. Neste ínterim, a luta pela permanência na área reivindicada se encontra em estágio inicial; os desafios, certamente, serão muitos. Todavia, a perseverança da comunidade também. No que tange às ações do coletivo em prol da demarcação, Luciane argumenta:

Realmente nós brigamos e a gente luta por território. Tem crianças que nasceram naquele local, e a partir do momento que eles se sentem bem naquele território tradicional e eles não degradam, acredito que eles têm direito ao pertencimento daquele território tradicional, então é isso que a gente busca (Luciane Gallo, 10/08/2021).

¹⁵⁷ MPF. Notícia de Fato. nº 1.21.003.000531/2021-20. (Arquivo da Justiça Federal da 3ª Região – Pje. Autos nº 5000153-78.2022.4.03.6006). Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

¹⁵⁸ REINTEGRAÇÃO DE POSSE nº 5000153-78.2022.4.03.6006. Justiça Federal da 3ª Região – Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

omissão e negação à qual são sujeitadas. Luciane, ao falar de suas parceiras de luta, esboça a seguinte cognição:

[...] a mulher que corre atrás do sustento, a mulher que corre atrás do calçado da roupa pra [sic] criança, porque elas se preocupam, elas falam assim “Luciane a criança quer o tênis porque o amiguinho tem, ele não quer sentir vergonha na escola, então elas trabalham e fazem de tudo, elas vão arrancar mandioca, elas vão no corte de cana. A mulher indígena Guarani e Kaiowa, é pequenininha, mas a força dela é mais forte do que uma raiz profunda (Luciane Gallo, 10/08/2021).

O forte vínculo entre a mãe Guarani e Kaiowa e seus filhos é algo que desde séculos passados já era abordado nos trabalhos sócio-históricos como um fator que chamava a atenção. Diferente da contemporaneidade, as mulheres Guarani e Kaiowa descritas por Schaden (1974, p. 20), com base em observações de campo feitas em meados do século XX, desejavam ter muitos filhos. Em média, cada mulher costumava ter cerca de dez filhos, dos quais apenas metade alcançava a idade adulta. O alto índice de mortalidade se dava por diversos motivos. Schaden (1974, p. 21) aponta que “[o]s métodos pouco racionais de se criarem os filhos são responsáveis pelo alto índice de mortalidade infantil”. Ponderação essa que se embasou no princípio ocidental de racionalidade, desrespeitando a guisa pessoal das mulheres e homens Guarani e Kaiowa criarem seus filhos. Não entraremos nessa discussão, mas cabe frisar que existem outros marcadores das condições de vida que permitem analisar a mortalidade infantil de indígenas durante o século XX sob outros panoramas.¹⁶⁰

Sobre a forte ligação dos filhos com a mãe, Schaden (1974, p. 72) ressalta: “[h]oje muitos homens passam a maior parte do tempo na *changa*, fora da aldeia e os filhos crescem à sombra da mãe. Os laços que os prendem a ela e aos parentes maternos são bem mais fortes”. É importante considerar que tal observação foi feita em meados do século XX e continua sendo pertinente para reflexões contemporâneas.

Ao falar sobre o empenho das mulheres na comunidade Boreviry de Teko-Ava em trabalharem em suas casas e realizarem diárias nas fazendas da região, Luciane destaca a importância da rede emancipatória (Scherer-Warren, 2018), que existe entre essas sujeitas e outras Guarani e Kaiowa que prestam apoio direto e indireto à luta do coletivo, o que a fortalece e inspira o movimento. Ao ser questionada sobre as suas maiores referências, Luciane responde:

¹⁶⁰ Sobre as doenças adquiridas a partir do contato estabelecido entre indígenas e não indígenas, sugiro a leitura da obra “Saúde e povos indígenas”, organizada por Santos e Coimbra (1994).

Eu admiro muito a Valdelice Veron. Eu a vejo como fortaleza, ela foi uma das primeiras inspirações que eu tive de mulher indígena, eu também acompanho a Pietra Dolamita e a Sonia Guajajara. Tem a Vanoiria Fernandes que é uma professora, ela é da Cerrito, ela é uma professora que é ativista, ela vem em cima da educação, ela é ativista, ela briga, ela faz o que for possível para reivindicar os direitos da sua comunidade, da aldeia Cerrito. Ela é uma mulher com grande conhecimento, eu aprendi muito com ela e quero aprender muito mais. São mulheres assim que eu admiro, elas estudam para lutar, todas têm conhecimento de fato, todas tem o seu respeito perante a comunidade (Luciane Gallo, 10/08/2021).

As mulheres indígenas que inspiram Luciane também inspiram outras pessoas a lutarem por seus direitos e a não desistirem de sua principal demanda, que é a demarcação territorial e o respeito aos territórios já demarcados. Concluímos a breve exposição de fatos pertinentes à luta de Luciane Gallo, chamando a atenção para a especificidade da sua trajetória de vida, uma mulher Guarani que cresceu distante de suas raízes étnicas e históricas e que ao acessar o passado de sua família decidiu se dedicar à luta dos Guarani e Kaiowa que residem em seu município, vindo a integrar a rede organizacional de Boreviry de Teko-Ava.

Outrossim, ao acompanhar alguns passos da atuação de Luciane podemos observar mais do que um protagonismo individual, mas também alguns dos princípios que formam o movimento indígena, que existe e resiste enquanto uma potente rede organizacional graças à coletividade étnica de seus integrantes. Ser mulher e homem Guarani e Kaiowa é ser indígena no Brasil, a unidade dos povos une-se para ter seus direitos respeitados e efetivados.

4.5 VANOIRIA MARTINS FERNANDES

Com o intento de prosseguir com a análise da atuação de mulheres que somam esforços na luta de sua comunidade e de outros coletivos que ainda não tiveram seus territórios demarcados, é igualmente importante abordar, mesmo que sucintamente, a atuação de Vanoiria Martins Fernandes, uma Guarani que, além de ser atuante no território Cerrito, também tem contribuído com a construção de elos articulatórios, de forma a criar visibilidade ao movimento de Boreviry de Teko-Ava.

Vanoiria, desde criança, reside na comunidade Cerrito, localizada no município de Eldorado – MS, próximo à fronteira com o Paraguai, a homologação da demarcação desse

território ocorreu no ano de 1992¹⁶¹. Atualmente, a comunidade Cerrito é composta por aproximadamente 600 pessoas das etnias Guarani e Kaiowa¹⁶² que vivem na área demarcada e em uma extensão que ainda não foi reconhecida pela FUNAI como território indígena. Sobre essa situação, Vanoiria explica:

Hoje, Cerrito é um quadrado demarcado, aí do outro lado, que também era Cerrito, ficou nas mãos dos proprietários, não foi demarcado tudo. Quando foi em 2002 a população se organizou e reocupou essa parte, aí ficou uma parte demarcada, outra parte retomada. Essa outra parte ainda não foi legalizada (Vanoiria Martins Fernandes, 14/07/2022).

No que se refere ao espaço geográfico não demarcado, Cavalcante (2014, p. 62), ao discorrer sobre a demarcação de terras indígenas Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul, registrou informações sobre a situação fundiária de Cerrito. Em nota, elucidou: “Na Terra Indígena Cerrito, além dos 1.950 hectares demarcados, os indígenas ocupam uma área de aproximadamente 1.350 hectares, cuja posse encontra-se judicializada e pendente de providência no que diz respeito à regularização administrativa”.

Em uma das entrevistas¹⁶³ concedidas para a presente pesquisa, Vanoiria contou ter nascido na reserva indígena Sossoró, que fica em Tacuru – MS. Assim como em outras reservas demarcadas pelo antigo SPI na primeira metade do século XX, a comunidade não demorou para enfrentar os problemas decorrentes da superlotação. Na década de 1990, os pais de Vanoiria retornaram para o território de origem, que era Cerrito, onde permanecem até os dias atuais.

Foi na comunidade Cerrito que Vanoiria cresceu e aprendeu a lutar por seus direitos. Quando criança, foi incentivada por seus pais a estudar. Sobre as dificuldades enfrentadas para acessar a escola não indígena, ela relata:

¹⁶¹ “Sua demarcação foi efetuada pela FUNAI em 1991/92 e homologada pelo Decr. s/nº de 21.05.92, com superfície de 1.950,9 ha. Foi registrada no CRI da Comarca de Eldorado em 22.05.92 e no DPU/MS sob o nº OF.094” (FUNAI. Situação dos Índios da Região Meridional do Estado de Mato Grosso do Sul. Acervo – Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GID00222.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022).

¹⁶² TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra indígena Cerrito. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3647>. Acesso em: 13 jul. 2022.

¹⁶³ Em virtude da necessidade de distanciamento social no contexto da Covid-19, a primeira entrevista ocorreu de modo *on-line*. Vanoiria, que estava em sua casa na comunidade Cerrito, utilizou o aparelho celular para participar da videoconferência pela plataforma *Google Meet*. Conforme Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 962), a coleta de dados na pesquisa *on-line* apresenta desafios, mas também potencialidades, dentre essas: “[...] possibilidade de investigar tópicos sensíveis, pois os participantes não estão face a face com os pesquisadores e nem em locais públicos [...]. Muitas pessoas podem se mostrar mais à vontade em participar de um estudo pela conveniência de estar em sua própria casa, ou mesmo se sentir mais confortáveis para desistir da entrevista *on-line*, se assim desejarem, em comparação à entrevista presencial, o que muitas vezes é feito simplesmente ao desconectar o dispositivo”. A segunda entrevista ocorreu na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Naviraí.

Eu cresci em Cerrito, comecei a estudar aqui, até a quarta série eu estudei aqui, tinha salas de aula. Quando eu passei para quinta série, era obrigado a se deslocar pra Eldorado. Eu tive uma dificuldade muito grande, porque na época não tinha estrada ainda, era picadão. O pai que fazia a estrada para se deslocar até a fazenda, uns quilômetros daqui, da fazenda a gente pegava ônibus pra ir estudar na cidade, foi um período muito difícil, eu era muito pequenininha, tinha 10 ou 12 anos, não lembro direito, mas eu tive que deslocar, a cidade era muito longe daqui, não era como agora, não tinha estrada, não tinha ônibus escolar, não tinha comunicação, não tinha nada ainda. Era uma aldeia recém demarcada, acordava 3:00 horas da madrugada, tinha que ir a pé, enfrentar o mato [...]. Quando eu cheguei na oitava aumentou o número de alunos e passou a haver uma demanda de estrada, de ônibus escolar, então a comunidade passou a se mobilizar, assim como meus pais, as lideranças [...]. Depois finalmente conseguiram trazer o ônibus escolar, ainda não para a aldeia, mas pelo menos chegar mais perto, mas ainda tinha que atravessar o mato que tem, mas pelo menos já era mais perto. Concluí o ensino médio em 2005. Em 2006, teve um professor que me convidou para entrar na educação, para dar aulas, mas eu não sabia o que era isso, não sabia como ensinar os alunos, mas minha mãe me incentivou muito pra aceitar essa proposta, porque eu já tinha concluído o ensino médio, aí eu aceitei. Quando cheguei na escola, falaram pra mim que eu tinha que continuar meus estudos, não bastava o ensino médio, eu tinha que conhecer a educação escolar indígena, além de conhecer a luta do meu povo, porque a maior parte da minha vida eu estudei numa escola que não ensinava os alunos, não ensinava valorizar minha cultura, minha língua. Então eu ingressei, na época, bem no período que abriu a turma específica de Ará Verá, eu ingressei (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

A educação escolar foi importante na formação de Vanoiria, que hoje é professora e ativista dos direitos indígenas, atua em prol do território e da educação. Em suas palavras, “[s]em território não há educação; sem educação, não vai ter território, um depende do outro” (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Em Cerrito, Vanoiria já desempenhou diferentes funções, dentre elas, o papel de conselheira na equipe de liderança. A imagem abaixo retrata um dos momentos em que os representantes da comunidade se reuniram com as autoridades do município de Eldorado para apresentar uma demanda da comunidade. Vanoiria é a terceira pessoa do lado direito, está vestindo uma blusa de cor amarela.

Figura 37 – Reunião – Prefeitura de Eldorado



Fonte: Reunião – Prefeitura de Eldorado. Rede social Facebook – Prefeitura de Eldorado, 27/08/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=678621712606634&set=pb.100064941390761.-2207520000>. Acesso em 11 jul. 2022.

Conforme a descrição da imagem publicada na rede social da prefeitura de Eldorado, o prefeito, a vice-prefeita e a secretária de saúde receberam os representantes da comunidade Cerrito para uma reunião. A principal pauta foi a reivindicação de um médico para atendimento no posto de saúde do território indígena. Na ocasião: “Estiveram presentes Capitão Elmo, Cacique Roberto Carlos da Aldeia Porto Lindo, Conselheira Vanoiria, Luciana Conselheira Técnica, Paulino Conselheiro Distrital, Ocimara Enfermeira da Aldeia, Arlindo Agente de Saúde e Adilson”¹⁶⁴. A administração municipal considerou a reunião produtiva e se comprometeu a atender a demanda apresentada pelo grupo. Quanto às considerações da equipe de representantes Guarani e Kaiowa, não sabemos quais foram suas análises após a reunião, pois a matéria não expôs nenhum registro a respeito.

Desde o período colonial a civilização ocidental invisibilizou e silenciou os povos indígenas do Brasil, a palavra indígena foi negada, mesmo quando o assunto eram eles. Essa negação diz muito sobre o dito colonizador sobre os povos indígenas e o contexto em que é produzido, sobre essa negação, Chamorro (2008, p. 292), explica que “[e]la faz com que a pessoa silenciada acabe por significar ao longo dos seus apagamentos e a partir das falas exteriores a ela”. A exclusão de uma das partes na discussão sobre as políticas “inclusivas” se

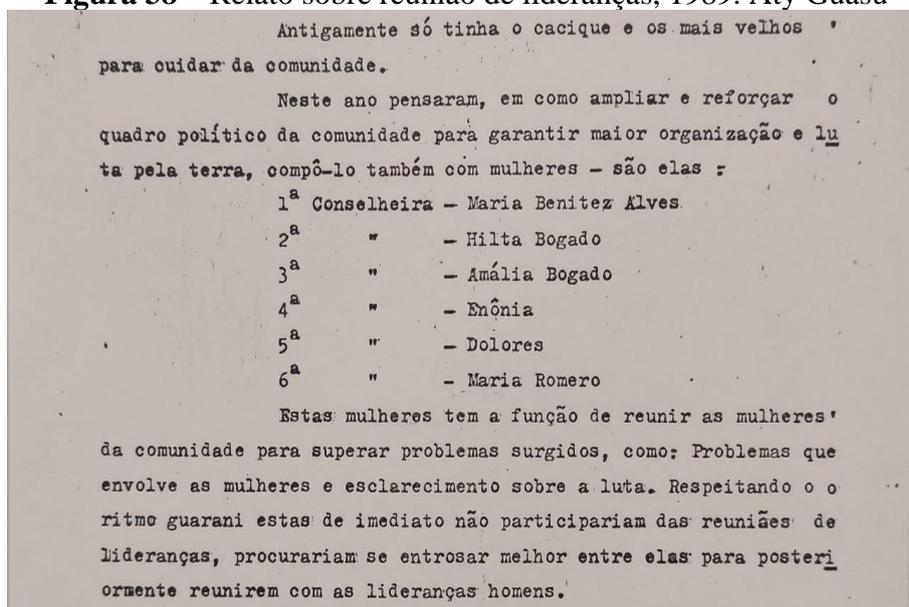
¹⁶⁴ REUNIÃO – Prefeitura de Eldorado. Rede social Facebook – Prefeitura de Eldorado, 27/08/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=678621712606634&set=pb.100064941390761.-2207520000>. Acesso em 11 jul. 2022.

desdobrou e se modificou ao longo da história. Se antes a política de silenciamento e exclusão se dava através da violência física e assassinatos, atualmente ela se dá também por esses meios, mas sobretudo pela violência simbólica que se consolida em ações de desrespeito e ataques aos direitos indígenas.

Como nos últimos anos o diálogo com os órgãos federais tem se tornado mais difícil, Vanoiria e demais atores sociais de Cerrito têm buscado se aproximar do sistema político formal, a fim de obter acesso às fontes públicas de bens e serviços, o que também é direito dos povos Guarani e Kaiowa que, por sua vez, são cidadãos.

Ainda sobre a descrição dos representantes indígenas de Cerrito que participaram da reunião, é importante refletir sobre a função conselheira/conselheiro. No ano de 1989, foi realizada a *Aty Guasu* em São Miguel do Iguçu, estado do Paraná, a assembleia contou com participantes Guarani e Kaiowa de diferentes estados, dentre eles, de Mato Grosso do Sul. No relatório final foram elencadas as principais questões abordadas no encontro, no rol das discussões foram registradas informações acerca da formação de uma nova equipe de liderança constituída no território Ocoí. No fragmento a seguir, é possível visualizar quais seriam as principais funções das conselheiras Guarani. Em dado contexto, vejamos¹⁶⁵:

Figura 38 – Relato sobre reunião de lideranças, 1989. *Aty Guasu*



Antigamente só tinha o cacique e os mais velhos para cuidar da comunidade.

Neste ano pensaram, em como ampliar e reforçar o quadro político da comunidade para garantir maior organização e luta pela terra, compô-lo também com mulheres - são elas :

1 ^a	Conselheira	- Maria Benitez Alves.
2 ^a	"	- Hilda Bogado
3 ^a	"	- Amália Bogado
4 ^a	"	- Enônia
5 ^a	"	- Dolores
6 ^a	"	- Maria Romero

Estas mulheres tem a função de reunir as mulheres da comunidade para superar problemas surgidos, como: Problemas que envolve as mulheres e esclarecimento sobre a luta. Respeitando o ritmo guarani estas de imediato não participariam das reuniões de lideranças, procurariam se entrosar melhor entre elas para posteriormente reunirem com as lideranças homens.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS.

¹⁶⁵ RELATO sobre reuniões de lideranças – *Aty Guasu*. Comunidade Guarani do Ocoí, 1989. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18/08/2021.

O conselho, neste caso específico constituído apenas por mulheres, era responsável por dialogar com as demais mulheres da comunidade, averiguar e solucionar os problemas apresentados. Além disso, tinha como atribuição o repasse de informações sobre “a luta”. Com o passar do tempo, ocorreram mudanças na política dos povos Guarani e Kaiowa. Diante dos novos desafios e possibilidades, as delegações foram reestruturadas, o ofício de conselheira e conselheiro foi otimizado.

Sobre a participação das mulheres nas reuniões que ocorrem fora de Cerrito, Vanoiria alega: “[a]qui quem participa mais do movimento sou eu mesma, não dá para todas as mulheres irem nas reuniões, então quando é a vez das mulheres, é eu que vou” (Vanoiria 18/12/2021). As reuniões às quais a depoente se refere são encontros com as autoridades locais, com organizações não governamentais, com representantes da esfera jurídica nas grandes assembleias da Aty Guasu e Kuñangue.

A representatividade de Vanoiria abrange todo o coletivo de Cerrito, tanto da área demarcada como também da área que aguarda a finalização do processo de demarcação. Sem olhar as diferenças de sexo biológico, gênero, ou idade, seu trabalho social busca atender a todos aqueles que necessitam de algum tipo de auxílio. Contudo, cabe ressaltar que o público que mais procura por seus serviços são as mulheres. Em suas palavras:

Quem sabe quando está faltando alimentos são as mulheres, são elas que vão atrás de alimentos, a mim mesma, nunca chegou um homem para falar, ‘estou precisando disso ou daquilo’, ontem mesmo apareceu uma mãe e falou para mim, ‘Vanoiria, vê se consegue com a parceria leite, está faltando leite’, então as mulheres é que vão atrás (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Também são as mulheres que mais procuram Vanoiria para a resolução de questões burocráticas, tais como fazer o registro de nascimento das crianças, retirar a segunda via de documentos, dentre outros. Em suas palavras:

Eu trabalho muito a questão social, as gestantes precisam de roupa de bebê e me procuram. Quando moram duas ou três famílias na mesma casa tem mais dificuldade, chega no final do mês falta alimento, então tudo isso chega até mim. Parte de documentação também. Eu arrumava ônibus para levar essas pessoas para Naviraí, lá demorava pra ficar pronto e em Naviraí é 7 dias, então eu arrumava ônibus com a prefeitura e levava o pessoal, eu consegui fazer 150 documentação, até hoje tem demanda, desde bebê até idoso. Consegui fazer muita coisa em parceria com o município (Vanoiria Martins Fernandes, 14/07/2021).

Mesmo nos territórios demarcados, a existência de dificuldades econômicas é um agravante que exige atenção das lideranças e demais atores políticos. Como Vanoiria pontuou

no segmento acima, sua atuação nas questões sociais é diversificada, o que exige um constante diálogo com sua comunidade local e com atores da sociedade civil, a fim de firmar acordos que promovam melhorias na qualidade de vida dos Guarani e Kaiowa de Cerrito.

Scherer-Warren (2009, p. 109), ao falar sobre as redes de (re)territorialização desenvolvidas pelo “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) e pelo “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (MTST), elenca que “[o] acampamento é o espaço onde as redes de solidariedade e de identidade simbólica e política se desenvolvem [...]”. Embora a referência seja feita a movimentos de luta do campo e urbano promovidos por não indígenas, o mesmo é perceptível nos acampamentos de retomadas indígenas e em territórios demarcados que também constituem significados políticos e simbólicos muito próprios e subjetivos, e que ao mesmo tempo se estendem ao coletivo em virtude do movimento de luta que une diferentes grupos em prol de transformações sociais que ultrapassam as fronteiras regionais. São nessas situações que as redes de resistência negociam entre si a ampliação de suas organizações e reafirmam as demandas coletivas.

Ao mesmo tempo que a vida nos espaços de luta manifesta a contestação a uma ordem impositiva criada e mantida pela sociedade envolvente, também mostra coragem em fazer revolução, isto é, ao sair do campo utópico, mulheres e homens Guarani e Kaiowa se levantam contra a negligência do Estado e a opressão do sistema capitalista, não só para terem suas demandas atendidas, mas também para promoverem a justiça social.

A capacidade de organização em rede permite a inclusão de habilidades e competências que potencializam as estratégias de luta em prol da vida dos povos indígenas no mundo contemporâneo. Assim, essa rede de luta ressignifica seus meios de atuações permitindo a conexão de tempos e espaços variados, o que propicia novas formas de relações que agregam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A visibilidade das ações individuais está presente em diferentes lugares, pode estar no interior do território demarcado, em fase de demarcação, reivindicado, e em espaços urbanos, onde conta com sujeitas e sujeitos que se movimentam em prol dos interesses coletivos. Nesses espaços, as Guarani e Kaiowa buscam alternativas teóricas e práticas para garantir a efetivação de seus direitos. Cada espaço concede ferramentas específicas de luta que estruturam a operação individual e coletiva.

Considerando as mudanças que ocorreram no território tradicional após as interferências dos não indígenas, perguntamos a Vanoiria: A partir de que momento as mulheres começaram a participar da defesa do território? Ela respondeu:

Desde sempre, desde o início, porque o trabalho em conjunto é fundamental. Enquanto os homens ficam na segurança, as mulheres ficam responsáveis por fazer comida, por fazer reza, cuidar dos doentes, muitas são parteiras, elas fazem o parto. Antigamente era assim, e hoje não é muito diferente (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Destarte, estar atuando em prol do *tekoha* é também estar cuidando das especificidades, pois existe uma relação de interdependência entre os diferentes indivíduos que fazem o movimento acontecer. A saúde, a alimentação, a educação e a espiritualidade são componentes primordiais para a existência da luta.

Vanoiria, ao falar da luta das mulheres Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul, cita a mobilização das moradoras do território Boreviry de Teko-Ava localizado em Naviraí – MS, que ela acompanha e presta apoio mesmo antes da efetivação da retomada. Seu primeiro contato com a comunidade foi por meio de Luciane Gallo, como ela conta:

Eu conheci a Luciane Gallo numa reunião online, ela apresentando as dificuldades dela, fiquei muito interessada e pensei “essa comunidade precisa de alguém, eu acho que vou ligar para ela”, eu consegui o contato dela. A primeira vez nós conversamos pelo celular. Em outro momento, na época de pandemia não tinha aula presencial [...], eu inventei de levar as pessoas da minha comunidade Cerrito que precisavam de documentação pessoal para a cidade de Naviraí para tirar o documento, precisa ir para lá. Aí eu agilizei o transporte aqui no município, eu levava direto dez a quinze pessoas da comunidade, a gente levava de Van, uma vez quando eu estava lá em frente do local que faz documentação, passou a Luciane, aí eu me apresentei para ela e começamos a conversar sobre Borevi-ry de Teko-Ava (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Ao conhecer as dificuldades da população indígena em contexto urbano de Naviraí, Vanoiria se prontificou a ajudar no que fosse preciso. Assim, passou a se deslocar com frequência para o município de Naviraí com o objetivo de ministrar aulas para as crianças Guarani e Kaiowa, por alguns meses chegou a receber remuneração do município, porém, em virtude de desentendimentos pela forma como a gerência de educação atuava no âmbito pedagógico com as crianças indígenas, Vanoiria preferiu se desligar do funcionalismo público. Mesmo sem remuneração, Vanoiria continuou seu trabalho com a comunidade Boreviry de Teko-Ava: “[e]u volvi lá pra falar da educação escolar indígena, não mais como professora do município, eu volvi lá enquanto movimento, aí eles me ouviram” (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

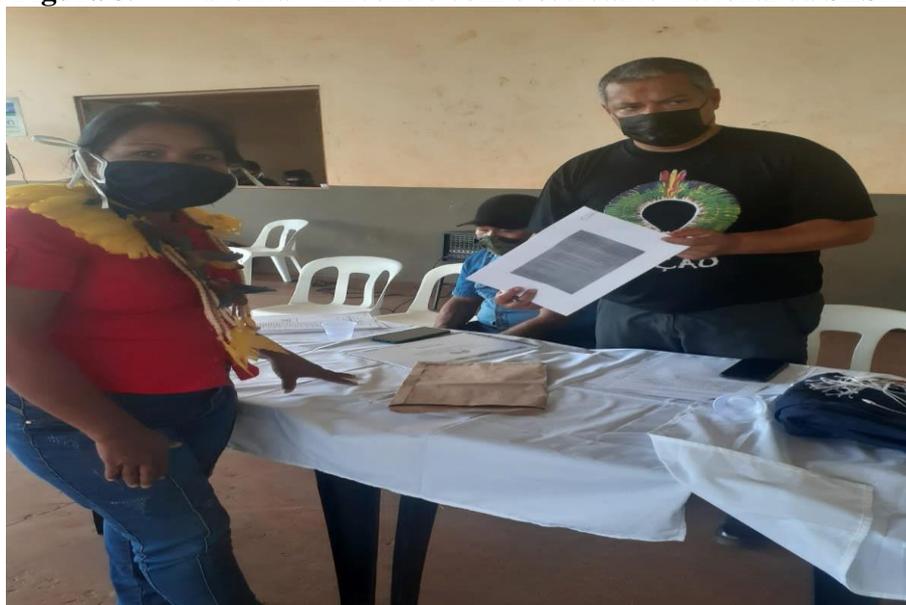
Além de se dedicar à educação escolar indígena, Vanoiria passou a fazer parte da rede mobilizacional em prol da demarcação do território tradicional de Boreviry de Teko-Ava.

Vanoiria, que já tinha apoiado outras retomadas de parentes e amigos Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul, contribuiu com as estratégias adotadas para permanência no local.

Nesse contexto, houve a ocupação da comunidade Boreviry, aí me ligaram e disseram a comunidade ocupou uma área, eles precisam de você, aí eu e meu esposo fomos com o objetivo de ajudar, de divulgar a ocupação, de buscar apoio com a FUNAI, com os parceiros, apoiadores (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Em todas as oportunidades que têm, Vanoiria, além de apresentar as demandas da comunidade Cerrito, expõe as dificuldades vivenciadas pela comunidade Boreviry de Teko-Ava. O registro abaixo marca um desses momentos:

Figura 39 – Vanoiria – Encontro com o secretário nacional da SESAI



Fonte: Arquivo pessoal de Vanoiria Martins Fernandes.

Ao falar sobre o diálogo com órgãos governamentais, Vanoiria contextualiza o registro acima como uma reunião ocorrida no início do ano de 2022, com o secretário Nacional da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), de Brasília, oportunidade em que ela entregou de forma impressa as reivindicações das comunidades Cerrito e Boreviry de Teko-Ava (Vanoiria Martins Fernandes, 14/07/2022).

Por sua experiência, Vanoiria, consegue contribuir no alcance de mais visibilidade na reivindicação da comunidade Boreviry de Teko-Ava pela demarcação territorial. Ao ser questionada sobre qual seria a motivação em contribuir com a luta dos Guarani e Kaiowa em

contexto urbano de Naviraí, ela explica que: “[e]les precisam da gente. Por exemplo em Naviraí, as vezes eu estava lá de noite e eles ligavam para mim e diziam a gente não consegue fazer isso ou aquilo, a gente precisa muito de você” (Vanoiria Martins Fernandes, 14/07/2022). Assim como muitas mulheres Guarani e Kaiowa, Vanoiria não aceita o desrespeito e a violação de direitos cometida com o seu povo, que já sofreu demais com a expropriação territorial e as consequências desse processo.

Ademais, de acordo com Vanoiria, fazer parte dessa rede é algo que a fortalece. Em suas palavras:

Esses dias eu fui pra lá e falei que são elas que me fortalecem, a gente que está na linha de frente também se sente desanimada, as vezes cansada, você chega lá, você olha para aquelas mulheres que estão lá na comunidade te esperando, esperando alguma esperança, que você leve alguma notícia boa, isso parece te colocar de pé de novo (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Pelas palavras de Vanoiria é perceptível que as novas relações estabelecidas com as mulheres que residem no acampamento proporcionam mediações de conhecimento que favorecem tanto Boreviry de Teko-Ava, como também Cerrito, isto pois, a construção do diálogo individual e coletivo promove o pertencimento étnico dos povos Guarani e Kaiowa.

As interações entre as diferentes sujeitas produzem relações sociais. Nas palavras de Strathern (2006, p. 204), os seres humanos são compostos por um “microcosmo de relações” que produz interdependências expressas nas ações individuais, produzindo interconexões e, assim, tornando-se coletividade. As relações estão em constantes mudanças e se apresentam com faces múltiplas, fazendo e desfazendo papéis sociais, modificando o planejamento das ações individuais, o que, por sua vez, modifica as ações coletivas. A noção de unidade depende da noção de coletividade, isto é, as relações sociais se fundamentam em experiências individuais, do mesmo modo que a pessoa não pode ser compreendida sem que se leve em conta o seu coletivo. Os grupos também não podem ser compreendidos sem o exame das singularidades.

Tanto as singularidades como as pluralidades são construídas a partir de fatos histórico-sociais que antecederam sua própria existência. Nesse sentido, “[o] processo universal de civilização individual pertence tanto às condições da individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos” (Elias, 2006, p. 21).

Ao falar sobre o apoio prestado às mulheres que estão na retomada de Boreviry de Teko-Ava, Vanoiria explica como tem se mobilizado e cita uma de suas ações:

A Cilene do *tekoha* urbano de Naviraí, o nome dela foi citado no processo de reintegração de posse, eu já passei o nome dela para as mulheres da Kuñangue, para alguém ligar para ela, para deixá-la tranquila, para ter um apoio psicológico, porque a gente sabe, não é fácil, a gente sabe que nem todas as mulheres têm como lidar com esse tipo de problema (Vanoiria Martins Fernandes, 18/12/2021).

Cilene Fernandes Pereira, Ronaldo Geronimo e Braulio Armua foram citados como representantes da comunidade Boreviry de Teko-Ava. Outrossim, réus no processo de reintegração de posse de número: 5000153-78.2022.4.03.6006. Vanoiria demonstra preocupação com a saúde mental das Guarani e Kaiowa que estão no acampamento, sabe das dificuldades que essas mulheres enfrentam diariamente para lutarem pelo presente e futuro de suas crianças.

Perante o exposto, é possível considerar que a atuação de Vanoiria expressa o sentido de movimento indígena, isto é, a união por uma direção em comum, a reivindicação por respeito aos modos de vida dos povos indígenas que, por conseguinte, não se enquadram nos padrões da sociedade capitalista. Do mesmo modo que seu ativismo ultrapassa as delimitações geográficas, as mudanças sociais se efetivam de forma descomedida.

4.6 INAYE GOMES LOPES

Seguindo a linha de análise acerca de trajetórias de luta pelo território indígena, parte-se para a observação de alguns aspectos pertinentes à atuação da Kaiowa Inaye Gomes Lopes, que ao longo de sua vida já percorreu diferentes caminhos na busca do bem viver dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Assim como seu pai, ela exerce seu ativismo em diferentes frentes, ora no interior de seu território, ora na política governamental Inaye utiliza diferentes estratégias de mobilização.

A história de luta de Inaye é repleta de acontecimentos que não podem ser abordados em sua integralidade neste estudo, por isso selecionamos alguns fatos que denotam o processo de sua formação política. Atualmente, com 34 anos de idade, Inaye exerce o cargo de vereadora no município de Antônio João, localizado na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, fazendo fronteira com o Paraguai. Além de representar os interesses da comunidade Guarani e Kaiowa que reside em seu território, é representante da população não indígena. Por vias democráticas, Inaye tem desenvolvido um trabalho em conjunto com a população nas instituições políticas formais.

Para nos ajudar a compreender sua motivação pelo sistema político, Inaye destaca alguns fatos marcantes em sua infância e juventude, e começa a fazer isso relembando a importância de seu pai, Amilton Lopes, não só na sua vida como também na existência da comunidade¹⁶⁶. Em suas palavras:

Quem começou a luta pelo território foi o meu pai antes de se casar com a minha mãe na aldeia Pirakua [...]. Casou com a minha mãe, tiveram esses 6 filhos, desde então meu pai não parou, ele lutou pelas 14 áreas, conseguiram demarcar, a 14 foi essa Nanderu Marangatu, que está ainda nessa fase de aguardar a homologação [...]. Depois que meu pai faleceu eu passei a me interessar mesmo. Eu falei, tenho que levar a luta dele adiante, continuar com a bandeira dele de lutar pelo povo guarani e kaiowa, aí que eu senti responsabilidade. Antes de morrer ele sempre falava alguém dos meus filhos tem que continuar a luta, percorrer pelo caminho onde eu caminhei, ele lutava, ele viajava para a Europa, ficou 30 dias na Europa fazendo campanha pela demarcação de terras. Meu pai faleceu em 17 de setembro de 2012. Parece que o espírito dele se encarnou em mim. E falei, agora vou viajar representando o meu povo, eu abracei a causa (Inaye Gomes Lopes, 24/11/2021).

Amilton Lopes¹⁶⁷ foi uma figura central na formação de Inaye enquanto mulher Kaiowa e ativista dos direitos dos povos indígenas. Com incentivo de seu pai, Inaye buscou por meio da educação escolar conhecer sua história e a legislação de seu país. Para isso, cursou graduação e mestrado em História. Além da busca pelo conhecimento científico, também experienciou no chão do *tekoha* a luta pela demarcação de Ñande Ru Marangatu. Embora tenha nascido no território Pirakua, situado no município de Bela Vista – MS, Inaye viveu grande parte de sua vida em Ñande Ru Marangatu e Campestre, territórios que oportunizaram diversas experiências de conflito, luta e resistência.

Bordieu, refletindo sobre as competências dos agentes políticos da sociedade envolvente, ressalta:

Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos

¹⁶⁶ A entrevista realizada com Inaye Gomes Lopes ocorreu na Câmara Municipal de Antônio João – MS.

¹⁶⁷ De acordo com Oliveira e Pereira (2009, p. 88), mesmo não tendo nascido em Nanderu Marangatu, Amilton Lopes, ao morar no território e estabelecer relações de amizade, se empenhou em defender os interesses daquele coletivo. Por conseguinte, sua militância política foi marcante. Hegen Heck (CIMI, 2012) registrou: “[...] participou intensamente do processo da Aty Guasu e das lutas de retomada dos tekoha. Participou de eventos nacionais e internacionais. Teve momentos de intensas alegrias, mas também de tribulações e conflitos. Foi candidato a vereador nas últimas eleições e foi membro do Conselho Tutelar do município de Antonio João (MS)”. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/09/34052/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política [...] (Bordieu, 1989, p. 169).

A preparação dos representantes é considerada um fator importante para uma boa atuação na esfera pública, não que isso garanta o sucesso do exercício político nem que seja uma regra, mas é um caminho adotado por aqueles que aspiram tal feito. Tanto na sociedade envolvente como na sociedade Guarani e Kaiowa, a preparação para o exercício de uma atividade política requer o auxílio de outros indivíduos, o que torna esse processo uma construção coletiva.

Antes de se candidatar como vereadora, Inaye trabalhava como professora em Ñande Ru Marangatu, contexto esse que a fez conhecer mais de perto as dificuldades e as aspirações de sua comunidade que aguardava a efetivação da demarcação territorial. Sobre o imbróglio judicial referente à suspensão da homologação da demarcação de Ñande Ru Marangatu, cumpre destacar que:

Nhanderu Marangatu é sabidamente uma terra indígena tradicional Guarani e Kaiowá. Foi reconhecida e homologada pelo Governo Federal em meados de 2005. No entanto, a suspensão dos efeitos da homologação, seguido por uma ordem de despejo proveniente do Poder Judiciário, destinou quase mil pessoas ao peso impagável de mais de uma década de beira de estrada, mortes e a obrigatoriedade de suportar condições sub-humanas de vida. Estas centenas de pessoas passaram a viver, desde então, em menos de 150 dos 9.500 hectares homologados. Cansados de sofrer, os indígenas decidiram retomar sua área originária (CIMI, 29/08/2015).

O laudo antropológico de identificação publicado no ano de 2007 reconheceu que a área demandada é território de ocupação tradicional da comunidade Ñande Ru Marangatu (Oliveira; Pereira, 2009, p. 269). Mesmo com a comprovação científica realizada pelo GT, as contestações judiciais, a fim de barrar o avanço e efetivação da demarcação, não cessaram.

Cansados das diversas formas de violência e violação de direitos cometidos contra sua comunidade, um grupo de pessoas resolveu articular a retomada de parte de seu *tekoha*. Inaye relata que a equipe de professoras e professores coordenou o movimento de retomada. Sobre esse acontecimento ela externa:

A gente vivia num espaço muito pequeno, todos os professores se envolveram na retomada de 2015, os professores que tomaram a frente de fazer a retomada, a diretora não sabia de nada, nós que se organizamos, tinha 23 professores que entramos na retomada, nós montamos estratégia, demorou só dois dias. As lideranças que estavam atuando não queriam, diziam que não estava passando fome na aldeia, a proprietária dizia que dava carne. Aí eu falei, não, temos que

lutar, vamos retomar nossa terra, e aí nós fomos, quando foi dia 22 de agosto se reunimos e fomos, chegamos lá 2:00 horas da madrugada, o rapaz se assustou, o caseiro que estava lá, falamos para ele que não estávamos ali para machucá-lo e que quando amanhecesse ele avisasse seu patrão que estávamos retomando nossa terra. Já fazia 20 anos aguardando a demarcação. Mas o que eu quero falar com isso, depois da retomada eu percebi que muitas crianças se sentiram em liberdade, sabe quando você vê o passarinho saindo da gaiola, era dessa forma que eu percebi nos meus alunos, nos meus filhos, eles aprenderam a pescar, aprenderam a fazer armadilha, aprenderam a explorar a paisagem. Eu enchi os olhos de lágrimas, vendo os alunos tomarem banho no rio, porque antes nós não tínhamos. Até então, historicamente os guarani e kaiowa viveram nessa região, eu fiz o mapeamento, tem 34 regiões de *tekoha*, onde os kaiowa moravam, cada um tem seu nome diferente, toda essa região. Os professores são natos, lutam. Os professores indígenas ensinam seus alunos a se defenderem [...]. Temos que lutar pelo nosso direito, eu sempre falo para meus alunos, vocês têm que conhecer os direitos de vocês (Inaye Gomes Lopes, 24/11/2021).

Diante dessas palavras, é possível pensar a prática docente dessas professoras e professores Guarani e Kaiowa como um ato político. Para a depoente, a justificativa para o envolvimento com a reivindicação pela efetivação da homologação da demarcação territorial se explica pelo desejo de ver os estudantes bem. Em suas palavras: “[s]em o território não há educação de qualidade, principalmente quando se fala em duas coisas que se unem, porque tem a educação escolar e tem a educação familiar, então se a gente não tem espaço, não tem como viver bem” (Inaye Gomes Lopes, 24/11/2021).

A colocação de Inaye demonstra que os professores envolvidos no movimento de retomada (em sua maioria mulheres) se empenharam para garantir melhorias na formação integral dos estudantes Guarani e Kaiowa. De forma semelhante aos relatos das demais colaboradoras desse trabalho, Inaye externa um sentimento de preocupação com as crianças, o que nos remete aos ensinamentos de Gohn (2007) que, ao falar das mulheres não indígenas nos movimentos sociais, alega:

As mulheres emergiram na cena pública brasileira, após 1975, por meio de seus diferentes papéis sociais – como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia [...] (Gohn, 2007, p. 50).

A conjuntura sociopolítica exigiu que essas mulheres se organizassem em movimentos para defender os direitos de suas crianças, adolescentes e jovens num ato voluntário, movido pelo amor ao outro. Esse forte sentimento faz com que elas se sintam comprometidas em doar

seu tempo, não por obrigação, mas sim por opção. Na mesma esteira, as mulheres Guarani e Kaiowa protagonizaram a luta pelo outro, criança, mulher, homem.

Após a retomada de parte da área indígena, a comunidade passou a enfrentar as ações violentas dos proprietários rurais, que tentaram de todas as formas expulsar novamente a população Guarani e Kaiowa de seu território de ocupação tradicional. Mediante a resistência da comunidade, os proprietários propuseram um acordo para que a comunidade ocupasse apenas uma pequena parte do *tekoha* até o julgamento definitivo pela Justiça Federal da 3ª Região na Ação Declaratória nº 0001924-29.2001.403.6002. Um pequeno grupo de indivíduos, que se dizia representante da comunidade, chegou a concordar com a proposta. Contudo, o coletivo não aceitou o acordo e manifestou, por meio de petição apresentada pelo representante jurídico da comunidade, sua indignação perante o contrassenso da proposta e ações desleais de sujeitos que não representavam a vontade geral. Nas palavras do coletivo:

Figura 40 – Declaração – Aldeia Nãnde Ru Marangatu

Aldeia Nãnderu Marangatu

Neste dia vinte cinco, domingo mês setembro de dois mil e dezesseis, a comunidade se reuniu no local cedo juntamente com a comissão da aldeia para discutirmos sobre a terra, seguindo com a conversa paralela de que a proprietária Rosely com seu político tentaram convencer alguns membros da comunidade de usar o nome de fazer acordo com proprietários de terras para trazerem hectare, por este motivo a comunidade preocupadamente se reuniu e chegaram no acordo de que não haverá acordo com os proprietários. Pois respeitamos a decisão da STF e manteremos a decisão pois a nossa terra foi demarcada e homologada como terra tradicional.

Para ciência de vós informamos que existe uma comissão legítima escolhida para representar todos Nãnderu Marangatu. Os membros da comissão são: Gilta, Renaldo Gomes Machado, Aquilino da Silva Vasquez, Manoel Gomes Lopes, Aderis Aquino Almeida, Joel Aquino Almeida, Roberto Vilhoso, Bariloso, Adão Forster, Matias Almeida, Augusto F. Vilhoso,

Fonte: Procedimento Cível nº 0001924-29.2001.4.03.6002. Justiça Federal da 3ª Região.

Para melhor compreensão, segue a transcrição da fonte¹⁶⁸:

Aldeia Nãnderu Marangatu

Neste dia vinte cinco, domingo mês setembro de dois mil e dezesseis, a comunidade se reuniu no local cedo juntamente com a comissão da aldeia para discutirmos sobre a terra, seguindo com a conversa paralela de que a proprietária Rosely com seu político tentaram convencer alguns membros da

¹⁶⁸ PROCEDIMENTO CÍVEL nº 0001924-29.2001.4.03.6002. Justiça Federal da 3ª Região – Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Ponta Porã – MS, em: 03 ago. 2022.

comunidade de usar o nome de fazer acordo com fazendeiro de voltar para trezentos hectares, por este motivo a comunidade preocupantemente se reuniu e chegaram no acordo de que não haverá acordo com os fazendeiros. Pois respeitamos a decisão do STF e manteremos a decisão pois a nossa terra já demarcada e homologada como terra tradicional.

Para ciência do Juiz informamos que existe uma comissão legítima escolhida para representar todos Nãnderu Marangatu. Os membros da comissão são: Elida Reginaldo Gomes Machado, Avelino da Silva Vareiro, **Inaye Gomes Lopes**, Alenir Aquino Ximenes, Joel Aquino Ximenes, Rogelio Vilhalva Barbosa, Silvio Sarate, Mario Almeida, Augusto F. Vilhalva, (grifo nosso).

A relação de nomes da comissão representativa de Nãnde Ru Marangatu tem continuidade na segunda e última página do documento. Observa-se que Inaye é citada como integrante da comissão, o que evidencia a participação da Kaiowa no movimento de luta pelo território tradicional.

O agir das lideranças Guarani e Kaiowa se acha sob o princípio da responsabilidade, condição essencial para uma reciprocidade proporcional. Cabe lembrar que, embora estejamos nos referindo a uma unidade de caráter identitário, isso não quer dizer que as diferenças e multiplicidades de ideias e discursos não gerem posições contrárias, pois estas existem. É nesse contexto que a liderança política utiliza de seu poder como indivíduo de influência para buscar um entendimento no espaço coletivo que ocupa junto à sua comunidade. A metodologia utilizada pela liderança exclui a violência, pois o convencimento é feito pela palavra, utilizando-se de argumentos fundamentados pela razão. De acordo com Inaye (24/11/2021), na contemporaneidade, com a finalidade de evitar injustiças, os diálogos e trocas de informações são prioridades que devem permanecer independente da liderança que esteja delegando.

O trabalho na educação escolar e a participação na organização do movimento de reivindicação pela efetivação da demarcação territorial de Nande Ru Marangatu suscitaram em Inaye o desejo de participar de mais “Redes Emancipatórias” (Scherer-Warren, 2018). Assim, Inaye passou a dialogar com as organizações indígenas de outros estados, vindo a fortalecer a luta dos povos indígenas brasileiros. No ano de 2017, Inaye participou da conferência organizada pela Organização das Nações e Povos não Representados (UNPO), que teve por título “Os Guarani-Kaiowa e o Ataque aos Direitos Indígenas no Brasil”, realizada no parlamento Europeu em Bruxelas – Bélgica. A imagem a seguir registra o momento em que Inaye denunciou a violação de direitos indígenas no Brasil.

Figura 41 – Conferência: Os Guarani-Kaiowá e o Ataque aos Direitos Indígenas no Brasil



Fonte: UNPO. Disponível em: <https://unpo.org/article/20120>. Acesso em: 28 jul. 2022.

No que tange à participação de Inaye, o Boletim de notícias da UNPO registrou: “Inayê Gomes Lopes, uma líder comunitária e professora Guarani-Kaiowá de 28 anos, iniciou o segundo painel dando um relato arrepiante da violência que despojou sua comunidade de seus recursos, meios de subsistência e dignidade”¹⁶⁹. Outrossim, Inaye continuou participando de outros encontros nacionais e internacionais de apoio e defesa dos direitos indígenas.

Com o objetivo de contribuir com sua comunidade, no ano de 2020, Inaye se candidatou a vereadora, foi eleita e, ao assumir o mandato, fez um discurso afirmando o compromisso com o povo indígena e enfatizando para os não indígenas que seu trabalho beneficiaria toda a população de Antonio João – MS (Inaye Gomes Lopes, 24/11/2021).

A respeito da participação das Guarani e Kaiowa na política formal, Inaye declara:

É possível sim as mulheres estarem no meio desse espaço, abrindo caminhos. Eu queria muito que as mulheres avançassem mais, estivessem mais no poder, porque isso também fortalece a nossa luta, principalmente pela demarcação de terras, pelo bem-estar, pelo bem viver de nosso povo (Inaye Gomes Lopes, 24/11/2021).

É importante enfatizar que, antes de adentrar ao sistema político formal, Inaye atuou em diferentes frentes no movimento Guarani e Kaiowa. Com o passar do tempo, sua atuação se

¹⁶⁹ UNPO – Direitos Indígenas e Ambientais Ressaltados em Conferência do PE sobre os Guarani-Kaiowá. Disponível em: <https://unpo.org/article/20120>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ampliou, passando a abranger a política ordinária, onde se destacou na intermediação das discussões políticas entre os diferentes interesses.

A política dos não indígenas ignorou, por muitas vezes, a possibilidade de existir outras formas de se fazer política no Brasil, pois não respeitavam o que Hannah Arendt (2002) considerava ser o pressuposto básico da ação política, que é a liberdade. Ignorar as organizações políticas dos povos indígenas é reafirmar a negação em conviver com as diferenças. “[a] política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (Arendt, 2002, s/p). Com isso, podemos dizer, seguindo o desenvolvimento dos argumentos de Arendt, que a política que serve para organizar e reorganizar o meio social é composta pela pluralidade. Desse modo, a política se estabelece como relação necessária, isto é, sua organização só é possível se existirem pessoas, o que implica em subjetividades e pluralidades.

As organizações políticas Guarani e Kaiowa reconhecem a importância do conhecimento acerca de outras práticas políticas existentes entre as mais de 305 etnias indígenas que vivem em território nacional, como também, as da sociedade não indígena.

No Brasil, múltiplas pessoas se movimentam na teia de relações sociais. Tal interação promove o diálogo intercultural, o que constitui diferentes espaços de experimentação e de reflexão do próprio desafio de convivência interétnica. Nesse sentido, cabe reforçar que:

Nos dias de hoje, vários povos indígenas e encontrados em território nacional transacionam e se mobilizam com coletivos indígenas e não indígenas dentro e fora deles, revigorando e redimensionando enfoques culturais e costumes que lhes são próprios, conforme seus anseios e sua cosmovisão. Tal permuta e a vivacidade que lhe é própria proporcionam uma maior visibilidade e um acréscimo do poderio de barganha das distintas organizações e dos coletivos indígenas que militam por reconhecimento e em prol de seus direitos no país (Gonzaga, 2022, p. 20).

As forças mobilizadoras na busca de diálogos interculturais são diversas e únicas, o respeito aos direitos constitucionais se apresenta como a principal pauta das relações contemporâneas. Por isso, a população Guarani e Kaiowa mobiliza-se em torno de agendas locais, nacionais e internacionais, a fim de obter parcerias políticas que compartilhem dos ideais de respeito aos povos indígenas.

Inaye rompe barreiras enquanto mulher Kaiowa que emerge na política interna e externa, e enquanto mulher brasileira, pois considerando que: “[e]m relação à participação da mulher em cargos na política pública, estatísticas têm demonstrado que ainda são casos isolados” (Gohn, 2013, p. 92). Sua inserção no sistema político é significativa não só para as

mulheres de sua comunidade, como também para todas aquelas que ainda lutam pela representatividade feminina nos espaços de poder.

Todos os dias ao sair de sua residência em Ñande Ru Marangatu para trabalhar como vereadora de Antônio João, Inaye estabelece representatividade Guarani e Kaiowa na sede do Poder Legislativo do município. Esse trânsito a possibilita dialogar e propor medidas para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que necessitam de amparo, não só na sua comunidade como também na área periférica da cidade, região mais percorrida por Inaye. Por sua vez, sua atuação introduz entre os Guarani e Kaiowa e a sociedade envolvente uma nova forma de pensar e fazer política.

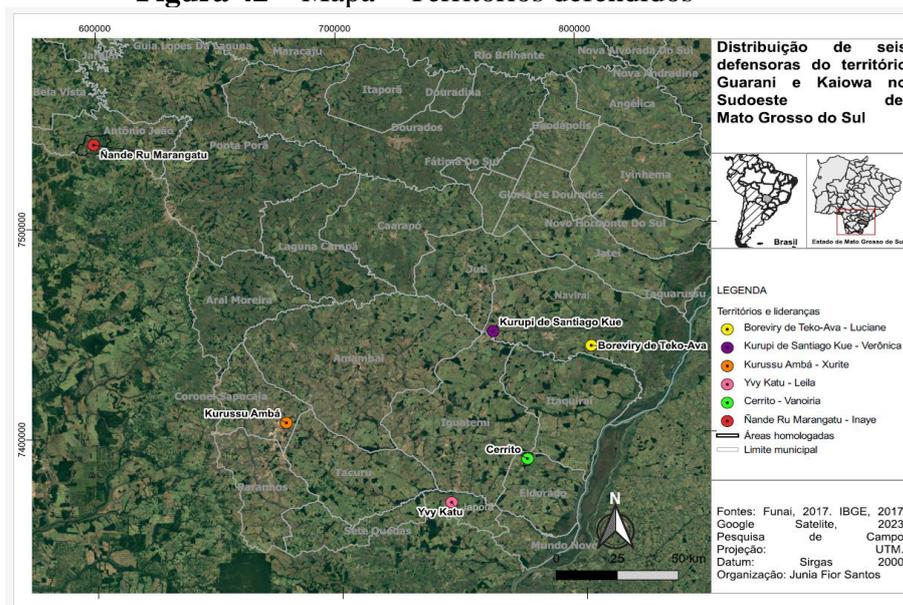
4.7 HISTÓRIAS INDIVIDUAIS – LUTAS COLETIVAS

Há séculos, os povos Guarani e Kaiowa sofrem com afrontas às suas vidas, e setores do poder econômico e do poder político negam a efetivação dos direitos constitucionais. Por conseguinte, o embate se tornou inevitável, e mulheres de diversos territórios se mobilizaram pela defesa de seus direitos. Apesar de terem corpos e identidades diferentes, têm em comum a mesma luta, o que faz com que elas constituam uma atuação em rede.

No que tange ao reconhecimento do direito dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, é possível pensá-lo como um dos elementos mais demandados pelos Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, pois esse direito ainda lhes é negado. Todas as histórias observadas nesse capítulo estão relacionadas à defesa do *tekoha*, esteja ele demarcado ou não. Mesmo após as garantias legais, ainda é necessário proteger o território das ameaças de interesses capitalistas.

A seguir, podemos visualizar o mapa que mostra a localização geográfica dos territórios que as seis Guarani e Kaiowa defendem de forma direta: Xurite Lopes (Kurussu Ambá), Verônica Martins Veron (Kurupi de Santiago Kue), Leila Rocha (Yvy Katu), Luciane Gallo (Boreviry de Teko-Ava), Vanoiria Martins Fernandes (Cerrito), Inaye Gomes Lopes (Ñande Ru Marangatu).

Figura 42 – Mapa – Territórios defendidos



Mapa da distribuição de seis defensoras do território Guarani e Kaiowa no Sudoeste de MS.

Fonte: Junia Fior Santos (2023).

Como podemos observar, a localização dessas lideranças é na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul, área que elas conhecem bem devido às dinâmicas proporcionadas pelos deslocamentos espontâneos e forçados. Mesmo estando próximas geograficamente, cada uma tem sua maneira de se relacionar com o *tekoha*. Algumas já têm seu solo demarcado e trabalham em prol de melhorias nesse espaço. Ademais, contribuem com aquelas que ainda aguardam a efetivação do processo demarcatório de seus territórios.

A partir das diferenças marcadas pelas histórias de vida, territórios, níveis de escolaridade, ferramentas de luta, essas seis mulheres atuam, cada qual à sua maneira, pelo mesmo objetivo: o bem comum de suas comunidades, reconhecendo o *tekoha* como fonte de vida Guarani e Kaiowa que deve ser defendido das ações desrespeitosas ao meio ambiente.

Como pudemos observar, as Guarani e Kaiowa que estão na luta pela defesa do território possuem diferentes trajetórias, mesmo assim é perceptível as relações em comum, marcadas pela forte participação em movimentos de reivindicação pelo território, que, por sua vez, está atrelado às suas ações cotidianas e como elas se percebem no espaço de mobilização socioterritorial. As estratégias utilizadas são diversas, a resistência no *front*, a educação escolar, a política formal, são alguns dos mecanismos utilizados para viabilizar suas lutas em prol da demarcação territorial e defesa dos territórios indígenas já demarcados.

Sem ter acesso à educação escolar de nível básico e superior, Xurite Lopes, Verônica Martins Veron e Leila Rocha, em meio a situações de confronto, conseguiram empreender

ações que permitiram às suas comunidades a possibilidade de ocupar o território reivindicado. Xurite foi assassinada durante a luta pela demarcação de Kurussu Ambá, mas seu legado de determinação permanece vivo. Verônica lidera o acampamento Kurupi de Santiago Kue, atuando pela permanência no local e contestando a morosidade no processo de demarcação. Leila, além de cobrar das autoridades competentes a homologação de Yvy Katu e contestar as investidas contra o território, também desempenha um importante trabalho como porta-voz dos Guarani e Kaiowa em conferências de âmbito nacional e internacional, em que expõe os problemas enfrentados em Mato Grosso do Sul.

Parte de uma geração que reconheceu a necessidade de estudar para defender os interesses indígenas, Luciane utilizou seus conhecimentos acadêmicos para ajudar a comunidade Boreviry de Teko-Ava a reivindicar a demarcação de seu território. Sua articulação frente a questões burocráticas é fundamental para a permanência da comunidade no local. Vanoiria, que também cursou o Ensino Superior, trabalha em prol de melhorias para Cerrito, território que já foi demarcado. Ademais, ela presta apoio à luta de outros coletivos que demandam a demarcação territorial. Inaye Gomes Lopes vivenciou as dificuldades da luta pela demarcação, estudou, se preparou para lutar com seus companheiros no *front* e na esfera judicial. Com isso, acompanhou os resultados da mobilização dos moradores de Ñande Ru Marangatu. Atualmente, ela trabalha pelo seu território que já foi demarcado e em benefício de toda a população do município de Antonio João.

Ao observar determinados fatos concernentes ao protagonismo dessas seis mulheres, podemos afirmar que suas atuações individuais atravessam o campo social, e isso faz com que elas compartilhem estratégias que beneficiam o movimento de luta em defesa do *tekoha*. Nesse sentido, as atuações individuais se constituíram a partir da necessidade de se defender das ações desrespeitosas empreendidas por sujeitos que desconsideraram suas presenças e direitos étnicos, o que exigiu a união das diversas comunidades Guarani e Kaiowa em prol de demandas pontuais.

As interações entre as mulheres Guarani e Kaiowa que residem em áreas demarcadas com aquelas que aguardam pela execução do processo demarcatório, com outros povos indígenas e também com a sociedade envolvente formam relações complexas e dinâmicas que reelaboram os papéis sociais. Nesse ínterim, as relações de poder que são intrínsecas às relações culturais também são dinâmicas e, muitas vezes, distintas entre as comunidades. A articulação dos padrões comportamentais das lideranças e demais atores políticos Guarani e Kaiowa não segue modelos concretos de atuação.

O ativismo das Guarani e Kaiowa em um determinado cenário político pode facilitar as inserções em outros cenários conexos, o que possibilita a essas mulheres comunicarem-se com outras sujeitas e sujeitos políticos, trocando experiências, aprendendo, adaptando e criando estratégias de luta, situação essa que produz mudanças e variações substanciais na organização do movimento. Nesse caso, a natureza do movimento não é alterada, pois o conjunto de símbolos que unem essa população mantém-se o mesmo.

Na visão de Hall (2006, p. 17), as sociedades pós-modernas são “atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito – isto é, identidades – para os indivíduos”. Identidade essa que se reinventa com as permanências e rupturas históricas e sociais. Um dos mecanismos de identificação das mulheres Guarani e Kaiowa é o pertencimento étnico¹⁷⁰ capaz de conectar passado, presente e futuro. Desse modo, um conjunto de mulheres se identifica e é identificada por outras como integrantes do povo Guarani e Kaiowa que luta para defender seus territórios.

Quando se revisita a argumentação de Barth (2000) a respeito da etnicidade, observa-se que mesmo com a constante circulação de pessoas transitando por diversos ambientes étnicos, as fronteiras invisíveis permanecem fixas. Todavia, essas fronteiras têm sido encurtadas na contemporaneidade, onde os espaços geográficos e sociais são gradativamente reduzidos. Em outras palavras:

[...] As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias (Barth, 2000, p. 26).

É sabido que, na contemporaneidade, o contato entre diferentes povos promove intercâmbios que se dão de formas iguais e desiguais. A exemplo disso, a história nos lembra das ações do neocolonialismo, que a partir do discurso de levar adiante o progresso e a civilidade aos povos tidos pelos europeus como atrasados, invadiram, usurparam, atacaram e deixaram marcas irreversíveis na vida de diversos grupos étnicos.

Diante do processo de expropriação territorial em Mato Grosso do Sul, as Guarani e Kaiowa intensificaram o diálogo com outras sujeitas que também vivenciaram a luta pela demarcação, de modo que tal aproximação promoveu novas relações sociais e, assim, novas

¹⁷⁰ A etnia é o terno que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimentos de “lugar” – que são partilhados por um povo” (Hall, 2006, p. 62).

mediações de conhecimento. Por meio de retomadas, parcerias, protestos, conhecimentos acadêmicos, dentre outras estratégias, essas sujeitas abriram caminhos que levaram suas comunidades a outros estágios de articulação.

À vista disso, o protagonismo de Xurite, Verônica, Leila, Luciane, Vanoiria e Inaye foi construído de acordo com as mudanças temporais, espaciais e sociais influenciadas por fatores internos e externos às suas comunidades, que impôs novas demandas e possibilidades. Assim, o espaço sociopolítico passou por modificações, dando abertura a novas dinâmicas mobilizacionais, o que inclui novas formas de defender o *tekoha*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou as atuações das Guarani e Kaiowa frente aos desafios enfrentados a partir das diferentes interferências promovidas por sujeitos não indígenas no *tekoha*. O desenvolvimento da pesquisa só foi possível graças à colaboração de pessoas que, de diversas formas, contribuíram para este estudo. Trabalhos científicos de diversos campos do conhecimento, documentos históricos produzidos por diferentes meios, e, principalmente, fatos protagonizados pelas sujeitas dessa história nos ajudaram a observar a dinamicidade dos papéis sociais entre as mulheres Guarani e Kaiowa.

A trajetória histórica dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul nos revela as inúmeras adversidades enfrentadas com o início das expropriações territoriais, bem como o agravamento dessas com o aperfeiçoamento das práticas de desrespeito aos direitos indígenas. O enfrentamento às investidas dos setores ruralistas da sociedade envolvente requereu que mulheres e homens empreendessem estratégias para defender seus territórios. As relações estabelecidas com esses territórios ultrapassam a lógica capitalista, para essas comunidades o *tekoha* é um elemento que compõe suas identidades, por isso possui valor incalculável.

Em meados do século XX, os avanços dos setores ruralistas sobre as terras Guarani e Kaiowa provocaram diversos conflitos. As violências físicas, simbólicas, verbais, dentre outras, causaram danos irreversíveis às comunidades, que em condições desfavoráveis viram seus territórios serem invadidos por indivíduos que diziam ter títulos de proprietários. A tomada desses territórios permitiu à classe ruralista amplos direitos sobre esses solos. Com o respaldo do Estado, os indígenas foram expulsos, alguns, direcionados a reservas. Tal contexto, exigiu que as mulheres Guarani e Kaiowa se mobilizassem para defender seus territórios, e, assim, constituíram movimentos de luta. Cabe destacar que o cuidado e a defesa do *tekoha* já existia muito antes do contexto histórico abordado, porém foi a partir de meados do século XX que as ações individuais e coletivas promovidas por mulheres se despontaram na arena mobilizacional. O engajamento político das Guarani e Kaiowa no espaço público se intensificou diante dos novos desafios apresentados a partir da década de 1970, contexto histórico marcado pelo desrespeito aos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul.

Estudos históricos e antropológicos mostram que antes das expropriações se efetivarem, as Guarani e Kaiowa cuidavam de seus territórios, o que continuou acontecendo após as novas relações com não indígenas. Elas tiveram participação ativa no interior de suas comunidades, sendo responsáveis por importantes funções que iniciavam desde a produção de alimentos, o

conhecimento preciso do uso de ervas medicinais, os ensinamentos às crianças sobre a preservação do meio ambiente, e o desempenho de trabalhos voltados para o cuidado e respeito ao *tekoha*.

As relações com sujeitos não indígenas e seus projetos de cunho capitalista produziram novas dinâmicas organizacionais, assim, foi necessário empreender novas estratégias de luta para impedir as tentativas de destruição de suas identidades étnicas. As ações empreendidas pelos povos indígenas na busca do reconhecimento de seus direitos territoriais resultaram em avanços no sétimo texto constitucional, que se deu em 1988, momento em que a legislação brasileira passou a tratar da matéria indígena com maior atenção, pautando novos preceitos que versam uma consistente base pluralista e intercultural. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece aos povos indígenas o direito originário em relação às terras que tradicionalmente ocupam, o que propiciou modificações e melhorias no tratamento da questão demarcatória.

Contudo, ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha legitimado os direitos dos povos indígenas aos seus territórios originários de modo inequívoco, tais direitos foram desrespeitados. Indubitavelmente, uma das principais adversidades envolvendo a efetividade dos direitos indígenas, pós-Constituição Federal de 1988, é a falta de demarcação territorial. De modo consequente, a luta das Guarani e Kaiowa não cessou, já que as instâncias superiores, por sua vez, representantes do sistema capitalista, continuaram apresentando resistência à efetivação desses direitos.

As lutas travadas contra as expropriações territoriais foram marcadas por prejuízos de valor material e imaterial, as manifestações de violências ocorreram de diferentes formas, e elas não cessaram com o avanço do texto constitucional. As poucas demarcações não atenderam às necessidades das comunidades que reivindicavam a efetivação de seus direitos. Nesse sentido, foram muitos fatores que influenciaram a luta pela garantia de direitos e pela efetivação desses. Conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese, a retomada foi um dos métodos utilizados para expressar a urgência em se realizar as demarcações territoriais, e poder retomar a vida no *tekoha*. Muitas comunidades, cansadas da morosidade nos processos de demarcação, entraram nas propriedades rurais que abrangiam as áreas reivindicadas, sofreram represálias, foram novamente expulsos, mesmo assim não desistiram.

Como observado no desenvolvimento desse trabalho, um exemplo de persistência pela retomada, foi a liderança Tomásia Vargas, que junto com sua comunidade retomou seu território, e dele foram novamente expulsos, dessa vez por um violento processo de despejo que contou com uma grande equipe atendendo aos interesses do pretense proprietário rural. Outra mulher que atuou na linha de frente das retomadas, foi Marcelina Almeida Marques. Sabendo da importância da

retomada para sua comunidade, ela trabalhou para que a reocupação e permanência na área demandada fosse possível. Assim como Tomásia e Marcelina, outras mulheres empenharam esforços para ter de volta seus *tekoha*, mesmo sabendo dos perigos presentes no embate direto, elas estiveram atuando de diferentes maneiras para que esses territórios fossem ocupados e protegidos pelos Guarani e Kaiowa.

No que se refere ao campo de atuação no interior de suas comunidades, as práticas políticas das Guarani e Kaiowa são diversificadas, contudo, de modo semelhante essas mulheres iniciaram seus trabalhos políticos na base, para, em seguida, lançarem-se na luta em defesa dos seus territórios em outras arenas. Para compreender as leis que regulamentavam o País e as concepções sobre os direitos dos povos indígenas, muitas Guarani e Kaiowa iniciaram seus estudos nas escolas implementadas pela sociedade envolvente. O acesso ao ensino oferecido nas instituições escolares contribuiu para aprimorar a luta pela defesa do território demarcado e não demarcado. Além do ensino básico, as Universidades também foram ocupadas por mulheres Guarani e Kaiowa, o conhecimento acessado era compartilhado com suas comunidades. Por meio de fontes documentais observamos que a educação formal de nível básico e superior foi importante na preparação de profissionais que atuaram e atuam de diferentes formas por seus coletivos.

Novas redes de conhecimento e articulações foram formadas no final do século XX, o contexto histórico e social exigiu uma maior participação das mulheres nos debates políticos internos e externos; assim, elas tiveram significativa participação em cursos, reuniões, assembleias e outros encontros, para discutirem assuntos pertinentes aos seus territórios. A formação de ativistas políticas, como Marta Guarani e Édina Silva de Souza são exemplos de empenho e dedicação na busca incessante pelo diálogo com autoridades governamentais e com lideranças da Igreja Católica, que se atentavam para a causa indígena.

A formação da rede de defesa do *tekoha* se constituiu a partir da necessidade coletiva em planejar e executar planos de atuação que fossem eficazes no combate às iniciativas de desrespeito dos setores ruralistas. As interferências na organização socioterritorial dentro das reservas, em acampamentos rurais ou urbanos, restringiram não apenas os espaços físicos, mas também a liberdade das manifestações culturais, religiosas e políticas. Nesse contexto, as Guarani e Kaiowa se uniram para trabalhar pelo bem comum, contemplando as diferentes demandas apresentadas por suas comunidades.

Ao ocuparem diferentes funções dentro e fora de seus territórios, elas consolidaram uma rede mobilizacional que priorizou o diálogo como ponto de partida para a resolução dos

problemas existentes em territórios demarcados e acampamentos de retomada. As assembleias da Aty Guasu que reuniam muitas pessoas para tratar sobre diferentes temas, sobretudo, a morosidade nos processos de demarcação dos territórios reivindicados, contavam com a participação de mulheres de diferentes *tekoha*, que junto com os homens buscavam melhorias na qualidade de vida para suas comunidades. A presença dessas mulheres não se apresentava apenas enquanto números, suas participações tinham significativa importância nas delimitações de propostas e planos de ação.

A existência de fontes documentais nos permite afirmar que na segunda metade do século XX, as Guarani e Kaiowa criaram espaços de diálogo em que a participação de mulheres predominava. Dentro de um contexto social de cooperação, as mulheres se articulavam para trocar informações e desenvolver projetos relacionados ao plantio, saúde, educação, confecção de roupas e outros utensílios. Ao construir ações políticas que viabilizaram mudanças sociais, posicionaram-se enquanto protagonistas.

Apesar do contexto sociopolítico distinto em cada território, é possível observar algumas semelhanças na atuação das Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul, o empenho pela união e diálogo prevaleciam nas organizações, o trabalho se pautava no viés democrático, e foi esse fator que influenciou na criação de um espaço de diálogo mais amplo, capaz de reunir diversas comunidades. Assim foi criada a Kuñangue Aty Guasu, uma assembleia que atende a pautas específicas e abrangentes, a principal delas é a defesa do *tekoha*.

As assembleias realizadas entre 2020-2022 foram marcadas por desafios, agravados pela pandemia de Covid-19, mesmo assim, os diálogos viabilizaram a deliberação de importantes ações para promoção do bem-estar de todos. Cabe destacar que essas ações não beneficiaram apenas as mulheres, mas sim todos os indivíduos Guarani e Kaiowa. A dinamicidade do movimento em prol da defesa do *tekoha* acompanhou os novos desafios e possibilidades apresentados nos diferentes contextos históricos. Novas competências e habilidades foram adquiridas a partir do engajamento nos assuntos de interesse coletivo, o uso de diferentes ferramentas tecnológicas foi empregado para que as assembleias acontecessem. As assembleias realizadas de modo virtual e presencial ganharam grandes alcances, muitas comunidades Guarani e Kaiowa, indígenas de outras etnias e não indígenas participaram dos debates somando esforços nas mobilizações pela efetivação dos direitos dos povos indígenas. A partir das informações reunidas, podemos afirmar que as Guarani e Kaiowa lideraram e participaram de movimentos que reuniram mulheres de diferentes territórios, idades, escolaridades, com

diversas trajetórias de vida, para refletir, debater e propor planos de ação para a resolução dos problemas enfrentados em seus territórios.

A constituição de novas arenas de atuação expandiu o campo da política e das práticas políticas, circunstância que contribuiu para a formação de sujeitas munidas de conhecimento das regulamentações sociais da sociedade envolvente. Ainda assim, a esfera cultural permaneceu sendo fortalecida com as novas articulações, já que a tradição convive com as mudanças, novas dinâmicas e performances não excluem a essência da identidade. A imutabilidade é uma expectativa da sociedade envolvente, que desconsidera a sociodiversidade e vivacidade das culturas indígenas. Cabe destacar que as ações empreendidas no processo de mobilização não foram homogêneas, elas partiram de diferentes contextos históricos e geográficos, motivadas por objetivos comuns, o principal deles é a defesa dos seus territórios.

As assembleias empreendidas pelo movimento político das Guarani e Kaiowa, em âmbito regional, nacional e internacional, concederam visibilidade às suas mobilizações, conseguindo edificar pontes de diálogo para negociar suas demandas com o governo e a sociedade civil. A partir de discussões e acordos, elas obtiveram significativas conquistas para suas comunidades. Elas vêm se tornando, assim, cada vez mais, importantes articuladoras na luta pelos direitos indígenas.

Embora pertençam a diferentes *tekoha*, as Guarani e Kaiowa compartilharam e ainda compartilham lutas coletivas, isso pois, o desrespeito aos seus direitos territoriais ainda é constante em todo o País. A consolidação das ações de luta que constituíram os movimentos de defesa do *tekoha* partiram de diferentes frentes, em territórios demarcados, acampamentos de retomada, em áreas urbanas, o que influenciou na formação de lideranças e demais protagonistas. Uma das características comuns às sujeitas que estiveram e permanecem trabalhando por suas comunidades é a convivência com o desrespeito e violações de seus direitos territoriais, que podem ser observadas no passado e no presente.

A história mostra que existiram e existem muitas mulheres atuando como defensoras de seus territórios e prestando apoio àqueles que precisam. Xurite Lopes enfrentou os latifundiários que expropriaram seu território, por isso, foi assassinada, sua perseverança serviu de exemplo para os mais jovens continuarem a reivindicação pela demarcação. Verônica Martins Veron, há mais de duas décadas convive com a morosidade na efetivação do processo de demarcação. Durante esse longo período, tornou possível a permanência da comunidade em uma extremidade do território, que apesar das dificuldades enfrentadas pela hostilidade dos pretensos proprietários, ainda é o melhor lugar para estar. Leila Rocha, grande nome da luta

territorial, é símbolo de resistência diante das negações aos direitos indígenas, não presta trabalho apenas para seu território, mas também para outros que se encontram ameaçados, sua atuação é reconhecida nacional e internacionalmente. Luciane Gallo, mesmo residindo na área urbana, exerce importante função na luta pela defesa do *tekoha*, atuando em benefício da comunidade acampada em contexto urbano na cidade que reside. Seus conhecimentos foram fundamentais para a rede organizacional que forma a reivindicação pela demarcação territorial. Vanoiria Martins Fernandes atua em diferentes frentes para melhorar a qualidade de vida no seu território e em outros que ainda não foram demarcados, seu ativismo ultrapassa as delimitações geográficas para reivindicar por respeito ao modo de vida Guarani e Kaiowa. Inaye Gomes Lopes, que já percorreu diferentes caminhos para se consolidar enquanto sujeita política, atua no interior de seu território e na esfera governamental, desenvolvendo trabalhos que mobilizam diálogos interculturais.

Assim sendo, houve o agenciamento de mulheres Guarani e Kaiowa na busca por seus espaços de direito, o de se inserir no espaço de poder e lutar pelo seu território, o que representa um ato de resistência. Dentre os principais fatores que influenciaram as sujeitas Guarani e Kaiowa a trabalharem em prol de suas comunidades, destaca-se o principal elemento necessário à vida: o *tekoha*. Romper barreiras e fronteiras foi necessário para defender esse solo dos projetos de exploração capitalista engendrados por sujeitos não indígenas, que desrespeitaram e ainda desrespeitam os direitos territoriais dos povos indígenas. Destarte, a partir das análises feitas nesta pesquisa, podemos observar que no decorrer das mudanças na arena sociopolítica das comunidades Guarani e Kaiowa, as mulheres ressignificaram seu papel nos espaços de poder.

Por fim, o que se pretendeu, nesta tese, foi uma análise sobre as atuações empreendidas pelas Guarani e Kaiowa para defender seus territórios, com intento de apresentar algumas dinâmicas que foram constituídas nesse processo. Apesar dos desafios que acompanharam as expropriações e violações de direitos territoriais dos povos indígenas, elas não desistiram de retomar e cuidar de seus *tekoha*. Assim, nossa tese é de que as Guarani e Kaiowa sempre atuaram nos movimentos de defesa dos seus territórios, desenvolvendo importantes estratégias de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes escritas

ABAIXO ASSINADO dos representantes dos povos indígenas. Dourados 03 de dez de 1983. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

APIB. Acampamento Luta pela Vida. Primavera Indígena: mobilização permanente pela vida e democracia. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/28/primavera-indigena-mobilizacao-permanente-pela-vida-e-democracia/>.

ABAIXO ASSINADO dos representantes dos povos indígenas. Dourados 03 de dez de 1983. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18/10/2021.

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Agrobandidismo mata e fere indígenas durante ataque contra os povos Kaiowá e Guarani. 25 jun. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/06/25/agrobandidismo-mata-e-fere-indigenas-durante-ataque-contra-os-povos-kaiowa-e-guarani/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ATY GUASU KAIOWA GUARANI. Nota de alerta. Disponível em: www.instagram.com/atyguasu. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.Htm#:~:Text=Art.%206%C2%BA%20s%C3%A3o%20direitos%20sociais,Desamparados%2c%20na%20forma%20d%20esta%20constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l06011850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20proibidas%20as%20acquisi%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20sej%20a%20de%20compra. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleit-os-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. Corpo de índio morto em confronto será sepultado hoje. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/corpo-de-indio-morto-em-confronto-sera-sepultado-03-03-2008>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAMPO GRANDE NEWS. Em Dourados, Bolsonaro volta a atacar demarcações de terras indígenas: Deputado federal disse que, se fosse eleito, “não daria um centímetro de terra para índios”. NERIS, Gabriel; FREITAS. Campo-Grande – MS, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/em-dourados-bolsonaro-volta-a-atacar-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CERTIDÃO DE ÓBITO. 2ª via. Data de ordem: 11/01/2007. Coordenação Regional FUNAI/Ponta Porã – MS. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CIMI. Aty Guasu: indignação e força Guarani-Kaiowá. 2005. Disponível em: <https://cimi.org.br/2005/03/23306/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CIMI – Comunidade chama a unidade e lutar pelo Tekoha Guasu – Campanha Guarani em área demarcada. Dourados, 24 de setembro de 2008 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

CIMI – I Encontro das Mulheres Indígena Guarani Kaiova da Aldeia Caarapó, 1996. Caderno de Registros das falas das participantes (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

CIMI. Anotações dos cursos de formação política. 1988. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

CIMI. Caderno de Registros – I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiová da Aldeia Caarapó, 1996. (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

CIMI. Carta ao Sr. Presidente da FUNAI Coronel Paulo Moreira Leal. Secretaria do encontro, Vila São Pedro, Dourados – MS, 1982 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

CIMI. Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul [org.] Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo, Procuradoria Regional da República da 3ª Região. São Paulo: Palas Athena, 2000.

CIMI. Curso de Formação Política – 18, 19 e 20/09/1990. Dourados – MS. (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS.).

CIMI. Curso de Formação Política para representantes indígenas Dourados – MS – 5, 6 e 7 de junho de 1990. Cronograma do curso (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

CIMI. Curso de Formação Política para representantes indígenas. Dourados-MS, 1990 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

CIMI. I Encontro das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowa da Aldeia Caarapó, 1996 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

CIMI. MARÇAL, Souza de. Ruínas de São Miguel – RS, 18 de abril 1977. Marçal Tupa'i. Setor de documentação, Brasília – DF, junho de 1985. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 17 ago. 2021.

CIMI. Mesmo sob pressão de policiais e fazendeiros, indígenas Guarani e Kaiowá resistem e retomam seus territórios ancestrais. 01/07/2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/07/mesmo-sob-pressao-de-policiais-e-fazendeiros-indigenas-guarani-e-kaiowa-resistem-e-retomam-seus-territorios-ancestrais/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CIMI. Movimentos fazem nota de tristeza e revolta pela morte de Ortiz Lopes. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/07/26326/>. Acesso em: 4 maio 2022.

CIMI. Notícias do Movimento Indígena. Periódicos/Notícias do Movimento Indígena (1991-1994) [Cimi Norte I]\1991_10 N° 10 (5). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=hemeroteca&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=39530>. Acesso em: 10 out. 2022.

CIMI. Relatório – Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CIMI. Teko-Ava: indígenas Guarani Kaiowá retornam ao território tradicional em Naviraí, no Mato Grosso do Sul. Por Adi Spezia, da Assessoria de Comunicação do CIMI, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/teko-ava-indigenas-guarani-kaiowa-retormam-territorio-tradicional-em-navirai-ms/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CIMI-MS. Fonte: O Progresso 22/07/1997. Pág. E2. Dourados – MS (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS. Caixa: CIMI-Educação).

COMISSÃO DA ALDEIA PANAMBIZINHO. Agradecimentos das lideranças Indígenas de Panambizinho (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS. Pasta CIMI). Acesso em: 18 ago. 2021.

COMITÊ INTERTRIBAL. 500 Anos de Resistência. Brasília – Distrito Federal, 1991 (Pasta Intertribal, Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 29 maio 2023.

CORREIO DO ESTADO, Jornal. Índios conquistam espaço político com Secretaria, Campo Grande – MS, 1983. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 18 out. 2021.

DECLARAÇÃO de participantes da X Kuñangue Aty Guasu: Gisele Gomes Lopes, Giselda Gomes Lopes, Reinalda Vilhalva Peralta (Santos, 2022).

DEPOIMENTO de Cristina – registrado no Relatório do Curso Realizado pelo CIMI – Dourados nos dias 03/04/05 de outubro/89. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

DEPOIMENTO de Roberta Gimenes. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls. nº 273-274. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

DEPOIMENTO de Tomásia Vargas. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls. nº. 269-270. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. /02/2021.

DOCUMENTO FINAL ATY GUASU – 2005. FUNAI. (Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação Regional da UFGD). Pasta Aldeia Assuntos Pendentes. Acesso em: 18 out. 2021.

FUNAI Aldeia Jaguapiré – MS. Ao SEAS, 17/08/2004 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 23 fev. 2023.

FUNAI – I Encontro de Professores e lideranças Guarani Kaiova sobre Educação Escolar Indígena. Dourados – MS, 1991 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

FUNAI – II Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá Sobre Educação Escolar Indígena. Amambai – -MS, 1991 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

FUNAI, Caixa sem identificação, pasta Dourados. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 07 nov. 2021.

FUNAI – Comunicação Interna – Para Administrador Regional de Amambaí. 03 de dezembro de 1992. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Comunicação Interna. Acesso em: 18 out. 2021.

FUNAI. Comunicação Interna nº 050/PIN Pirajuí – MS, 03-12-1992 (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

FUNAI, Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaiegua II (MS). PROC.08620076827/2015-93. FLS. 01. FUNAI/SEPRO, 2015 (Arquivo da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI).

FUNAI. INFORMAÇÃO Nº 9/2021. ACAMPAMENTO URBANO INDÍGENA (Arquivo da Justiça Federal da 3ª Região – Pje. Autos nº 5000153-78.2022.4.03.6006). Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

FUNAI. Ofício nº 050/GAB/CRPP-MS/2001. Ponta Porã – MS, 15 de fevereiro de 2011. Autos do Processo nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911020201010000000022218725>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FUNAI. Situação dos Índios da Região Meridional do Estado de Mato Grosso do Sul. Acervo - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GID00222.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

IBGE, Censo demográfico 2022. O Brasil indígena. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2024.

INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 02/2014/AT-CRPP-FUNAI-MJ. Ponta Porã – MS, 29 set. 2014. Nota técnica a respeito da ocupação tradicional indígena Kaiowa da área (*tekoha*) Kurusu Amba. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

ISA – *Encontro de mulheres indígenas*, Dourados – MS (1986). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/documento-final-4>. Acesso em: 9 jan. 2020.

ISA. Ano inicia violento no MS: Índios resistem a dois ataques. Rosana Bond, 06 jan. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/en/noticia/204155>. Acesso em: 26 mar. 2023.

ISA. Tiago Moreira dos Santos. Terras indígenas protegem a floresta. ISA. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ISA. Vários Ñanderu, sacerdotes Ñandeva num aty guasu em Caarapó. 1988. Rubem Thomaz de Almeida. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=16038>. Acesso em: 6 mar. 2023.

JORNAL O PROGRESSO. Funai afirma que a situação dos índios é deprimente. Página 08, Dourados – MS [199?]. Arquivo do CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS).

JORNAL O PROGRESO. Mulheres indígenas dançam e lutam pelos direitos dos povos. 30/06/2006. Autor da foto: Hedio Fazan (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

KAGUATECA. Roteiro para sistematização de experiências em organização indígena. Campo Grande, 06 de junho de 1988. Presentes: Eduardo, Marta e Sandra. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Caixa: Movimento Indígena. Acesso em: 17 ago. 2021.

KUÑANGUE ATY GUASU – VIII. Conselho de mulheres Kaiowa & Guarani convidam você para a VIII Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia de mulheres Kaiowá & Guarani. Disponível em: <https://www.kunangue.com/copy-of-equipe?lightbox=dataItem-kpr0yw64>. Acesso em: 24 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – VIII. Manifesto. Disponível em: <https://www.kunangue.com/copy-of-equipe?lightbox=dataItem-kpr0yw641>. Acesso em: 24 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – IX. “Corpos silenciados, vozes presentes – A Violência contra as Mulheres Kaiowa e Guarani. Facebook, 05 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/videos/1517415668650919/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – IX. Créditos: Scott Hill. Disponível em: <https://www.kunangue.com/ii-marcha-das-mulheres-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – IX. Grande Assembleia das mulheres Kaiowa e Guarani. Programação do evento. Disponível em: <https://www.kunangue.com/kunangue-online-new>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – X. Programação do evento. Facebook, 22 a 26 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/photos/pcb.1785558471816811/1785558365150155/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU – Resumo do Relatório – novembro de 2020. Disponível em: <https://www.kunangue.com/mapeamento-da-viol%C3%Aancia>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU. “Por trás do arrendamento vem o despejo, vem o grande latifundiário”: o agronegócio contra Yvy Katu Potrerito. Leila Rocha (2021). Disponível em: <https://www.kunangue.com/por-tr%C3%AAs-do-arrendamento-vem-o-despejo>. Acesso em: 14 ago. 2023.

KUÑANGUE ATY GUASU. Quem é a Kuñangue Aty Guasu? Disponível em: <https://www.kunangue.com/#:~:text=Teve%20seu%20in%C3%ADcio%20em%202006,%2C%202018%2C%202019%20e%202020>.

KUÑANGUE ATY GUASU. V Kuñangue Aty Guasu Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani 18 a 22 de setembro de 2017. Documento final. Disponível em: <https://gitpa.org/web/170917%20CR%20Aty%20Guasu%20femmes.pdf>.

LEI Municipal n. 1.293/90. Amambai – MS, 1990. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/lei%201293_90%20-%20Cria%20escola%20Aldeia%20Amambai%20-%20indigenas.pdf. Acesso: 23 de jul. 2021.

MANIFESTO – VIII KUÑANGUE ATY GUASU: Grande Assembleia de mulheres Kaiowá & Guarani. Novembro de 2020. Disponível em: https://01c45c19-f10c-4c88-a4b9-7b1e649dfa97.filesusr.com/ugd/c27371_8c77718ff596456b8ecb177a7807e652.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

MPF – Procuradoria da República de Dourados. Despacho Inaugural de Procedimento Administrativo Cível. MPF PRM/Dourados/MS 1.21.001.000389/2004-30. Fls. 99.

MPF. Notícia de Fato. nº 1.21.003.000531/2021-20. (Arquivo da Justiça Federal da 3ª Região – Pje. Autos. nº 5000153-78.2022.4.03.6006). Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

MPF. Procuradoria da República no Município de Naviraí – MS. Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas nº 1.21.0003.000.531/2021-20 (Arquivo da Justiça Federal da 3ª Região – Pje. Autos nº 5000153-78.2022.4.03.6006). Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

MPF. Procuradoria da República no Município de Ponta Porã – MS, 2014. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

MPF. Procuradoria da República no Município de Ponta Porã – MS. Imagem: Marcos Homero Ferreira Lima – Analista Pericial. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MPF. Relatório de Visitação Indígena à Procuradoria da República em Dourados (Arquivo da Procuradoria da República de Dourados – MS – Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000401/2004 –14).

NEPPI/UCDB. Aty Guasu. Autor da fotografia: Antonio Brand, 1995, Tey Kue – Caarapó – MS (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, Código: TKF-045. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

NEPPI/UCDB. Centro de documentação Teko Arandu. Jornal O Progresso. Dourados 03/01/2006 (Acervo – Jornal Aldeias. Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

NEPPI/UCDB. Centro de documentação Teko Arandu. O jornal de Mato Grosso do Sul. Índia é enterrada e protesto continua. 15/01/2007 (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, Código: TKF-045. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

NOTA TÉCNICA a respeito da ocupação tradicional indígena Kaiowa da área (*tekoha*) Kurusu Amba. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Reintegração/Manutenção de Posse. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

NOTÍCIA – Gerência de Educação ministra as aulas de inclusão escolar para aproximadamente 100 crianças. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/noticia/prefeitura-de-navirai-lanca-projeto-piloto-de-ensino-do-guarani-a-alunos-indigenas/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

NOTÍCIA. Gerência de Assistência Social entrega Ovos de Páscoa para crianças da comunidade Tekohá Mboreviry. 2022. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/noticia/gerencia-de-assistencia-social-entrega-ovos-de-pascoa-para-comunidade-de-aldeia-urbana/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

OFÍCIO nº 039/9ºDR/85. Campo Grande/MS 04-03-1985. Do Delegado da 9º DR/FUNAI ao Sr. Superintendente Regional do DPF em MS. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls. nº 243. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

ONU MULHERES. ONU Mulheres acompanha a décima edição da Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, e participa de agendas de escuta sobre as diferentes formas de violência que assolam a população indígena do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-acompanha-a-decima-edicao-da-kunangue-aty-guasua-grande-assembleia-das-mulheres-guarani-e-kaiowa-e-participa-de-agendas-de-escuta-sobre-as-diferentes-formas-de-violencia-que-assolam-a/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PERIÓDICO JORNAL GRUMIN. Encontro Internacional Indígena em Altamira – Eliane Potiguara. Ano I, nº I. 1989. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=mulher%20guarani&id=56130881715&pagfis=20267>. Acesso em: 29 maio 2023.

PERIÓDICOS PORANTIM. Cerca de 7 mil indígenas ocuparam ruas e rodovias de 13 estados contra o marco temporal. Periódicos/Porantim/2017/XXXVIII nº 397_ago-2017 (1). Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=Leila%20Rocha&id=513908350069&pagfis=19750>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PERIÓDICOS PORANTIM. II Kunã Guasu – Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowa e Nhandeva. Periódicos/Edição/nº 193/maio/jun./2012(2). Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=13854>. Acesso em: 4 jul. 2021.

PERIÓDICOS PORANTIM. Parecer da AGU provoca onda de despejos, morte e desesperança para indígenas Guarani Kaiowá e Terena. Periódicos/Porantim/2017/XXXIX nº 401_dez-2017 (1). Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=19808>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PERIÓDICOS PORANTIM. Reportagem – Fazendeiros ameaçam de morte três líderes da nação Kaiowa. Periódicos/Porantim/1980/lii nº 17 – abril – 80. Fazendeiros ameaçam de morte três líderes da nação Kaiowá Hemeroteca Indígena. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=34301>. Acesso em: 12 maio 2021.

PROCEDIMENTO CÍVEL nº 0001924-29.2001.4.03.6002. Justiça Federal da 3ª Região – Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Ponta Porã – MS, em: 1 ago. 2022.

PROJETO de Assistência indígena Guarani Kaiowa Naviraí. Disponível em: <https://www.facebook.com/llugallo/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE nº 5000153-78.2022.4.03.6006. Justiça Federal da 3ª Região – Processo Judicial eletrônico (PJe). Disponibilizado por e-mail pela 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí – MS em: 27 jun. 2022.

REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE. PROCESSO judicial eletrônico de nº 0002392-27.2014.4.03.6005. Justiça Federal da 3ª Região. Processo disponibilizado por e-mail (ppora-se01-vara01vara01@trf3.jus.br) pela Secretaria da 1ª Vara de Ponta Porã em 23 fev. 2021.

RELATO sobre reuniões de lideranças – Aty Guasu. Comunidade Guarani do Ocoí, 1989. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

RELATÓRIO. Inquérito Policial 06/2007 – DPF/PPA/MS. Autos do processo Autos do Processo nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Disponível em <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. 022218725 Acesso em: 23 fev. 2021.

RELATÓRIO Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, do Tekoha Guasu das comunidades de Laguna Joha, km 20, Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015.

RELATÓRIO Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, do Tekoha Guasu das comunidades de Laguna Joha, km 20, Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015. Integrativo do processo judicial eletrônico de número: 0002396-05.2016.4.03.6002, disponibilizado por e-mail pela Justiça Federal da 3ª Região, em: 13 out. 2020.

RELATÓRIO da Visita da CMS à Terra Indígena Taquaperi. Coordenação dos Movimentos Sociais. Solidariedade do Povo Kaiowá Guarani da Terra Indígena Kurussú Ambá. Anexo do Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/login.seam?loginComCertificado=false&cid=508380>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RELATÓRIO do Curso Realizado pelo CIMI – Dourados nos dias 03/04/05 de outubro/89. Caixa CIMI (Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD, município de Dourados – MS). Acesso em: 18 ago. 2021.

RELATÓRIO do I Encontro de Mulheres Terena – Campo Grande – MS, 28 e 29 de julho de 1990. Associação Kaguateca; Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Serviço Informação Mulher (SIM) (org.). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TND00025.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RELATÓRIO MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA – KUÑANGUE ATY GUASU/FIMI. “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani. Hete Kirirîm Ayvu Jekaa Tekovai, Kuñangue. Tekoha Kaiowá e Guarani – MS, 2021.

RELATÓRIO nominal do pessoal assalariado da IR5 no primeiro semestre de 1946 – Acervo SPI/INSPETORI-Regional-5 IR-/999_Vários Postos/caixa33/planilha 324. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&hf=www.mus.eudoindio.gov.br&pagfis=136755. Acesso em: 12 maio 2021.

REUNIÃO Prefeitura de Eldorado. Rede social Facebook – Prefeitura de Eldorado, 27/08/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=678621712606634&set=pb.100064941390761.-2207520000>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta, Hélio dos Santos. Justiça Federal – Ação de reintegração de posse. Relatório nº 016/85-DELEX/DPF.1/PPA/MS. Processo n. 1.861/85. Fls. nº 288. Arquivo físico armazenado no Centro de Documentação da UFGD. Acesso em: 10 fev. 2021.

TERMO DE DEPOIMENTO. Monica Pereira. IPL 006/07. Justiça Federal da 3ª Região. Processo judicial eletrônico de nº 0000157-34.2007.4.03.6005. Ação Penal – Homicídio Qualificado. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911020201010000000022218725>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra indígena Cerrito. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3647>. Acesso em: 13 jul. 2022.

UNPO – Direitos Indígenas e Ambientais Ressaltados em Conferência do PE sobre os Guarani-Kaiowá. Disponível em: <https://unpo.org/article/20120>. Acesso em: 28 jul. 2022.

VASQUES, Marilene Ximenes. Mulheres indígenas criam associação. Jornal O Progresso. Dourados – MS, 03/01/2006 (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu. NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Fontes orais

Cristina Gonçalves: depoimento [1995?]. Entrevistador: Antônio J. Brand. Aldeia Te'yikue, Caarapó – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Dominga Rodrigues: depoimento [1995]. Entrevistador: Antônio J. Brand. Aty Guasu, reserva indígena de Dourados – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Édina Silva de Souza: depoimento [16 ago. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Aldeia Jaguapiru, Dourados – MS, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Francisca. Depoimento [24 nov. 2022]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Kuñangue Aty Guasu, Antonio João – MS. Caderno de Campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Inaye Gomes Lopes: depoimento [24 nov. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Antônio João, 2021. Câmara Municipal de Antonio João. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida

no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Leila Rocha: depoimento [20 jul. 2016]. Entrevistadora: Priscila de Santana Anzoategui. “Somos todas Guarani-Kaiowá”: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Dourados, MS: UFGD, 2017.

Leila Rocha: depoimento [24 nov. 2022]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Kuñangue Aty Guasu, Antonio João – MS. Caderno de Campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Leila Rocha. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Por Adi Spezia [12 maio 2023]. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/05/queremos-a-demarcacao-da-nossa-terra-afirma-leila-guarani-nhandeva-no-evento-da-onu/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Luciane Gallo: depoimento [10 ago. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Acampamento Borevi-ry de Teko-Ava, Naviraí – MS, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Lurdelice Moreira Nelson. Declaração – Kuñangue Aty Guasu [23 nov. 2022]. Caderno de Campo. Etnografia realizada no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Odulia: depoimento [1995]. Entrevistador: Antônio J. Brand. Aty Guasu, reserva indígena de Dourados – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Rosana. Depoimento [24 nov. 2022]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Kuñangue Aty Guasu, Antonio João – MS. Caderno de Campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Tereza Aquino: depoimento [1995]. Entrevistador: Veronice Lovato Rossato. Aldeia Te'yikue, Caarapó – MS. Entrevista transcrita pelo NEPPI-Teko Arandu (Arquivo Físico do Centro de Documentação Teko Arandu, NEPPI/UCDB – Campo Grande – MS). Acesso em: 17 abr. 2023.

Vanoria Martins Fernandes. depoimento [18 dez. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Eldorado – MS – Dourados – MS, 2021. Entrevista *on-line*, plataforma digital *Google Meet*. Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Vanoria Martins Fernandes: depoimento [14 jul. 2022]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Naviraí – MS, 2022. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Verônica Martins Veron: depoimento [7 maio 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Acampamento Kurupi de Santiago Kue, Naviraí – MS, 2021. Arquivo de áudio digital.

Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Verônica Martins Veron: depoimento [10 ago. 2021]. Entrevistadora: Junia Fior Santos. Acampamento Kurupi de Santiago Kue, Naviraí – MS, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito de doutorado desenvolvido por Junia Fior Santos junto à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de. Fundadoras da Ciência Política no Brasil: Campo, Trajetórias e Condição Feminina. *In*: BIROLI *et al.* **Mulheres, Poder e Ciência Política**: Debates e Trajetórias. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2020.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política** – O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

ANZOATEGUI, Priscila de Santana. **“Somos todas Guarani-Kaiowá”**: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFGD, Dourados, MS, 2017.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Editora de Ursula Ludz, 2002.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3. 2019.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Organização: Tomke Last. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARROS, E, N, Valéria. Considerações sobre o papel da(o) antropóloga(o) como perita(o) judicial em processos de reconhecimento oficial de terras indígenas a partir de um caso Guarani ñandéva. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/download/11085/7211/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. BENITES, Sandra. **Nhe’ẽ, reko porã rã**: nhemboea oexakarẽ. Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

- BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRJ/MN/PPGAS, Rio de Janeiro, 2014.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil:** Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BOBBIO, Norberto. Política. *In:* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (ed.). **Dicionário de Política.** 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAND, Antonio J. **O impacto da perda da terra sobre a Tradição Kaiowa/Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guaranis.** Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987 [1978].
- BURK, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2005.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. As derrotas do Sertanejo. **Albuquerque:** revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 207-226, jan./jun. 2009.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul.** 6.º ed. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e cultura: comparação e confronto. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, [S. l.], v 29, n. 2, p. 23-49, dez. 2003.
- CARIAGA, Diógenes Egídio. **Relações e Diferenças:** A ação política Kaiowa e suas partes. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, [S. l.], 2019.
- CARIAGA, Diógenes Egídio; SERAGUZA, Lauriene. A política e seus outros: imagens sobre a ação política entre as/os Kaiowá e os/as Guarani. **TELLUS,** Campo Grande, MS, ano 18, n. 35, p. 181-192, jan./abr. 2018.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Introdução a uma história indígena” 1992. *In:* CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania, São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 8-25.
- CARVALHO, Maria Lúcia Brant de. **Das terras dos índios a índios sem terras. O Estado e os Guarani do Oco’y:** Violência, Silêncio e Luta. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASSIMIRO, Saulo; AMADO, Luiz Henrique Eloy. O ataque dos malditos – Bang-Bang-Tum: acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul, uma realidade contada por crianças e adolescentes indígenas de Kurussu Ambá. **Psicólogo inFormação**. n. 17, jan./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v17n17/v17n17a05.pdf>.

CASTRO, Mary. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. **Revista de estudos feministas**, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 57-73, 1992.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**. São Paulo, v. 35, p. 1-22, 2016.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialidade e colonialismo interno: a política de criação de reservas indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e algumas de suas consequências contemporâneas. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (org.). **Reserva Indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos**. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Assis, SP: UNESP, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Demarcação de Terras Indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Histórico, Desafios e Perspectivas. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v. 16. n. 28, p. 48-69, 2014.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Direitos territoriais indígenas na mesa de negociações: a demarcação de terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul durante os governos petistas (2003-2016). In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas** (protagonistas da/na luta pela terra/território e das políticas públicas. Curitiba: CRV, 2018. v. II.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminino**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, 2009.

CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowa**. Das Origens aos Desafios Contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CHAMORRO, Graciela. **Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá**. São Leopoldo: Karywa, 2017.

CHAMORRO, Graciela. Povos indígenas guarani falantes no atual estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI). In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

CHAMORRO, Graciela. **Terra Madura, Yvy Araguayje**: fundamentos da palavra guarani. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2008.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle; FREITAS, André. Missões jesuíticas no Itatim. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

CHONG, Natividad Gutierrez. Interseccionalidad. *In*: **Dicionário Crítico de Gênero**, p. 427-433, 2019.

CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidad: identidades e interstícios. *In*: CHONG, Natividad Gutiérrez; LOSANDRO, Antonio Tedeschi (org.). **Fronteras de género, subjetividades e interculturalidad**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales; Brasil: Universi, 2020.

COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o oeste**: entre a teoria e a prática. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CUNHA, Gabriela Teixeira. “O que é uma mulher”. Ensaio sobre a crítica epistemológica ao sujeito universal a partir da perspectiva de gênero. *In*: ALVES, Verena Holanda de Mendonça; NEVES, Rafaela Teixeira Sena; RESQUE, João Daniel Daibes (org.). **Direitos Humanos e(m) tempos de crise**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CURY, Eliana Costa. **O Ensino Diferenciado na Escola Indígena “Tengatuí Marangatú”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2009.

ELIAS, Norbert. **Estado, processo, opinião pública**. Tradução de Sérgio Benevides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EREMITES, Jorge de Oliveira; VIANA, Sibeli Aparecida. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 142-189, dez./fev. 1999-2000.

FERNANDES, Pádua. A Proteção das terras indígenas direito internacional: marco temporal, provincianismo constitucional e produção legal da ilegalidade. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS, Dourados, 2007.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; CARMO, Gustavo Costa do. A mão de obra Kaiowa e Guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

FONTES, Virgínia. História e modelos. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GALVÃO, Eduardo. **Diários de Campo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FUNAI, 1996 [1943].

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Revista Política & Sociedade**, v. 6. n. 11, p. 41-70. 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Djalma Lino. **A Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a Formação de Naviraí**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo Indígena**. 2. ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2022.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **As leis e a educação escolar indígena**. Programa parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECK, Egon. Amilton Lopes: tudo pelos Guarani. **CIMI**, [S. l.], 19 set. 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/09/34052/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HECK, Egon D. Kunã aty guasu: mulheres Guarani realizam sua primeira assembleia. **Periódicos**, Porantim, v. 27 n. 286, jun./jul. 2006. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=desabrochar&id=266180371258&pagfis=1252>. Acesso em: 30 abr. 2023.

HONNETH. Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARTINS, Gilson Rodolfo. Arqueologia da bacia do Alto Paraná em Mato Grosso do Sul. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos**

Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

KOK, Glória. A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVIII. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados MS: Ed. UFGD, 2018.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política.** Rio de Janeiro: Zahar; 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 27ª reimpr. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora UNICAMP. 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 6, n. 12, 1986.

LOPES, Inaye Gomes. **A histórica presença indígena na região dos rios Apa e Estrelão (Nhanderu Marangatu): Kaiowá Rekohague e a luta pelos Tekohakue.** Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2022.

MACHADO, Almiros Martins. **De direito indigenista a direitos indígenas: desdobramento da arte do enfrentamento.** Dissertação (Mestrado em Direito) – UFPA, Belém, PA, 2009.

MACIEL, Nely Aparecida. **História da Comunidade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho (1920-2005).** Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANGOLIM, Olívio. **Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos.** Campo Grande, MS: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MARTINS, Elemir Soare. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. **Tellus**, Campo Grande, n. 29, p. 153-172, jul./dez. 2015.

MARX, Karl. **Miséria de Filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELIÀ, Bartolomeu. A Terra sem Mal dos Guarani: economia e profecia. **Revista de Antropologia**, [S. l.], n. 33, p. 33-46, 1990.

- MELIÀ, Bartolomeu. “El ‘modo de ser Guaraní en la primera documentación jesuítica” [1981]. *In*: MELIÀ, Bartolomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: Ensayos de etnohistoria, Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988. p. 93-120.
- MELO, Cristina. **Terras Indígenas**: Identidade, reconhecimento e marco temporal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. cap. 1.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. *In*: MONTEIRO, John Manuel. **A Temática Indígena na Sala de Aula**. São Paulo: Ed. Fapesp. Mari, 1998.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MORON, Juddy Garcez. **A Maternagem nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e os Limites do Ativismo Feminista Transnacional (1970-2000)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNILA, Foz do Iguaçu, PR, 2022.
- MOTA, Lucio Tadeu. A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Nietzsche: civilização e cultura**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- NASCIMENTO, Adir Casaro *et al.* **Povos indígenas e sustentabilidade**: saberes e práticas interculturais nas universidades. Campo Grande: UCDB, 2009.
- NASCIMENTO, Rita Gomes do (Rita Potiguara). **Povos indígenas e democratização da universidade no Brasil (2004-2016)** [recurso eletrônico]: a luta por autonomia e protagonismo. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- NICHNIG, C. R.; SAMPAIO, P. F. A luta dos(as) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul por Kunã Aranduhá. **Fronteiras**, [S. l.], v. 22, n. 39, p. 212-224, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v22i39.12579>.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e mentira no sentido extramoral**. Tradução e organização de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.
- NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekohá não há Tekó** (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí – RS). Dissertação (Mestrado em História Ibero-América) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EspaçoAmerindio/article/view/31745>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu**: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. v. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PACHEDO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEDON, Nelson Rodrigo; MONTEIRO, Eldenilson da Silva; MOTTER, Rafael Júnior. **A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso**. In: SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho; SILVA, Onildo Araujo da (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

PEREIRA, L. M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. **Tellus**, [S. l.], n. 4, p. 137-145, 2014. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/59>. Acesso em: 1º ago. 2023.

PEREIRA, Levi Marques. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PEREIRA, Lúcia. **As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai, MS**: aproximações e impasses. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

PERRONE-MOISÉS. Terras indígenas na legislação colonial. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 95, p. 107-120. 2000.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 115-132.

PERROT, M. Escrever uma história de mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 4, p. 9-28, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

QUEIROS, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

RIBEIRO, Wagner Costa. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. **SciELO**, Estudos avançados, São Paulo, v. 22, n. 64, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300014. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROCHA, Leila. Jamais vamos abandonar nosso lugar. *In*: SILVESTRE, Célia Maria Foster; ROSSATO, Veronice Lovato; SERAGUZA, Lauriene (org.). **Kunha remopu'ã**. Amambai: UEMS, 2019.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROULET, Florencia. “Fragmentación política y conflictos interétnicos: las condiciones internas de la vulnerabilidad en los guaraníes ante la conquista española”. **Suplemento Antropológico**, Assunção, v. 27, n. 1, p. 159-186, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração – séculos XX e XXI**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração – séculos XX e XXI**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SANTOS, Junia Fior. **A dinâmica de mobilizações dos Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: uma etno-história da luta pela terra na comunidade indígena Kurupi de Santiago Kue**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2019.

SANTOS, Junia Fior. Um marcador de diferença: a condição territorial das mulheres indígenas. *In*: COLLING, Ana Maria; AZEVEDO, Paula (org.). **Diálogos interseccionais**. Porto Alegre: Cirkula, 2022.

SANTOS, Ricardo V.; COIMBRA JR, Carlos E. A. (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. 3. ed. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHERER-WARREN, I. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface: a journal for and about social movements**, [S. l.], v. 1, jan. 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: nas lutas contra exclusão e por direitos humanos**. 2. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: nas lutas contra exclusão e por direitos humanos**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Revista Política e Trabalho**, UFPB, [S. l.], 2003.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de Covid-19. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/junia/Downloads/luanaag,+15o+Artigo+Portugu%C3%AAAs.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Arqueologia em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura y de um vocabulário estratégico descolonial (*). **Cadernos CES**, Coimbra/PT, n. 18, dez. 2012.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani**: de Aña a Kuña. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFGD, Dourados, 2013.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres em retomadas: sobre política e relações de gênero entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul. **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 215-228, jul./dez. 2018.

SERAGUZA, Lauriene; SOUZA, Olegário e. Aty Kuña Guasu – sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowá e os Guarani. In: PEREIRA, Levi Marques; SILVESTRE, Célia Foster; CARIAGA, Diógenes Egídio (org.). **Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

SILVA, Afonso da. Parecer. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da “aldeia”**: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, André Luis Freitas da. **Quando todos são Guarani**: a guaranização indígena em escritos do século XVI nas Províncias do Rio da Prata. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados, 2018.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Marco Temporal e direitos coletivos. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). **Direitos dos Povos Indígenas em Disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. **As donas do fogo** – política e parentesco nos mundos guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2023.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. Aty Kuña Guasu – sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowá e os Guarani. *In*: PEREIRA, Levi; SILVESTRE, Célia Foster; CARIAGA, Diógenes Egídio (org.). **Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

SOUZA, Marlene Ricardi de. **Transformações no modo de ser mulher guarani e kaiowá no MS no cenário de profundas transformações no território, na organização social, nas formas de sustentabilidade e na participação política (1970 a 2017)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2020.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade da Melanésia**. Tradução de André Villalobos. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

TEAO, Kalna Mareto. **Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, [S. l.], 2015.

TÓTORA, Silvana; CHAIA, Miguel. Liderança política: parresía e virtú. *In*: SEGURADO, Rosemary; ESTRAMANHO, Rodrigo; CHAIA, Vera (org.). **Política e liderança: teorias e práticas**. São Paulo: PUCSP, 2018.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2006.

VANDENBERGHE, Frédéric. A relação como operador mágico. Superando a divisão entre sociologia processual e relacional. **Revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, [S. l.], v. 7, n. 2. 2017.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VERON, Valdelice; GUIMARÃES, Sílvia. Sobre máscaras, fumaça e fogo doméstico: experiências das mulheres Kaiowá na pandemia da Covid-19. **Revista Terena – MS**, [S. l.], n. 3, p. 1-400, out./nov. 2020. ISSN: 2596-2426.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e Kunhakoty: modo de viver da mulher Kaiowa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

VIETTA, Katya. Os deuses, os homens e suas escolhas: cosmologia, organização social, conflitos territoriais e outras histórias Kaiowa. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

YOHIDA, Mariana Rezende; SOUSA, Raffaella Cássia de; SILVA, Liana Amin Lima da. O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. **Revista Eletrônica do CNJ**, Brasília v. 5, n. 2, jul./dez. 2021.

Anexos

Anexo I

Senhor Santo Papa João Paulo II

Eu, filha de Marçal Tupã'i aquele que em 1980 lhe falou em nome dos Povos Indígenas, ofereço-lhe como recordação essa foto de Marçal de Souza Guarani, que deu sua vida pela causa dos índios Kaiuá. Ele foi assassinado no dia 25 de novembro de 1983; e tinha muitas esperanças que a partir de então houvesse maior justiça para os povos indígenas do Brasil.

Juntamente com os representantes de 36 nações indígenas hoje aqui presentes, também temos renovadas nossas esperanças que sua Santidade interceda junto às autoridades brasileiras para que se tome providências urgentes e se faça justiça pela morte de Marçal Tupã'i, cujos assassinos continuam impunes; que se faça justiça para todos os índios que perderam suas vidas na luta da terra.

Hoje Santo Papa, os povos indígenas ainda padecem de muito sofrimento. A invasão que sofremos a 500 anos ainda continua, mas de forma disfarçada, através de uma ideologia de dominação que tenta de diversas maneiras negar o nosso direito de existir como povos diferenciados.

E a maior luta dos povos indígenas continua sendo a luta pela Terra. Porque a Terra para nós é vida. Para continuarmos a ter direito à Vida é preciso que nossas Terras sejam demarcadas, nos devolvam o que para nós é sagrado!

Demarcação das Terras dos Guarani do Panambi, Panambizinho, Sucuri (Maracaju), Guassuti, Jaguari, Sete Cerros, Paraguagu, Cerrito e Cerro Marangatu.

A exploração da mão-de-obra e a miséria perambulam pelas áreas indígenas e a falta de assistência à saúde levam muitos índios à morte. Morte escolhida pelos jovens que se suicidam em busca de uma vida melhor na "Terra sem Males".

Estamos ansiosos e esperançosos, que Sua Santidade sendo como é o maior líder religioso, sensibilize com sua bênção os corações daqueles que dirigem esse país.

Cuiabá, aos 16 de outubro de 1991

Edna Silva de Souza.

Anexo II

Para o ministério da justiça FUNAI - BRASÍLIA

Aty quase, vinte e vinte um de maio de dois mil e cinco.

Nos lideranças, cacique e representantes das aldeias e áreas de conflitos, reunidos na aldeia Takuapery, município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul.

Estivemos reunidos para tratar dos interesses de nossa comunidade, principalmente da questão: demarcação, identificação, homologação, recursos de benfeitorias e GE e ampliação do Terceira.

Gostaríamos de saber como anda a questão de identificação e demarcação; porque estão se demorando demais para demarcar as áreas e ainda depois de homologado, os fazendeiros continuam protestando que não vão sair de suas terras e se os índios não tomarem providências, eles continuam lá e o governo não está preocupado em pagar a indenização aos fazendeiros, não queremos que isso demore mais.

Atenda esse nosso apelo senhores da lei e pague a eles, o que os senhores devem como direitos. Estamos cansados de esperar, enquanto vem a decisão da justiça as nossas crianças estão morrendo, nossos velhos desaparecendo, jovens se suicidando porque não tem mais expectativas de viver numa terra sem frutos.

Premiere Encontro de Mulheres Indígenas - DOBRADOS
22/23-11-88
MT.G.S.

Diante de tanta miséria e abandono ao nosso povo Guarani e KAIWÁ, nós mulheres indígenas, resolvemos ~~pagar e de ser~~ tornar público a nossa aliança aos nossos esposos e fazemos a 1ª Reunião de mulheres, discutindo os problemas que nos fazem sofrer, particularmente aos nossos filhos.

Tiramos desta reunião 2 áreas específicas:
Educação e Saúde.

Necessidades na área de Saúde:

- ① Farmácia em todas as áreas Kaiwá e Guarani
- ② Atendimento diário na enfermaria pela enfermeira Guarani
- ③ Presença de 1 médico junto à enfermeira Guarani para que nos favoreça uma maior confiança para que possamos ir futuramente ao hospital, sem receios.
- ④ Necessidade de uma condição para casos de partos difíceis e doenças graves.
- ⑤ Estágios para moças indígenas junto a enfermeira Guarani para uma utilização - A LONGO PRAZO - da medicina natural. A medicina alopática, eventualmente, será utilizada somente em casos graves.
- ⑥ Medicamentos para a enfermaria. (Número só como são escassos)

→

Anexo IV



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - 2.º SUER
 Administração Regional de Amambai

COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 050/ PIN PIRAJUI/MS.

DO: CHEFE DO PIN PIRAJUI	PARA: ADMINISTRADOR REGIONAL DE AMAMBAI-MS.
-----------------------------	--

Senhor Administrador,

Informo V.Sª., que no dia 14/11/92., foi criada o CLUB DE MAES desta AIN, denominado "CLUB DE MAES SY KUERA PY'A POR7" (CLUB DE MAES DA BOA VONTADE); tendo sido eleitas as seguintes indigenas, por eleição direta:-

- Presidente -MARTINA OLIVEIRA MORALES
- Vice-presidente -MARIA ELENA AYALA
- Secretária -ALISA AYALA
- Suplente Secretária-ELIZABETH MORALES.

Compareceram para orientar a realização desta eleição as senhoras Eva Silva (Ação Social da Prefeitura de Paranhos) e Rose (Assistente Social da Empresa de Paranhos).

A Sede deste Club, entrou em funcionamento no dia 03/12/92, no antigo depósito deste PIN, e composto por 02 (duas) maquinas de costura Elgin (novas); doadas pelo Club de Maes Araporã de Dourados-MS. e com retalhos, roupas usadas, linhas e agulhas doadas pelo Frei Alido Rosa.

Solicitamos a gentileza e os bons prestimos desta Administração para informar outros AIN, onde há Club de Maes, para podermos trocar ideias e nos auxiliar na medida do possível e também sugerimos e colocamos nossa Sede a inteira disposição para um Futuro Encontro de Club de Maes Indigenas e Não Indigenas, para podermos aprimorar nossos trabalhos e receber outras orientações, para podermos dar uma vida digna para nossas familias Atenciosamente.

DATA: 03-12-92
Martina Oliveira Morales

ASSINATURA:

Jose Nilton
 CH. Ad. Pira Jui
 PP, 11/92 - 03/12/92

50 Bix. 50x3 206 x 260
 MARTINA OLIVEIRA MORALES
 PRESIDENTE

REDMI NOTITE, SERVICIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

28/04/56

A título de informação complementar, informamos que a construção do clube vem suprir uma necessidade, já há muito ultrapasada, vez que funciona num barraco de madeira de 7x4 m., cedido pelos proprietários as seguintes atividades:

- 1) Uma escola de alfabetização de adultos e de ensino supletivo de 1ª a 4ª séries, em convênio e reconhecida pela Secretaria de Educação do Município, com 36 alunos;
- 2) Uma escola de datilografia para jovens em convênio com a Ação da Cidadania, com 45 alunos;
- 3) Clube de mães propriamente dito, que em convênio com diversos órgãos municipais e federais, como o Pro Social, Svcen e etc., ministra cursos de artesanato, costura, pintura, bordado, confecção de colchas e tapetes com retalhos, horta comunitária, replantio de mudas de árvores frutíferas e nativas, fornecimento de semente de milho em pequena escala e recuperação da cultura, como por exemplo, com a recuperação, além de palestras de saúde. Cabe ainda esclarecer que a produção alimentícia diariamente para aproximadamente 500 pessoas, farinha mingau e pão var 2ª

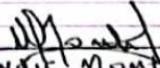
4ª e 6ª feiras e Santa Carne, peixe, macarrão e melancia) var 3ª e 5ª feiras.

O Clube de Mães Dorcas com o apoio principalmente dos funcionários do Banco do Brasil - Ação da Cidadania - procura dar a seus frequentadores, sócios ou não, um mínimo de condições para os indígenas conseguirem um melhor padrão de vida sem desvincular-se com a sua cultura.

Cabe ainda esclarecer que possui 100 litros diários de leite de soja (Pro-social) e roupas, calçados, brinquedos, arrecadados em campanhas da Ação da Cidadania.

Dourados (MS), 28 de abril 1956

Joaquim de Oliveira Aedo
Joaquim de Oliveira Aedo
Presidente do Clube


Nivaldo Monteiro Filho
Coordenador da Ação
da Cidadania